

Programa Territorial de Desenvolvimento 2008 – 2013

Alentejo Litoral



O Alentejo Litoral valorizando as suas potencialidades endógenas e abrindo novos rumos projecta o futuro, tendo no horizonte 2020. Uma estratégia territorial de desenvolvimento harmonizada e coesa, define objectivos e metas de médio e longo prazo, respondendo a novas exigências e desafios.

Alentejo Litoral, Maio de 2008

**Programa Territorial de Desenvolvimento
do Litoral Alentejano
2008 - 2013**

*Um território de excelência ambiental
Um território coeso ao serviço da valorização dos recursos endógenos
Um território de internacionalização e de oportunidades para o turismo sustentável*

Alentejo Litoral, Abril de 2008

Ficha Técnica

Alentejo Litoral – Programa Territorial de Desenvolvimento 2008-2013, Abril de 2008



AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano

Com base no Estudo Técnico elaborado por:



Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores

www.amconsultores.pt e-mail: amconsultores@amconsultores.pt

Rua Mouzinho da Silveira, 27 2º

1250-166 Lisboa

Tel.: +351 21 351 14 00

Coordenação Global

Augusto Mateus

Coordenação Sectorial - Área de Estudos e Políticas de Base Territorial

Paulo Madruga

Gestão Executiva do projecto: Cristina Cabral

Equipa Técnica: André Barbado, Ana Caetano, Ana Cristina Silva, Diogo Martins, Filipa Lopes, João Romão, Rui Maia, Vânia Rosa

Apresentação

O Alentejo Litoral faz parte da região do Alentejo, partilhando raízes históricas e culturais que estão na origem de modos de vida e saberes-fazer que caracterizam a população residente. Esta sub-região apresenta uma grande produtividade, o que afigura um elevado potencial para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, imprescindível para um desenvolvimento sustentável face às mudanças futuras.

O desenvolvimento económico de um determinado território é um processo que se manifesta num aumento sustentável do bem-estar da população que trabalha e vive nesse espaço e que se repercute numa pluralidade de áreas, transformando as normas sociais, políticas e culturais, e consolidando uma mudança profunda e multidimensional das instituições e da própria sociedade onde ele ocorre.

A concepção, definição e operacionalização de uma estratégia adequada à promoção do desenvolvimento de um qualquer território deverá basear-se num quadro conceptual onde os conceitos de competitividade e de coesão territorial estão claramente definidos e delimitados, a situação da região devidamente compreendida, o quadro de renovação das políticas estruturais apreendido e os princípios metodológicos de planeamento estratégico claramente assumidos.

É nesta linha de pensamento que se insere o presente plano.

A AMLA, dadas as origens e os propósitos da sua criação, tem como objectivo estabelecer uma estratégia multisectorial de desenvolvimento e proceder à sua implementação, ajudando a criar as condições e envolvendo em tal desígnio todos os agentes.

Como principais pontos fortes do Litoral Alentejano temos: a posição geo-estratégica da plataforma logística, portuária e industrial de Sines, factor de projecção internacional; os recursos e produtos turísticos de qualidade, existindo uma excelente adequação das características biofísicas do território e localização estratégica face à procura potencial para o sector turístico; a elevada produção agro-florestal e existência de produtos regionais de alta qualidade; a forte identidade, coesão social e grande valor do património natural e cultural;

Este plano de acção encerra uma visão de extrema importância para a região do Litoral Alentejano, uma vez que se trata da definição de uma estratégia de desenvolvimento que tenha em consideração as especificidades deste território e promova o envolvimento e participação das principais entidades aqui localizadas, contemplando as intervenções dos vários agentes económicos e sociais da região e sustentando as candidaturas a Fundos Comunitários, tendo em conta as regras definidas para o período de programação (2007-2013).

O desenvolvimento estratégico desta região centra-se em 5 áreas específicas, cuja articulação será imprescindível para o desenvolvimento operacional do plano de acção: Território de Internacionalização, Território de Excelência Ambiental, Território de Valorização Competitiva dos Recursos Endógenos, Território de Coesão Económica e Social, e Território de “Bom Governo”.

Os projectos elencados visam a concretização no território da estratégia regional, de acordo com as prioridades obtidas através da compatibilização de interesses municipais a favor da região, implicando o envolvimento conjunto de todos os actores públicos e privados do Alentejo Litoral, através da adopção de parcerias, e o financiamento via fundos comunitários, onde o QREN terá um papel determinante e a Contratualização com as Associações de Municípios constituirá um importante instrumento de governação.

Contamos com a intervenção e cooperação de todos os actores nesta importante etapa para o Alentejo Litoral, que culmine num desenvolvimento harmonioso e sustentável tendo por base as especificidades locais, os recursos e as riquezas naturais e culturais que constituem a identidade desta região.

Alentejo Litoral, Abril de 2008

ÍNDICE DO DOCUMENTO FINAL

Apresentação

Nota Introdutória

Caixa 1 – Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial

Parte I – Competitividade e Coesão Territorial: Posicionamento e Perspectivas Futuras para o Litoral Alentejano

Caixa 2 – Lugares e Histórias do Litoral Alentejano

Análise SWOT do Litoral Alentejano Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças

Parte II – Objectivos e Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Litoral Alentejano

II.1. Visão, Estratégia, Prioridades e Objectivos

II.2. Coerência, Integração e Sinergias da Estratégia do Litoral Alentejano com a Estratégia Regional, Nacional e Comunitária

Caixa 3 – Orientações Estratégicas Comunitárias da Política de Coesão para o período de Programação Estrutural (2007-2013)

Caixa 4 – O Quadro Referencial Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)

Caixa 5 – O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Caixa 6 – FEADER e PRODER

Caixa 7 – A Estratégia Regional e o Programa Operacional da Região Centro

Parte III – Plano de Acção

III.1. Estruturação Princípios e Metodologia

Caixa 8 – Princípios e Metodologia de Organização do Plano de Acção

III.1. Eixos, Objectivos Específicos, Acções Integradas e Operações

Eixo I: Território de Internacionalização

Eixo II: Território de Excelência Ambiental

Eixo III: Território de Valorização Competitiva dos Recursos Endógenos

Eixo IV: Território de Coesão Económica e Social

Eixo V: Território de Bom Governo

Parte IV – Diagnóstico Socioeconómico: Elementos de Base

Caixa 9 – Metodologia de Diagnóstico e Análise Territorial: Um duplo Referencial Articulação entre Competitividade e Coesão; A lógica Condições Processos Resultados

NOTA INTRODUTÓRIA

A percepção e compreensão do papel fundamental das estratégias de base territorial na promoção da competitividade, do crescimento sustentado, do emprego, da coesão social e do ordenamento do território estão na génese de um processo de reflexão e discussão, promovido pela Associação de Municípios do Litoral Alentejano que assumiu como objectivo central a construção de uma Visão e Estratégia de desenvolvimento para o Litoral Alentejano no horizonte temporal de 2020 e de um Plano de Acção Operacional no horizonte de 2013.

A possibilidade de desenvolver o trabalho ao longo de um período relativamente longo permitiu, não só, um processo de reflexão, compatibilização e coerência entre os vários protagonistas regionais, mas também a integração das diversas orientações da política europeia de coesão e da nova agenda nacional proposta no Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2007-2013 (QREN).

A exploração de uma sólida correspondência entre a evolução dos princípios e orientações nacionais e comunitárias em matéria de política de coesão e as necessidades concretas de desenvolvimento do Litoral Alentejano traduziu-se, neste contexto, na valorização de um maior articulação entre os objectivos da competitividade e coesão, procurando enfrentar os problemas colocados pela "saturação" da velocidade de convergência de Portugal no espaço da União Europeia alargada, na medida em que se estimula, no domínio da competitividade, uma viragem para a inovação global em detrimento da estrita modernização de equipamentos e, no domínio da coesão, uma viragem para as lógicas de integração de redes de infraestruturas, serviços e organizações, de várias gerações, em detrimento da lógica de simples recuperação de atrasos na oferta de equipamentos colectivos básicos.

Este documento apresenta, de forma sintética, o resultado alcançado neste processo de construção da visão estratégica para 2020 e de coerência e compatibilização das acções estruturantes a desenvolver no período 2008-2013 que assegurarão o alcançar dos objectivos e visão definida. O documento encontra-se estruturado em quatro grandes pontos. No primeiro ponto, apresenta-se o posicionamento e perspectivas futuras para Litoral Alentejano que se encontra articulado com o ponto 4 onde se desenvolvem os elementos base de suporte ao diagnóstico socioeconómico da região. Nos pontos 2 e 3 apresentam-se, respectivamente, a Visão e Opções Estratégicas e o Plano de Acção em que, neste caso, se indicam e caracterizam o conjunto de iniciativas relevantes que materializam as opções estratégicas e visão pretendida para o Litoral Alentejano.

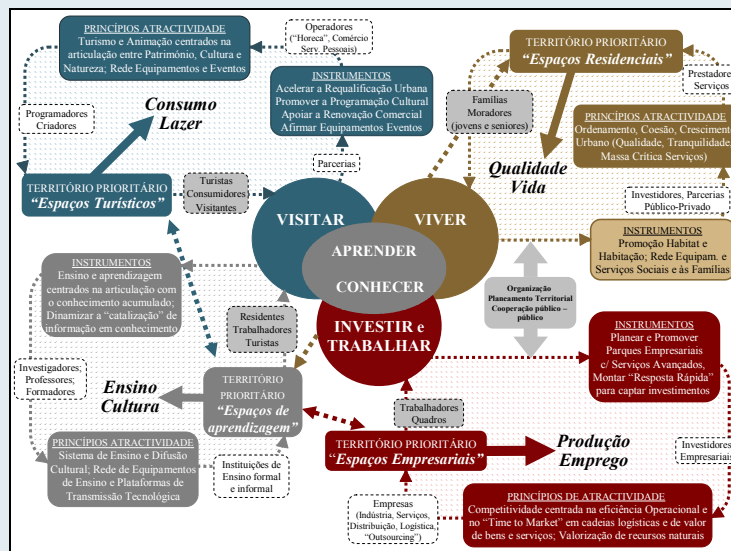
Caixa 1 - Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial

A perspectiva de **desenvolvimento territorial** adoptado na definição da estratégia de desenvolvimento regional articula as análises subjacentes à “utilização e fruição” do território com os respectivos “públicos e utentes”, através da construção de um diagnóstico prospectivo, em que as diversas ópticas de observação – mais centrada no território, nas empresas ou nas pessoas – são lidas no quadro do equilíbrio entre uma “economia competitiva” e uma “sociedade coesa” e à luz da forma como se processa a transformação das condições e recursos presentes em resultados sustentados.

Os diversos **modelos de afirmação regional** constituem um referencial importante na percepção das articulações e interacções que sustentam e justificam as actuais hierarquias em matéria de competitividade territorial. Os **processos de crescimento e desenvolvimento territorial** são baseados em **quatro grandes áreas** que sustentam a projecção e afirmação externa dos territórios, nomeadamente, por via:

- da *componente residencial e enquanto espaço para viver*, moldado pela adequação do modelo de vivência oferecido à população residente e pela capacidade de atracção sobre novos residentes;
- da *componente empresarial e enquanto espaço para “trabalhar e investir”*, dinamizado pela conjugação mais ou menos equilibrada de espaços de localização empresarial industrial com espaços comerciais e de serviços, e explicado pela *dinâmica de criação de riqueza, valor e emprego*;
- da *componente turística e enquanto espaço para “visitar”*, projectado pela relevância dos motores explicativos dos fenómenos de captação turística, *interligado* com o dinamismo das suas actividades complementares (qualidade e diversidade), e explicado pela sua capacidade de *induzir consumo e ser apetecível ao lazer*;
- da *componente aprendizagem e enquanto espaço para “aprender e conhecer”*, *facilitado* pela capacidade de accionar a articulação entre a realidade empresarial e o sistema científico, tecnológico, de ensino, formação e divulgação, *impulsionado* pela integração de componentes dos restantes vectores de crescimento nos pontos de contacto delineados pela *transversalidade do conhecimento, do ensino e da cultura*.

Dimensões associadas ao crescimento e desenvolvimento de base territorial



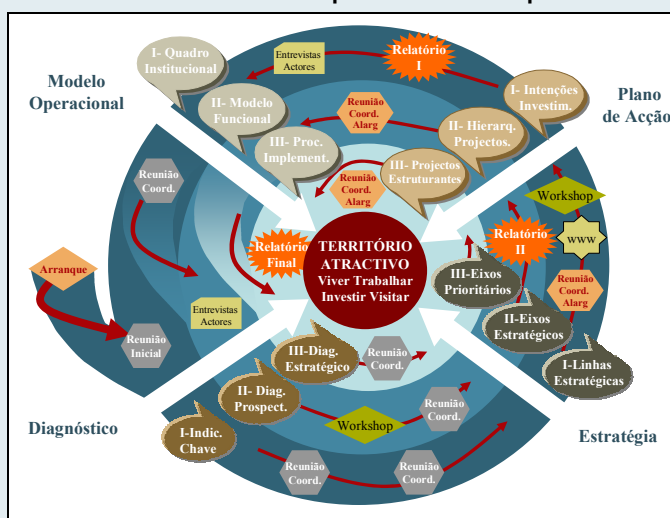
Os exemplos concretos de territórios que ganharam capacidade de afirmação e projecção externa confirmam o desequilíbrio sequencial e, por vezes, cumulativo dos respectivos “motores” de crescimento, no sentido em que o estágio de consolidação de cada um dos factores de afirmação numa dada região é, inevitavelmente, desequilibrado, e moldado por uma realidade que incorpora tendências pesadas de longo prazo.

O desenvolvimento territorial é, portanto, um processo interactivo, dinâmico e complexo, que se joga na articulação entre:

- **o quadro geral de definição dos objectivos de desenvolvimento territorial**, que remete para o posicionamento relativo das regiões no contexto mais lato das realidades económicas e sociais em que se inserem (*inserção no referencial regional, nacional e europeu de competitividade e coesão*) e pelas indicações sobre opções de desenvolvimento daí resultantes, e um **quadro mais específico** introduzido pela necessidade de *hierarquização de prioridades de desenvolvimento*, estabelecidas no quadro das restrições, impostas e assumidas com base na legitimidade de actuação reconhecida aos seus governantes;
- **a decisão sobre as opções de desenvolvimento a assumir**, que corresponde à definição de um *equilíbrio coerente entre a fixação de objectivos necessários de desenvolvimento*, onde se enquadra a satisfação das necessidades identificadas, sobretudo, ao nível da coesão e do fomento da igualdade de condições de acesso e utilização de bens e serviços colectivos, e a *fixação de objectivos ambiciosos de desenvolvimento*, onde se enquadram iniciativas e instrumentos orientados para a maximização das suas potencialidades de crescimento, sobretudo, ao nível competitivo (criação de riqueza e projecção em termos de nível médio de vida);
- **uma focalização de uma escala mais local**, que introduz critérios orientados para a promoção da **coesão social** e da **competitividade urbana** (com diferentes processos de desenvolvimento, sujeitos a lógicas espaciais específicas – *cidade residencial, empresarial, administrativa, logística, cultural, do conhecimento, da animação e sustentável*) e **os processos de desenvolvimento mais orientados para uma escala mais regional** que remete para a necessidade de garantir e fomentar uma maior articulação entre competitividade e coesão, nomeadamente *utilizando a coesão com condição e factor de competitividade e a competitividade como suporte da consolidação da coesão*.

A construção de Estratégias e de Planos de Acção de Base Territorial: Um processo em “espiral”

A construção destas estratégias, com a definição das intervenções estruturantes que lhes dão operacionalidade e eficácia, pressupõe um processo que engloba quatro dimensões relevantes (diagnóstico, estratégia, plano de acção e modelo operacional de governação e gestão) que se complementam e que devem processar-se de forma iterativa e numa “espiral” visando afirmar **os territórios como espaços atractivos para viver, trabalhar, aprender e conhecer**.



Esta caminho e metodologia seguida na construção dos **Programas Territoriais de Desenvolvimento** proporciona, nomeadamente, através do processo de participação e reflexão conjunta com os protagonistas e decisores regionais e locais, um acumular de conhecimentos e aprendizagens que constituem uma mais-valia significativa no desenvolvimento de futuros trabalhos.

Fonte: AM&A (2007), Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial, v.2.0.

PARTE I – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL: POSICIONAMENTO E PERSPECTIVAS

O Litoral Alentejano, integrado na região NUTS II Alentejo, com a qual partilha raízes históricas e culturais que estão na origem de modos de vida e saberes-fazer distintivos das respectivas populações, apresenta, no entanto, no plano económico, características diferenciadas e uma trajectória de evolução que o tem aproximado, do ponto vista funcional, da Região Alargada de Polarização de Lisboa **(ver 4.1.)**¹.

Com características globais de **território de baixa densidade** (populacional, construtiva e empresarial), revelando fragilidades estruturais ao nível de equipamentos e infraestruturas (de apoio à família e ao tecido empresarial), de disponibilidade e qualidade dos recursos humanos e da base económica, o Litoral Alentejano apresenta, simultaneamente uma diversidade territorial significativa patente nas especificidades concelhias, visíveis em termos paisagísticos, características rurais e urbanas e na vocação e especialização sectorial.

Algumas das principais debilidades estruturais do Litoral Alentejano acompanham de perto as fragilidades da região Alentejo como um todo, em particular, as questões de natureza demográfica, em que o **envelhecimento da população** (quer por um défice de população jovem, quer por um peso acrescido de idosos) e a **dificuldade de reter a população jovem**, devido à fraca capacidade de iniciativa empresarial e de oportunidades de emprego, sobretudo nos territórios de baixa densidade, condicionam as possibilidades de desenvolvimento.

Estes factores são ainda ampliados pelo **grau de empregabilidade** da população, constatando-se que uma franja diminuta da população activa possui habilitações médias ou superiores **(ver 4.43. e 4.50.)**. O resultado reflecte-se, com excepção do concelho de Sines, num diferencial negativo face ao salário mediano e nível médio de poder de compra nacionais, num elevado nível de desemprego, com importante significado do segmento dos desempregados de longa duração **(ver 4.54., 4.8. e 4.55.)**.

No seio da Região Alargada de Polarização de Lisboa, o Litoral Alentejano apresenta-se como um **território com perda de efectivos populacionais**, em termos líquidos e apenas Sines e Odemira os únicos concelhos que conseguem captar mais população de outras regiões do que aquela que deixam sair **(ver 4.44.)**. Com um saldo natural estruturalmente negativo, é ao nível do saldo migratório que a região deverá actuar, tornando-se mais atractiva para viver, trabalhar e investir.

¹ As referências assinaladas remetem para os elementos de diagnóstico apresentados na parte IV.

Caixa 2 - Lugares e Histórias do Litoral Alentejano

As planícies áridas e tranquilas do Alentejo encontram as marés do Atlântico em arribas que definem a fronteira entre a terra e o mar. Essa abrupta separação talvez tenha ajudado a manter a ligação das pessoas à terra e a preservar um modo de vida rural, em pequenos núcleos, ligado à agricultura. Essa ligação à história e à tradição local deve ser um factor para o seu desenvolvimento futuro.

Cerca de cem mil pessoas habitam 5260 km de um território dotado de recursos naturais notáveis, com um povoamento concentrado em centros urbanos que alterna com uma ocupação de montes que remonta à tradição romana. Predomina o sobreiro e as agriculturas de sequeiro, característicos do Mediterrâneo, ainda que no Vale do Sado existam vastas áreas de pinhal e se produza arroz. Neste litoral, o mundo rural convive com os odores marítimos e as areias finas e brancas.

Esta é uma terra feita de caminhos estreitos, escondidos e sinuosos, como os que percorrem os arrozais do Sado, os sapais, esteiros, lagoas e albufeiras de toda a região ou a agreste Serra do Cercal. São caminhos de rara beleza e ambientalmente muito sensíveis, em particular no litoral, limitado a norte pela Reserva Natural do Estuário do Sado e a Sul pelo Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano. A diversidade e qualidade ambiental do Litoral Alentejano devem ser um elemento de referência para o desenvolvimento da região.

Outros caminhos percorrem a História do Alentejo Litoral: aqui nasceu Vasco da Gama, que traria novos caminhos ao mundo, naufragou Fernão Mendes Pinto e Santiago colocaria Cacém na Rota que vai até Compostela. Os caminhos para a internacionalização deste território passam hoje pela afirmação de Sines como um grande porto internacional, pela oferta de serviços turísticos qualificados e pela produção agrícola de excelência.

Apesar de actualmente ser escassa, é ancestral a ocupação deste território, como revelam estações arqueológicas dos períodos fenício, romano ou árabe e é evidenciada pelo conjunto de Castelos da região (Alcácer do Sal, Sines, Santiago do Cacém e Odemira). A visibilidade deste património e o seu acesso através de circuitos integrados nas características ambientais e paisagísticas da região devem ser um factor diferenciador da oferta turística do litoral alentejano.

A falta de equipamentos na área da acção social e da educação (principalmente para o nível de ensino secundário e superior) aliada, em alguns casos, a problemas de acessibilidade (rede de transportes públicos e vias de comunicação) traduz-se na perda de qualidade de vida da população. Paralelamente, o défice de serviços sociais de apoio à criança e ao idoso tem reflexos negativos na disponibilidade da mulher para o mercado de trabalho, existindo desta forma espaço para novas iniciativas empresariais que incidam numa tipologia de serviços de proximidade na vertente de apoio à família (ver 4.16.).

Um património edificado qualificado, uma boa vivência urbana e a qualidade da animação cultural e desportiva e dos serviços de ensino e saúde são **factores essenciais de atractividade territorial** que devem ser tidos em conta com vista à captação de população e à satisfação das necessidades daqueles que já lá residem e trabalham.

O Litoral Alentejano caracteriza-se, sobretudo em áreas do interior, por uma **ocupação difusa do território** situado no exterior dos principais aglomerados urbanos, o que gera dificuldades de rendibilização das infra-estruturas e dos equipamentos. Existe no entanto

um conjunto de centros urbanos que possuem uma dimensão mínima com potencial para desenvolver alguma complementaridade e articulação em rede, em particular, pela sua proximidade geográfica, o triângulo Sines, Santiago do Cacém e Santo André e que deverão permitir algum desenvolvimento numa base policêntrica.

A melhoria da mobilidade intra-regional (vias de comunicação internas e rede de transportes públicos) é necessária para incrementar o raio de influência dos equipamentos e serviços de apoio já implantados e o alcance das diferentes funções urbanas, viabilizando o planeamento numa lógica de complementaridade/especialização.

O Litoral Alentejano posiciona-se como a única sub-região do Alentejo com um nível de PIB *per capita* superior à média nacional, assumindo um papel importante no desenvolvimento sustentado da região, indissociável do concelho de Sines. O elevado nível de produtividade associado ao produto gerado é, no entanto, limitado pela reduzida taxa de utilização dos recursos humanos, característica da região alentejana **(ver 4.3. e 4.4.)**.

De ponto de vista económico destacam-se, entre os **principais territórios de especialização funcional**: (i) o pólo de Sines, marcado por actividades portuárias, industriais e logísticas, (ii) o pólo turístico do litoral, potenciado pela concretização de um conjunto significativo de investimentos estruturantes de aumento e qualificação da oferta turística e (iii) o território da agricultura competitiva constituído por actividades agrícolas de regadio presentes essencialmente em Odemira.

Nesta região, as vocações económicas têm uma definição territorial relativamente vinculada, sobressaindo ao nível concelhio: os Serviços de Apoio às Empresas e os Transportes em Sines e Santiago do Cacém; o Turismo em Grândola e Odemira; a Energia, Indústria Metálica e Química em Sines; o sector horticola em Odemira e o sector agro-florestal em Alcácer do Sal. **O eixo Sines-Santiago do Cacém assume uma posição de destaque no contexto económico sub-regional** com maior presença de instituições de conhecimento e serviços de apoio às empresas.

Face à Região Alargada de Polarização de Lisboa, o Litoral Alentejano apresenta um **tecido produtivo menos dependente das actividades económicas mais tradicionais** (Construção e Comércio), sendo este factor positivo para a sustentabilidade económica da sub-região. A estrutura regional de emprego apresenta um défice nos serviços de apoio às empresas e uma vantagem nos sectores do turismo e da agricultura **(ver 4.22.)**.

O Litoral Alentejano beneficia da **reduzida concentração do emprego**, o que limita o risco de fortes impactes laborais em caso de deslocalização de grandes empresas **(ver 4.27.)**. É no concelho de Sines que se verifica uma maior presença de empresas de

grande dimensão, cuja vocação influencia fortemente o perfil de especialização da sub-região face ao país.

O sector das *Utilities* - energia e água - e a indústria química são, para além do sector agrícola empresarial, os que apresentam níveis de especialização sectorial mais elevados (**ver 4.20.**). Estes três sectores de especialização da região são simultaneamente os que apresentam níveis de produtividade mais elevada (**ver 4.21.**).

O modelo de industrialização do Litoral Alentejano assenta, em todos os concelhos com excepção de Sines (onde prevalecem actividades económicas que exploram economias de escala), no factor-chave de competitividade "utilização de recursos naturais", o que é revelador de alguma **sub-especialização, face ao país, em indústrias que incorporam uma lógica de diferenciação de produto e I&D (ver 4.23.)**.

Tendo em conta a fragilidade associada à (i) reduzida escala produtiva e comercial das empresas, (ii) baixa diversificação do tecido económico, (iii) concentração territorial do produto gerado (os resultados económicos do Litoral Alentejano, patentes no seu elevado nível de produtividade e PIB per capita dependem fortemente do produto gerado no concelho de Sines) e (iv) défice da região na sua capacidade de atrair recursos humanos (factor essencial para assegurar a sustentabilidade de futuros investimentos empresariais), a região deverá centrar-se em termos competitivos na melhoria da sua atractividade enquanto espaço para trabalhar e investir, criando um ambiente propício à actividade empresarial e mais e melhores oportunidades de emprego.

O Litoral Alentejano apresenta, actualmente, um conjunto de **oportunidades de desenvolvimento potenciadas por projectos de grande envergadura**, em desenvolvimento, concretizados, ou em vias de concretização, mobilizadores da iniciativa pública e privada, com efeitos benéficos na estruturação do sistema urbano regional e, em especial, na aceleração do processo de internacionalização do território.

A abertura da sub-região ao exterior é fundamental para a atracção de actividades económicas aproveitando dois factores críticos de sucesso: o descongestionamento e uma posição geográfica estratégica, tirando partido dos eixos de atravessamento actuais e previstos, de ligação nacional e internacional (os corredores Lisboa-Madrid e Sines-Beja-Andaluzia).

A concretização da linha de alta velocidade ferroviária, o desenvolvimento da plataforma portuária e logística de Sines (integrada no Sistema Logístico Nacional), a abertura do Aeroporto de Beja aos voos comerciais e os investimentos turísticos de Grândola constituem uma via fundamental para a afirmação internacional do Litoral

Alentejano e desempenharão um papel de alavanca do crescimento económico e social da região.

O reforço da intermodalidade, em consonância com a actual política da UE de aposta no transporte ferroviário e marítimo, passa, por exemplo, pela concretização da linha ferroviária de mercadorias Sines-Évora-Elvas / Caia-Badajoz-Madrid, o que potenciará a capacidade concorrencial do porto de Sines à escala internacional, também ela reforçada se ligada às plataformas logísticas de Poceirão, Elvas e Tunes.

O Litoral Alentejano apresenta ainda actualmente uma **oferta turística diminuta** (número de estabelecimentos e capacidade de alojamento), em comparação com a maioria das sub-regiões da Região Alargada de Polarização de Lisboa, sendo Portugal o seu principal mercado emissor de turistas.

Estas características deverão **evoluir no sentido de uma maior internacionalização** deste destino, com a entrada em exploração do resultado dos investimentos turísticos que estão a ser aplicados de forma mais avultada na Península de Tróia (valor estimado de oferta de alojamento superior a 20.000 camas). Muitos destes empreendimentos estão associados ao golfe e alguns ao hipismo, o que permitirá minimizar a sazonalidade associada ao produto turístico tradicional de sol e praia (ver 4.37. a 4.41.). A náutica de rio é também um segmento de diferenciação da região a ter em conta.

Embora a sub-região sofra fortes pressões sobre a sua orla costeira na época estival, também beneficia de privilegiadas condições para se afirmar em termos de **oferta diversificada de produtos turísticos**, devido, entre outros, aos valores arquitectónicos/culturais, naturais, e de ruralidade que possui, o que contribui para reduzir a forte sazonalidade dos fluxos turísticos que caracteriza a sub-região, em comparação com as outras NUTSIII da Região Alargada de Polarização de Lisboa. É relativamente clara a especialização preferencial de vocações turísticas do ponto de vista territorial ao nível concelhio.

No Litoral Alentejano, a rentabilidade associada à permanência do hóspede é afectada negativamente pela sua curta duração média (ver 4.41.), sendo necessário aproveitar o factor estratégico da diversificação, encontrando formas de prolongar a estadia, através da **integração de diferentes tipologias de produtos turísticos** oferecidas através, nomeadamente, de rotas turísticas.

Para assegurar o sucesso da estratégia de aposta na actividade turística, são exigidos **patamares mais elevados de qualidade**, materializáveis na disponibilidade de uma rede mínima de serviços e equipamentos de apoio ao turismo, **na reabilitação e animação dos centros urbanos localizados na área de influência** e na criação de condições para a formação específica em turismo dos recursos humanos empregados no sector. A

construção de um eixo viário estruturante como via costeira turística e a melhoria das acessibilidades ao hospital do Litoral Alentejano constituem outros exemplos de acções a concretizar.

A adequação e redimensionamento das infra-estruturas de suporte aos projectos turísticos com vista a acolher o aumento previsto da densidade populacional e construtiva (necessidades de mão-de-obra, capacidade de alojamento da mesma e fluxos de turistas) e **a adequação dos investimentos turísticos ao produto turístico pretendido para a Região** (ajustado às características da região) são outros dois aspectos importantes a ter em conta. A sua não consideração poderá hipotecar a concretização de uma estratégia regional de sucesso, sendo necessário acautelar os recursos e modos de vida existentes, impedindo que o incremento súbito da capacidade de alojamento não venha a repercutir-se negativamente no ambiente, paisagem, quotidiano e cultura alentejanos.

Não sendo o factor espaço um problema do Litoral Alentejano, a sua gestão através de medidas de conservação da natureza é uma questão incontornável desta sub-região, detentora de áreas com elevado valor paisagístico e biológico, em especial nos concelhos de Odemira e Alcácer do Sal **(ver 4.12.)**.

Nos documentos de trabalho de PROT está explícita como opção estratégica “a integração sólida entre a gestão de sistemas ambientais (Rede Nacional de Áreas Classificadas e Rede Natura 2000) e as oportunidades que se oferecem às actividades produtivas”, devendo **a conservação da natureza ser cada vez mais entendida numa óptica de valorização da natureza**, o que pressupõe alterações de fundo ao nível legislativo.

O sector primário é um sector fulcral no contexto da estrutura económica regional. Para além da função produtiva, desempenha ainda uma importante **função no âmbito do ordenamento do território, da coesão social e da salvaguarda do ambiente e do património cultural**. A construção do perímetro de rega do rio Mira e da Barragem de Santa Clara a Velha deslocaram para o litoral da região a oportunidade de desenvolvimento do sector.

O regadio, a pecuária e o montado de sobro e, em menor escala, a pesca, a silvicultura e outras actividades de exploração florestal para além da cortiça, são elementos fundamentais no sector primário da economia do litoral alentejano, desempenhando um papel fundamental na sustentabilidade e animação das comunidades locais.

A actividade agrícola praticada no Litoral Alentejano caracteriza-se pela coexistência **de duas realidades**: (i) prática de uma agricultura familiar/ tradicional em que a componente de comercialização é exígua, mais presente no interior e (ii) uma

componente de agricultura intensiva, tecnologicamente avançada, alguma da qual exportadora, mais presente no litoral.

Já se regista no Alentejo um amplo leque de produtos agrícolas com denominações protegidas, o que facilita a sua penetração no mercado e a sua internacionalização, potenciada pela proximidade à AML. O desenvolvimento da agricultura biológica já praticada na região é uma das vias para **valorizar o segmento de produções agrícolas com potencial diferenciador**.

O aproveitamento do potencial existente no sector primário (pecuária, regadio e silvicultura, nomeadamente) impõe, numa óptica de maior retenção do valor acrescentado da região, uma **forte aposta na agro-indústria**, seguindo-se o caminho de produções que já beneficiam de reconhecimento internacional como a vitivinícola e a oleica.

O futuro aeroporto comercial de Beja e a sua ligação com os principais centros de produção agrícola através da construção de acessibilidades rodoviárias adequadas constitui uma alavanca fundamental para a dinamização do sector primário, sendo a problemática do escoamento dos produtos agrícolas particularmente sensível no concelho de Odemira.

**Figura 1.1. Análise SWOT do Litoral Alentejano
Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças**

Forças	Fraquezas
Óptica do Território	
<ul style="list-style-type: none"> • Posição geográfica estratégica potenciada pelo pólo logístico de Sines, factor de projecção internacional. • Importância da ruralidade, marca identitária, e da actividade agrícola na região, desempenhando esta uma função essencial no âmbito do ordenamento do território e da coesão social, da salvaguarda do ambiente e do património cultural. • Dimensão média dos centros urbanos do Litoral Alentejano passível de permitir o desenvolvimento equilibrado de um sistema policêntrico de âmbito regional facilitador do planeamento baseado na especialização funcional e na complementaridade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Território repulsivo em termos de migração populacional, regressão estrutural e envelhecimento da população característica da região alentejana com reflexos negativos sobre a iniciativa privada (falta de jovens empresários e exiguidade do mercado) e sobre a dimensão da população activa. • Património monumental e arqueológico com necessidades de recuperação e requalificação.
Óptica das Empresas	
<ul style="list-style-type: none"> • Presença de factores favoráveis ao desenvolvimento do turismo como o descongestionamento, a qualidade ambiental e paisagística, existindo atractivos regionais (recursos arquitectónicos e culturais) capazes de estruturar uma oferta turística diversificada (turismo de sol e praia, turismo desportivo, turismo do ambiente, de natureza e turismo cultural), com impacte ao nível da quebra de sazonalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida escala produtiva e comercial das empresas, falta de diversificação do tecido económico e concentração territorial do valor gerado (resultados económicos do Litoral Alentejano, patentes no seu nível elevado de produtividade e PIB per capita, fortemente dependentes do produto gerado no concelho de Sines).

Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> • Debilidade do tecido empresarial turístico local (empresas familiares, mão-de-obra pouco qualificada), mercado turístico muito dependente do mercado nacional e oferta ainda focada em segmentos que sofrem de sazonalidade da procura.
Óptica das Pessoas	
<ul style="list-style-type: none"> • Recursos humanos mobilizáveis para a modernização da agricultura, o desenvolvimento do turismo e das actividades lógico-industriais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fracas qualificações e nível educacional baixo da população residente e elevados níveis de desemprego (com forte incidência do segmento de desempregados de longa duração). • Forte dificuldade de retenção no território da população jovem, devido à escassez de oportunidades de emprego e falta de atractividade dos centros urbanos (infra-estruturas, serviços de apoio à família e vivência urbana). • Falta de equipamentos de apoio na área da acção social (apoio à criança e ao idoso) e da educação (secundária e superior) aliada a problemas de acessibilidade (rede de transportes públicos e vias de comunicação intra-regionais) traduz-se na perda de qualidade de vida das populações. • Níveis salariais e de poder de compra inferiores à média do país, facto comum a todos os concelhos com excepção de Sines cuja actividade económica induzida pelo pólo industrial e logístico lhe permite apresentar para estes indicadores uma melhor performance.
Oportunidades	Ameaças
Óptica do Território	
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da internacionalização do Litoral Alentejano pela via da concretização de alguns investimentos em curso/projectados com impacto positivo na inter-mobilidade dos transportes e conectividade da rede de acessibilidades, consolidando o papel de Sines no âmbito da Rede Transeuropeia de Transportes. • Forte presença na sub-região de áreas com elevado valor paisagístico e biológico sendo a conservação da natureza uma questão incontornável encarada no PROT como opção estratégica: " a integração sólida entre a gestão de sistemas ambientais e as oportunidades que se oferecem às actividades produtivas". • Aproveitamento da riqueza do património monumental e arqueológico de ponto de vista turístico e de outros produtos como o hipismo e o golfe para derrotar a sazonalidade. • A adequação e redimensionamento das infra-estruturas de suporte aos projectos turísticos com vista a acolher o aumento previsto da densidade populacional e construtiva e requalificação dos pólos urbanos localizados nas áreas de influência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do ordenamento do território e do ambiente bloqueada por instrumentos de ordenamento excessivamente restritivos e morosidade dos processos de tomada de decisão públicos.

Forças	Fraquezas
Óptica das Empresas	
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da Internacionalização do Litoral Alentejano, pela tipologia dos investimentos turísticos projectados/ em curso na Península de Tróia e restante território. • Proximidade de grandes mercados emissores de turistas (Região de Lisboa) e do mercado de emprego e consumo da AML. • Aproveitamento dos recursos endógenos da região para a produção de energias renováveis (p.e. energia eólica). • Território propício ao desenvolvimento de nichos de mercado: desenvolvimento de produtos agrícolas com denominações protegidas, do segmento eco-chic no turismo (aposta em produtos e serviços de qualidade, seguros e saudáveis). • Oportunidades de negócio ao nível da economia social (serviços de apoio à família, de saúde e bem-estar) e do turismo e lazer, essenciais para a revitalização dos pequenos centros rurais e para a melhoria da vivência e atractividade dos centros urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência, numa sub-região com forte vocação turística, de um pólo de concentração de actividades económicas tipicamente geradoras de impactes negativos sobre a qualidade ambiental.
Óptica das Pessoas	
<ul style="list-style-type: none"> • A proximidade em relação a Lisboa, a qualidade de vida e o desenvolvimento esperado da região, conferem-lhe uma forte atractividade residencial, designadamente para quadros superiores, profissionais liberais e artistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não acompanhamento da oferta de mão-de-obra, em quantidade e qualidade, às necessidades de funcionamento dos grandes projectos de investimento em curso, podendo também constituir factor de desmotivação de potenciais novas intenções de investimento.

PARTE II – OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL ALENTEJANO

Um território de excelência ambiental

Um território coeso ao serviço da valorização dos recursos endógenos

Um território de internacionalização e de oportunidades para o turismo sustentável

II.1. Visão, Estratégia, Prioridades e Objectivos

O Litoral Alentejano acolhe, no presente, um conjunto significativo de intenções de investimento, algumas delas de grande envergadura, privado e público, empresarial e familiar, que representam, no essencial, procuras dirigidas à exploração e desenvolvimento de vantagens oferecidas por uma parte do seu território para actividades turísticas (paisagem costeira e património natural), imobiliárias (segundas residências de praia e campo) e logístico-portuárias (Sines), na proximidade geográfica da região de Polarização de Lisboa.

O Litoral Alentejano permanece, no entanto, globalmente, como um **território de baixa densidade humana e empresarial**, com uma demografia regressiva, onde o envelhecimento e a fraca retenção da população jovem e qualificada limitam fortemente o desenvolvimento económico, e **ocupado com base em modelos territoriais difusos**, onde a forte dispersão dos pólos rurais e a relativamente reduzida dimensão dos pólos urbanos se combinam para produzir exigências bastante mais duras na rendibilização das infraestruturas e equipamentos e nas condições da mobilidade intra-regional.

O Litoral Alentejano, embora integre um pólo relevante de internacionalização da economia portuguesa – o porto de Sines na sua configuração actual de eixo central de abastecimento e transformação da “economia do carbono” (petróleo e gás natural) – permanece, também, insuficientemente aberto e internacionalizado nas principais componentes do desenvolvimento económico e social.

O Litoral Alentejano encontra-se, deste modo, numa **encruzilhada estratégica** onde as novas intenções de investimento turístico, o desenvolvimento previsto de infraestruturas cruciais de mobilidade e a diversificação competitiva do porto de Sines, geram expectativas e reacções, nem sempre convergentes, ao mesmo tempo que favorecem uma adesão mais alargada às vantagens da cooperação entre os seus pólos diferenciados na criação de novos factores de atractividade que permitam agarrar as novas oportunidades que se desenham.

O Litoral Alentejano é, no **presente**, um território onde são tão visíveis os **sinais** de uma efectiva possibilidade de **progresso económico e social** como os **perigos** do aprofundamento, quer das

assimetrias espaciais e sociais internas, quer do **desequilíbrio no ritmo de crescimento** das actividades económicas com relevância na região.

A **visão** que orienta a estratégia proposta para o desenvolvimento do Litoral Alentejano toma, por isso e sem hesitação, o **referencial dos avanços a alcançar no futuro**, em vez do referencial dos atrasos acumulados no passado, isto é, dá uma prioridade muito clara à concretização dos resultados do progresso económico e social efectivamente possível, ao mesmo tempo que confia na capacidade de enfrentar com sucesso os riscos da produção de novos desequilíbrios. A visão subjacente à estratégia de desenvolvimento proposta para o Litoral Alentejano integra-se plenamente, deste modo, na substância e na forma das grandes orientações comunitárias para o actual período de programação estrutural, assumindo a necessidade de uma **nova articulação entre coesão e competitividade** e as **exigências acrescidas do objectivo de convergência** onde a região do Alentejo é enquadrada.

O elemento central da visão construída para a estratégia "LITORAL ALENTEJANO 2020" parte desta **tensão** entre o **crescimento económico**, que tende a acelerar de forma desequilibrada, e o **desenvolvimento humano e social**, que só pode encontrar a sua sustentabilidade num progressivo alargamento dos espaços e organizações nele inseridos, para valorizar o dinamismo induzido pelas mudanças impostas pela aceleração dos processos de **abertura e internacionalização** e fundamentar a construção uma capacidade de adaptação a novas exigências e desafios com suficiente potencial para promover o reforço da **coesão territorial** da região.

A estratégia "LITORAL ALENTEJANO 2020" é, em primeiro lugar, uma estratégia centrada nas **oportunidades económicas de mudança** para permitir ao Litoral Alentejano enveredar por um caminho de forte **abertura e diversificação de actividades**, atraindo investimentos e empresas, competências e serviços, residentes e visitantes, que permitam uma nova articulação entre funções locais, regionais, nacionais, ibéricas e internacionais, portadora dos canais de criação riqueza e de aumento da produtividade necessários para estabilizar os ciclos de crescimento gerando empregos a um ritmo bem mais elevado.

A estratégia "LITORAL ALENTEJANO 2020" é, em segundo lugar, uma estratégia centrada nas **responsabilidades sociais de conservação** da diferença positiva da região, em termos de natureza, e da sua singularidade, em termos de povoamento, património e organização, para permitir ao Litoral Alentejano construir e promover uma trajectória de **atractividade e qualidade**, dando viabilidade e sustentabilidade à afirmação de condições de vida onde a baixa densidade e o descongestionamento não impliquem um travão à modernidade ou às oportunidades de escolha, portadora da iniciativa e do dinamismo necessários para estancar as dinâmicas económicas e sociais regressivas e a desertificação.

A visão que estrutura a estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020” foi construída em torno de um conjunto restrito de **objectivos credíveis**, porque fazem sentido e podem ser alcançados, sem deixarem de ser, ao mesmo tempo, **ambiciosos**, para motivarem as populações, gerando acções concretas conduzidas com determinação.

A visão que estrutura a estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020” comporta uma **afirmação progressiva** de **novas formas de entendimento** quer **do seu posicionamento territorial**, quer **dos factores de competitividade** das suas actividades económicas e quer **das suas condições de atractividade** para as pessoas e as empresas. A visão subjacente à estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020” é sustentada, assim, por um **voluntarismo positivo**, por um “**querer**”, alimentado por um novo entendimento:

- Da posição do Litoral Alentejano no **espaço territorial nacional, ibérico e europeu**, apostando determinadamente no desenvolvimento de formas de intermediação qualificada entre mercados alargados, na mobilidade de bens agrícolas e industriais e de fluxos turísticos, acelerando a sua abertura e internacionalização, para se afirmar, de forma específica, como espaço integrante e activo no aprofundamento das **relações económicas** entre as regiões **capitais de Portugal e Espanha**, no acolhimento da **projectão das regiões europeias**, atlânticas e continentais, mais desenvolvidas sobre a **Europa do Sul** e no acompanhamento do **esforço global do Alentejo** para encontrar na sua orientação para **actividades transaccionáveis** e **mercados alargados** a alavanca do combate à regressão demográfica e ao crescimento insuficiente;
- Dos caminhos da **diversificação das actividades económicas** do Litoral Alentejano, apostando numa **combinação**, com suficiente diversidade, profundidade e inovação, dos **factores competitivos** associados à transformação e/ou **valorização dos recursos naturais** (endógenos, seguramente, mas, também, exógenos) com os factores competitivos da **mobilidade logística** (de mercadorias, seguramente, mas também, de pessoas), isto é, apostando em desbravar novos espaços de aglomeração de **actividades produtivas** potenciados pela **diversificação das capacidades do Porto de Sines** e pela operacionalização da sua ligação a uma rede competitiva de serviços ferroviários, acolhendo e dinamizando sem hesitações os investimentos que permitam desenvolver formas inovadoras de **turismo sustentável** (incorporando, seguramente, o turismo residencial, mas derrotando a sua sazonalidade com produtos solidamente ancorados na originalidade da região e da sua paisagem, como as actividades náuticas de mar e rio, o acesso às vivências e produtos rurais de qualidade ou as propostas de golfe dotadas de suficiente eco-eficiência) e promovendo as **produções agrícolas competitivas** puxadas pela **distribuição em mercados exigentes**, percebendo a importância decisiva da obtenção de uma massa crítica de serviços empresariais

avanzados, nomeadamente os relativos aos processos de incorporação de conhecimento e inovação no tecido empresarial da região;

- Da importância do empenhamento da prossecução de uma **excelência ambiental** nas condições globais de **atractividade** do Litoral Alentejano, combinando acções concertadas, quer de gestão “preventiva” e “curativa” das externalidades negativas do desenvolvimento económico sobre o ambiente, quer de valorização económica de uma natureza protegida e conservada na sua diversidade, isto é, dando uma elevada atenção quer às condições de **integração** dos pólos urbanos, dos pólos rurais e dos pólos turísticos emergentes entre si e de todos com o património natural, histórico e arquitectónico (valorizando as diferentes “paisagens” do “litoral” e do “interior”), quer às condições de interligação e diferenciação inter-regional, nomeadamente com as regiões de Lisboa e do Algarve.
- Da necessidade de associar aos instrumentos de melhoria da **mobilidade externa**, garantindo quer as indispensáveis ligações externas mais “pesadas” de internacionalização (acessos às infraestruturas portuárias e aeroportuárias, a plataformas logísticas terrestres intermodais e à rede viária principal), quer a melhoria das acessibilidades e conexões da região no seu conjunto servindo, em especial, a integração harmoniosa dos “novos” pólos de turismo sustentável com os “velhos” pólos urbanos, os instrumentos de gestão de uma **mobilidade interna aumentada**, traduzidos numa rede viária municipal e em serviços de transportes susceptíveis de integrar todos os pólos no espaço regional de oportunidades e equipamentos, isto é, promovendo a coesão interna através do acesso da população a serviços dotados de suficiente rentabilidade económica e racionalidade territorial, nomeadamente os relativos à saúde, à educação e à cultura;

A visão subjacente à estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020” é sustentada, também, por um voluntarismo negativo, por um “**não querer**”, alimentado pelas lições das experiências portuguesas e europeias que aconselham a saber dizer não:

- Ao desenvolvimento de um modelo turístico de banda demasiado estreita nos seus produtos (oferta de imobiliária de lazer para procuras originadas em escassos mercados europeus) e nos seus “tempos” (forte sazonalidade), limitado à costa e ao litoral e originando uma pressão excessiva sobre recursos naturais que importa conservar e proteger;
- Ao abandono precipitado dos recursos e capacidades “tradicionais” da região que comportam, ainda, ao contrário, um potencial nada desprezível de valorização económica e social, em especial no que respeita ao mundo rural, ao dinamismo cultural e à paisagem conservada;

- À acentuação do peso relativo das actividades associadas à “economia do carbono” e à permanência de uma forte preponderância da lógica do “estabelecimento”, gerido estrategicamente a partir do exterior, na organização do tecido empresarial regional, agravando as dificuldades de controlo das externalidades negativas ambientais e passando ao lado da densificação dos serviços às empresas e das vantagens de eficiência colectiva;
- Ao prosseguimento da perda de população permanente, limitando a afirmação dos pólos urbanos nos novos eixos de competitividade associados às actividades e serviços mais criativos do mundo da “cidade”, hipotecando decisivamente a sustentabilidade dos pólos rurais e a sua contribuição para a conservação da natureza e da biodiversidade e passando ao lado da possibilidade de reter e atrair a população mais jovem e mais qualificada cujas competências constituem, na economia moderna, o principal motor do crescimento económico e do emprego.

A visão subjacente à estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020” orienta-se por uma motivação de pôr termo a uma região demasiado sujeita a grandes oscilações nos ritmos de crescimento económico e onde grande parte do território e da população se encontra relativamente fechada a uma plena participação nas oportunidades do mercado interno europeu e, dentro deste, da forte aceleração da integração das duas economias ibéricas, para viabilizar um Litoral Alentejano relevante para o surgimento, em articulação com a projecção global da grande região de Lisboa, de **um novo modelo de desenvolvimento do Alentejo mais internacional, mais competitivo, dotado de maior coesão interna e, sobretudo, mais sustentável.**

A visão subjacente à estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020” prioriza as **sinergias**, obtidas num número limitado de eixos transversais, para garantir uma efectiva superação da encruzilhada estratégica da região, agarrando as oportunidades do futuro próximo, seja através da aceleração da sua **abertura e da internacionalização**, desbravando novas funções de intermediação económica alargada, seja através da **diversificação da sua base económica e empresarial**, seja através da concretização de um conjunto alargado de iniciativas centradas na **promoção da excelência ambiental.**

A visão subjacente à estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020” apoia-se, finalmente, numa lógica de **cooperação reforçada**, seja no plano **público-público**, com um novo modelo de governança suportado, quer por um compromisso explícito de colaboração intermunicipal em projectos estruturantes, quer pela concertação e negociação com as autoridades nacionais, centrais ou desconcentradas, seja no plano **público-privado**, com uma nova atitude de captação, acolhimento e acompanhamento de iniciativas e investimentos privados e de promoção global da região numa lógica de marketing territorial.

A visão subjacente à estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020” traduz-se em **cinco grandes eixos estratégicos de intervenção** que suportam outras tantas áreas ou “territórios” de aglutinação coerente de intervenções regionais estruturantes, de intervenções intermunicipais e de intervenções municipais de relevância regional, complementadas por intervenções da administração central, que configuram condições necessárias indispensáveis, cuja articulação será decisiva para o desenvolvimento operacional do plano de acção que concretiza a estratégia “LITORAL ALENTEJANO 2020”:

- **EIXO 1: Território de Internacionalização:** Afirmar o Litoral Alentejano como território de internacionalização, moldado pela articulação do aprofundamento competitivo das actividades aglomeradas em torno da plataforma logístico-portuária de Sines com a dinamização de um novo pólo de afirmação do turismo sustentável, contribuindo quer para a aceleração da abertura global do Alentejo, quer para a qualificação das funções assumidas no desenvolvimento da grande região de polarização de Lisboa.
- **EIXO 2: Território de Excelência Ambiental:** Posicionar o Litoral Alentejano como território de excelência ambiental, construído e afirmado através de uma combinação criteriosa e coerente de intervenções defensivas – a minimização dos impactos negativos do pólo industrial energético de Sines – e ofensivas – a promoção da qualidade ambiental como valor central da atractividade económica e social da região
- **EIXO 3: Território de Valorização Competitiva dos Recursos Endógenos:** Valorização competitiva dos recursos endógenos, alargando a base das iniciativas empresariais e das “jazidas” de emprego pela valorização das produções primárias diferenciadas e pela valorização dos recursos patrimoniais singulares e dinamização do território quer, pela modernização dos pólos rurais de baixa densidade, quer pela melhoria competitiva dos seus pólos urbanos, organizados numa lógica de rede de complementaridades e sinergias
- **EIXO 4: Território de Coesão Económica e Social:** Tornar o Litoral Alentejano um território mais coeso do ponto de vista económico e social, reconhecido pela sua atractividade global enquanto espaço com qualidade de vida (pelo descongestionamento, pela segurança e pela integração numa natureza conservada), potenciando a rendibilização dos equipamentos e a qualificação dos serviços às famílias, devidamente suportado pela viabilização de vias e serviços de mobilidade interna.
- **EIXO 5: Território de “bom governo”:** O Litoral Alentejano como território de “bom governo” suportado por um modelo de governança regional alicerçado na

associação de municípios, no plano das decisões políticas com legitimidade democrática, e em de modelos de agência regional de desenvolvimento, no plano da operacionalização eficiente dos projectos, numa lógica mais próxima da racionalidade empresarial, articulando ambientes atractivos de decisão rápida para empresas e famílias.

II.2. Coerência, Integração e Sinergias da Estratégia do Litoral Alentejano com a Estratégia Regional, Nacional e Comunitária

A articulação em termos de coerência e sinergias dos eixos estratégicos avançados para o Litoral Alentejano são reveladores de fortes relações de interdependência com a estratégia regional definida para a região do Alentejo e com os principais documentos de orientação estratégica de âmbito nacional e comunitária, definidos para o mesmo horizonte temporal.

A opção pela definição de uma Estratégia global e pelo desenho de um Plano de Acção que abrange as intervenções previstas para a região desde que envolvam a participação dos agentes públicos (de forma individual ou em parceria com actores privados) permitiu uma integração adequada, quer dos princípios e orientações definidos a nível da União Europeia (ver Caixa 3). quer das prioridades estratégicas definidas a nível nacional, em matéria de programação estrutural, no âmbito do QREN (ver caixa 4), em termos de Ordenamento do Território (ver caixa 5), desenvolvimento rural (ver caixa 6) quer com a estratégia para a região formulada no Programa Operacional Regional (ver caixa 7).

Caixa 3 – Orientações Estratégicas Comunitárias da Política de Coesão para o período de Programação Estrutural (2007-2013)

A preparação do actual ciclo de programação dos Fundos Estruturais da União Europeia integrou, simultaneamente, preocupações de natureza mais defensiva (reactiva) ou mais ofensiva (pró-activa), associadas, nomeadamente, às novas realidades de diversidade interna criadas pelo alargamento, aos novos desafios colocados pela aceleração da globalização em articulação com um desempenho modesto em matéria de crescimento e emprego, à reavaliação dos esforços de prossecução dos objectivos de coesão económica e social e à necessidade de renovação e operacionalização da “estratégia de Lisboa”. Este contexto conduziu a uma progressiva maturação de orientações estratégicas e modelos instrumentais que representa, em relação à experiência anterior, uma mudança bastante significativa, que pode mesmo ser considerada como podendo **originar uma nova geração de programas e políticas públicas** visando promover um “desenvolvimento equilibrado, harmonioso e sustentável”.

O conteúdo das **Orientações Estratégicas Comunitárias em matéria de Coesão**, impulsionada por uma nova articulação nas várias dimensões territoriais (comunitária, nacional e regional) entre as **prioridades da União Europeia** e os **pilares do desenvolvimento sustentável** (convergência; cooperação territorial; competitividade e inovação; emprego e inclusão social; protecção ambiental e prevenção de riscos), pode ser sistematizado em torno de cinco direcções principais de transformação:

- Uma abordagem mais **estratégica** centrada nas **prioridades globais** da União devidamente adaptadas e integradas em quadros nacionais de referência estratégica (coordenação mais eficiente das iniciativas nacionais e comunitárias);
- Uma menor dispersão dos recursos alcançada pela **concentração das intervenções em termos temáticos** (nas **prioridades de Lisboa e Gotemburgo**, isto é, na competitividade, inovação e sustentabilidade) e orçamentais (nos territórios, regiões e países mais necessitados do ponto de vista da convergência);
- Uma abordagem mais adaptada à **diversidade** interna da União, traduzida numa **maior responsabilização dos países, das regiões e das cidades**, apoiada numa maior **descentralização** e numa maior consideração das **especificidades territoriais** (integração da dimensão urbana, consideração de diversas desvantagens naturais e geográficas, compensação dos sobrecustos das regiões ultraperiféricas);
- Uma **significativa simplificação do modelo de gestão** dos fundos, menos fundos, um fundo por programa operacional, mais forte articulação entre Fundo de Coesão e Fundos Estruturais e uniformização da gestão financeira, regras nacionais de elegibilidade de despesas e programação por prioridade e não por medida);
- Uma busca de maior **eficiência e equilíbrio nos processos de monitorização e controlo**, nomeadamente, através da generalização da regra n+2, da clarificação das responsabilidades da Comissão Europeia e dos Estados Membros, da introdução de condicionantes financeiras associadas ao respeito dos objectivos de convergência e à adopção de mecanismos credíveis de gestão e controlo.

Os objectivos da reforma da política de coesão, procurando, também, responder às necessidades complexas da consolidação do alargamento mais recente da União, comportam duas mudanças potencialmente muito relevantes: a valorização, no **plano estratégico**, da sua articulação criativa com as prioridades comunitárias, em programas, nacionais e regionais, de desenvolvimento, e a valorização, no **plano operacional**, da sua apropriação, no terreno, a um nível mais descentralizado, através de uma partilha mais clara das responsabilidades entre a Comissão, os Estados-Membros e as regiões.

Os objectivos da reforma da política de coesão acolhem, neste quadro, as **grandes recomendações** do “relatório Kok” de avaliação das realizações da “**estratégia de Lisboa**” – a necessidade de instrumentos financeiros ao nível comunitário que suportem uma abordagem mais estratégica e permitam uma maior apropriação pelas regiões e parceiros sociais – e as **grandes propostas** para o seu relançamento na forma de uma “**agenda**” relativa ao “**crescimento e ao emprego**” – uma Europa mais atractiva para investir e trabalhar onde o conhecimento e a inovação sejam os motores do crescimento e as políticas públicas apoiem a iniciativa empresarial na criação de mais e melhores empregos.

O quadro global das orientações para os programas co-financiados a título da política de coesão cobre, deste modo, um conjunto de prioridades que se traduz no aumento das exigências das intervenções estruturais comunitárias em matéria de competitividade e já não exclusivamente centradas na promoção da equidade territorial.

Orientações da Política de Coesão 2007-2013

Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar			
Desenvolver e melhorar as infraestruturas de transportes	Reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento	Enfrentar a utilização intensiva das fontes de energia tradicionais	
Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento			
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial	Promover a sociedade da informação para todos	Melhorar o acesso ao financiamento
Criar mais e melhores emprego			
Atrair e manter um maior nº de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e a flexibilidade do mercado de trabalho	Aumentar o investimento em capital humano, melhorando a educação e as competências	
Reforçar a Capacidade Administrativa		Contribuir para manter uma população activa saudável	
A Dimensão Territorial da Política de Coesão			
A contribuição das cidades para o crescimento e o emprego		Apoiar a diversificação económica das zonas rurais, pesqueiras e com desvantagens naturais	
Cooperação Transfronteiriça:	Cooperação Transnacional	Cooperação Interregional	

O estabelecimento das orientações da política de coesão para o próximo período de programação encontra, neste quadro, um novo fundamento, através dum esforço de clarificação dos principais eixos onde o **contributo da política de coesão para os objetivos da estratégia de Lisboa renovada**, nesta lógica de procura de novas sinergias, pode ser reforçado, que conduziu, nomeadamente, à identificação dos seguintes terrenos de acção:

- Reforçando a **capacidade de investimento das regiões com maior capacidade de "catching-up"** nas actividades com elevado potencial de crescimento e nos factores dinâmicos da competitividade (capital humano, adaptabilidade, investigação, infraestruturas, tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente) **renovando**, desse modo, a **abordagem da convergência** enraizando-a mais solidamente na criação sustentável de empregos;
- Mobilizando **recursos nacionais** adicionais, públicos e privados, afectados a estratégias coerentes de desenvolvimento num horizonte de médio e longo prazo, explorando adequadamente quer o grau de **adicionalidade dos fundos estruturais**, quer as **complementaridades com outras políticas comunitárias**, alavancando a eficácia da sua execução;
- Promovendo uma **abordagem integrada da coesão territorial**, permitindo a construção de **estratégias regionais específicas** integrando dimensões económicas, sociais e ambientais e facilitando a adopção de **modelos de governança** (qualidade e produtividade do sector público, eficácia e transparência na gestão dos fundos estruturais, dinamização das lógicas de rede e parceria) susceptíveis de permitir uma melhor apropriação da estratégia de Lisboa a nível infranacional.

Síntese elaborada por AM&A com base na Decisão do Conselho relativa às Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão – COM (2006) 386 final

Caixa 4 – O Quadro Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)

O **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)**, desenvolvido no contexto das novas orientações e princípios da política comunitária de coesão, assume de forma explícita o reajustamento estratégico das políticas comunitárias afirmando a renovação da política regional nacional e atribuindo “inequívoca prioridade à integração eficaz das intervenções pública e privadas de investimento de base territorial.

As novas orientações enquadram-se, também, em grande medida, com as lições retiradas da avaliação de resultados e impacte do QCA III em Portugal que apontavam no sentido da programação ter sido marcada por:

- Insuficiente concentração do financiamento nos domínios-chave correspondentes aos grandes problemas de desenvolvimento do país;
- Insuficiente alinhamento dos instrumentos operacionais e dos projectos apoiados;
- Insuficiente atenção aos problemas da acção colectiva nos domínios da inovação e da valorização dos recursos humanos;
- Insuficiente atenção ao reforço da capacidade institucional da Administração Pública;
- Insuficiente enfoque na qualidade e na eficiência e sustentabilidade das operações co-financiadas;
- Subavaliação do factor tempo necessário à produção de efeitos de natureza sistémica.

O QREN surge, neste contexto, prioritariamente orientado para a promoção da qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, como factores fundamentais de desenvolvimento competitivo sustentado e equilibrado do país, das suas regiões e empresas, nas vertentes económica, sócio-cultural e de qualificação territorial.

Prioridades Estratégicas do QREN

Promover a qualificação dos Portugueses	Desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade.
Promover o crescimento sustentado	Através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante.
Garantir a coesão social	Actuando em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social
Assegurar a qualificação do território e das cidades	Traduzida em especial nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.
Aumentar a eficiência da Governação	Privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação

A concretização destes desígnios estratégicos deverá assentar num modelo de programação estrutural promotor de um **aumento da eficiência, concentração e selectividade na utilização de recursos**, privilegiando a produção e sustentação de resultados e de impactos económicos, sócio-culturais e de qualificação territorial, fomentando, sempre que possível, o **desenvolvimento de parcerias público-privado**, a cooperação e o funcionamento em rede, e a deslocação do centro das prioridades para **projectos progressivamente mais integrados e estruturantes, às escalas supramunicipal, regional e nacional**.

O QREN, com base nestes desígnios e princípios, estabelece três **agendas temáticas**, organizadas de forma a incluir as seguintes grandes orientações:

- Agenda Operacional para **Potencial Humano**, apoiando a educação e formação profissional, incluindo a formação avançada, seja ao nível do emprego privado, seja ao nível do emprego público, promovendo-se, dessa forma, a coesão social, a empregabilidade e mobilidade e a igualdade de oportunidades, numa envolvente estrutural propiciadora da inovação de base empresarial e do conhecimento científico e tecnológico.
- Agenda Operacional para **Factores de Competitividade**, apoiando a I&D, a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, a modernização e internacionalização empresariais, a atracção e manutenção, no espaço nacional, de iniciativas e investimentos empresariais estruturantes e o reforço da eficiência, qualidade e credibilidade das instituições públicas, reduzindo-se os custos públicos de contexto e melhorando-se a eficiência colectiva e a regulação das actividades económicas e empresariais, dando-se, dessa forma, passos seguros no sentido da construção e afirmação progressivas de uma Sociedade de Informação e Conhecimento em Portugal.
- Agenda Operacional para **Valorização Territorial**, apoiando intervenções ao nível de infra-estruturas, redes e equipamentos e da capacitação institucional em domínios como a logística, transportes, ambiente e energia, património e prevenção e gestão de riscos e em áreas sociais como a saúde, educação, cultura e desporto.

A **organização operacional do QREN** é efectuada através de três Programas Operacionais Temáticos e Programas Operacionais Regionais, correspondentes a cada uma das NUTS II, que asseguram a prossecução, à escala regional das prioridades temáticas relativas aos factores competitivos e à valorização territorial, numa lógica desejável de complementaridade entre estes dois níveis de intervenção operacional (nacional e regional), evitando fenómenos de concorrência e sobreposição. Os PO das Regiões Autónomas são configurados de acordo com as prioridades definidas ao nível dos respectivos Governos Regionais, sem prejuízo da coerência estratégica global do QREN.

O **modelo de governação do QREN** procura incorporar as lições da experiência dos períodos de programação anteriores valorizando, entre outros aspectos, o resultado das práticas de contratualização revelando que *“o processo de contratualização é um instrumento de robustecimento do nível supra municipal, contribui para elevar os níveis de planeamento estratégico de nível supramunicipal e cria condições favoráveis para uma gestão mais eficaz e eficiente dos fundos comunitários”* (QREN, p.101).

O modelo de governação do QREN adapta-se igualmente aos novos objectivos e desenho operacional atribuindo maior relevância às funções de âmbito estratégico e realçando **“as consequências relevantes na contratualização da execução de componentes da programação – que será consequentemente objecto de delegação, designadamente, em entidades da Administração Central e em Associações de Municípios.”** (QREN, p.107).

Síntese elaborada por AM&A com base do documento Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013, editado pelo Observatório do QCA III em Setembro 2007.

Caixa 5 – O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

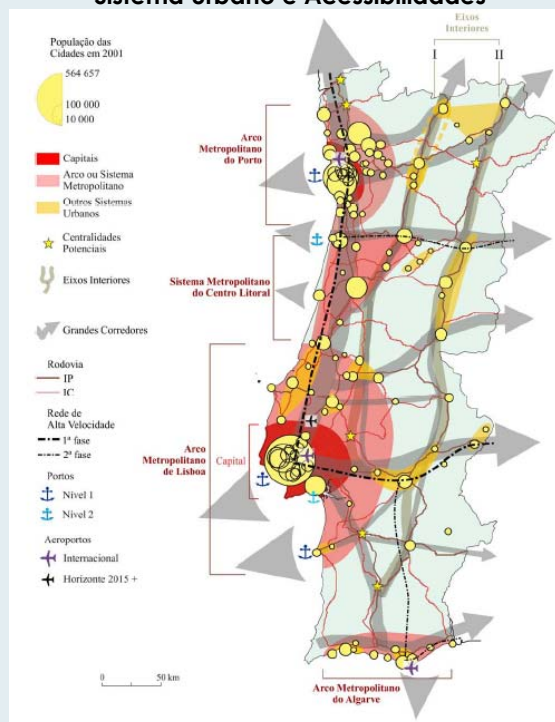
No quadro do regime jurídico de gestão do ordenamento do território, o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)** constitui um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional, com precedência em relação aos restantes **instrumentos de gestão territorial**.

Tendo por base a identificação dos grandes problemas que o país enfrenta do ponto de vista do ordenamento do território, o **PNPOT** propõe uma **visão para ordenamento do território nacional no horizonte 2025** assente num conjunto opções estratégicas que são incorporadas quer no **Modelo de Territorial** (ver figura ao lado) quer no **Programa de Políticas**.

O Programa de Políticas está organizado em torno de **seis grandes objectivos estratégicos** (ver quadro seguinte) que são estruturados num conjunto articulado de objectivos específicos e medidas que desenvolvem e concretizam a estratégia e que “representam também um quadro integrado de compromissos das políticas com incidência territorial na prossecução dessa estratégia”.

O PNPOT assume-se também como *plataforma de encontro e resultado de uma forte concertação de políticas sectoriais com implicação na organização e ocupação do território*.

PNPOT: Modelo Territorial do Sistema Urbano e Acessibilidades



Objectivos Estratégicos do PNPOT

Objectivo Estratégico 1	Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.
Objectivo Estratégico 2	Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.
Objectivo Estratégico 3	Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
Objectivo Estratégico 4	Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
Objectivo Estratégico 5	Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.
Objectivo Estratégico 6	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

As propostas apresentadas no Programa de políticas representam um comprometimento de diversos actores na *prossecução dos objectivos estratégicos estabelecidos* o que “*confere a segurança e a estabilidade necessárias para o seu desenvolvimento através de outros instrumentos de política com incidência territorial*”

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Lei nº 58 de/2007 de 4 de Setembro rectificado pela declaração nº 80-A de 7/09/2007.

Caixa 6 – O Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER, 2007-2013)

O **Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)**, decorre do Plano Estratégico Nacional (PEN) e da sua vertente dedicada ao Desenvolvimento Rural (DR) que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Num quadro institucional de alteração gradual da Política Agrícola Comum (PAC) que se tem vindo a processar desde 2003, importa implementar instrumentos que consubstanciem a opção de crescente liberalização da actividade no seio das fileiras do sector da agro-pecuária e floresta e de apoio e defesa do Ambiente e da Gestão do Espaço Rural.

A intervenção do FEADER no território português preocupa-se pois em explorar as áreas de competitividade agrícola e florestal não exploradas ou com potencial de crescimento nos mercados em que actuam. Paralelamente preocupa-se com a sustentabilidade ambiental destas actividades e com a defesa do património ecológico. Nesta perspectiva, a defesa do Espaço Rural, incide ainda na manutenção e fixação de pessoas através do desenvolvimento de actividades integradas nos respectivos sectores de actividade.

Assim as novas orientações deste Programa visam a concretização dos objectivos concretizados no FEADER e do PEN.

Objectivos FEADER e Nacionais do PRODER:

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano. Promover a inovação. Restruturar e desenvolver o potencial físico. Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.
Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da rede Natura e outras. Proteger os recursos hídricos e o solo. Contribuir para a atenuação das alterações climáticas. Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.
Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Diversificar a economia rural. Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais
Melhorar a Governança das Zonas Rurais	Valorizar o potencial de desenvolvimento local. Desenvolver competências nas zonas rurais. Melhorar a governança local.

A **organização operacional do PRODER** é efectivada através de quatro Sub-Programas ou Eixos:

- Sub-Programa 1: **Promoção da Competitividade** - integrado no primeiro objectivo, procura reestruturar o potencial físico e humano, promover a inovação e melhorar a qualidade de produção e dos produtos agrícolas.
- Sub-Programa 2: **Gestão Sustentável do Espaço Rural** – operacionaliza os objectivos definidos no objectivo 2.
- Sub-Programa 3: **Dinamização das Zonas Rurais** – enquadrado no objectivo 3 e 4 consubstanciando-se, nomeadamente, pela iniciativa *Leader*, busca diversificar a economia rural e a melhoria de qualidade de vida e desenvolver competências nas zonas rurais
- Sub-Programa 4: **Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências** – Integrado também no primeiro objectivo, pretende aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano e promover a inovação.

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa de Desenvolvimento Rural, Novembro de 2007.

Caixa 7 – A Estratégia Regional e o Programa Operacional da Região Alentejo

As grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do Alentejo no período de programação 2007-2013 foram estabelecidas com duas motivações essenciais: “uma, ligada ao esforço de renovação do modelo económico, visando uma aceleração significativa da competitividade e atractividade económica da região” e “outra, ligada ao esforço de consolidação, racionalização e valorização dos investimentos estruturantes já realizados”.

Eixos Estratégicos	Objectivos Globais
Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potenciar a iniciativa empresarial ▪ Aumentar a inserção na cadeia de valor das actividades tradicionais ▪ Diversificar o perfil especialização pela integração actividades de conteúdo tecnológico e valor acrescentado ▪ Implementar um sistema de C&T associado ao desenvolvimento empresarial
Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar a inserção da região nas redes internacionais ▪ Melhorar as acessibilidades e a mobilidade regional ▪ Dinamizar a logística regional ▪ Aumentar a atractividade externa da economia regional ▪ Melhorar a eficiência e transparência da governação
Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar o sistema urbano e promover a sua articulação ▪ Assegurar uma adequada coesão social e territorial ▪ Assegurar maior eficiência na gestão dos recursos naturais ▪ Valorizar o património natural

A estratégia de desenvolvimento preconizada para o Alentejo, como qualquer exercício desta natureza, é abrangente e estabelece os grandes princípios orientadores para a construção da visão estabelecida. A prossecução da estratégia exige o empenho de todos os actores e encontra nos fundos comunitários uma alavanca importante para a sua operacionalização.

O Programa Operacional do Alentejo é, neste contexto, apenas um dos instrumentos dos fundos estruturais que deve contribuir para a prossecução da estratégia da região e assume, naturalmente, as orientações estruturantes do QREN e o novo quadro mais exigente e complexo para a política regional com a introdução dos objectivos da Estratégia de Lisboa (conhecimento, inovação e competitividade, para assegurar crescimento e emprego) e da Agenda de Gotemburgo (desenvolvimento sustentável).

O PO do Alentejo evidencia, na estruturação dos seus eixos e objectivos, uma clara articulação com as grandes prioridades estratégicas definidas no “Alentejo 2015”, estabelecendo uma perfeita simbiose entre os seus objectivos específicos e os previstos na estratégia regional. A tabela seguinte apresenta os principais domínios de articulação entre o PO Regional e a estratégia da região.

Articulação entre a Estratégia Regional e os eixos prioritários do PO do Alentejo

Eixos Prioritários do Programa Operacional do Alentejo	Prioridades Estratégicas da Região Alentejo		
	Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental
I – Competitividade, inovação e conhecimento	●	●	
II – Desenvolvimento urbano	●		●
III – Conectividade e articulação territorial		●	●
IV – Qualificação ambiental e valorização do espaço rural			●
V – Governação e capacitação institucional		●	
VI – Assistência técnica			

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa Operacional da Região Alentejo, Setembro de 2007.

A análise de coerência dos eixos estratégicos definidos para o Litoral Alentejano com os princípios e orientações comunitárias em matéria de coesão (ver Figura 2.1.) apresenta um grau de articulação elevado, resultante da ênfase que a estratégia do Litoral Alentejano coloca em termos de reforço das sinergias entre a protecção ambiental e a competitividade económica, nomeadamente através do desenvolvimento de um pólo sustentado de desenvolvimento turístico ou, por exemplo, quando valoriza o Pólo Industrial e Logístico de Sines enquanto elemento da rede de conectividade da Península Ibérica e “porta ocidental atlântica da Europa”.

Figura 2.1. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano e as Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão

Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano	Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão Prioridades			
	Tomar a Europa e as suas Regiões mais atractiva para investir e trabalhar	Melhorar os Conhecimentos e a inovação em Prol do Crescimento	Criar mais e melhores empregos	Dimensão Territorial da Coesão
Eixo I: Território de Internacionalização				
Eixo II: Território de Excelência Ambiental				
Eixo III: Território de Valorização Competitiva dos Recursos Endógenos				
Eixo IV: Território de Coesão Económica e Social				
Eixo V: Território de Bom Governo				

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

Os eixos estratégicos definidos para o Litoral Alentejano apresentam, igualmente, uma forte articulação com as prioridades estratégicas definidas no QREN (ver figura 2.2.). Esta articulação é objecto de maior detalhe, na parte relativa ao plano de acção, avaliando o contributo das várias acções integradas propostas para a região, para a concretização das agendas temáticas do QREN e para os objectivos da cooperação territorial europeia com aplicação à região (Cooperação Transnacional – Espaço Atlântico, Espaço Sudoeste Europeu e Espaço Mediterrâneo e Cooperação Inter-regional, incluindo o PO de Redes).

Figura 2.2. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano e as Prioridades Estratégicas definidas no QREN

Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano	Prioridades Nacionais – QREN 2007-2013				
	Promover a Qualificação dos Portugueses	Promover o Crescimento Sustentado	Garantir a Coesão Social	Assegurar a Qualificação do Território e das Cidades	Aumentar a Eficiência da Governação
Eixo I: Território de Internacionalização					
Eixo II: Território de Excelência Ambiental					
Eixo III: Território de Valorização competitiva dos Recursos Endógenos					
Eixo IV: Território de Coesão Económica e Social					
Eixo V: Território de Bom Governo					

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

A acentuação dos aspectos do policentrismo, da conservação e valorização do património natural e paisagístico, a utilização sustentável dos recursos energéticos, a monitorização dos riscos e o reforço da competitividade de Portugal e a sua integração nos espaços ibéricos europeu atlântico e global são alguns dos elementos que evidenciam a articulação e coerência entre o PN POT e a estratégia proposta para o Litoral Alentejano (ver figura 2.3.).

Figura 2.3. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano e os Objectivos Estratégicos do PN POT

Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano	Objectivos Estratégicos Programa Nacional Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT)					
	OE 1 – Conservar e valorizar a biodiversidade (...)	OE 2 – Reforçar a Competitiv. Territorial de Portugal (...)	OE3 – Promover o desenv. Policêntrico (...)	OE4- Assegurar a equidade territorial (...)	OE5 – Expandir as redes e infra-estruturas (...)	OE6 – Reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial ...
Eixo I: Território de Internacionalização	●	●	●	◐	●	◐
Eixo II: Território de Excelência Ambiental	●	●	◐	●	◐	◐
Eixo III: Território de Valorização Competitiva dos Recursos Endógenos	●	●	◐	●	◐	◐
Eixo IV: Território de Coesão Económica e Social	◐	◐	●	●	●	◐
Eixo V: Território de Bom Governo	◐	◐	◐	●	●	●

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

A estratégia do Litoral Alentejano, ao avançar com uma aposta nas produções agrícolas competitivas orientadas para a distribuição em mercados de procura sofisticada e ao valorizar as actividades tradicionais e um modelo de turismo sustentável, revela, igualmente, uma forte articulação com a estratégia e principais orientações em matéria de Desenvolvimento Rural, nomeadamente, o reforço da competitividade das fileiras agrícolas, a promoção da sustentabilidade dos recursos naturais e a revitalização económica e social dos espaços rurais (ver Figura 2.4.).

Figura 2.4. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano e os Objectivos Estratégicos definidos no Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PRODER)

Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano	Objectivos Estratégicos definidos no Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PRODER)			
	Aumentar a Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Melhorar a governança das zonas rurais
Eixo I: Território de Internacionalização	◐	●	◐	◐
Eixo II: Território de Excelência Ambiental	◐	●	◐	◐
Eixo III: Território de Valorização Competitiva dos Recursos Endógenos	●	●	◐	◐
Eixo IV: Território de Coesão Económica e Social	◐	◐	●	◐
Eixo V: Território de Bom Governo	◐	◐	◐	●

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

A articulação da estratégia regional do Litoral Alentejano com a estratégia regional da região Alentejo, formulada no respectivo Programa Operacional Regional, apresenta (ver figura 2.5.), um grau elevado de articulação e sinergias, contribuindo de forma relevante para a realização dos Eixos Estratégicos propostos no PO Regional. Em particular, a estratégia do Litoral Alentejano realça:

- O **Desenvolvimento Empresarial, criação de riqueza e emprego (Eixo Estratégico I)**, quando fomenta a diversificação das actividades económicas, apostando nos factores competitivos associados à transformação e valorização dos recursos endógenos;
- A **Abertura ao exterior da economia, sociedade e território ao exterior, (Eixo Estratégico II)**, quando aposta na internacionalização quer por via da afirmação do pólo logístico portuário de Sines, quer pelo desenvolvimento de um modelo de turismo sustentável, quer, ainda, pela reforço da competitividade de algumas fileiras agrícolas.
- A **Melhoria Global da Qualidade Urbana, Rural e Ambiental (Eixo Estratégico III)** através do desenvolvimento de uma estratégia de excelência ambiental que reforça as condições globais de atractividade da região, valorizando a complementaridade e articulação em rede dos diversos pólos urbanos e rurais.

Figura 2.5. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano e as Prioridades Estratégicas da Região Alentejo

Eixos Estratégicos do Litoral Alentejano	Prioridades Estratégicas da Região Alentejo 2007-2013		
	Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental
Eixo I: Território de Internacionalização	●	●	●
Eixo II: Território de Excelência Ambiental	●	●	●
Eixo III: Território de Valorização Competitiva dos Recursos Endógenos	●	●	●
Eixo IV: Território de Coesão Económica e Social	●	●	●
Eixo V: Território de Bom Governo	●	●	●

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

Os resultados obtidos na avaliação da articulação, grau de coerência e sinergias da estratégia definida para o Litoral Alentejano com a estratégia regional proposta para a região Alentejo, no respectivo Programa Operacional Regional, sintetizam a análise detalhada, efectuada, por acção integrada, nas respectivas fichas apresentadas na Parte III – Plano de Acção.

PARTE III - PLANO DE ACÇÃO

O plano de acção do Litoral Alentejano constitui o instrumento de operacionalização dos eixos assumidos como estratégicos para a região no período 2008-2013, no quadro global da visão adoptada e no âmbito mais específico da necessidade de estabelecer a sua articulação com o conjunto concreto de intervenções, físicas e imateriais, a realizar nesse período.

A preocupação de dotar o Plano de Acção de uma estrutura simples e operacional, mas que simultaneamente responda aos desafios e prioridades colocadas na estratégia, levou a que se definisse uma tipologia das intervenções (ver caixa 8) que integra os princípios orientadores para o actual período de programação estrutural, nomeadamente, em matéria de concentração, selectividade e focalização dos investimentos e acções a desenvolver. Neste sentido, procurando, igualmente, respeitar os princípios fixados para a governação do QREN (em particular o Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril) optou-se por considerar como unidade elementar de intervenção, no plano de acção, a **operação**, entendida como “cacho de projectos” que integra “**um projecto ou um grupo de projectos coerentes que permitam alcançar os objectivos do eixo prioritário a que se referem**” - cfr. alínea a) do n.º1 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro.

Paralelamente, na estruturação dos Eixos Estratégicos adoptou-se o mesmo conjunto de princípios, nomeadamente, organizando os vários eixos em torno de **objectivos específicos** e de **acções integradas** entendidas como “**mobilizando operações de tipologias diversas de forma coerente e integradas**” e que “**propiciem fortes sinergias e uma maior escala territorial ao nível dos benefícios que produzem no território**”¹.

A estruturação dos seis eixos estratégicos definidos para a região em objectivos específicos e acções integradas é apresentado na figura **3.1. Eixos Estratégicos, Objectivos e Acções Integradas para o Litoral Alentejano**.

¹ Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, Orientações para a contratualização, Deliberação aprovada em 19 de Março de 2008.

Caixa 8 - Princípios e Metodologia de Organização do Plano de Acção

Os princípios e metodologia de organização e elaboração do plano de acção decorrem da visão do conjunto dos municípios que integram a associação para o desenvolvimento do seu território. O modelo adoptado na elaboração da estratégia regional exige, por isso, a construção de um plano de acção "completo", integrador das acções integradas, operações que conduzam à prossecução dos objectivos definidos, articulando adequadamente as diferentes escalas territoriais, promovendo uma compatibilização das iniciativas dos diversos actores relevantes e valorizando decisivamente os efeitos esperados ao nível da dimensão territorial regional como grande alavanca de coerência e integração das acções e projectos. Esta abrangência ao nível das operações e dos actores envolvidos deve, no entanto, ter em consideração o facto de se tratar de uma iniciativa da administração pública, desenvolvida pela respectiva Associação de Municípios.

O plano de acção tem subjacente a definição de uma tipologia de organização das operações que parte da consideração de dois critérios fundamentais. O primeiro critério resulta da aplicação de uma **tipologia de promotores** que considera três universos distintos:

- **Universo da Administração Local:** em que a responsabilidade na implementação das operações se pode estabelecer a três níveis, sucessivamente mais abrangentes do ponto de vista da concertação supra-municipal - **municipal** (envolvendo apenas um município), **multi-municipal** (envolvendo vários municípios integrados da mesma região, mas não a sua totalidade) e **associação de municípios** (envolvendo a totalidade dos municípios integrados na região);
- **Universo da Administração Central:** em que a responsabilidade na implementação das operações está **integralmente** dependente de organismos centrais e desconcentrados da administração central ou de outras entidades do sector público empresarial por si tuteladas;
- **Universo privado:** em que a implementação das iniciativas é da responsabilidade de entidades não **tuteladas** por qualquer nível da administração pública.

As características da iniciativa de elaboração do plano de acção fazem com que, neste caso, as acções desenvolvidas em *parceria público-privado* tenham sido consideradas junto da entidade pública que integra a respectiva parceria. Em particular, as *parcerias público-público* e *público-privado*, nos casos de envolverem alguma entidade da administração local, são sempre englobadas no nível administração local territorialmente mais elevado envolvido na parceria.

O segundo critério baseou-se na definição de uma **tipologia para a escala territorial de abrangência** das operações, considerando a área de influência e raio de acção das intervenções. Neste critério foram considerados três níveis diferentes de raio de acção dos projectos:

- **Local:** Para as operações cujo raio de acção não atinge, mais do que um concelho da região, distinguindo-se entre aquelas que são susceptíveis de organização **em rede** e de exploração de complementaridades que sejam produtoras de sinergias de âmbito regional e os projectos "isolados" que não são geradoras de complementaridade e ligação em rede;
- **Multi-Local:** Para as operações cujo raio de acção não atinge o conjunto dos concelhos da região, mas abrange pelo menos dois ou mais concelhos;
- **Regional (NUTS III) ou superior:** Para as operações que abrangem, pelo menos, o conjunto dos concelhos da região em termos dos efeitos gerados pelo projecto ou intervenção.

O cruzamento dos dois critérios acima definidos permite estabelecer a grelha seguinte e definir os diferentes **tipos de intervenções** que ocorrem no território de uma dada região e que concorrem para a concretização da estratégia adoptada.

Planos de Acção de regiões NUTS III - Tipologia de intervenções


Promotor (Principal entidade responsável pela concretização da intervenção)		Escala Territorial (Área de influência / raio de acção das operações)			
		Regional ou superior	Multi- local	Local	
				"Em rede"	"Isolado"
Administração Local	Assoc. Municípios	A	0	0	0
	Multi-municipal	B	C	0	0
	Municipal			D1	D
Administração Central		E		D2	
Privados			F		

0 – Situações com forte probabilidade de não registar qualquer tipo ocorrência

Tendo por base a grelha anterior identificam-se 7 grandes grupos de operações:

- **Tipo A - Operações Regionais** (operações com escala territorial regional, promovidas pela associação de todos os municípios ou de, pelo menos, vários municípios da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo B - Operações Regionais** (operações com escala territorial regional, promovidas por um município da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo C - Operações Multi-locais** (operações com escala territorial que abrange vários municípios da região e promovidas por um ou mais municípios da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo D - Operações Locais "em rede"** (operações com escala territorial que abrange apenas a área de influência de um concelho e que são susceptíveis de articulação em rede, promovidas pelo respectivo município (D1) ou pela administração central (D2), podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com outras entidades da administração pública ou agentes privados);
- **Tipo E - Operações Regionais** (operações com escala territorial regional ou multi-local, promovidas pela administração central, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com agentes privados);
- **Tipo F - Operações Privados** (operações promovidas por entidades privadas sem qualquer parceria com entidades do universo das administrações públicas);
- **Tipo G - Operações Locais "isolados"** (operações com escala territorial que abrange apenas a área de influência de um concelho da região promovidas pelo respectivo município ou pela administração central).

A natureza da iniciativa fez **restringir o âmbito de cobertura do plano de acção às intervenções de tipo A a E**, não incluindo por isso as iniciativas privadas nem as operações de área de influência local que não são susceptíveis de integração e gestão em rede.

Finalmente, introduziu-se ainda uma diferenciação para as intervenções que se consideram fundamentais para a prossecução da visão e opções definidas no sentido em que actuam sobre os principais domínios diferenciadores da estratégia ou sobre áreas em que a necessidade de intervenção é maior face ao ponto de partida e aos objectivos que se pretendem alcançar. Estas intervenções, consideradas como **operações âncora** , geram sinergias e efeitos de arrastamento a montante e jusante sobre outras intervenções, potenciando claramente diversos objectivos específicos.

Fonte: AM&A (2007), Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial - v.2.0.

Figura 3.1. Eixos Estratégicos, Objectivos e Acções Integradas para o Litoral Alentejano

EIXO I Território de Internacionalização	
Obj. 1	Desenvolvimento sustentado do Pólo Turístico do litoral
A.I.	a Marketing territorial, qualificação e diversificação da oferta turística
	b Valorização do litoral
Obj. 2	Valorização da posição geo-estratégica do Pólo Industrial e Logístico de Sines
A.I.	a Pólo Portuário, Industrial e Logístico de Sines
Obj. 3	Desenvolvimento de um modelo empresarial competitivo
A.I.	a Cooperação para acesso ao conhecimento, inovação, certificação e qualidade
	b Pólos de acolhimento e promoção da actividade empresarial
	c Reforço de competências e qualificação das pessoas
EIXO II Território de Excelência Ambiental	
Obj. 4	Eco-eficiência, prevenção e sustentabilidade ambiental e ordenamento do território
A.I.	a Educação e sensibilização ambiental, eficiência energética e energias renováveis
	b Ordenamento e planeamento do território
Obj. 5	Qualificação, monitorização e controlo ambiental
A.I.	a Controlo e monitorização da qualidade do ambiente
	b Melhoria de eficiência do sistema de gestão e tratamento de resíduos
EIXO III Território de Valorização Competitiva dos Recursos Endógenos	
Obj. 6	Valorização das actividades tradicionais - redes de distrib. e resposta a mercados dinâmicos
A.I.	a Valorização competitiva da agricultura, pecuária, floresta e pescas
	b Dinamização e valorização competitiva de actividades tradicionais e artísticas
Obj. 7	Desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados
A.I.	a Turismo de natureza, saúde e bem-estar
	b Turismo histórico-cultural e rede museológica
	c Desenvolvimento de produtos turísticos complementares (rotas turísticas)
Obj. 8	Requalificação e valorização do património histórico-cultural
A.I.	a Requalificação e revitalização dos centros urbanos
	b Preservação e valorização património histórico e arquitectónico
	c Revitalização e qualificação de pólos de baixa densidade
EIXO IV Território de Coesão Económica e Social	
Obj. 9	Promoção da qualidade de vida e coesão social
A.I.	a Acesso a equipamentos e serviços de saúde
	b Acesso a um ensino de excelência
	c Acesso à cultura, desporto e lazer
	d Acesso a equipamentos e serviços de proximidade e protecção civil
	e Ciclo urbano da água
Obj. 10	Melhoria das Acessibilidades e da Mobilidade
A.I.	a Eixos regionais estruturantes (rodo e ferroviários) e acessibilidades internacionais
	b Rede de estradas regionais e adequação funcional de eixos viários estratégicos
	c Mobilidade e rede de transportes
EIXO V Território de Bom Governo	
Obj. 11	Desenvolvimento e consolidação do Sistema de Governança regional
A.I.	a Sistema integrado de gestão do território
	b Modernização das instalações e dos serviços públicos

A apresentação detalhada das várias **acções integradas e operações**, organizada por objectivos específicos e eixos estratégicos, é efectuada, seguidamente, através de **Fichas** que englobam um conjunto de elementos que identificam e caracterizam as várias iniciativas e intervenções a desenvolver no âmbito do plano de acção.

A ficha relativa a cada uma das **acções integradas** inclui a identificação das operações, respectiva tipologia, identificação das operações âncora e actores com nível de compromisso explícito na realização das intervenções. Complementando, a avaliação de coerência e relevância efectuada no ponto II.2, efectua-se, igualmente, em cada ficha de acção integrada, a avaliação, do “*nível de integração e de sinergias enquadráveis nas diversas agendas do QREN*” e da coerência com os programas de cooperação territorial, os princípios de Orientação Comunitária para a Política de Coesão e os objectivos do PRODER, bem como a sua articulação com o PNPO.

Para cada uma das operações englobadas numa acção integrada é apresentada a respectiva **Ficha de Operação**, que inclui a designação, a tipologia da operação segundo a metodologia apresentada na caixa 8, a área de influência, prioridade, o conjunto dos beneficiários (promotores) directos, o montante de investimento previsto, a calendarização, a prioridade da intervenção, bem como uma pequena memória descritiva que, nos casos das operações mais complexa, inclui ainda uma referência às principais intervenções a realizar. Uma vez que uma operação pode envolver várias intervenções é apresentado, igualmente, sobre a forma de um gráfico, as prioridades das diversas iniciativas incluídas na operação. A ficha de operação termina como uma referência aos instrumentos de política enquadráveis no Programa Operacional Regional que serão susceptíveis de enquadrarem as operações a desenvolver.

EIXO I Território de Internacionalização

Afirmar o Litoral Alentejano como território de internacionalização, moldado pela articulação do aprofundamento competitivo das actividades aglomeradas em torno da plataforma logístico-portuária de Sines com a dinamização de um novo pólo de afirmação do turismo sustentável, contribuindo quer para a aceleração da abertura global do Alentejo, quer para a qualificação das funções assumidas no desenvolvimento da grande região de polarização de Lisboa.

Objectivo Específico

1. Desenvolvimento sustentado do Pólo Turístico do Litoral

Acções Integradas

- a) Marketing territorial, qualificação e diversificação da oferta turística
- b) Valorização do litoral

Objectivo Específico

2. Valorização da posição geoestratégica do Pólo Portuário, Industrial e Logístico de Sines

Acções Integradas

- a) Pólo Portuário, Industrial e Logístico de Sines

Objectivo Específico

3. Desenvolvimento de um modelo empresarial competitivo

Acções Integradas

- a) Cooperação para acesso ao conhecimento, inovação, certificação e qualidade
- b) Pólos de acolhimento e promoção da actividade empresarial
- c) Reforço de competências e qualificação das pessoas

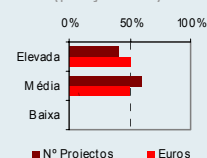
EIXO I		Obj. 1 – Desenvolvimento sustentado do Pólo Turístico do Litoral	
Acção Integrada	a. Marketing territorial, qualificação e diversificação da oferta turística		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.01.01	Sistema de marketing e promoção turística	A	
A.01.02	Estradas do Património - criação e desenvolvimento de elementos identitários e promocionais na rede rodoviária regional	A	
A.01.03	Diversificação e qualificação da oferta de alojamento turístico dos municípios	A	
D.01.01	Equipamentos de suporte e dinamização da actividade turística	D1	
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Diversos Organismos da Administração Central, Empresas, Associações		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano Factores de Competitividade Valorização Territorial Cooperação Territorial		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E1 E2 E3 E4		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O1 O2 O3 O4 O5 O6	
Relação forte		Relação relevante	
Relação fraca			

Sistema de marketing e promoção turística

A.01.01

A

A região do Litoral Alentejano pretende apostar numa imagem “comercializável” e desenvolver mecanismos que lhe permitam competir com outros territórios, captar investimento para a região e dinamizar o sector do turismo, atraindo riqueza, tendo como uma das principais metas aumentar o número de visitantes e a duração da estada média dos mesmos e diversificar do leque de mercados emissores. O marketing territorial constitui um instrumento importante na implementação desta estratégia.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2009-2011Custo
Estimado:
1.025.000 €Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

- **Plano de marketing integrado**, que vise a reestruturação da oferta turística e promova a região através de dois eixos essenciais: 1) produtos turísticos diferenciados e 2) programação. Esta intervenção deverá assentar no resultado de estudos de inventariação do património natural e cultural com vista à promoção turística integrada da região (operação prevista no objectivo 11 deste plano de acção).
- **Criação de infra-estruturas destinadas ao atendimento e informação turística** que se traduzam em centros de iniciativa comportando um esforço contínuo de informar e sensibilizar o público para as questões de protecção, conservação e valorização do património natural e cultural. Propõe-se a cobertura total do território, acrescentando aos postos de turismo já existentes, infra-estruturas de atendimento turístico nos seguintes locais: Tróia, Melides e, pela sua especificidade e necessidade de acompanhamento técnico: o Lousal, Odemira, Almogrove, Alcácer do Sal, Torrão e Comporta, a instalação do Posto de informação Turística da Quinta do Chafariz no concelho de Santiago do Cacém, prevendo-se também a reabilitação/recuperação dos postos de turismo de Stª Clara a Velha e de Vila Nova de Milfontes.
- **Montagem de um Sistema de sinalização turística e de bilhética**, particularmente necessários: ao produto touring, quer cultural, quer de natureza. Esta acção deverá ser articulada em complementaridade com a operação A.01.02 – Estradas de Património.

Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano em parceria e Região de Turismo**Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Promoção e Capacitação Institucional e Património Cultural

Estradas do Património - criação e desenvolvimento de elementos identitários e promocionais na rede rodoviária regional

A.01.02

A

Pretende-se efectuar o desenvolvimento e implementação do conceito "Estradas do Património" que envolve o enquadramento turístico de algumas estradas que se cruzam particularmente com elementos culturais e paisagísticos, introduzindo elementos inovadores ao nível da sinalização e elementos identitários integrados paisagisticamente na zona atravessada (miradouros, zonas de lazer ou descanso, guardas



de segurança de materiais naturais ou rústicos, barreiras acústicas de madeira, muros e taludes adaptados ao meio envolvente, etc.). O alvo potencial são as estradas com reconhecido interesse turístico, proporcionando a promoção simultânea de outras potencialidades, nomeadamente as associadas aos roteiros histórico/culturais, com incidência no património classificado, ao turismo natureza, ao turismo religioso, à divulgação Sol&Mar, ao Enoturismo/Gastronomia e desportos, nomeadamente o Golfe.

Algumas das tipologias de intervenção integram:

- O levantamento e classificação da rede viária existente, associada ao património histórico, natural e cultural do Litoral Alentejano;
- a criação de sinalética, e sua uniformização, aplicada à rede viária e respectivo património adjacente;
- a conjugação das informações relativas à rede viária, ao património e outras características importantes, permitindo análises

espaciais e a elaboração de estudos relativos à acessibilidade, circulação e transportes à escala regional, possibilitando a definição, análise e optimização de percursos adaptados aos mais diversos temas;

- a definição de mapas e documentos de informação geográfica que, com carácter de interactividade, possam ser disponibilizados na internet, permitindo ao utilizador comum a realização de pesquisas;
- a promoção do território, dando a conhecer a sua identidade e patrimónios natural, cultural e histórico.

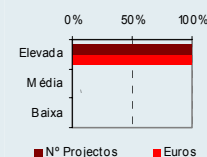
Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano em parceria, Região de Turismo e Estradas de Portugal, SA.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial, Património Cultural e Promoção e Capacitação Institucional

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2012-2013

Custo Estimado:
1.000.000 €

Diversificação e qualificação da oferta de alojamento turístico dos municípios

A.01.03

A

Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização do património arquitectónico da região do Alentejo Litoral e na diversificação da oferta de soluções de alojamento no segmento dos parques de campismo ou caravanismo e turismo em espaço rural. As especificidades associadas aos perfis turísticos orientados para o Turismo de Natureza e *Touring* de cada concelho direccionam as respectivas opções de alojamento, salientando-se, nomeadamente:

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Regional

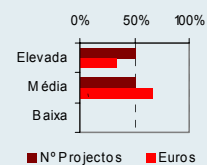
Horizonte Temporal:

2009-2011

Custo Estimado:

1.875.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- A construção de Parque de Campismo de Santa Clara a Velha (Odemira);
- a recuperação da Escola Primária de Santa Margarida da Serra como TER "Casa de Campo" (Grândola);
- a construção de Rede de Parques de Autocaravanas regional;
- a organização de Rede de Casas Rurais.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano em parceria com privados e Administração Central.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a coesão local

A estratégia de consolidação do Pólo Turístico do Litoral Alentejano deve passar, nomeadamente, por uma forte aposta no aumento da estada média do visitante, objectivo que só pode ser alcançado através da diversificação da oferta de produtos turísticos associada à componente da programação, devendo complementar-se o conjunto de investimentos em curso na área da hotelaria com iniciativas no campo do *touring* cultural e um investimento em equipamentos de animação turística, sustentando a convicção de que não serão o sol e mar e o golfe os únicos produtos deste destino. A par de alguns projectos turísticos estruturantes já existentes como o Badoca Safari Park em Santiago do Cacém ou identificados noutras operações (Rota Romana, o projecto da descida à Mina do Lousal), é necessário completar a oferta com iniciativas no âmbito dos equipamentos de suporte e dinamização da actividade turística, nomeadamente:

- Construção dos centros hípicas da Comporta e Santiago do Cacém, afirmando-se o cavalo e o desporto equestre como grandes produtos da oferta do Pólo Turístico do Litoral Alentejano;
- Construção do Campo de Golfe Municipal de Grândola.



Prioridade da Operação:

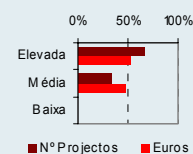


Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
10.650.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



O cavalo constitui uma tradição no Concelho de Santiago do Cacém, nomeadamente na vertente de criação, enquanto actividade económica. Neste contexto, quer como forma de complementar outras actividades turísticas, nomeadamente o aproveitamento do hipódromo de Miróbriga e o turismo de natureza, quer como forma de divulgar a produção equídea de Santiago do Cacém importa levar a cabo a construção de um Centro Hípico que se configure como um espaço de contacto entre o homem e o animal através da aprendizagem, como espaço de partida para a visita ao Município, assim como espaço de promoção do cavalo santiaguense.

No que se refere aos concelhos de Grândola e Alcácer, alguns dos resorts já em execução ou em vias de estarem em fase de construção, como são os casos da CostaTerra e da Herdade da Comporta, dedicam grande importância a este vector. Na Herdade da Comporta, ainda que em instalações provisórias (ver foto), decorrem anualmente algumas provas do calendário da Federação Equestre Portuguesa e do Calendário Internacional (FEI). Aqui decorre, durante 4 semanas, dos meses de Fevereiro e Março, o Atlantic Tour Comporta, que este ano reuniu praticamente em permanência mais de 500 cavalos de competição e cerca de 300 cavaleiros.

Pretende-se construir na Herdade da Comporta instalações de qualidade e com carácter permanente, para acolher a grande procura existente, no sentido de promover e explorar a realização de eventos no âmbito dos circuitos equestres que ocorrem na Europa, designadamente em Espanha e Itália. O projecto consiste na construção de um grande Centro Equestre, com dois campos para provas de saltos, dois campos de treino, bancadas para 5.000 lugares sentados e instalações de apoio, para além de instalações de treino e de acolhimento de cavalos.

Prevê-se que estes projectos venham a produzir um impacte muito significativo na economia da região, tanto pela sua dimensão, dado que tendem a polarizar um núcleo de turistas com elevado poder de compra, capazes de realizar estadas mais prolongadas na região, como pela via da mediatização, alavanca para o reconhecimento da região e do país enquanto destino turístico.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Associações ligadas ao desporto equestre, Herdade da Comporta e Parcerias Público/Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a coesão local

Investimentos Turísticos Privados no Litoral Alentejano

Em consonância com a estratégia do Governo para o sector do Turismo bem expressa em algumas orientações e na própria criação do Pólo Turístico do Litoral Alentejano, embora em fases diferentes que vão desde o projecto à própria execução, encontram-se em curso um conjunto de projectos turísticos em todos os concelhos do Litoral Alentejano, que indicam claramente estarmos perante a criação de um novo destino turístico em Portugal, e que provavelmente a longo prazo (próximos 15 anos) o vão posicionar como o 3º ou 4º destino turístico do nosso país.

A maior concentração do investimento e do número de camas localiza-se em Grândola, em que o Piter de Tróia está em fase avançada de execução. De facto, o complexo turístico de Tróia avança de uma forma bem visível quer a nível das infra-estruturas (novo cais dos ferries e marina), do hotel, casino, centro de congressos, requalificação do golfe, residências turísticas e outros, a Herdade da Comporta com cerca de 5000 camas neste concelho deverá iniciar obras de infra-estruturas muito em breve, e no Pinheirinho e Costa Terra as obras das principais infra-estruturas, incluindo o Golfe estão também bastante adiantadas, seguindo-se depois a construção dos equipamentos turísticos. Todos os quatro empreendimentos estão classificados como projectos PIN. Todos estes investimentos apostam em padrões de elevada qualidade dos projectos previstos quer ao nível dos resorts quer dos hotéis.

Em Alcácer do Sal, também, a Herdade da Comporta poderá iniciar em breve os trabalhos das infra-estruturas a par de outras iniciativas em Pêgo do Altar-Santa Suzana e Albufeira do Vale do Gaio.

Em Santiago do Cacém estão previstos para os próximos anos diversos projectos privados dirigidos ao reforço do alojamento turístico, em diferentes tipologias que incluem a Pousada, Hotel, Turismo Rural e Agro-turismo.

Também, em Sines, se registam intenções de investimento em projectos com alguma dimensão localizados em Porto Covo e na própria freguesia de Sines.

No caso de Odemira existe um elevado número de pretensões com estudos a decorrer e outros projectos em fase mais adiantada como é o caso do Eco Resort na freguesia de Longueira/Almogarve, classificado como PIN, o Resort Turístico da Herdade dos Alvados e o empreendimento turístico do Montinho da Ribeira na freguesia de S. Salvador.

Um grande conjunto de investimento em turismo no Litoral Alentejano que começam a ser complementados por iniciativas no campo dos equipamentos de animação turística, sustentando a convicção de que não serão o sol e mar e o golfe os únicos produtos deste destino. A par das certezas da Aldeia Mineira do Lousal, com a grande atracção do Centro Ciência Viva e do projecto da descida à Mina e do Badoca Safari Park em Santiago do Cacém estão a aparecer iniciativas muito interessantes no âmbito do desporto equestre e da arte contemporânea (pintura e esculturas), a par da Rota Romana e dos "Caminhos de Santiago".

EIXO I **Obj. 1 – Desenvolvimento sustentado do Pólo Turístico do Litoral**

Acção Integrada **b. Valorização do litoral**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.01.04	Valorização e gestão de praias consideradas estratégicas para o Litoral Alentejano		
B.01.01	Intervenção integrada de requalificação urbana e paisagística dos espaços públicos das zonas balneares e da sede de concelho		
E.01.01	Ordenamento da faixa costeira do litoral		

Actores Envolvidos: Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Diversos Organismos da Administração Central, Empresas

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano </p> <p>Factores de Competitividade </p> <p>Valorização Territorial </p> <p>Cooperação Territorial </p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego </p> <p>E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior </p> <p>E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental </p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 E2 E3 E4 </p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 O2 O3 O4 O5 O6 </p>

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

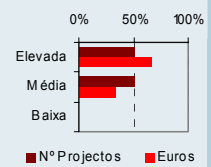
A Criação do Pólo Turístico do Litoral Alentejano faz apelo a um dos produtos do PENT: o Sol e Mar.

Os projectos recentemente aprovados e em curso de execução e alguns dos que se perspectivam para toda a faixa litoral que vai de Tróia a Odemira, reclamam a reclassificação de praias já existentes, a nova abertura de praias com os competentes e necessários apoios e a melhoria dos níveis de qualidade ambiental e de oferta de equipamentos nas praias já existentes. Alguns promotores com intervenção ou não das respectivas Câmaras Municipais estão já a concertar os seus planos de intervenção. Tudo isto deve ser devidamente concertado e considerado na actual revisão do POOC SADO-SINES e POOC SINES-BURGAU.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
13.175.000 €



Praia na costa de Odemira



Praia na costa de Grândola

Trata-se, no essencial, e para as praias já existentes, de remodelar estruturas, equipamentos e apoios balneares com vista a uma maior adequação às necessidades de funcionamento e exploração das praias; em relação às novas praias e às que obrigatoriamente terão de ser reclassificadas, o objectivo é de criar infraestruturas de apoio às actividades relacionadas com a sua utilização das praias.

No caso das praias que se encontram dentro das ADT da Herdade da Comporta prevê-se, também, como objectivo reorganizar acessibilidades e estacionamento de apoio às praias da Comporta, Carvalhal e Pego, bem como a requalificação dos apoios de praias existentes (balneares e restauração). Outros promotores de empreendimentos turísticos apresentaram ou visam apresentar planos de apoio de praia e de acesso viário aos empreendimentos, incluindo a problemática do estacionamento.

Odemira apresentou um vasto plano de intervenção que contempla a requalificação de praias com vista à obtenção de sete Bandeiras Azuis, designadamente: Praia do Carvalhal; Praia dos Alteirinhos; Praia da Zambujeira do Mar; Praia do Almogrove; Praia das Furnas; Praia da Franquia; Praia do Malhão.

Sines manifesta um conjunto de preocupações que se prendem, fundamentalmente, com a limpeza e conservação das cinco praias identificadas por Costa do Norte – Praia da Guia, Costa do Norte – Canto Mosqueiro, S. Torpes, Morgavel e Vieirinha (Vale de Figueiros).

As preocupações e as acções de Santiago do Cacém prendem-se com o objectivo de aumentar a frequência das praias do Alentejo Litoral de forma respeitadora do ambiente, existindo intenções de intervenção nas praias de Areias Brancas, Costa de Santo André e Monte Velho.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, INAG, ICNB e CCDR, promotores de empreendimentos turísticos

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização do Litoral

Intervenção integrada de requalificação urbana e paisagística dos espaços públicos das zonas balneares e da sede de concelho (Odemira)

B.01.01

B

Esta operação consiste numa intervenção integrada de requalificação urbana e paisagística do espaço público da zona balnear de Vila Nova de Milfontes, da Zambujeira do Mar, do Almogrove e o núcleo urbano da sede de concelho de Odemira. O principal objectivo é qualificar e valorizar os núcleos com elevada procura turística, associados também à rede de aldeias e vilas do concelho, visando a criação ou requalificação de equipamentos culturais e de lazer bem como as respectivas envolventes; criação de sinalização turística para os valores e recursos associados ao produto Sol, Mar e Paisagem.

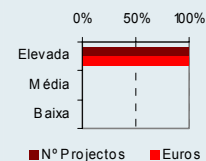
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
9.780.000 €



Exemplo de acções: Redefinição do esquema geral de circulação rodoviária e respectiva adaptação dos arruamentos ao nível dos perfis, estacionamento e pavimento; arranjo urbano/paisagístico dos núcleos antigos, assim como frentes de mar ou ribeirinha; selecção de mobiliário urbano (iluminação, sinalética, depósitos de RSU, bancos, etc.); renovação das infra-estruturas de saneamento básico, de lazer; apoios de praia; estabilização de taludes; percursos e passadiço pedonais.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Odemira

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização do Litoral

Ordenamento da faixa costeira do litoral

E.01.01

E

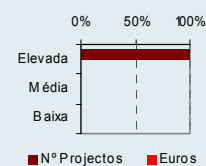
Com a evolução recente dos Sistemas de Informação Geográfica, existe uma oportunidade ligada à revisão dos PDM (cartografia em formato digital dos PDM de 2ª geração) de serem revistos os POOC (Sado-Sines e Sines-Burgau) dado que a adequabilidade da escala e qualidade cartográfica dos mesmos são factores críticos que condicionam a sua aplicabilidade. É particularmente acutilante no Litoral Alentejano compatibilizar estes Planos com os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas. Considera-se também ser desejável existir um maior envolvimento técnico dos municípios no processo de elaboração dos POOC, dado que estes definem as premissas que se traduzem na aplicação de planos de praia, o que facilitaria a sua interpretação e transposição.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior
























Horizonte Temporal:
2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, ICNB e INAG

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização do Litoral

EIXO I		Obj. 2 – Valorização da posição geo-estratégica do Pólo Industrial e Logístico de Sines	
Acção Integrada	a. Pólo Portuário, Industrial e Logístico de Sines		
	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
B.02.01	Dinamização do Sines Tecnopólo		
E.02.01	Plataforma Intermodal e Logística de Sines (PILS)		
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Diversos Organismos da Administração Central, Empresas, Associações Empresariais, Instituições de Ensino Superior, Entidades do SCTN		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
Factores de Competitividade		E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
Valorização Territorial		E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	
Cooperação Territorial			
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E1		O1	
E2		O2	
E3		O3	
E4		O4	
		O5	
		O6	
 Relação forte		 Relação relevante	
 Relação fraca			

Dinamização do Sines Tecnopólo

B.02.01

B

Após a construção (em curso) do "Sines Tecnopólo", apoiado pelo programa PRIME (QCA III) importa promover a dinamização deste Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica, em parceria com instituições de ensino superior, associações empresariais e autarquias locais.

Paralelamente à actividade de incubação de empresas, no sentido de criação de ligações fortes com a comunidade local, designadamente o tecido empresarial, são apresentados, em destaque, dois projectos, que visam criar na região um ambiente propício ao diálogo entre empresas/escolas/entidades públicas/cidadãos, no sentido de criação de sinergias entre os diferentes parceiros, com vista ao desenvolvimento da região:

- "Centro de Integração Empresa-Escola" - promover a integração efectiva de projectos de melhoria de processos em sistemas produtivos ou serviços, assente num concurso de boas práticas;
- "Meio Ambiente, Diversidade, Empreendedorismo e Geração de Riqueza" - centrado no desenvolvimento de conhecimentos e atitudes favoráveis ao empreendedorismo nos sectores do ambiente, energia e economia do mar.

Prioridade da
Operação:

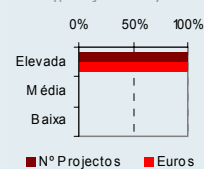


Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
2.816.100€

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Promotor/Parcerias: Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama, Câmara Municipal de Sines e outras autarquias do Litoral Alentejano, Instituições de Ensino Superior, Associações Empresariais, Empresas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio à parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

Intervenção ao nível da melhoria da compatibilização de objectivos de competitividade portuária e económica com os objectivos de desenvolvimento local, destacando-se a urgência de intervenções favoráveis nos factores críticos de sucesso da PILS, conforme recomendações do relatório técnico da TIS.PT "Estudo sobre a Plataforma Intermodal de Sines" (2006):

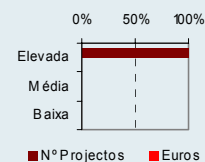
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Nacional

Horizonte Temporal:
2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- (i) melhoria das condições de acessibilidade terrestre da PILS, como condição de alargamento do *hinterland* do Porto de Sines e redução da sua perifericidade em relação a pólos de produção e consumo com dimensão relevante a nível ibérico;
- (ii) aumento da conectividade marítima do Porto de Sines, como condição de valorização da posição geoestratégica que a PILS detém enquanto porta de entrada a nível ibérico e europeu (com destaque óbvio para o segmento de carga contentorizada);
- (iii) a fixação de actividades económicas na PILS, como condição de robustecimento da base económica regional e de dinamização de actividades logísticas na ZAL Sines.



Promotor/Parcerias: Administração Central, Câmara Municipal de Sines e Administração do Porto de Sines

A Plataforma Industrial e Logística de Sines (PILS) enquanto alavanca de desenvolvimento económico da região e do país

As orientações estratégicas definidas para o sector marítimo-portuário assumem o desafio de tornar Portugal o "centro da região euro-atlântica", através de uma "aposta séria no desenvolvimento do sistema marítimo-portuário, componente essencial de todo um sistema logístico à escala global" que permita "transformar Portugal numa plataforma atlântica para os movimentos internacionais no mercado ibérico e europeu".

Essas orientações definem, para o horizonte de 2015, seis objectivos estratégicos: aumentar fortemente a movimentação de mercadorias nos portos nacionais; garantir que os portos nacionais se constituem como uma referência para as cadeias logísticas da fachada atlântica da Península Ibérica; assegurar padrões, de nível europeu, nas vertentes de ambiente, de segurança e de protecção no sector marítimo-portuário; melhorar o equilíbrio económico-financeiro dos portos nacionais; promover o ensino, a qualificação profissional e a Investigação, Desenvolvimento & Inovação; apoiar o posicionamento competitivo da frota nacional e a manutenção e reforço de tripulações nacionais.

É também definido um modelo de gestão dos portos comerciais assente em três objectivos: consolidação do modelo de gestão landlord port; reforço da participação da iniciativa privada; criação de um quadro de transparência na atribuição de concessões. Esse modelo de gestão landlord port é considerado já consolidado nos portos de Leixões, Lisboa e Sines.

A ligação entre a política de desenvolvimento portuário, a actividade logística e a circulação ferroviária é também manifesta nestas orientações: "A acção prioritária relativa ao transporte ferroviário e à logística, visa assegurar, como vector determinante dos investimentos a efectuar, a criação de condições físicas para a promoção da intermodalidade e a crescente utilização do transporte ferroviário. Esta acção deverá articular-se com as Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário e com o Portugal Logístico, que apostam claramente na intermodalidade e no papel de relevo das ligações ferro-marítimas nas cadeias logísticas".

Neste quadro de orientação, o perfil estratégico do Porto de Sines tem como principais vectores: a sua afirmação como porto de águas profundas capaz de se impor no contexto ibérico e europeu; o desenvolvimento no segmento da carga contentorizada, tornando o porto uma referência nacional, ibérica, europeia e mundial; a potenciação do porto enquanto elemento motor de desenvolvimento de uma vasta área industrial e logística que, de forma integrada, se constituam como sistema de alavancagem da actividade económica nacional, designadamente através da sua projecção externa; a afirmação como referência no sistema logístico nacional, através do desenvolvimento da plataforma portuária de Sines e das ligações à plataforma urbana nacional do Poceirão e à plataforma transfronteiriça de Elvas/Caia.

Actualmente, na PILS, estão já instaladas empresas fundamentais para o desenvolvimento económico do país, contando nos próximos anos com projectos de investimento industrial de relevância estratégica para o país, merecendo-lhes a classificação de projectos PIN (empresas de grande dimensão na área do sector químico e da energia). Outros projectos para além dos referidos não receberam essa classificação, sendo no entanto de relevância estratégica para a inversão do ciclo do carbono, por assentarem em fontes de energia menos poluentes ou energias renováveis.

Em coerência com estas orientações, a Rede Nacional de Plataformas Logísticas pretende "transformar Portugal numa Plataforma Atlântica de entrada de movimentos internacionais no mercado ibérico e europeu". Nesse sentido, o programa Portugal Logístico pretende lançar "um novo paradigma para o Sistema Logístico Nacional, que possa fomentar a intermodalidade, promover ganhos ambientais, racionalizar a actividade logística, contribuir para o desenvolvimento da economia nacional e de alguns espaços territoriais específicos, gerar emprego e novas formas de criação de riqueza e aumentar a competitividade.

A Rede Nacional de Plataformas Logísticas integra 11 Plataformas, complementadas com 2 CCA (Porto e Lisboa). As plataformas portuárias (como é o caso de Sines) têm como objectivos "potenciar a actividade portuárias expandir a sua área influência, nomeadamente para Espanha" e "fomentar a intermodalidade e a utilização dos modos ferroviário e marítimo". De resto, também a Plataforma de Elvas / Caia tem como objectivo "alargar o hinterland dos portos de Lisboa, Setúbal e Sines".

A plataforma deverá ter como principais funcionalidades áreas logísticas multi-funções, de transformação e monocliente, com terminais intermodais marítimos – ferroviários – rodoviários e serviços de apoio a empresas e veículos.

De acordo com o programa definido no "Portugal Logístico", a plataforma de Sines terá um investimento de 65 milhões de euros (incluindo as acessibilidades) e pretende constituir-se como uma área multimodal de apoio ao porto de Sines, contribuindo para aumentar o seu hinterland no corredor logístico de Madrid e para dinamizar a indústria e serviços da região.

A Administração do Porto de Sines tem em curso um programa de desenvolvimento que envolve 42 projectos, em 17 linhas de acção enquadradas por cinco grandes objectivos: "Consolidação do modelo de gestão como landlord port", "Incremento da movimentação de mercadorias em 102%", "Afirmação do Porto de Sines como motor da actividade económica regional e nacional" (que inclui referências à integração na Rede Nacional de Plataformas Logísticas mas não aborda a problemática da inserção de Sines no sistema turístico do litoral alentejano), "Desenvolver Info-Estrutura Portuária" e "Aumentar a Segurança Marítima e Portuária".

Neste quadro, a conclusão da rede de acessibilidades ferroviárias e rodoviárias é de importância decisiva para o sucesso da estratégia de desenvolvimento do Porto de Sines, cuja orientação vai ao encontro das oportunidades abertas pelo desenvolvimento de uma rede logística que articule os portos com outras modalidades de transporte e actividades de distribuição em larga escala.

Por outro lado, deve ter-se em conta que esta expansão da actividade portuária, logística e industrial – com a conseqüente circulação de veículos pesados - ocorre num território de particular valor paisagístico e sensibilidade ambiental, indicado como um território emergente para o desenvolvimento turístico do país. O desenvolvimento de uma actividade turística que valorize os recursos ambientais e promova a mobilidade entre pólos de interesse e atracção diversificados ao longo do litoral alentejano exige uma particular atenção na sua articulação com a actividade, o desenvolvimento, o enquadramento paisagístico e os impactos ambientais do porto de Sines.

Síntese elaborada por AM&A com base nos Documentos "Portugal Logístico" do MOPTC, Maio 2006 e "Orientações estratégicas para o sector marítimo-portuário" MOPTC, Dezembro 2006.

EIXO I		Obj. 3 – Desenvolvimento de um modelo empresarial competitivo	
Acção Integrada	a. Cooperação para acesso ao conhecimento, inovação, certificação e qualidade		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.03.01	Centro de Investigação e área de localização de empresas do sector agrícola		
B.03.02	Pólo de Inovação e Desenvolvimento – Cluster do Turismo de Grândola		
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Empresas, Associações de Desenvolvimento Local, Entidades do SCTN		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano <input type="radio"/> Factores de Competitividade <input checked="" type="radio"/> Valorização Territorial <input type="radio"/> Cooperação Territorial <input type="radio"/>		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego <input checked="" type="radio"/> E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior <input type="radio"/> E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental <input type="radio"/>	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E1 <input checked="" type="radio"/> E2 <input type="radio"/> E3 <input type="radio"/> E4 <input type="radio"/>		Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos O1 <input type="radio"/> O2 <input checked="" type="radio"/> O3 <input checked="" type="radio"/> O4 <input type="radio"/> O5 <input checked="" type="radio"/> O6 <input checked="" type="radio"/>	
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
		<input type="radio"/> Relação fraca	

Centro de Investigação e área de localização de empresas do sector agrícola

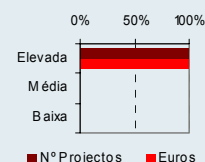
B.03.01

B

A operação tem como objectivo constituir espaços de integração da investigação do sector primário, designadamente nas áreas da fileira da pecuária, da horticultura e culturas arvenses com a incubação de novas práticas no seio de iniciativas empresariais. Pretende-se assim promover a qualidade e a inovação destas actividades no Litoral Alentejano. Esta operação integra três projectos:

Prioridade da Operação:
★★★★★Área de Influência:
LocalHorizonte Temporal:
2009-2012Custo Estimado:
10.800.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Centro de Investigação do Perímetro de Rega do Mira:**

Mira: o projecto pretende implementar um espaço de investigação no centro do INIA na Fataca, dedicado à investigação em produções do perímetro de rega do Mira (floricultura, horticultura, bovinicultura, cerealicultura de regadio, prados e pastagens);

- **Centro de Investigação e Desenvolvimento da Agricultura Tradicional:** o projecto constitui-se como um espaço de investigação, formação e selecção/melhoria em raças e variedades autóctones no sentido de construir um suporte económico sustentável das freguesias do interior de Odemira nos seus pontos fortes associados aos produtos agro-alimentares diferenciados, floresta e património ambiental e paisagístico.

- **Zona de Fixação de Empresas do Sector Primário:** o projecto pretende constituir um espaço de agregação de diversas actividades económicas ligadas ao sector primário em torno do projecto base "Matadouro do Litoral Alentejano". Neste sentido as actividades/ equipamentos que se pretende concentrar num mesmo local com o objectivo da fileira ganhar massa-crítica são: um centro de engorda e concentração de animais (permitindo lotes e leilões), a indústria de rações; um centro de desmancha e embalagem, espaços de frio e armazenamento e oficinas de mecânica e serralharia.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano em parceria com privados, Associações de Desenvolvimento Local e entidades do SCTN.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio à parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Sistema de apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas, Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico e Promoção e Capacitação Institucional

Esta operação integra duas intervenções que se complementam:

1- Pólo de Inovação e Desenvolvimento – Cluster do Turismo

Este projecto enquadra-se na estratégia de desenvolvimento do concelho de Grândola, sendo que o concelho faz parte de um novo Pólo Turístico e de um Novo Destino Turístico: o Litoral Alentejano.

Para Grândola estão previstos vários resorts que serão, provavelmente os melhores de Portugal e projecta-se a instalação de cadeias hoteleiras de renome mundial. Aqui estão, igualmente, representados os maiores grupos hoteleiros, também, com interesses em vários outros sectores da economia portuguesa e internacional. Projecta-se a criação de um pólo de inovação e desenvolvimento vocacionado para o cluster do Turismo, em ligação com uma Universidade, equacionando as novas tendências e mercados e os novos produtos associados. A localização prevista é nas proximidades da entrada Norte de Grândola e incluirá, ainda, a prevista Área de Localização Empresarial. Esta é uma necessidade premente, uma vez que a ZIL de Grândola, 1.ª e 2.ª fase está esgotada.

2- Área de Localização Empresarial

Com o início de construção dos grandes projectos turísticos, tem aumentado as solicitações para a instalação de indústrias limpas e de áreas para serviços, em actividades que se presumem complementares da actividade turística. Aliás esta ALE poderá, ainda, incluir uma área para a logística formada por unidades de pequena dimensão para fornecimento dos resorts e hotelaria em geral. (Investimento total: 2 milhões de euros).

Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100%
Horizonte Temporal: 2010-2012	Custo Estimado: 6.500.000 €	

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Grândola, uma entidade do STCN e parceria público-privada.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio à parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Sistema de apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas, Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico e Promoção e Capacitação Institucional.

EIXO I

Obj. 3 – Desenvolvimento de um modelo empresarial competitivo

Acção Integrada

b. Pólos de Acolhimento e Promoção da Actividade Empresarial

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.03.01	Promoção da atractividade empresarial e gestão partilhada das áreas de acolhimento empresarial	A	
B.03.03	Centro Dinâmico de Empresas de Santiago do Cacém - unidade de apoio às PME	B	¹
B.03.04	Revitalização da economia – promover a qualificação e competitividade do concelho de Alcácer	B	¹
D.03.01	Alargamento e qualificação das áreas de acolhimento empresarial da região	D1	
D.03.02	Feiras de promoção da actividade empresarial da região	D1	

Actores Envolvidos:

Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Associação de Desenvolvimento Local e Regional, Empresas, Universidades, Diversas Entidades da Administração Central

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	

Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos

E1	E2	E3	E4
----	----	----	----

Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
----	----	----	----	----	----

Relação forte Relação relevante Relação fraca

Promoção da atractividade empresarial e gestão partilhada das áreas de acolhimento empresarial

A.03.01

A

A operação "Promoção da atractividade empresarial e gestão partilhada das áreas de acolhimento empresarial" parte do reconhecimento das vantagens de desenvolvimento de plataformas que permitam a gestão integrada de áreas de acolhimento empresarial e cooperação entre os actores empresariais, com objectivos de requalificação, redução de custos e dinamização de serviços e

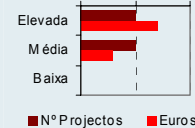
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



Horizonte Temporal:
2009-2010

Custo Estimado:
284.000 €

iniciativas, reordenação da localização de actividades, captação de novos investimentos, promoção da certificação ambiental que surge enquanto condição de excelência empresarial, afirmação de uma massa crítica de peso em termos de negociação com os actores empresariais e outras entidades.

Esta operação integra duas intervenções:

- **Promoção conjunta de áreas de localização empresarial** e, conseqüentemente, da actividade empresarial, em particular as PME que proliferam e que se encontram dispersas nos cinco concelhos da região. O Alentejo Litoral apresenta uma grande diversidade de espaços destinados à instalação de empresas que exigem actuações de (re)qualificação, nomeadamente, através da instalação de infraestruturas de comunicação e do fornecimento de serviços de apoio às empresas e a quem nelas trabalha, otimizando espaços, infraestruturas e recursos. É neste sentido que a constituição de uma estrutura de rede sub-regional de áreas de acolhimento empresarial, plataforma regional de comunicação, negociação e cooperação que permita o aprofundamento das relações entre empresas instaladas, por um lado, e por outro lado, a qualificação daqueles espaços quer ao nível físico, quer ao nível dos serviços neles disponibilizados. Uma gestão eficiente e integrada pode assumir-se como factor de dinamização empresarial e enquanto facilitador de iniciativas de investimento e captação de novas empresas. Prevê-se, assim, que com o desenvolvimento deste projecto o Alentejo Litoral passe a dispor de uma rede qualificada de áreas para a instalação de empresas, que se espera virem a resultar num aumento da atracção à fixação de empresas e da dinamização das empresas instaladas. A concretização desta rede exige, porém, um estudo prévio que irá dimensionar o volume real de investimento necessários perspectivando-se a sua organização em duas fases, a primeira das quais destinada à elaboração dos estudos necessários e à identificação e configuração de investimentos e a segunda à respectiva implementação.

- **Certificação Ambiental**, propondo-se a realização de uma acção tendente a apoiar as PME na construção e certificação de sistemas de gestão ambiental através da constituição de unidades de apoio à certificação ambiental (associadas aos centros de apoio às empresas) com a função de elaborar resumos e divulgação das normas de certificação da qualidade ambiental, construção e divulgação de uma bolsa de empresas de consultoria em ambiente e de apoio à certificação ambiental e de promoção de seminários dirigidos à implementação de sistemas de gestão ambiental. Estes procedimentos encontram-se direccionados para o cumprimento das directivas de preservação e gestão ambiental (gestão de resíduos industriais, etc.) e gestão energética, estímulo à prática dos 3Rs, entre outras diligências de eficiência ambiental.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, ADRAL, REGI, entre outros.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística, Economia Digital e Sociedade do Conhecimento e Promoção e Capacitação Institucional.

Centro Dinâmico de Empresas de Santiago do Cacém - unidade de apoio às PME

B.03.03

B

O Centro Dinâmico de Empresas visa actuar no domínio do incentivo à criação, consolidação e crescimento das empresas, através de uma estratégia de promoção da densificação dos relacionamentos inter-empresas, da integração do conhecimento e da inovação.

O Centro tem por objectivo acolher projectos empresariais em nascimento, permitir o reforço das conexões em rede dos actores regionais e promover a valorização das empresas da região através da criação de uma Bolsa de Empresas de fornecimento de serviços e a criação de mecanismos de certificação.

Outra valência será o apoio sustentado às iniciativas empresariais numa base de informação actualizada sobre os mercados regionais. Para tal, pretendendo construir-se um sistema de informação que se constitua como *tableau de bord* da procura regional, identificando as principais carências da oferta, mantendo um sistema de monitorização da respectiva evolução de forma a constituir-se como um indicador útil para a gestão das empresas e, desse modo, contribua para a sustentabilidade das empresas criadas e a criar. Este projecto desenvolver-se-á em estreita ligação com a operação A.03.01.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Regional

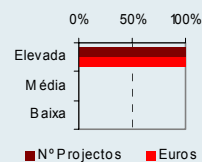
Horizonte Temporal:

2007-2013

Custo Estimado:

16.850.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Santiago do Cacém/ ADRAL

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística, Economia Digital e Sociedade do Conhecimento e Promoção e Capacitação Institucional.

Revitalização da economia – promover a qualificação e competitividade do concelho de Alcácer

B.03.04

B

Este projecto tem como objectivos a qualificação e dinamização das zonas económicas de Alcácer do Sal; a criação de condições para a fixação de novas empresas preferencialmente não poluentes e certificadas e o reforço da qualificação da indústria e serviços. Estes objectivos serão alcançados através das seguintes intervenções:



- Expansão da Zona Industrial de Alcácer do Sal, prevista no PDM de Alcácer do Sal, com uma área de aproximada de 60 ha. O presente espaço localiza-se nos terrenos envolventes ao acesso à A2, oferecendo uma posição estratégica de acessibilidade invejável em termos nacionais e ibéricos;
- Expansão da ZAE – Zona de Actividades Económicas do Torrão, actualmente toda ocupada. Dada a proximidade ao IC 33 e à área de influência do Alqueva tem uma posição favorável à localização de indústrias não poluentes no cluster agro-industrial;
- Criação de um pólo de incubação empresarial - CAE - Centro de Apoio ao Empreendedorismo;
- Requalificação do parque de exposições e feiras para viabilizar a promoção do investimento;
- Construção do pavilhão multiuso do Litoral Alentejano;
- Formação profissional e promoção da informação especializada;
- Criação de uma marca de promoção da actividade empresarial tradicional;
- Promoção de atractividade das áreas económicas;
- Desburocratização da relação entre investidor e entidades públicas.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Alcácer do Sal; Associações empresariais; privados; institutos públicos; universidades; Região de Turismo; Associações de desenvolvimento local; IIEFP

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística, Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, Sistema de Apoio a Parques de Ciências e Tecnologias e Incubadoras de Empresas de base Tecnológica e Promoção e Capacitação Institucional.

Alargamento e qualificação das áreas de acolhimento empresarial da região

D.03.01

D1

A operação integra as iniciativas dos municípios do Litoral Alentejano no âmbito da disponibilização de espaços ordenados e qualificados para a fixação de empresas e indústrias. Pretende-se nomeadamente:

Desenvolver espaços de instalação empresarial e industrial de excelência, competitivos e atractivos, com múltiplas valências infra-estruturais em que sejam disponibilizados um conjunto diversificado de serviços;

Antecipar as necessidades de alargamento das áreas de implantação empresarial disponíveis respondendo à procura e fixando iniciativas empresariais de qualidade e vantajosas para a região, tornando o território um espaço privilegiado e atractivo para investidores, com impactes significativos no desenvolvimento da estrutura económico – empresarial. Estas necessidades justificam, nomeadamente, os seguintes projectos:

- **Centro de inovação e incubação de empresas (Odemira)**, um espaço de interface entre o território e as universidades no sentido do acolhimento de projectos de investigação para doutoramento, fases práticas de cursos de especialização, mestrado e doutoramento (laboratórios e salas de aula); realização de congressos e acolhimento de novas empresas em sectores chave e adequados às potencialidades do território, da região e respectivo perfil produtivo (INV: 1,2 milhões);
- **ZIL de Vila Nova de Milfontes (Freguesia Vila Nova de Milfontes, em Odemira)** considerada estratégica para o território de instalação enquanto local congregador de inúmeras pequenas e médias empresas dos sectores da construção civil, floresta e unidades comerciais dispersas, cuja aglomeração é factor gerador de benefícios múltiplos para a actividade empresarial, nomeadamente a criação de economias de aglomeração. A revisão do PDM de Odemira assume-se como uma oportunidade para a afectação de espaços à actividade industrial/empresarial (investimento: 3,5 milhões);
- **Parque Industrial de Amoreiras Gare (Freguesia de S. Martinho das Amoreiras, em Odemira)**, reafirmando a consignação no PDM da freguesia de S. Martinho da Amoreiras como zona destinada a acolher um parque industrial com dimensão. A proximidade da linha férrea Lisboa/Algarve (Amoreiras Gare), IC1 e desta à A2, a disponibilidade de energia eléctrica e posicionamento central face a Lisboa e ao Algarve e entre o Litoral e Beja, conferem a este território um significativo potencial empresarial (investimento: 10 milhões);
- **ZIL/Centro de Apoio a Actividades Económicas de S. Teotónio (Odemira)** projecto que resulta do reaproveitamento, remodelação e modernização de uma antiga cerâmica e de outros armazéns em parceria com o município. O grande potencial agro-pecuário de S. Teotónio, o mais significativo do Litoral Alentejano, justifica a necessidade de um C.A.A.E. ("ninho de empresas") e a disponibilização de condições de frio e boas acessibilidades (investimento: 2,5 milhões);
- **ZIL de Boavista dos Pinheiros (Freguesia Boavista dos Pinheiros, em Odemira)** correspondente à segunda fase do Loteamento industrial com o mesmo nome e que permitirá a fixação de pequenos armazéns e oficinas da freguesia e da sede de Concelho (investimento: 2 milhões);
- **Alargamento da Zil De Santiago do Cacém (Santiago do Cacém)** justificadas pela relevância da completa ocupação da Zona de Indústria Ligeira de Santiago do Cacém e a necessária rentabilização das infraestruturas instaladas aconselham ao alargamento daquela área de localização empresarial em alternativa à construção de um novo espaço (investimento: 10 milhões);

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

Horizonte Temporal:

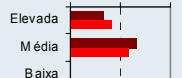
2007-2013

Custo Estimado:

29.200.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



■ N° Projectos ■ Euros

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano e parceria público privada (no caso da ZIL de São Teotónio)

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística, Economia digital e sociedade do conhecimento.

Feiras de promoção da actividade empresarial da região

D.03.02

D1

A promoção da actividade económica na região assume-se como objectivo estratégico na afirmação e reforço da imagem empresarial do Litoral Alentejano, através da qual se divulgam as potencialidades económicas da região e respectivas áreas de acolhimento empresarial, dos serviços prestados, das empresas associadas e respectivos produtos, dando simultaneamente a conhecer exemplos de boas práticas de actuação empresarial. Esta iniciativa deverá também estimular a internacionalização de algumas empresas e sectores de especialização e aperfeiçoar técnicas de actuação no tecido empresarial (Feiras, Exposições, Eventos, Workshops, Congressos, Seminários, etc.). No sentido de alcançar objectivos de reforço de competitividade empresarial pela via da promoção, prevêem-se intervenções ao nível da requalificação dos espaços afectos aos seguintes eventos regionais:

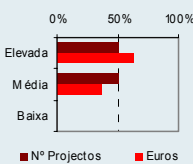
Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:

2007-2013

Custo Estimado:

2.260.000 €

- **Feira de Agosto – Turismo, Ambiente e Desenvolvimento** que tem como temática o Turismo do Litoral Alentejano, sendo a maior Feira Franca do Sul do País e uma das maiores Feiras a Sul do Tejo, com a qual coexiste a Feira Tradicional integrando artesanato e produtos regionais, e um Parque de Expositores abrangendo múltiplos sectores de actividade da Região e do País, com particular destaque para a actividade turística (visitação anual de 100.000 pessoas). A crescente projecção da feira na região e do papel que poderá desempenhar na promoção de actividades empresariais, nomeadamente ligadas ao turismo, interna e externamente, servem de mote à afirmação da necessidade de aposta nas infra-estruturas;
- **Feira de actividades económicas do concelho de Odemira**, projecto que compreende as seguintes acções: Arranjo paisagístico e requalificação das infra-estruturas do recinto da feira; Construção de auditório, recinto de espectáculos, novos pavilhões de exposição, instalações sanitárias e outro equipamento polivalente colectivo, restauração, piscina descoberta, campo de jogos, picadeiro.




Promotor/Parcerias: Equipamentos para a coesão local.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

EIXO I Obj. 3 – Desenvolvimento de um modelo empresarial competitivo

Acção Integrada




c. Reforço das Competências e Qualificação das Pessoas

	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.03.02	Generalização do acesso e da utilização das novas tecnologias de informação no exercício de actividades laborais, de lazer e da cidadania	A	
A.03.03	Dinamização e valorização da Escola Tecnológica do Litoral Alentejano	A	
A.03.04	Reforço das qualificações dos recursos humanos na área da hotelaria e turismo nos vários níveis de ensino profissional	A	
B.03.05	Escola das Artes de Sines Formação cultural e artística de crianças e jovens	B	
D.03.03	Acção integrada com vista ao reconhecimento e certificação profissional de competências e qualificação de activos	D1	




Actores Envolvidos:

Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Associação de Desenvolvimento Local e Regional, Empresas, Instituições de Ensino Superior, IPSFL, Outros Agentes Privados, Entidades da Administração Central

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	

Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos

E1		E2		E3		E4	
----	---	----	---	----	---	----	---

Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos

O1		O2		O3		O4		O5		O6	
----	---	----	---	----	---	----	---	----	---	----	---



Relação forte



Relação relevante



Relação fraca

Generalização do acesso e da utilização das novas tecnologias de informação no exercício de actividades laborais, de lazer e da cidadania

A.03.02

A

A utilização das tecnologias de informação e comunicação contínua, na região, ainda muito aquém da média nacional, resultado, por um lado, da lenta expansão da rede ADSL e da divulgação da respectiva utilização. Entendendo que a dinamização da utilização de TIC dinamizará o mercado e, conseqüentemente, abrirá espaços de procura mais atractivos para os operadores, este projecto visa estimular as diferentes utilizações

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Regional

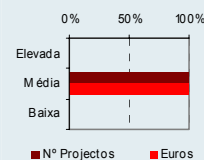
Horizonte Temporal:

2008-2013

Custo Estimado:

7.900.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



daquelas tecnologias, quer abrindo o mercado das empresas instaladas, quer aumentando o espaço de procura das famílias e a respectiva aproximação aos centros de produção de conhecimento. O estímulo à utilização de TIC pelas empresas pressupõe a demonstração da eficácia do e-commerce, e – business, de software específico para o negócio, a formação, etc. Simultaneamente, tendo em conta as dificuldades financeiras de parte ainda significativa da população, o projecto visa, igualmente, constituir-se como interface entre o equipamento abandonado por empresas e particulares e a sua reutilização por particulares com menores rendimentos.

É necessário ter em conta as seguintes componentes:

Dinamização Regional

- Desenvolvimento de estratégia integrada de marketing territorial; desenvolvimento de modelo de gestão envolvendo diversos actores regionais;
- Desenvolvimento de projectos com enfoque na cidadania, economia digital e competitividade, valorização do potencial humano, do território (físico e cultural); *mashups* e agregação de projectos transversais e trans-regionais;
- Integração dos diversos projectos numa rede subregional, regional e nacional integradas; Contextualização de projectos existentes e projecção de novos projectos, próprios ou alheios.

Acessibilidades e Infra-estruturas Digitais

- Acções de mobilização regional e disseminação da utilização das TIC em contextos utilitários, de trabalho e lazer;
- Upgrading da infra-estrutura instalada e desenvolvimento de novas infra-estruturas satélite;
- Alargamento e interligação dos pontos existentes nos níveis: sub-regional, regional, nacional e ibérica.

Componente aberta

- Agregação de projectos transversais e outros a definir.

Núcleo Técnico

- Recursos humanos, operacionalização, consultoria.

Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano em parceria, REGI, Associação de Desenvolvimento Local, IPSS, Outras Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, Agente Privado, Parceria Publico/Privado.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Economia digital e sociedade do conhecimento.

Dinamização e valorização da Escola Tecnológica do Litoral Alentejano

A.03.03

A

Esta operação visa fundamentalmente dinamizar e valorizar a Escola Tecnológica do Litoral Alentejano.

A Escola actualmente localiza-se na zona industrial do concelho de Sines, em espaços limitativos para a sua actividade, sendo necessária a sua realocação.

Pretende-se explorar sinergias entre esta escola e outras instituições de ensino da região, o centro de incubação de empresas de base tecnológica de Sines (projecto já aprovado pelo Ministério da Economia) e o tecido empresarial, para a partilha de recursos pedagógicos mais diferenciados (laboratórios, oficinas), bem como para a oferta de cursos de especialização e formação avançada, estes últimos em cooperação com instituições de ensino.

Inclui-se ainda nesta operação, a criação de um pólo de Conservação e Restauro em Alcácer do Sal, projecto que beneficia da partilha de espaço com a escola secundária, sendo necessário investir apenas em equipamento lectivo apropriado (investimento de 250.000 euros).

Prioridade da
Operação:

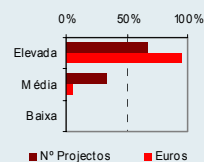


Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2007-2013

Custo
Estimado:
4.465.600 €

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano e Escola Tecnológica do Litoral Alentejano

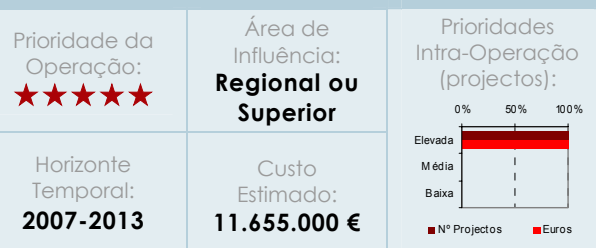
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional, Economia digital e sociedade do conhecimento.

Reforço das qualificações dos recursos humanos, com ênfase na área da hotelaria e turismo, para os vários níveis de ensino profissional

A.03.04

A

O ensino profissional tem vindo a revelar um forte dinamismo, sendo elevada a taxa de empregabilidade dos seus alunos. Se numa primeira fase a oferta de cursos profissionais se restringia essencialmente às escolas profissionais, actualmente essa oferta foi alargada às escolas secundárias. Por conseguinte, esta medida pode contemplar intervenções em Escolas Profissionais, Centros de Formação Profissional (de gestão directa ou participada) e ainda em Escolas Secundárias (na componente de infra-estruturas e equipamentos). De resto, em algumas situações poder-se-á justificar mesmo a construção de blocos especificamente destinados ao ensino profissional, em que a componente laboratorial e oficinal apresente uma forte expressão.



Esta operação visa mais especificamente, de forma integrada, responder à necessidade de preparar recursos humanos para a prestação de serviços qualificados na área da hotelaria e turismo – factor chave de competitividade do sector do turismo em que o Litoral Alentejano assume uma forte aposta.

O objectivo consiste em cobrir diversos níveis de ensino, através, nomeadamente, das seguintes intervenções:

- Criação do Centro de Formação Profissional de Gestão Participada no Alentejo Litoral, com uma área de formação turística, que possibilite satisfazer de forma atempada as necessidades de qualificação inicial e contínua dos serviços de hotelaria e turismo prestados nos empreendimentos turísticos que irão ser criados no Litoral Alentejano e que permita a criação de competências específicas nas áreas de gestão e operação das unidades turísticas, alinhando-as com as melhores práticas internacionais neste sector. O Projecto já está protocolado com a Associação dos Resorts do Alentejo Litoral e existem contactos/ negociações com o IEFP. Localização no Carvalhal;
- Valorização e promoção da actividade formativa prestada pela Fundação Odemira (Escola profissional com curso profissional na área de Hotelaria/ Restauração, Organização e Controlo.
- Valorização e promoção da actividade formativa a ser prestada (segundo intenção mencionada no Objectivo 9) pela via profissionalizante de Hotelaria e Turismo da nova Escola Secundária de Alcácer do Sal.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Associação dos Resorts do Alentejo Litoral, IEFP, Fundação Odemira, Ministério da Educação

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional

Escola das Artes de Sines | Formação cultural e artística de crianças e jovens

B.03.05

B

Pretende-se a criação da Escola das Artes em Sines (oferta de ensino artístico), equivalente ao ensino secundário.

Para além da oferta de formação artística, um dos objectivos é a formação de profissionais para o sector de actividade artística performativa (música, teatro, dança, artes plásticas...).

Projecto inserido em estratégia de afirmação no domínio cultural com fortes sinergias com os investimentos turísticos previstos e em execução em Sines e noutros concelhos do Alentejo Litoral. Nos termos da Carta Educativa de Sines, o projecto insere-se nas estratégias de disponibilização de equipamentos de ensino de qualidade com dimensionamento e localização adequada da rede de equipamentos de ensino e oferta de ensino artístico na sub-região Alentejo Litoral.

Pretende-se para o efeito a reabilitação profunda de edifício classificado de interesse municipal (Palácio Pidwell), já disponível e com projecto concluído.

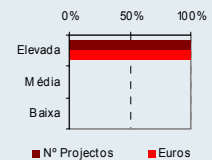
Em Abril de 2008 abriu na Estação de Caminhos de Ferro o Serviço de Música, a funcionar como piloto, em instalações provisórias.

Paralelamente, a Câmara Municipal de Sines visa promover a formação cultural e artística de crianças e jovens em articulação com projectos educativos de todos os graus de ensino. Trata-se de um projecto de desenvolvimento do potencial humano e de criação de públicos, inserido em estratégia de afirmação no domínio cultural.

Prioridade da Operação:
★★★★★

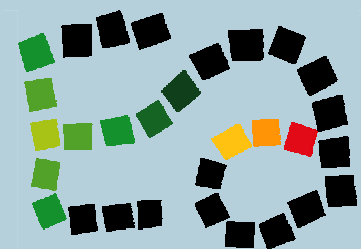
Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
3.725.000 €



ESCOLA DAS ARTES DE SINES

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal Sines, Ministério da Educação, Agrupamento Vertical de Escolas de Sines e Instituições de Ensino Superior no domínio das Artes Performativas

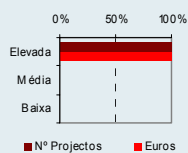
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional e Património Cultural.

Acção integrada com vista ao reconhecimento e certificação profissional de competências e qualificação de activos

D.03.03

D1

O Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE) tem por objectivo a consolidação de uma economia competitiva, uma sociedade coesa e inclusiva, garantindo, em simultâneo, a sustentabilidade e a qualidade do meio ambiente. Neste contexto, pretende o Litoral Alentejano fazer dos objectivos nacionais, as suas aspirações enquanto região. Para isso torna-se indispensável promover o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas, quer através do reconhecimento das competências adquiridas ao longo da vida, quer apoiando a sua aquisição através de acções de formação. Nesta operação enquadram-se projectos como o estabelecimento de um RVCC à Porta de Casa.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:**Local**Horizonte
Temporal:**2007-2013**Custo
Estimado:**44.000.000 €**Prioridades
Intra-Operação
(projectos):**Promotor/Parcerias:** Municípios do Litoral Alentejano, IEFP e instituições de ensino profissional.**Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Promoção e capacitação institucional

EIXO II Território de Excelência Ambiental

Posicionar o Litoral Alentejano como território de excelência ambiental, construído e afirmado através de uma combinação criteriosa e coerente de intervenções defensivas – a minimização dos impactos negativos do pólo industrial energético de Sines – e ofensivas – a promoção da qualidade ambiental como valor central da atractividade económica e social da região.

Objectivo Específico **4. Eco-eficiência, prevenção e sustentabilidade ambiental e ordenamento do território**

Acções Integradas

- a. Educação e sensibilização ambiental, eficiência energética e energias renováveis
- b. Ordenamento e planeamento do território

Objectivo Específico **5. Qualificação, Monitorização e controlo ambiental**

Acções Integradas

- a. Controlo e monitorização da qualidade do ambiente
- b) Melhoria de eficiência do sistema de gestão e tratamento de resíduos

EIXO II **Obj. 4 – Eco-eficiência, prevenção e sustentabilidade ambiental e ordenamento do território**

Acção Integrada **a. Educação e sensibilização ambiental, eficiência energética e energias renováveis**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.04.01	Acções de responsabilização ambiental aos cidadãos e às empresas (recursos hídricos, recursos energéticos, outros recursos naturais)		
A.04.02	Planos de gestão ambiental e implementação de soluções de eficiência energética municipal		
B.04.01	Centro de experimentação e promoção de energias alternativas e mistas		
B.04.02	Energias Renováveis-Eólica/Solar/Biomassa/Ondas		

Actores Envolvidos: Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Entidades da Administração Central, Associação de Desenvolvimento Local e Regional, IPSFL, Empresas, Instituições de Ensino Superior, Outros Agentes Privados, Agências Regionais, Entidades do SCTN

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano </p> <p>Factores de Competitividade </p> <p>Valorização Territorial </p> <p>Cooperação Territorial </p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego </p> <p>E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior </p> <p>E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental </p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 E2 E3 E4 </p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 O2 O3 O4 O5 O6 </p>
<p> Relação forte Relação relevante Relação fraca</p>	

Acções de responsabilização ambiental aos cidadãos e às empresas (recursos hídricos, recursos energéticos, outros recursos naturais)

A.04.01

A

Recursos hídricos

A problemática da escassez dos recursos deve estar bem patente no nosso quotidiano.

É necessário sensibilizar não o público em geral e também os decisores, para um consumo responsável dos recursos hídricos, definindo metas de poupança e promovendo estudos que apresentem propostas de contenção. Efectuar Acções de Sensibilização (seminários, conferências, exposições, publicações) específicas para determinado público alvo (jovens em idade escolar, adultos e terceira idade), tendo em vista a consciencialização da sociedade para o facto dos recursos hídricos não serem ilimitados, sendo necessário protegê-los e conservá-los através de um consumo mais racional e responsável (INV: 300.000 €)

Prioridade da Operação:

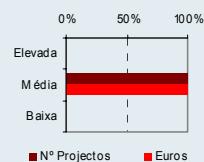


Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2012

Custo Estimado:
700.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Valorização, Educação, Informação, Investigação e Desenvolvimento

É essencial promover o conhecimento e desenvolvimento de assuntos relacionados com o mar e o ambiente; assegurar a participação pública na esfera regional e preencher a lacuna social latente em vários projectos de desenvolvimento/investigação, na ligação entre a ciência e a sociedade; sensibilizar os cidadãos através da promoção de novas actividades de valorização dos recursos naturais; promover a cooperação e desenvolvimento de projectos de investigação, apresentando propostas de investigação no contexto regional de acção prioritária; desenvolver um projecto de acção, identificando as oportunidades de desenvolvimento no Litoral (interface Terra-Mar), superando o previsto nos POOC (INV: 150.000 €).

Promoção da utilização de energias alternativas

A utilização de energias alternativas às fontes tradicionais assume particular relevância no Mundo de hoje. Os territórios como os do Alentejo Litoral apresentam enormes potencialidades neste domínio, quer devido às horas de sol de que dispõem, quer pelas possibilidades de produção de energia a partir dos resíduos da produção agro-pecuária. Assim, deverá ser objecto de promoção junto das instituições e dos particulares as vantagens e possibilidades de utilização das fontes alternativas de energia. Esta promoção deverá partir do efeito demonstrador da administração pública, nomeadamente da Administração Local, iniciando um percurso que propiciará um saldo positivo no balanço municipal do carbono. O projecto inclui, portanto uma primeira fase de adopção pelos Municípios de fontes alternativas de energia, para em fase subsequente serem os respectivos resultados disseminados pelo conjunto dos Municípios, estimulando a assunção de novas práticas pelas empresas e as famílias (INV: 250.000 €).

Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano, Administração Central, Associação de Desenvolvimento Local, Outras Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, Outros

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Energia, Acções de Valorização e Qualificação Ambiental e Ciclo urbano da água.

Planos de gestão ambiental

O ambiente constitui, cada vez mais um bem precioso a proteger. Dando o exemplo, cabe às autarquias um papel determinante no efeito demonstrador das práticas de protecção ambiental, necessitando, para o efeito, de um Plano que, a partir do diagnóstico da situação, proponha soluções no sentido de diminuir as agressões ambientais decorrentes da actividade municipal e aumentar a eficiência dos serviços relativamente à utilização de recursos, diminuindo-a. O projecto proposto visa, portanto, a elaboração do Plano de Gestão Ambiental capaz de propor às Autarquias soluções mais eficientes para a utilização de recursos, diminuindo a produção de resíduos associada (INV: 100.000 €).



Eficiência energética municipal

As questões do Desenvolvimento Sustentável implicam mudanças de atitudes e comportamentos relativamente aos consumos energéticos. Torna-se contudo necessário sensibilizar não só o público em geral mas também os decisores, para um consumo responsável da energia, a começar pelos edifícios públicos, definindo metas de poupança, apresentando propostas de contenção, realizando acções e seminários sobre o tema (INV: 1.000.000 €).

Uma das formas de diminuir os impactos ambientais da actividade das autarquias é o aumento da respectiva eficiência energética, a qual permitirá poupanças significativas ao nível do consumo das fontes de energia tradicionais as quais, naturalmente, se reflectem nos orçamentos municipais. Assim, visa-se o estudo das adaptações necessárias para o aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos municipais e a respectiva implementação.

Deverão ser desenvolvidos POEM's – Planos de Optimização Energética Municipal, que incluem as seguintes acções:

- Análise da situação energética existente nos municípios (Optimização dos contratos de fornecimento de energia eléctrica dos municípios, eficiência energética na iluminação pública, diagnóstico energético a edifícios municipais);
- Plano de actuação municipal;
- Implementação de medidas (implementação da medida e monitorização dos resultados).

Frota verde

Um dos factores emissores de poluição atmosférica resulta do tráfego rodoviário. Possuindo os Municípios uma frota automóvel com algum significado e um nível importante de circulação que vai deste os veículos para a recolha de resíduos sólidos urbanos aos transportes escolares, importa equacionar a utilização de fontes mais limpas de energia, com menor nível de emissão de poluentes atmosféricos, nomeadamente os biocombustíveis. Porém, a alteração do combustível a utilizar na frota das Autarquias tem obrigatoriamente que passar pela adaptação dos veículos. Assim, visa-se proceder às referidas alterações, com vista a diminuir as quantidades de poluentes atmosféricos emitidos pelas frotas e, simultaneamente, demonstrar a respectiva viabilidade no sentido de estimular à adopção destas novas práticas pelos privados e outras entidades públicas (INV: 300.000 €).

Promotor/Parcerias: Energia, Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, Mobilidade Territorial.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

Centro de experimentação e promoção de energias alternativas e mistas		B.04.01	B
<p>Trata-se de aproveitar as potencialidades do concelho de Santiago do Cacém, nomeadamente a proximidade a Sines para a instalação de um Centro de Experimentação em Energia, que se assumirá como espaço de interface tecnológico entre a universidade, as empresas e os consumidores.</p> <p>Pretende-se a instalação de um equipamento de experimentação ligado à Universidade que complemente a actividade desenvolvida na sede ou, em alternativa, a deslocação para o Concelho desse equipamento, aproximando-o, por um lado, de empresas com investigação autónoma e, por outro, de empresas e particulares para quem importa encontrar soluções de poupança energética ou substituição de fontes energéticas, bem como de mobilização e apoio a eventuais investidores neste sector.</p>			
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional	Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100% 	
Horizonte Temporal: 2007-2013	Custo Estimado: 5.000.000 €	■ N° Projectos ■ Euros	
<p>Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Santiago do Cacém/ Universidade/ Entidades com actividade na área da Energia</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Energia e Sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas.</p>			

Energias Renováveis-Eólica/Solar/Biomassa/Ondas		B.04.02	B
<p>Enquadrada na estratégia da região no que se refere à aposta na exploração de energias renováveis, Odemira tem já celebrados alguns protocolos de colaboração com operadores nacionais e estrangeiros, aguardando-se para breve o início das medições nas eólicas, e estando em curso contactos para a concessão de potência para a energia solar. No que se refere a biomassa, Vila Nova de Milfontes é receptora na sua sub-estação eléctrica de uma potência até 3 MW. Há um enorme potencial na energia das ondas dada a natural agitação marítima na zona. Para todo este potencial energético há muitos interessados na implementação de parques eólicos e solares.</p>			
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100% 	
Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 100.000.000€	■ N° Projectos ■ Euros	
<div style="display: flex; justify-content: space-around;">   </div>			
<p>Promotor/Parcerias: Parceria público privada (protocolos já assinados entre a Câmara Municipal de Odemira e as empresas ABO Wind España, Sister- Sistemas e Tecnologia de Energia e a I-7)</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Energia.</p>			

EIXO II **Obj. 4 – Eco-eficiência, prevenção e sustentabilidade ambiental e ordenamento do território**

Acção Integrada **b. Ordenamento e planeamento do território**

Operações englobadas na Acção Integrada		Tipo	Âncora
A.04.03	Gestão activa de espaços protegidos e classificados		
D.04.01	Elaboração e revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território		

Actores Envolvidos: Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Entidades da Administração Central

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano <input type="radio"/></p> <p>Factores de Competitividade <input type="radio"/></p> <p>Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/></p> <p>Cooperação Territorial <input type="radio"/></p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego <input type="radio"/></p> <p>E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior <input type="radio"/></p> <p>E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental <input checked="" type="radio"/></p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 <input type="radio"/> E2 <input checked="" type="radio"/> E3 <input checked="" type="radio"/> E4 <input checked="" type="radio"/></p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 <input checked="" type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input checked="" type="radio"/></p>
<p> Relação forte Relação relevante Relação fraca</p>	

O território do Litoral Alentejano está coberto por uma percentagem significativa de áreas sujeitas a condicionantes naturais.

Neste sentido, a gestão activa de espaço protegidos e classificados, passa nomeadamente pela necessidade de transposição do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para os PMOT, processo que exige rigor científico (necessidade de levantamento dos valores biológicos, implicando que este processo se desenvolva ao longo de um ano, abarcando as quatro estações pelo menos uma vez).

Desta forma, existe uma oportunidade, no âmbito da revisão de alguns PDM, para serem revistos conceitos, metodologias e a própria cartografia do PSRN, de forma a ser exequível interpretá-lo e transpô-lo para os PMOT, marcando-se as condicionantes.

Este processo de transposição do PSRM para os PMOT e a própria monitorização que deve ser efectuada na fase seguinte implicam custos para os municípios, que estão contemplados neste projecto.

Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100% 
Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 250.000€	



Condicionantes naturais: Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, ICNB

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Gestão activa de espaços protegidos e classificados.

Elaboração e revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território

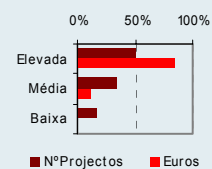
D.04.01

D1

O redesenho das opções estratégicas e de um modelo territorial sustentável para a região implica a elaboração de instrumentos de gestão territorial de nível municipal, enquadrando as orientações de Planos de Ordenamento de nível superior.

Neste sentido, desenvolveu-se um projecto integrado de intervenções ao nível da elaboração/execução/revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território, essenciais à prossecução de medidas de ordenamento e requalificação de espaços urbanos e a uma gestão eficiente do território, articulados com os diversos instrumentos de política de ordenamento territorial e sectorial. Esta operação integra:

- Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território com vista à implementação das orientações estratégicas do Município, nomeadamente:
 - Revisões de Planos Urbanísticos (PU), essenciais ao planeamento e gestão de intervenção urbanística;
 - Elaboração e Execução de Planos de Pormenor (PP) visando a concretização de intervenções previstas e consignadas no plano.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:**Local**Horizonte
Temporal:**2007-2013**Custo
Estimado:**8.280.000€**Prioridades
Intra-Operação
(projectos):**Promotor/Parcerias:** Municípios do Litoral Alentejano**Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Acções de valorização e qualificação ambiental e Capacitação institucional

EIXO II		Obj. 5 – Qualificação, monitorização e controlo ambiental	
Acção Integrada	a. Controlo e monitorização da qualidade do ambiente		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.05.01	Sistema Integrado de Monitorização do Ambiente e Saúde - GISA 2ª fase		
A.05.02	Equipamentos de monitorização da qualidade ambiental		
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Entidades da Administração Central, Instituições de Ensino Superior, Empresas, Entidades do SCTN		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano <input type="radio"/> Factores de Competitividade <input type="radio"/> Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/> Cooperação Territorial <input type="radio"/>		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego <input type="radio"/> E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior <input type="radio"/> E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental <input checked="" type="radio"/>	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E1 <input type="radio"/> E2 <input checked="" type="radio"/> E3 <input checked="" type="radio"/> E4 <input checked="" type="radio"/>		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O1 <input checked="" type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input type="radio"/> O4 <input type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input checked="" type="radio"/>	
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
<input type="radio"/> Relação fraca			

O projecto GISA visa permitir a implementação de um sistema para a gestão global do risco ambiental causado pelo impacto da poluição na saúde pública, na região do Litoral Alentejano. Pretende monitorizar o estado do ambiente e da saúde pública, fornecer informação credível para a optimização ambiental de processos industriais e para a orientação de políticas públicas nos domínios do ambiente, ordenamento do território e saúde.

Prioridade da
Operação:

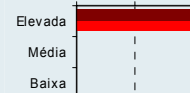


Área de
Influência:

**Regional ou
Superior**

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

Horizonte
Temporal:
2007-2013

Custo
Estimado:
17.053.000€

Em 2008 teve início a 1ª fase deste projecto, restringido às questões da qualidade do ar, por imperativos orçamentais (não aprovação de candidatura do Programa Comunitário LIFE-Ambiente). Durante os três anos de implementação desta 1ª fase, considera-se imperativa a obtenção de condições para a implementação da 2ª fase, que permitirá incluir no âmbito do projecto a monitorização do solo e sub-solo, aquíferos e águas marítimas e fluviais, para além da qualidade do ar e vigilância epidemiológica.

Este projecto pretende contribuir para a instalação de um sistema permanente de monitorização integrado da saúde e ambiente do Alentejo Litoral, e conta com o suporte científico de instituições universitárias, designadamente o IST, Faculdade de Ciências e Escola Nacional de Saúde Pública, bem como com a participação de todos os Municípios, Delegados de Saúde e diversas empresas locais.



Promotor/Parcerias: CCDR-Alentejo, Municípios do Litoral Alentejano, Instituto Superior Técnico, Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto de Estudos Superiores de Recursos Naturais, Administração Regional de Saúde do Alentejo, Petrogal, S.A., Repsol Polímeros, Lda., Administração do Porto de Sines, Águas de Santo André, S.A., AICEP – Global Parques, S.A., Carbogal, S.A., E.D.P., S.A., EuroResinas, S.A., Kimaxtra, S.A., REN Atlântico, S.A.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental. Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos e Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento.

Equipamentos de monitorização da qualidade ambiental

A.05.02

A

Desde a passagem da competência na área do ruído para as autarquias que a AMLA efectua medições acústicas, quando solicitadas pelos municípios, e efectuou todo o processo para elaboração dos mapas de ruído, encontrando-se agora preparada internamente para actualizar os mapas e continuar com as medições.

Os mapas de ruído assumem especial importância para os municípios, uma vez que visam apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos directores municipais, planos de urbanização e planos de pormenor.

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que criou o novo Regulamento Geral do Ruído, é necessária nova adaptação dos mapas de ruído e proceder à acreditação pelo Sistema Português da Qualidade, para a realização de medições acústicas.

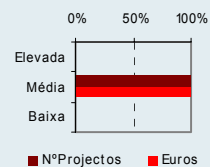
Ainda no que se refere a equipamento de monitorização da qualidade ambiental, Santiago do Cacém é o único concelho do Alentejo Litoral que possui um Laboratório de Análises de Água que monitoriza a respectiva qualidade, podendo assumir-se como prestador deste tipo de serviços a outras entidades que deles necessitem. Para o efeito e apesar dos bons resultados das avaliações levadas ao seu desempenho por entidades com essa missão, a garantia da qualidade do respectivo funcionamento passa pela ampliação e qualificação do equipamento e pela certificação do laboratório (investimento de cerca de 25.000 euros afectos ao Município de Santiago do Cacém).

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
209.500€

Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano e, no caso do laboratório de análise de águas: Município de Santiago do Cacém

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

EIXO II

Obj. 5 – Qualificação, monitorização e controlo ambiental

Acção Integrada

b. Melhoria da eficiência do sistema de gestão e tratamento de resíduos

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.05.03	Optimização e desenvolvimento do sistema de recolha, transferência e armazenagem de resíduos	A	
A.05.04	Optimização, desenvolvimento e implementação de sistemas de tratamento de resíduos	A	
A.05.05	Gestão integrada de resíduos/ efluentes agro-pecuários	A	

Actores Envolvidos:

Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Empresas

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	<input type="radio"/>
Factores de Competitividade	<input type="radio"/>
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	<input type="radio"/>
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	<input type="radio"/>
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	<input checked="" type="radio"/>

Objectivos FEADER e Nacionais

Contributo para realização dos objectivos

E1 <input type="radio"/>	E2 <input checked="" type="radio"/>	E3 <input type="radio"/>	E4 <input type="radio"/>
--------------------------	-------------------------------------	--------------------------	--------------------------

Objectivos Estratégicos do PNPO

Contributo para realização dos objectivos

O1 <input checked="" type="radio"/>	O2 <input type="radio"/>	O3 <input type="radio"/>	O4 <input checked="" type="radio"/>	O5 <input type="radio"/>	O6 <input checked="" type="radio"/>
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------------------	--------------------------	-------------------------------------



Relação forte



Relação relevante



Relação fraca

Optimização e desenvolvimento do sistema de recolha, transferência e armazenagem de resíduos		A.05.03	A												
<p>Esta operação inclui duas grandes tipologias de projectos:</p> <p>Optimização, desenvolvimento e implementação das recolhas em baixa:</p> <p>Estes projectos envolvem a melhoria de todo o processo de recolha em baixa de resíduos, seja através da intervenção em processos já existentes, aumentando-lhes capacidade e optimizando-os, como com a implementação de novos processos de recolha alargando o espectro e a quantidade de resíduos recolhidos em baixa, dando maior cobertura às necessidades dos municípios e dos grandes produtores da região.</p> <p>Optimização de transferências e armazenagem temporária:</p> <p>Estes projectos têm como linha orientadora a melhoria dos processos a montante do tratamento final/valorização de resíduos e que contemplam a transferência em alta e o armazenamento temporário.</p> <p>Esta operação integra ainda projectos autónomos com o objectivo da melhoria transversal e global de todo o sistema (Oficina de manutenção e reparação de viaturas do sistema e sistema de recepção de veículos em fim de vida).</p>															
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table border="1"> <caption>Prioridades Intra-Operação (projectos)</caption> <thead> <tr> <th>Nível</th> <th>NºProjectos (%)</th> <th>Euros (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Elevada</td> <td>~10</td> <td>~40</td> </tr> <tr> <td>Média</td> <td>~40</td> <td>~60</td> </tr> <tr> <td>Baixa</td> <td>~50</td> <td>~10</td> </tr> </tbody> </table>		Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)	Elevada	~10	~40	Média	~40	~60	Baixa	~50	~10
Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)													
Elevada	~10	~40													
Média	~40	~60													
Baixa	~50	~10													
<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 16.457.000€</p>														
<p>Promotor/Parcerias: Ambilital</p>															
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Optimização da Gestão dos Resíduos</p>															

Optimização, desenvolvimento e implementação de sistemas de tratamento de resíduos		A.05.04	A												
<p>Esta operação inclui projectos que visam essencialmente a optimização, desenvolvimento e implementação de sistemas de tratamento de resíduos. Inclui intervenções que envolvem a melhoria, desenvolvimento e optimização dos processos de tratamento e valorização de resíduos no sistema da AMAGRA.</p> <p>Não só contempla a intervenção em projectos já existentes no sentido da melhoria continua mas também a implementação de soluções para outras tipologias de resíduos dando assim uma resposta cada vez maior e mais diversificada aos produtores que se deparam com grandes dificuldades no destino, ambientalmente adequado, a dar aos resíduos que produzem.</p>															
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table border="1"> <caption>Prioridades Intra-Operação (projectos)</caption> <thead> <tr> <th>Nível</th> <th>NºProjectos (%)</th> <th>Euros (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Elevada</td> <td>~10</td> <td>~40</td> </tr> <tr> <td>Média</td> <td>~40</td> <td>~60</td> </tr> <tr> <td>Baixa</td> <td>~50</td> <td>~10</td> </tr> </tbody> </table>		Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)	Elevada	~10	~40	Média	~40	~60	Baixa	~50	~10
Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)													
Elevada	~10	~40													
Média	~40	~60													
Baixa	~50	~10													
<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 12.004.000€</p>														
<p>Promotor/Parcerias: Ambilital</p>															
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Optimização da Gestão dos Resíduos</p>															

Esta operação visa assegurar a sustentabilidade das produções agro-pecuárias existentes no Alentejo Litoral. Contempla essencialmente duas áreas de intervenção:

- Concertação entre os diferentes actores locais (Associações de produtores e empresas agrícolas locais) para a definição estratégica e implementação de uma rede de acondicionamento, recolha, transferência e tratamento de resíduos agrícolas (banais e perigosos).
- Assegurar a qualidade ambiental da produção suinícola através de (i) análise das necessidades de tratamento de efluentes suinícolas e estudo da viabilidade económica e financeira de sistemas colectivos de tratamento de efluentes das suiniculturas; (ii) análise das diferentes alternativas de escoamento e minimização de impactes ambientais e riscos para a saúde pública da morte ocasional de animais nas suiniculturas; (iii) criação de sistema(s) colectivo(s) de tratamento de efluentes de suiniculturas, permitindo superar as insuficiências técnicas frequentes nas ETAR individuais; (iv) estudo das potencialidades de valorização dos efluentes gerados nas suiniculturas, nomeadamente do ponto de vista energético e a aplicação das respectivas conclusões; (v) estudo da recuperação ou reconversão das ETAR existentes que se encontrem a funcionar com problemas, quer devido a sub-dimensionamento, quer devido a falta de manutenção técnica adequada; (vi) criação de uma bolsa de técnicos para garantir a assistência técnica futura às ETAR. Em conformidade, o projecto é composto por duas fases, na primeira das quais se levarão a cabo os estudos e projectos necessários à solução dos problemas referidos. Pretende-se com a implementação das duas fases e, complementarmente, à construção do parque de suiniculturas, criar condições que minimizem os impactes ambientais negativos da actividade de produção industrial de carne de porco.

Prioridade da Operação:

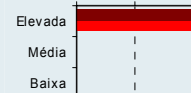


Área de Influência:

Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

Horizonte Temporal:
2009-2010

Custo Estimado:
275.000€

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, em especial Odemira, Alcácer e Santiago do Cacém

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental

EIXO III Território de Valorização Competitiva de Recursos Endógenos

Valorização competitiva dos recursos endógenos, alargando a base das iniciativas empresariais e das “jazidas” de emprego pela valorização das produções primárias diferenciadas e pela valorização dos recursos patrimoniais singulares e dinamização do território quer, pela modernização dos pólos rurais de baixa densidade, quer pela melhoria competitiva dos seus pólos urbanos, organizados numa lógica de rede de complementaridades e sinergias.

Objectivo Específico **6. Valorização das actividades tradicionais - redes de distribuição e resposta a mercados dinâmicos**

Acções Integradas

- a) Valorização competitiva da agricultura, pecuária, floresta e pescas
- b) Dinamização e valorização competitiva de actividades tradicionais e artísticas

Objectivo Específico **7. Desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados**

Acções Integradas

- a) Turismo de natureza, saúde e bem-estar
- b) Turismo histórico-cultural e rede museológica
- c) Desenvolvimento de produtos turísticos complementares (rotas turísticas)

Objectivo Específico **8. Requalificação e valorização do património histórico-cultural**

Acções Integradas

- a) Requalificação e revitalização dos centros urbanos
- b) Preservação e valorização património histórico e arquitectónico
- c) Revitalização e qualificação de pólos de baixa densidade

EIXO III

Obj. 6 – Valorização das actividades tradicionais - redes de distribuição e resposta a mercados dinâmicos

Acção Integrada

a. Valorização competitiva da agricultura, pecuária, floresta e pescas

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.06.01	Apoio à comercialização de cortiça e valorização da actividade		
A.06.02	Rede de parques de suinicultura e certificação da actividade		
B.06.01	MLA- Matadouro do Litoral Alentejano		
D.06.01	Acções integradas de valorização da actividade piscatória		

Actores Envolvidos:

Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Administração Central, Associação de Desenvolvimento Local, IPSFL, Empresas, Associações Empresariais, outros Agentes

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	

Objectivos FEADER e Nacionais

Contributo para realização dos objectivos

E1	E2	E3	E4
----	----	----	----

Objectivos Estratégicos do PNPOT

Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
----	----	----	----	----	----



Relação forte



Relação relevante



Relação fraca

Tendo em conta a importância que o montado de sobro detém na região, esta operação visa aumentar a retenção do valor económico da produção e comercialização de cortiça na região, pela via da melhoria dos processos de armazenamento e comercialização da cortiça e da promoção de práticas corticeiras adequadas.

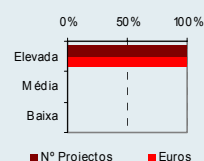
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
275.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Esta operação engloba duas intervenções:

- **Melhoria das formas de armazenamento e venda da cortiça**, através da constituição de uma rede de parques de cortiça, de modo a compatibilizá-las com o código das boas práticas rolheiras, contribuindo para a troca do produto com base no peso. Esta rede deverá ser composta por dois parques de armazenamento de cortiça, sem cobertura, com terreno regularizado, báscula e iluminação, com gestão a cargo dos utilizadores.
- **Promoção de práticas corticeiras adequadas**, investigação sobre o produto e respectivas utilizações, e divulgação do conhecimento através de uma estrutura de aconselhamento (numa lógica de extensão rural).

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Associação de Desenvolvimento Local, Instituição privada sem fins lucrativos

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação Institucional

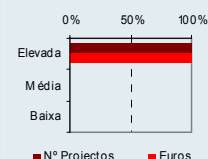
O Alentejo Litoral dispõe de uma elevada capacidade de produção na área da suinicultura com inevitáveis impactos na qualidade ambiental. Para minorar estes impactos é necessário desenvolver um conjunto de medidas que garantam o adequado tratamento dos efluentes.

Esta operação integra essencialmente duas tipologias de intervenção:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
240.000€



- **A constituição de um parque de suinicultura** com vista à aproximação física das instalações para a viabilização de infra-estruturas comuns de tratamento de efluentes.
- **Desenvolvimento de uma marca própria para a produção extensiva de suínos.** Com uma extensa área de montado o Alentejo Litoral dispõe de condições para a produção de *porco de montado*, para o qual é necessário desenvolver uma marca própria que suporte a respectiva comercialização. Este projecto irá desenvolver-se em duas fases: 1- concepção e implementação da marca e 2- divulgação e apoio temporário à produção.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Associação de Desenvolvimento Local, Instituição privada sem fins lucrativos

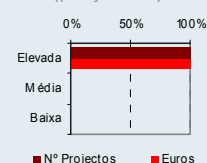
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio Áreas e Acolhimento Empresarial e Logística; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental e Promoção e Capacitação Institucional

O sucessivo encerramento dos matadouros municipais e a má experiência financeira trazida pelos grandes matadouros industriais, os quais igualmente têm vindo a fechar portas ou por falência ou por desadequação tecnológica e higio-sanitária, traçou um quadro negro à generalidade dos produtores, distribuidores e talhantes, com especial relevância em zonas de baixa densidade com actividade produtiva longe de tais centros de abate e transformação.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2009

Custo Estimado:
4.500.000€

A realidade do Litoral Alentejano permitiu identificar como centros habituais de abate os matadouros de Setúbal, Monforte, Beja e Loulé. A distância e os custos de transporte aliados às taxas de abate e à oportunidade baixa de abater na data certa, devida à grande procura e à pequena oferta de unidades de abate, originam custos muito penalizadores para os produtores, sendo certo que a mais valia lhes foge completamente uma vez que a crescer ao quadro atrás descrito, se juntam os intermediários entre a produção e o consumidor final.

Tal quadro levou a que fosse criado o MLA-Matadouro do Litoral Alentejano S.A. numa acção de resposta da Câmara Municipal de Odemira às preocupações da fileira no Concelho, no início, mas que pouco tempo depois alargou a base estendendo-se a outros actores da fileira: produtores de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, talhantes, outras autarquias e até uma instituição de crédito, entre outros, acabaram por entrar no capital social da empresa, a qual está formada e tem sede na Avenida 25 de Abril em S. Teotónio, concelho de Odemira.

Depois das vicissitudes de um processo complexo, até pela dificuldade em obter a quota de abate compatível com os objectivos tidos como necessários ao grande potencial de toda a zona, o projecto foi aprovado, lançados os procedimentos para apresentação de propostas, à sua análise e escolha dos empreiteiros das diversas componentes, com vista à execução, está a obra pronta a iniciar, com a parte de construção civil já adjudicada e contratada, estando as linhas de abate, de processamento e de frio em pré-adjudicação. Estima-se que no final do mês de Setembro a obra possa estar concluída, estando prevista a abertura da unidade no primeiro trimestre de 2009.

O interesse estratégico desta unidade para esta parcela do território do Sul de Portugal é evidente e constituirá uma resposta em concreto às insuficiências sentidas pela fileira, em todas as suas vertentes e será por isso que todos os seus actores, nos concelhos de Odemira, Santiago de Cacém, Castro Verde, Ourique, Silves, Monchique e Aljezur numa primeira linha, mas mais alguns certamente face à conjuntura e quadro existente na região. Num prazo relativamente curto poderão vir a declarar o seu interesse.

Bastará evidenciar o recente encerramento do Matadouro de Loulé e a sua pouco provável reabertura face aos problemas detectados, para se poder pensar que à excepção de Beja (também a ter alguns problemas e que já não respondia às necessidades o que levava e leva os produtores a Setúbal e Monforte), não deixarão outra alternativa que não seja o MLA. A sua localização privilegiada no concelho de Odemira (Fornalhas Velhas, freguesia de Vale de Santiago) mas em confluência com os concelhos de Santiago de Cacém e Ourique, junto ao Itinerário Complementar n.1 e a poucos quilómetros da Auto-Estrada do Sul/A2, tornam-no numa âncora de todos os concelhos em redor e a que já nos referimos atrás.

Os estudos demonstraram que para além da poupança nos transportes, uma taxa de abate a pouco mais de metade da que habitualmente é paga, já garantirá o sucesso do projecto.

Alguns dados: Parcela de terreno de cerca de 160.000m², para uma necessidade de 35.000 m² (ampliação possível da unidade a curto/médio prazo); Investimento aproximado de 4,5 milhões de euros; Postos de trabalho: de 12 a 20 com esta configuração; accionistas actuais: cerca de 25.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Odemira e MLA- Matadouro do Litoral Alentejano

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional

Acções integradas de valorização da actividade piscatória

D.06.01

D1

Esta operação integra um conjunto de acções visando a valorização da actividade piscatória, integrando projectos de requalificação de portos de pesca e de criação/ requalificação de outras infra-estruturas e ainda acções de marketing do produto.

Esta operação integra nomeadamente, as seguintes componentes:

- Requalificação de portos de pesca;
- Requalificação do acesso terrestre aos portos de pesca;
- Construção de molhes e dragagem dos portos de pesca;
- Aquisição e instalação de equipamento adstrito ao funcionamento da actividade piscatória, como por exemplo infra-estruturas de frio para congelação e refrigeração de peixe;
- Campanhas de marketing do produto;

Campanha de Marketing para divulgação e promoção da marca "Sardinha do Sudoeste Alentejano"

A Associação de Armadores de Pesca Artesanal e Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina criou a marca "Sardinha do Sudoeste Alentejano" por forma a diferenciar este produto regional de elevada qualidade reconhecida nacional e internacionalmente e que está a ser alvo junto do IPIMAR de certificação de qualidade envolvendo todos os processos e procedimentos desde a pesca até à mesa do consumidor final. É também intenção da Associação de Armadores, findo este processo de certificação, de efectuar uma campanha de marketing dando a conhecer ao público em geral a marca "Sardinha do Sudoeste Alentejano" e as características que a diferenciam de todas as outras.

Promotor/Parcerias: Administração Central, Municípios com actividade piscatória, Associação de Armadores de Pesca Artesanal e de Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, entre outros

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização do Litoral e Promoção e capacitação institucional

Prioridade da
Operação:

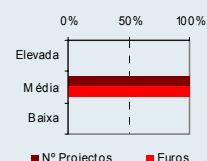


Área de
Influência:
Local

Horizonte
Temporal:
2007-2013

Custo
Estimado:
3.793.000€

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



EIXO III **Obj. 6 – Valorização das actividades tradicionais - redes de distribuição e resposta a mercados dinâmicos**

Acção Integrada **b. Dinamização e valorização competitiva de Actividades Tradicionais e Artísticas**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
B.06.02	Internacionalização de artesãos e artistas		
B.06.03	Centro de formação de Artes		
D.06.02	Valorização competitiva de actividades tradicionais e artísticas		

Actores Envolvidos: Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Associação de Desenvolvimento Local, IPSFL, Particulares, Empresas, Administração Central

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
Factores de Competitividade		E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
Valorização Territorial		E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	
Cooperação Territorial			
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E1		O1	
E2		O2	
E3		O3	
E4		O4	
		O5	
		O6	
Relação forte		Relação relevante	
Relação fraca			

Internacionalização de artesãos e artistas

B.06.02

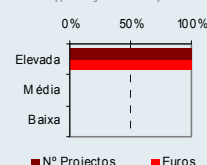
B

Esta operação visa a criação de estrutura comum de promoção da internacionalização de produtos de artesãos e artistas, utilizando para o efeito as potencialidades das tecnologias da informação e comunicação que permitem o acesso ao mercado mundial. Pretende-se implementar um conjunto de medidas passíveis de alargar o mercado e dar notoriedade a este tipo de produtos nomeadamente:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.160.000€

- Realização de um estudo de viabilidade da existência de estrutura comum dirigida para o marketing e distribuição de produtos de artesãos e artistas;
- Criação da estrutura de promoção propriamente dita;
- Levantamento dos produtos artesanais e artísticos e dos respectivos autores;
- Elaboração de plataforma de adesão de artistas e artesãos;
- Construção de um catálogo virtual e de plataforma de e-commerce;
- Elaboração de um plano de Marketing;
- Construção de uma rede de distribuição;



Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Santiago do Cacém/ ADL/ Artistas e Artesãos do Concelho

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

Centro de formação de Artes

B.06.03

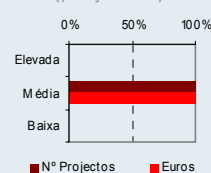
B

A Cultura e a Educação constituem factores fundamentais e determinantes de afirmação da identidade social e individual na relação com os outros e com o mundo. Assim, a criação de um Centro de Formação Artística que ofereça formação diversificada em diferentes domínios da arte contribuirá para a qualificação das organizações culturais e para a formação e valorização dos "actores" da cultura e das artes.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
2.500.000€

O Centro disporá de várias valências nomeadamente de Salas polivalentes (ateliês oficinas experimentação); centro de documentação; salas de formação etc.

O Centro será também um pólo dinamizador de projectos culturais, pretendendo garantir-se uma prestação de serviços integrada para que possam ter início e ser concluídos no Centro, em todas as suas diferentes dimensões, desde o processo criativo, passando pela execução, pela promoção e divulgação, pela comercialização e pela gestão de carreiras.



Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Santiago do Cacém/ Agente Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

A operação integra a recuperação e a requalificação patrimonial e paisagístico de espaços com relevante interesse cultural associado às práticas tradicionais e à actividade artística do Litoral Alentejano.

O objectivo principal desta operação é a dinamização turística com o reforço das estruturas culturais da região e compreende a recuperação, conservação e restauro de imóveis, o seu equipamento e a dinamização das estruturas, como é o caso nomeadamente dos seguintes projectos:

Prioridade da Operação:

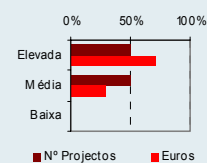


Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2009-2010

Custo Estimado:
700.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Centro de Olaria de Melides**, em que se pretende recuperar a tradição do barro e projectar um Centro de Produção e de Ensino, que se possa projectar como um local de interesse, de visita e de comércio, na perspectiva dos empreendimentos que se perspectivam para o Alentejo Litoral.
- **Intervenção integrada de requalificação patrimonial e paisagística do Cerro dos Moinhos Juntos** (na vila de Odemira) procurando a sua valorização turística enquanto do referido imóvel de interesse municipal, nomeadamente através de: criação e requalificação de equipamentos culturais e suas envolventes; criação de sinalização turística; reconstituição etnográfica; exposições acerca dos processos de cerealíferos, de moagem e de fabrico de alimentos. O principal objectivo é dinamizar a procura turística, fortalecer o carácter didáctico e cultural destes imóveis e valorizar o património municipal, criando posteriormente uma rede de moinhos por todo o concelho (moinhos de água, vento e maré). Exemplo de acções: Conservação e restauro do moinho e outras edificações existentes; projectos de arquitectura para as ruínas; arranjo paisagístico da envolvente; investigação etnográfica e arqueológica; criação de sinalética e documentação de informação turística; montagem de exposições.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano e Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural e Promoção e capacitação institucional

EIXO III

Obj. 7 – Desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados

Acção Integrada

a. Turismo de Natureza, Saúde e Bem-estar

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.07.01	Ciclovia Odeceixe - Tróia	A	
B.07.01	Turismo Saúde, Desporto e Bem-Estar: Construção Centro Alto Rendimento da Barragem do Pego do Altar	B	
B.07.02	ValorSado - Valorização do Rio Sado	B	
D.07.01	Rede de percursos Eco-culturais do Litoral Alentejano	D1	

Actores Envolvidos:

Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Administração Central, Empresas, Agente Privados, Associações dos sectores, IPSFL, Associações de Desenvolvimento Local e Regional

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E1	E2	E3	E4
----	----	----	----

Objectivos Estratégicos do PNPOT
Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
----	----	----	----	----	----

Relação forte Relação relevante Relação fraca

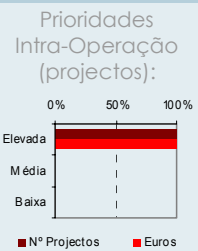
O aproveitamento das potencialidades regionais para o touring de natureza, de acordo com o definido no PENT, aconselha a construção de ciclovía que possibilite aos viajantes que se deslocam em bicicleta o percurso entre os cinco concelhos do Alentejo Litoral. Este tipo de deslocação encontra-se, na maior parte das vezes, associada a chegadas por via aérea, razão pela qual esta ciclovía deveria, ainda, estar ligada a Lisboa, principal origem dos visitantes deste tipo.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
17.502.000€



Pretende-se com este projecto a:

- Ligação da ecovia do Algarve à Área Metropolitana de Lisboa (Odeceixe – Tróia);
- Criação de um portal dedicado ao cicloturismo, promovendo também a diversificação da oferta turística da sub-região;
- Integração na rede europeia de vias cicláveis (Euro-Velo);
- Promoção e divulgação dos valores e cultura locais e dinamização da economia local;
- Interligação com o interior do Alentejo, assumindo-se o Litoral Alentejano como projecto-piloto;
- Promoção da interligação entre a rede de vias cicláveis e os centros urbanos, particularmente as áreas com maior interesse turístico, cultural e patrimonial.

Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano, em parceria, Administração Central, Agentes Privados, Juntas de Freguesia

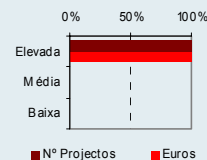
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade territorial, Acções de valorização e qualificação ambiental e Promoção e capacitação institucional

Este projecto tem como objectivo principal a requalificação das áreas envolventes às albufeiras de Pego do Altar e Vale de Gaio, beneficiando do enquadramento proporcionado pelos planos de ordenamento destes dois planos de água. Pego do Altar possui dimensão e características únicas para

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2011-2013

Custo Estimado:
7.857.832€



Barragem do Pego do Altar

ser fruída do ponto de vista turístico e desportivo. Preconiza-se aí a construção de um centro de alto rendimento associado às modalidades de duatlo, triatlo e orientação já previsto no PROT. A vocação para estas modalidades já ficou provada com a realização de algumas provas e em 2009 está agendada uma competição do calendário nacional de orientação com a presença de três mil atletas. Perspectiva-se que sirva de preparação para a prova mundial desta modalidade, com o objectivo de atrair para o concelho também essa realização. A albufeira de Vale de Gaio tem condições óptimas para ser uma mais-valia turística e de desenvolvimento para a área mais interior do concelho, havendo necessidade de criar estruturas de apoio às actividades de

natureza.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Associação dos Regantes, Confederação do Desporto de Portugal, ICNB e parceria privada

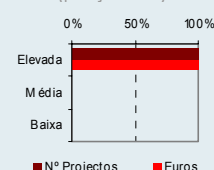
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental

O rio Sado é a coluna vertebral do território de Alcácer do Sal. Contribuiu para a sua glória passada e é hoje especial elemento de diferenciação em relação às outras cidades do Alentejo e do Alentejo Litoral, afirmando-se como a porta atlântica da região e criando a possibilidade de sinergias importantes com outras populações ribeirinhas a norte, caso da cidade de Setúbal.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

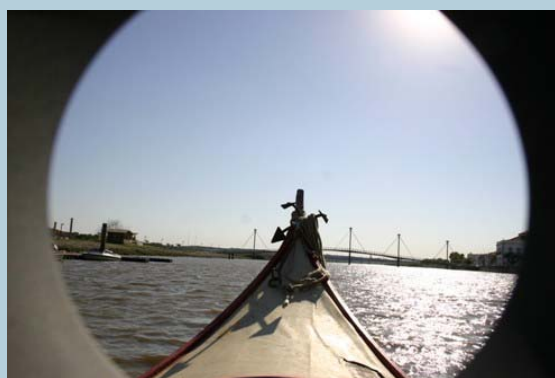
Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
37.652.500€

Outrora os mercadores podiam penetrar até 50 milhas da costa. A antiga navegabilidade é recuperável numa grande extensão do curso do rio, beneficiando a criação de pequenos ancoradouros que permitirão a embarcações de pequena escala levarem curiosos turistas a conhecer as riquezas naturais e históricas.



Rio Sado



Cais Palafítico da Carrasqueira

A operação consiste na valorização do património natural, arqueológico, histórico e etnográfico associado ao rio Sado e na sua potenciação turística, indo ao encontro da aposta traçada pelo PENT-Plano Estratégico Nacional de Turismo. Para isso é necessário

- Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais Sul (Alcácer do Sal) e respectivas ligações à rede de saneamento existente;
- Construção de novos locais de atracagem, recuperação dos existentes;
- Desmatção das margens e desassoreamento em alguns locais, de forma a assegurar a navegabilidade entre Alcácer do Sal e Porto Rei;
- Criação de ecovia de ligação a locais de observação da natureza (flora e avifauna), com infra-estruturas leves de apoio. Rede de locais de observação entre Carrasqueira e Porto Rei;
- Criação de percursos nas margens, com base no património existente, que deve oferecer condições de visita: gastronomia (Carrasqueira, Comporta, Cachopos, Montevil, Montalvo, Alcácer do Sal, Vale de Guizo...); de rizicultura tradicional (Comporta, Alcácer do Sal, Barrosinha); salinicultura tradicional; património histórico e arqueológico (Estação Arqueológica Fenícia de Abul, núcleo edificado da Herdade do Pinheiro; igrejas de Vale de Reis e Nª Sª do Socorro, na Carrasqueira – referenciadas no Inventário do Património Arquitectónico Nacional – que urge recuperar; Igreja de NªSª do Monte, em Vale de Guizo – referenciada no Inventário de Património Arquitectónico nacional, com obras de conservação e restauro necessárias); actividades equestres (Comporta, Pinheiro, Montalvo, Alcácer do Sal);
- Criação de percursos fluviais com actividades a bordo, utilizando os dois galeões do sal pertença da autarquia e entretanto restaurados;
- Preservação e valorização das casas de estorno, típicas da Carrasqueira, referenciadas no Inventário do Património Arquitectónico nacional e em Saberes e Saber Fazer a preservar do mesmo Inventário;

- Recuperação de madeiras, limpeza e iluminação do Cais Palaffítico da Carrasqueira, conjunto único na Europa e referenciado no Inventário do Património Arquitectónico (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana). Plano de Salvaguarda do cais; reformulação do edifício de lota existente; criação de estruturas leves de apoio às visitas (sanitários, posto de informação);
- Revitalização da Escola Municipal de Actividades Náuticas.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Reserva Natural do Estuário do Sado, Herdade da Comporta, Herdade de Montalvo; Herdade do Pinheiro; IGESPAR; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal; Docapesca; Diocese de Évora; outros privados

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património Cultural, Acções de Valorização e qualificação ambiental e Promoção e capacitação institucional

Rede de percursos Eco-culturais do Litoral Alentejano

D.O7.01

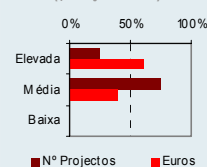
D1

Complementarmente à temática transversal de intervenção assumida pelos municípios do Litoral Alentejano, no âmbito da valorização do seu património natural e edificado definem-se e qualificam-se rotas e percursos turísticos, implementam-se medidas de monitorização ambiental e patrimonial organizadas em rede, como forma de potenciação da oferta turística, nomeadamente na vertente do Turismo de Natureza. Entre outras, estão previstas as seguintes iniciativas:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
7.380.000€

- Construção do Miradouro Sra. da Penha Observatório de Aves e Astronomia (Grândola);
- Exploração de Passeios Turísticos no Mira entre V. N. Milfontes e Odemira;
- Construção de Ciclovia Intra-Concelhia (Santiago do Cacém);
- Projecto paisagístico e construção do Percurso Eco-Cultural do Litoral (troço do concelho de Sines).



Observação de aves



Rio Mira em Vila Nova de Mil Fontes

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Associação de Desenvolvimento Local, Agente privado e Associação do Porto de Sines

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e qualificação ambiental e Promoção e capacitação institucional e Mobilidade territorial

EIXO III **Obj. 7 – Desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados**

Acção Integrada **b. Turismo Histórico-cultural e Rede Museológica**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
B.07.03	Observatório Mundial da Canção de Protesto		
B.07.04	Museu da Liberdade		
B.07.05	Museu Interactivo do Lousal – Projecto Descida à Mina		
B.07.06	Rede de Museus de Santiago do Cacém		

Actores Envolvidos: Municípios, Associações, IPSFL, Empresas, Actores Estrangeiros, Bombeiros

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E1	E2	E3	E4
----	----	----	----

Objectivos Estratégicos do PNPOT
Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
----	----	----	----	----	----

Relação forte Relação relevante Relação fraca

Este projecto parte de “Grândola Vila Morena” e da obra de José Afonso para criar um centro de investigação e divulgação da Canção de Protesto nas suas diferentes vertentes. Prevê-se um funcionamento em “rede física” dentro do concelho de Grândola e em “rede de comunicação” com outros concelhos de Portugal e outros Países.

Pretende-se que o Observatório cumpra as funções que competem a uma organização museológica, tais como adquirir, estudar, conservar e divulgar o património associado à música, com especial atenção para a canção de protesto, tendo uma vocação nacional e internacional, bem como pluridisciplinar e em que os objectos ou as colecções estejam integradas no seu contexto histórico e cultural.

Para além das colecções que tradicionalmente integram um museu de música ou um museu etnográfico, são aqui abordadas diferentes disciplinas, como a musicologia, a etnomusicologia, a história, a politologia, a arte, o cinema, a fotografia, a gravura, a literatura e outras que possam concorrer para uma mais completa identificação dos diferentes conteúdos que a temática representa.

Na linha do turismo político e do turismo da descoberta económica, estamos perante um produto inovador para o pólo turístico e que cruza de forma natural e ao mesmo tempo ambicioso as vertentes nacionais e internacionais da história da Canção de Protesto.



CANÇÕES DE PROTESTO

MENINA DOS OLHOS TRISTES

José Afonso

Menina dos olhos tristes
 o que tanto a faz chorar
 o soldadinho não volta
 do outro lado do mar
 Vamos senhor pensativo
 olhe o cachimbo a apagar
 o soldadinho não volta
 do outro lado do mar
 Senhora de olhos cansados
 porque a fátiga o tear
 o soldadinho não volta
 do outro lado do mar
 Anda bem triste um amigo
 uma carta o fez chorar
 o soldadinho não volta
 do outro lado do mar
 A lua que é viajante
 é que nos pode informar:
 o soldadinho já volta
 está mesmo quase a chegar
 Vem numa caixa de pinho
 do outro lado do mar
 desta vez o soldadinho
 nunca mais se faz ao mar

CANÇÕES DE PROTESTO

ERASE UNA VEZ

José Goytisolo

Erased una vez
 un lobito bueno,
 al que maltrataban
 todos los corderos. (bis)

Y había también
 un príncipe malo
 una brinja hermosa
 y un pirata honrado. (bis)

Todas estas cosas
 habla una vez
 cuando yo soñaba
 un mundo al revés. (bis)

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Grândola

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património Cultural e Promoção e capacitação institucional

Museu da Liberdade**B.07.04****B**

Este projecto visa criar um museu que evoque a caminhada rumo ao 25 de Abril e à democracia.

Paralelamente prevê-se a criação de um parque temático relativo ao 25 de Abril.

Grândola parece ser o local de eleição para um projecto deste tipo, o Museu da Liberdade evocará o caminho rumo à liberdade e à democracia e o Parque Temático destinado a um público de todas as idades, fará a pedagogia, o exercício e a memória do Movimento do 25 de Abril através dos seus símbolos principais.

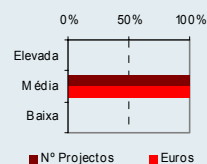
Procura-se para este fim por alguma simbologia e por grande economia de recursos vir a utilizar parte das instalações e do espaço que vão ser libertados pela prisão de Pinheiro da Cruz.

Tem evidente ligação com outros projectos e, em particular, com o Observatório Mundial da Canção de Protesto, contribuindo para a linha do turismo político e consolidando nesta perspectiva mais numa oferta do novo pólo turístico.

Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Horizonte
Temporal:
2007-2013

Custo
Estimado:
3.000.000€

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal/Associação 25 de Abril/e outros

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património Cultural e Promoção e capacitação institucional

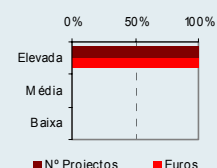
Museu Interactivo do Lousal – Projecto Descida à Mina**B.07.05****B**

A Descida à Mina é um projecto polifacetado, com impactos múltiplos no desenvolvimento da Região e do País e, sobretudo, com um vasto impacto na projecção da imagem externa da Região, porque sob certos aspectos (investigação e serviços que dela decorrem quer às empresas quer às universidades) pode permitir colocá-la na vanguarda no contexto da Península Ibérica, o que em conjugação com o projecto Ciência Viva, já em fase de conclusão, dará ao Alentejo uma posição invejável neste contexto.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2010

Custo Estimado:
10.000.000€

A Descida à Mina é um projecto de lazer, de cultura e pedagógico porque, ao reconstituir a arqueologia industrial numa perspectiva dinâmica (é para isso que o projecto integra um centro de interpretação sobre o que foi a mina e de como se processa, projecta e perspectiva a evolução desta actividade económica) vai atrair segmentos vários de visitantes, em termos etários e de qualificação, desde os jovens em idade escolar de diferentes níveis até a adultos, onde predomina a curiosidade e o desejo de saber. Ligando-se este projecto em rede a outras iniciativas deste género, existentes sobretudo a nível europeu, ainda mais se potenciará esta dimensão, com efeitos altamente interessantes em termos de turismo – potenciando assim a vertente turismo da descoberta económica.

Este projecto, nas suas vertentes turísticas, de lazer e de transmissor de saber, turismo da descoberta económica, vai funcionar também como factor de animação de uma vasta zona, onde o turismo tem um papel crucial na transformação económica, social e cultural, o Litoral Alentejano e onde é/será a grande alavanca do desenvolvimento.

Uma outra face da Descida à Mina é o seu elevado contributo na área da investigação com a criação do Centro de Estudos Avançados.

Comparado com a projecção internacional que um projecto destes desenvolve, colocando e bem a Região Alentejo no mapa mundial, quer pela componente parte lúdica quer pela investigação trata-se de um investimento verdadeiramente estruturante.



Albergaria Santa Bárbara dos Mineiros



Museu mineiro



Malacate

Promotor/Parcerias: Fundação Frederich Velge (participada pela Câmara Municipal de Grândola e SAPEC)

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património Cultural, Promoção da Cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento, Economia digital e sociedade do conhecimento

Esta operação visa Integrar o Município de Santiago do Cacém nos percursos culturais de viajantes e aprofundar o sentimento de pertença das populações que nele residem. Pretende-se concretizar estes objectivos, através do seguinte conjunto de linhas de acção:

- Afirmação do posicionamento da Cidade de Santiago do Cacém no quadro dos Caminhos de Santiago, tirando partido do património santiagoense no domínio da Arte Sacra,
- Afirmação das personalidades de cultura que tiveram berço em Santiago do Cacém e/ou que nele desenvolveram a sua actividade.
- Preservação das memórias do Município
- Dinamização do Centro Histórico de Santiago do Cacém, nomeadamente através da respectiva utilização cultural
- Descentralização dos equipamentos culturais

A presente operação inclui, portanto, as seguintes acções:

- Instalação do Centro de Estudos Jacobeus, resultante do protocolo assinado entre o Município, a Diocese de Beja e a Xunta da Galicia, reabilitando, restaurando e adaptando os Antigos Paços do Concelho, implantado em Zona Especial de Protecção (ZEP) do Pelourinho, Imóvel de Interesse Público (investimento de 1,2 milhões de euros, com prioridade elevada);
- Construção do Museu de Arte Sacra em Santiago do Cacém, em parceria com a Diocese de Beja, reabilitando, restaurando e adaptando o Antigo Hospital da Misericórdia, implantado em Zona Especial de Protecção (ZEP) do Pelourinho, Imóvel de Interesse Público, e para o qual existe projecto da autoria do Arq. Souto Moura (investimento de 1,5 milhões de euros, com prioridade elevada);
- Recuperação e preparação para abertura ao público da casa onde viveu Alda Guerreiro e recuperação do respectivo espólio (investimento de 1,6 milhões de euros).
- Instalação do Museu Municipal do Bombeiro no antigo quartel dos bombeiros de Santiago do Cacém, no Centro Histórico da Cidade, incluindo a reabilitação, o restauro e adaptação do edifício.
- A modernização do Museu Municipal de Santiago do Cacém e a remodelação da respectiva envolvente (projecto prioritário).
- A construção do Museu de Arqueologia, em Alvalade

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Santiago do Cacém/ Xunta da Galicia/ Diocese de Beja/ Juntas de Freguesia de Santiago do Cacém e Alvalade/ Bombeiros Voluntários

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural



EIXO III **Obj. 7 – Desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados**

Acção Integrada **c. Desenvolvimento de produtos turísticos complementares (rotas turísticas)**

	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.07.02	Rota Romana do Litoral Alentejano		
A.07.03	Roteiros temáticos do Litoral Alentejano		

Actores Envolvidos: Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Entidades da Administração Central, Empresas, Associações de Desenvolvimento Local e Regional

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano </p> <p>Factores de Competitividade </p> <p>Valorização Territorial </p> <p>Cooperação Territorial </p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego </p> <p>E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior </p> <p>E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental </p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 E2 E3 E4 </p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 O2 O3 O4 O5 O6 </p>
<p> Relação forte Relação relevante Relação fraca</p>	

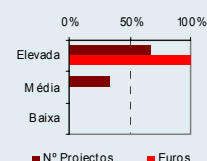
A presença romana em vários dos municípios do Alentejo Litoral constitui um factor a aproveitar para desenvolver o turismo cultural na região, valorizando e promovendo os recursos existentes.

Para atingir este objectivo, esta operação visa construir uma rota turística que integre os sítios mais significativos da presença romana no Alentejo Litoral.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2009-2011

Custo Estimado:
9.800.000€

A presença romana no Alentejo Litoral encontra-se dispersa por todos os concelhos que a constituem e abrange as diversas actividades do Homem, nomeadamente a actividade económica, a vida quotidiana, a religião e o lazer. Trata-se de um património arqueológico que reflecte e documenta a história do domínio romano em Portugal. Entre este património contam-se, entre outros,

- As Ruínas Romanas de Tróia, monumento nacional desde 1910;
- As Ruínas Romanas de Miróbriga, imóvel de interesse público, desde 1940;
- A Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal;
- A Fábrica de Salga, integrada na zona de protecção do Castelo de Sines, imóvel classificado de interesse nacional;
- A Barragem Romana de Trajanitos.

A presença deste património constitui uma oportunidade para a Região, do ponto de vista do seu desenvolvimento, e para o País, do ponto de vista do conhecimento da sua História.

A valorização e promoção daquele património são linhas de acção capazes de estimular o desenvolvimento do turismo cultural na região e, concomitantemente, concretizar as orientações definidas pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo para a Região, que prevê o touring cultural como um dos produtos a desenvolver no Alentejo Litoral.



Ruínas de Miróbriga



Fórum Romano de Alcácer do Sal

A operação inclui, assim, um conjunto de acções:

- Trabalhos arqueológicos, nomeadamente nas Ruínas Romanas de Tróia (Grândola), nas Ruínas Romanas de Miróbriga, principalmente no respectivo Hipódromo, na Villa Ameira (Santiago do Cacém), no Corgo das Conchinhas, 1 e 2, no povoado romano em Vila Nova de Milfontes, na Barragem de Trajanitos (Odemira), na Estação Arqueológica da Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos e na Estação Arqueológica da Azinhaga do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal);
- Conservação, manutenção e valorização do património romano regional, nomeadamente através da instalação de um Centro de Interpretação Arqueológica e Ambiental das Ruínas Romanas de Tróia, da criação de um núcleo arqueológico com peças provenientes das escavações em Santa Catarina (Alcácer do Sal), da criação de condições para que os visitantes e turistas possam participar nas escavações arqueológicas em curso em Alcácer do Sal, da construção da representação virtual de Miróbriga, da cobertura da Fábrica de Salga e do restauro de peças do Romano pertencentes ao

Museu da Cidade de Sines;

- Construção/ beneficiação das infra-estruturas de acesso e acolhimento dos sítios arqueológicos;
- Definição do percurso da Rota Romana, sinalizando os sítios a visitar e recolhendo a informação necessária à respectiva divulgação, devendo nela serem incluídos, entre outros, diversos sítios já identificados, nomeadamente:
 - Ruínas Romanas de Tróia,
 - Fórum Romano de Alcácer do Sal, Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal, Fornos Romanos do Sítio do Pinheiro/Zambujal, Estação Arqueológica da Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos, Cisterna Romana de Alcácer do Sal, Estação Arqueológica da Azinhaga do Senhor dos Mártires – necrópole romana de incineração, calçada e pontes romanas (Torrão);
 - Ruínas Romanas de Miróbriga;
 - Ilha do Pessegueiro, Fabricas de Salga e Museu de Sines
 - Corgo das Conchinhas 1 e 2, Vila Nova de Milfontes 2 (Povoado), Barragem Romana de Trajanitos
- Concepção da imagem gráfica da Rota Romana;
- Criação de sinalética adequada;
- Concepção e produção de materiais de promoção (merchandising, sítio web, materiais gráficos, ...).

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Instituto Português de Arqueologia (IPA), IMOAREIA (grupo SONAE)

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural e Promoção e capacitação institucional

Com este projecto pretende-se a implementação e promoção dos seguintes roteiros temáticos:

Rota das Tabernas: as tabernas são um património importante e podem readquirir valor económico, renovando-se para fazer face à nova procura que um mercado diferente, com maior poder económico e diversificado, deseja encontrar em espaços identificadores de uma comunidade. A sua localização, da zona litoral à serra e aos aglomerados urbanos, permite ao visitante desfrutar da diversidade geográfica dos concelhos. É com esta filosofia, potenciada por um importante património cultural (gastronomia, cante e outras expressões de música popular, poesia popular,) que, anualmente, se constrói o percurso da rota das tabernas e de cada um destes lugares se faz um local de convivialidade, troca de experiências, saberes, cheiros, gostos e sabores. (770.000 €)

Rota do Artesanato: concepção de um folheto/roteiro promocional com os Artesãos dos Concelhos, identificando moradas e tipo de actividade. No terreno, identificar com sinalética adequada a morada ou local de trabalho de cada um dos artesãos. Promover anualmente uma Mostra de Artesanato Nacional. Adquirir/Reabilitar espaço(s) adequado(s) para exposição/venda permanente de Artesanato dos Concelhos. Reunir condições para possibilitar a presença de artesãos em representação dos Municípios nos certames que se considerem importantes. (850.000 €)

Rota da Gastronomia e Doçaria Conventual: sensibilizar para um melhor conhecimento e apreciação do património gastronómico nacional e regional e para os factores e produtos de influência mais vinculados na construção desse património. Sensibilizar para a produção e utilização de bens agro-alimentares tradicionais e para as vantagens dos produtos de agricultura biológica. Divulgar a gastronomia e associar-lhe outros aspectos do património cultural e de identidade social. Contribuir para uma restauração mais rica e diversificada e para uma cooperação activa com os empresários. (450.000 €)

Rota do Património: os municípios do Litoral Alentejano apresentam importantes potencialidades no domínio do património natural e cultural, que deverão ser desenvolvidas. No sentido de garantir esse desenvolvimento importa identificar e sinalizar o referido património, promovendo o levantamento documental necessário e a respectiva marcação. (1.390.000 €).

Rota das Fontes: dando cumprimento às orientações do PENT para o Alentejo Litoral, as rotas constituem uma resposta aos novos desafios e tendências turísticas, nomeadamente, turismo de aventura (BTT, TT), pedestre ou natureza. Assim, e dado o património de fontes existente nos concelhos do Litoral Alentejano, importa recuperar as fontes, construir um percurso turístico e sinalizar. São locais onde a generosidade da natureza e o engenho do Homem se cruzaram para a construção destes espaços que marcam o território



e a vivência das populações. (900.000 €).

Promotor/Parcerias: Câmaras Municipais, Parcerias Público/Privado, Associação de Desenvolvimento Local, Outros

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural e Promoção e capacitação institucional

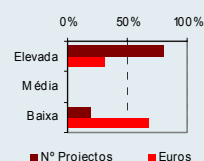
Prioridade da Operação:
★★★★★

Horizonte Temporal:
2008-2013

Área de Influência:
Regional ou Superior



Custo Estimado:
4.360.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



EIXO III **Obj. 8 – Requalificação e valorização do património histórico-cultural**

Acção Integrada **a. Requalificação e revitalização dos centros urbanos**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
B.08.01	RUAS - Revitalização Urbana de Alcácer do Sal - casco histórico	B	
B.08.02	Requalificação do Litoral da Cidade de Sines: frente urbana, frente litoral e praia norte	B	
D.08.01	Reforço da atractividade da rede de centros urbanos.	D1	

Actores Envolvidos: Municípios, Entidades da Administração Central, Empresas, Associações de Desenvolvimento Local e Regional, IPSFL, Associações Empresariais

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano <input type="radio"/></p> <p>Factores de Competitividade <input type="radio"/></p> <p>Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/></p> <p>Cooperação Territorial <input checked="" type="radio"/></p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego <input type="radio"/></p> <p>E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior <input type="radio"/></p> <p>E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental <input checked="" type="radio"/></p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 <input type="radio"/> E2 <input type="radio"/> E3 <input checked="" type="radio"/> E4 <input type="radio"/></p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 <input type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input checked="" type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input checked="" type="radio"/></p>
<p><input checked="" type="radio"/> Relação forte <input checked="" type="radio"/> Relação relevante <input type="radio"/> Relação fraca</p>	

Alcácer do Sal é uma das mais antigas cidades da Europa, é a porta de entrada no Alentejo e a urbe da região que mais próxima se encontra da costa, de Lisboa e do futuro aeroporto, com excelente ligação por auto-estrada e também fluvial ao norte, elemento que a diferencia de todas as outras cidades da região.

Uma presença humana tão forte e constante deixou marcas na malha urbana que hoje a tornam um local de descoberta permanente e um motivo de especial interesse para o turista que procura a cultura, a identidade de um povo e uma verdadeira viagem no tempo até à Idade do Ferro; à romana Salacia Urbs Imperatoria, à ocupação muçulmana, aos domínios da Ordem de Santiago de Espada ou à excelência artística do renascimento ou do manuelino.

Numa área facilmente delimitável - com acesso pedestre, bem servida de ligações viárias ao exterior e de infra-estruturas, como um moderno auditório, piscinas cobertas e descobertas, court de ténis e estádio de futebol, biblioteca e salas de exposições - é possível encontrar vestígios de diversas épocas e estilos arquitectónicos.

O objectivo é requalificar toda a área, potenciando-a para o turismo cultural de qualidade, complementar aos investimentos turísticos costeiros. As acções preconizadas vão ao encontro da aposta do PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo para a região.

A intervenção prevê:

- Plano de Urbanização de Alcácer do Sal (em execução);
- Recuperação e conservação de diversos imóveis do casco histórico, alguns dos quais com referência no Inventário do Património Arquitectónico nacional;
- Criação de um hotel de charme;
- Dinamização do comércio gourmet – reordenamento da zona de comércio tradicional numa filosofia de centro comercial de ar livre;
- Enterramento de infra-estruturas (electricidade, televisão, telefones) e requalificação das redes de abastecimento de água e saneamento;
- Envolve ainda Intervenções nos seguintes monumentos:
- Castelo de Alcácer do Sal - Classificado Monumento Nacional desde 1910: criação de plano de salvaguarda; limpeza e recuperação de taludes; recuperação da Torre do Relógio; iluminação das muralhas; arranjos exteriores com criação de zonas de estadia; prospecção e cadastro de vestígios arqueológicos; sinalética;
- Igreja do Convento de Santo António e Capela das 11 Mil Virgens – Exemplar único do estilo renascentista no sul do País; Classificado Imóvel de Interesse público desde 1960 e com Zona Especial de Protecção desde 1961: limpeza, conservação e restauro;
- Igreja de Santiago - Classificado Imóvel de Interesse Público desde 1993 – Conservação e restauro;
- Igreja de Santa Maria - Classificado Imóvel de Interesse Público desde 1951 – Conservação e restauro;
- Igreja da Misericórdia – Imóvel classificado como de Valor Concelhio desde 1991 – Conservação e restauro;
- Solar dos Salemas – Imóvel classificado como de Valor Concelhio 1982 (actual Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal) – Conservação e restauro;
- Igreja do Espírito Santo-Museu Municipal Pedro Nunes-Imóvel de Interesse Público desde 1993-Prospecção arqueológica (em execução), tratamento de paredes contra a humidade (em projecto), restauro de altares, recuperação de cobertura, pintura, criação de sanitários, área administrativa e de loja (em projecto); nova musealização;
- Santuário do Senhor dos Mártires – Classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1961 – e núcleo museológico e estação arqueológica – Classificado como Monumento Nacional desde



1970-Conservação e restauro;

- Passos – quatro construções alusivas aos passos da Procissão da Paixão de Cristo - Referenciados no Inventário do Património Arquitectónico nacional – conservação e restauro, sinalética;
- Porta da antiga Igreja da Consolação - Protecção em estudo – identificação e sinalética;
- Edifícios dos Correios Telégrafos e Telefones, Tribunal e Mercado – todos referenciados no Inventário do Património Arquitectónico. Revitalização do espaço do mercado para acolhimento de ateliers de artesanato (em projecto);
- Criação do Núcleo Museológico do Negro -núcleo que ocupará o edifício de uma antiga escola do 1º ciclo do ensino básico (Açougues) e contará a história dos negros escravos trazidos (século XVI) para trabalhar na agricultura devido à sua resistência à malária e que se fixaram sobretudo nas zonas de S. Romão e Rio de Moinhos, concelho de Alcácer do Sal;
- Conservação e Restauro das fontes e fontanários (presentes na Rota das Fontes);
- Sinalética, criação de postos digitais de informação, actividades de divulgação.



Castelo de Alcácer do Sal



Santuário do Senhor dos Mártires



Igreja de Santa Maria

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal; Diocese de Évora; Irmandade do Senhor dos Mártires; Instituto Português de Arqueologia; Rede Nacional de Museus; Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal; Enatur; Grupo Pestana e outros privados

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana, Património cultural, ciclo urbano da água e Promoção e capacitação institucional

Requalificação do Litoral da Cidade de Sines: frente urbana, frente litoral e praia norte

B.08.02

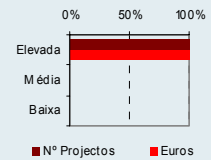
B

Num território pequeno em dimensão, onde coexistem um porto de águas profundas, uma plataforma industrial e logística, uma cidade e valores culturais e naturais a preservar, o projecto de Requalificação do Litoral da Cidade de Sines assume-se como essencial não apenas à qualidade de vida local, como à imagem do Alentejo Litoral enquanto território capaz de acolher uma multiplicidade de usos que co-habitam de forma harmoniosa. Para o país significa demonstrar uma qualidade territorial interessante do ponto de vista da captação de investimentos relevantes tanto ao nível turístico como industrial. Projecto inclui três intervenções:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
19.500.000€

Frente urbana de Sines: qualificação urbanística da ligação entre a cidade e o mar, cortada pela construção do porto de Sines e da Av. Vasco da Gama, através de um conjunto de intervenções que possibilitam a apropriação pelas pessoas deste espaço nobre, permitindo actividades culturais, desportivas, de recreio e lazer, e possibilitando a construção de equipamentos, designadamente na área do turismo.



Frente litoral: através da desclassificação do troço urbano do IP8, a construção de um grande parque linear, com a apropriação humana de toda a área, até à crista da arriba, de novo aproximando ao mar;

Praia norte: intervenção de valorização de uma zona de grande beleza natural, com a criação de zonas de lazer, desporto, ciclo via. Este projecto tem ligações naturais com o percurso ecoturístico do litoral.

Inclui ainda a elaboração do "Plano de Ordenamento dos Espaços Portuários", em parceria entre Administração do Porto de Sines e CMS, conciliando o reforço da competitividade do porto com a sua adequada integração urbanística e ambiental, qualificadora do território e da qualidade de vida urbana.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Sines, Administração do Porto de Sines, S.A. e Estradas de Portugal. I.P.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana, Acções de valorização do litoral

Reforço da atractividade da rede de centros urbanos.

D.08.01

D1

Esta operação visa a requalificação e reabilitação urbana, paisagística e arquitectónica, a melhoria das condições de ordenamento, mobilidade/acessibilidades, em torno dos espaços centrais originadores de maiores fluxos de circulação e criação de condições de fruição dos espaços (serviços, equipamentos de apoio à população, etc.) essenciais à dinamização dos núcleos de maior concentração populacional e de pendor urbano,

onde as necessidades de melhoria da qualidade de vida, condições habitacionais e desenvolvimento de actividades económicas (comércio, turismo, etc.) são decisivas no desenvolvimento estratégico do território. As preocupações supra-citadas encontram-se materializadas num conjunto de projectos que visam o alcance do objectivo de atractividade da rede de centros urbanos da região, promovendo-se:

- Requalificação dos pequenos aglomerados urbanos do concelho através da requalificação e inserção urbana dos bairros periféricos colocando-se ainda o ênfase na densificação de prestação de serviços de proximidade, na melhoria nas condições de acessibilidade e mobilidade urbana e na dotação as pequenas aldeias de infra-estruturas urbanas, reforçando a sua identidade;
- Intervenções integradas de requalificação urbana, paisagística e modernização de núcleos urbanos e dos espaços públicos, reforçando a atractividade residencial, turística e empresarial dos territórios (equipamentos de apoio à população, equipamentos de apoio à actividade turística, sinalética, arruamentos, etc.);
- Valorização de núcleos urbanos perspectivados num espaço de articulação com a qualificação de núcleos rurais, aldeias e vilas;
- Sinalização de espaços turísticos, num território associado ao Touring Cultural e Paisagístico, visando estimular e reforçar os núcleos de importantes valências turísticas com múltiplos impactos económico sociais;
- Reforçar intervenções urbanísticas actuantes sobre património identitário da região.

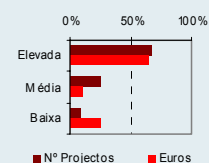
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
37.786.300€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: **Parcerias para a regeneração urbana, mobilidade territorial, Promoção e capacitação institucional e Equipamentos para a coesão local e**

EIXO III		Obj. 8 – Requalificação e valorização do património histórico-cultural	
Acção Integrada	b. Preservação e Valorização do Património Histórico e Arquitectónico		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.08.03	Sines: Cidade de Descobrimentos	B	
B.08.04	Centros históricos em espaço rural – Alvalade e Cercal do Alentejo	B	
D.08.02	Intervenções de restauro em elementos patrimoniais e valorização de centros históricos	D1	
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Entidades da Administração Central, Empresas, Associações de Desenvolvimento Local e Regional		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
Factores de Competitividade		E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
Valorização Territorial		E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	
Cooperação Territorial			
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPO Contributo para realização dos objectivos	
E1		O1	
E2		O2	
E3		O3	
E4		O4	
		O5	
		O6	
Relação forte		Relação relevante	
Relação fraca			

Pretende-se valorizar e aproveitar o potencial cultural e turístico do nascimento e vida de Vasco da Gama em Sines, bem como da história da cidade e do concelho, através de um conjunto de intervenções que visam a reabilitação de património histórico e cultural relacionado com os Descobrimentos, o Mar e a presença de Vasco da Gama em Sines e a introdução de novas funções culturais e de promoção do turismo no Castelo de Sines (imóvel classificado de interesse nacional), designadamente:

- (i) Construção de espaços museológicos com elevada interactividade e simulação digital de ambientes históricos com recurso a tecnologias multimedia, designadamente: Casa Vasco da Gama no Castelo de Sines e construção do Museu do Mar e dos Descobrimentos (incluindo as vertentes de ocupação histórica de Sines, os Descobrimentos, a influência e relevância do Mar para a história, cultura, economia, paisagem e ecologia).
- (ii) Construção de "residências artísticas" temporárias para projectos de produção artística com vista à constituição de espólio de arte contemporânea em Sines.
- (iii) Realização anual do Festival Músicas do Mundo, evento de relevância nacional, com reflexos nos países mais próximos.



Paralelamente prevê-se a promoção de eventos culturais de referência no Centro de Artes de Sines, equipamento cultural premiado internacionalmente, cuja contemporaneidade complementa a zona histórica de Sines envolvente do Castelo como conjunto de interesse turístico, cultural e histórico.

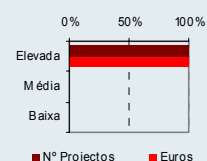
Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Sines, Administração do Porto Sines, S.A., Grandes Empresas Locais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana, património cultural, Economia digital e sociedade do conhecimento e Promoção e capacitação institucional

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2011-2013

Custo Estimado:
8.850.000€

Esta operação visa a valorização e promoção dos centros históricos das vilas de Alvalade e Cercal do Alentejo.

O desenvolvimento do turismo cultural no concelho de Santiago do Cacém e a partilha dos resultados dele decorrentes implicam a valorização dos centros históricos existentes nas freguesias, nomeadamente nas freguesias rurais mais populosas e com património arquitectónico mais significativo – Alvalade e Cercal do Alentejo - constituindo uma rede de lugares históricos a partir da sede de Concelho.

Para que tal seja possível é necessário desenvolver as acções necessárias à recuperação do património existente, algum classificado, nos centros históricos daquelas vilas, sedes daquelas freguesias, bem como qualificar o respectivo espaço público.

Nesse sentido, esta operação inclui

- Criação de duas estruturas técnicas com a missão de elaborar os planos de pormenor das vilas de Alvalade e Cercal do Alentejo.
- Elaboração dos planos de pormenor das vilas de Alvalade e Cercal do Alentejo
- Elaboração dos projectos de reabilitação e qualificação urbana e programação de intervenções de restauro de edifícios e outros monumentos
- Execução das intervenções programadas
- Construção de percurso de ligação do centro histórico da sede do Concelho aos centros históricos de Alvalade e Cercal do Alentejo e respectiva divulgação

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Santiago do Cacém/ Juntas de Freguesia de Alvalade e Cercal do Alentejo/ Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural, Promoção e capacitação institucional.

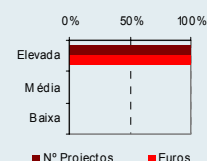
Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
3.750.000€

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

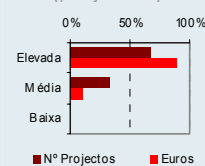


A valorização do património edificado, herança histórico-cultural, peça do mosaico identitário do território e indutor de outras actividades económicas como o turismo, importante variável de impulsão de maiores níveis de desenvolvimento económico, justifica intervenções de reabilitação e conservação dos valores patrimoniais existentes. Integram esta operação Planos de Pormenor e intervenções com vista à qualificação de centros históricos e restauro de elementos patrimoniais. Indicam-se a título exemplificativo os seguintes projectos:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
14.555.000€

- **Reabilitação / revitalização do centro histórico de Alcácer do Sal** permitindo a respectiva reapropriação pelos residentes e transformando-o em lugar de atracção de visitantes e turistas, numa altura em que a afirmação turística do Alentejo Litoral passa pelo aproveitamento do seu património cultural, nomeadamente do seu património construído. A reabilitação do Castelo através da alteração da localização do Cemitério, permitindo a sua utilização para eventos culturais, graças ao enquadramento histórico que o mesmo proporciona, ex-libris da Cidade e classificado como Monumento Nacional. O projecto inclui ainda o restauro e recuperação de algumas valências (actualmente perdidas, como seja a sala de espectáculos, a construção de uma sala polivalente, a construção de um restaurante e a recuperação do foyer para bar) do edifício onde está instalada a Sociedade Harmonia, uma das mais antigas colectividades do concelho de Santiago do Cacém. Este projecto contempla um investimento de cerca de 95% da operação.



- **Estudo e restauro do edifício e imagens da Igreja da Misericórdia em Odemira**, igreja construída nos finais do séc. XVI, exemplar do estilo do maneirismo, com um grande interesse histórico e artístico, quer pelo seu valor intrínseco, quer pelo seu carácter excepcional no território em que se encontra, único no âmbito do património religioso construído no concelho de Odemira e destacável no próprio contexto regional, facto que levou à abertura de um processo de classificação deste monumento por parte do IPPAR (2000). O estudo desenvolvido pela ADELICO - Associação de Desenvolvimento Local Integrado (com coordenação técnica da Drª Sandra Alves e acompanhamento técnico da parte do IPPAR – Direcção Regional de Évora e Divisão de Conservação e Restauro), permitiu mostrar a riqueza temática e complexidade técnica desta obra e afirmar a erudição e excepcionalidade da pintura mural do monumento. Encarando a museologia como factor de desenvolvimento, a Câmara Municipal de Odemira pretende levar a cabo um programa museológico que, na lógica da ecomuseologia, possa, para além da existência de um núcleo sede onde se garantam as funções museológicas básicas, recuperar e valorizar *in loco* elementos de elevado valor patrimonial. É no contexto do futuro Museu Municipal de Odemira que a Igreja da Misericórdia de Odemira surge como um dos elementos que se pretende valorizar, de forma a poder vir a constituir um núcleo museológico vocacionado para a arte sacra do concelho. Para tal torna-se importante: desenvolver medidas de reabilitação e conservação do edifício (actuações sobre igreja e sacristia, recuperação das pinturas murais existentes no interior; arranjos relacionados com o estado de conservação do edifício, bem como da área envolvente; estudos complementares relativos ao conhecimento da história do monumento essenciais nas intervenções materiais a levar a cabo; a adaptação do edifício às novas funções (iluminação geral, segurança, etc.); valorização alargada do monumento (arquitectura, pintura, documentos de arquivo, escultura, exposições temporárias e/ou em cooperação com outras

entidades, espectáculos) através da respectiva dinamização; desenvolvimento na vertente de investigação e conhecimento, etc..

- **Obras de conservação do Forte do Pessegueiro e consolidação da arriba em Sines**, valorizando o património histórico e arquitectónico do concelho, numa parte do território relevante para o turismo, e executar o PP de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da cidade de Sines pretendendo-se desenvolver e estruturar intervenções de qualificação urbanística, do espaço público do centro histórico e zonas adjacentes, bem como definir enquadramento e estratégia de reabilitação urbana. Actuações importantes no sentido de reabilitação urbana e em zonas de forte pendor turístico aliados à valorização de elementos da história e identidade cultural de Sines, tornando o centro urbano mais atractivo para residentes e visitantes em articulação com a revitalização dos espaços comerciais, são elementos centrais na afirmação da atractividade do território.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Associações de Desenvolvimento Local e IPPAR

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: **Parcerias para a regeneração urbana, Património cultural e Promoção e capacitação institucional.**

EIXO III		Obj. 8 – Requalificação e valorização do património histórico-cultural	
Acção Integrada	c. Revitalização e qualificação de pólos de baixa densidade		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.08.05	Centros históricos e tradicionais – Torrão e Comporta		
D.08.03	Intervenção integrada de qualificação urbana e paisagística em pólos de baixa densidade		
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios, Entidades da Administração Central, Empresas, IPSFL, Associações de Desenvolvimento Local e Regional, IPSFL		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano <input type="radio"/> Factores de Competitividade <input type="radio"/> Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/> Cooperação Territorial <input type="radio"/>		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego <input type="radio"/> E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior <input type="radio"/> E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental <input checked="" type="radio"/>	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E1 <input type="radio"/> E2 <input checked="" type="radio"/> E3 <input checked="" type="radio"/> E4 <input checked="" type="radio"/>		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O1 <input type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input checked="" type="radio"/>	
<input checked="" type="radio"/> Relação forte <input checked="" type="radio"/> Relação relevante <input type="radio"/> Relação fraca			

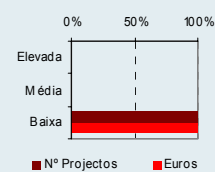
O núcleo antigo da Comporta deverá ser valorizado como espaço identitário da aldeia, contributo fundamental para uma imagem urbana qualificada dentro da nova centralidade urbano-turística.

Ações: (i) consolidação dos equipamentos, comércio e serviços, (ii) qualificação do seu espaço público e edifícios tradicionais, (iii) pedonalização dos seus arruamentos centrais e (iv) tratamento paisagístico da relação com a E.N. 253-1.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
9.301.160€

Este espaço deverá igualmente integrar um Eixo Pedonal de Articulação cujo prolongamento deverá ligar o "centro antigo" e a nova centralidade a desenvolver no Espaço Estruturante da Comporta.

O Torrão é uma vila onde o valor patrimonial do edificado carece de valorização e recuperação, por forma a ser potenciado como pólo turístico no roteiro histórico do Alentejo, por exemplo, ligado ao turismo religioso (devido ao grande número de igrejas e capelas), gastronómico (tradições próprias ligadas especialmente ao pão e ao azeite e no que toca à doçaria conventual), arqueológico (riqueza de vestígios, com destaque para o grande povoado calcólico do Monte da Tumba, criando sinergias com o museu etnográfico municipal ali existente).

As principais intervenções referem-se a: recuperação, conservação e restauro, criar condições de visita, elaboração de material de divulgação, sinalética, arranjos exteriores com áreas de estadia.

Os principais monumentos a intervir são os seguintes:



Igreja de N.ª S.ª da Albergaria

- Monte da Tumba (Torrão) – Povoado fortificado – Neolítico e Calcólico – IPA – Protecção em Estudo;
- Calçada e ponte romana (Torrão) – IPA – Séc. I;
- Capela de S. João Baptista dos Azinhais (Capela de Arranas) – IPA – Séc. VIII e XVII;
- Igreja e Convento de S. Francisco (Torrão) – IPA - Protecção em estudo – Sec- XVI e XVII;
- Igreja de N.ª S.ª da Albergaria (Igreja da Misericórdia) – Torrão – IPA - Protecção em Estudo – Séc. XVI;
- Ermida de S. Fausto – IPA - Séc. XVII;
- Igreja Matriz do Torrão – Classificado como Imóvel de Público desde 1933;
- Antiga Igreja de N.ª S.ª do Carmo e antigo edifício da câmara municipal – IPA – Séc. XVII/VXIII;
- Capela de S. João da Ponte – Torrão – IPA – Séc. XVIII;
- Ermida de N.ª S.ª do Bom Sucesso – Torrão – IPA – Séc. XVI;
- Edifício da rua das Freiras – Torrão – Imóvel classificado como de Valor Concelhio desde 1985 – IPA;
- Pousada de Vale de Gaio – IPA – Séc. XX;
- Solar dos Viscondes do Torrão – IPA – Arquitectura pombalina – Séc. XVIII;
- Convento de N.ª S.ª da Graça – IPA – Séc. XVI a XX – Arquitectura maneirista, barroca.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Herdade da Comporta; Junta de Freguesia da Comporta; Junta de Freguesia do Torrão; Santa Casa da Misericórdia do Torrão, Associação para o Desenvolvimento do Torrão; particulares, IGESPAR, Diocese de Évora; Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL)

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural e Promoção e capacitação institucional

Esta operação incorpora projectos de planeamento/desenvolvimento de intervenções integradas de qualificação urbana e paisagística em pólos de baixa densidade populacional, orientados para a sua valorização. Referem-se como integrando esta operação, alguns dos seguintes projectos:

- Em Grândola, **Plano de Requalificação Urbana Carvalhal, Pego e Lagoa Formosa**, plano referente aos projectos de construção do edifício polivalente (equipamento urbano de utilização colectiva no âmbito sócio-cultural) e às obras de requalificação e uma área do aglomerado urbano, denominada Praceta das Figueiras (requalificação urbanística da área de forma a garantir o aumento da qualidade oferecida).

Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	Prioridades Intra-Operação (projectos):
Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 9.538.000€	

- **Conjunto de intervenções integradas de qualificação urbana e paisagística em Odemira** consistindo na Intervenção integrada em Colos, Santa Clara-a-Velha, Sabóia, Relíquias e São Martinho associados ao produto Touring Cultural e Paisagístico (requalificação do núcleo antigo; criação ou requalificação de equipamentos culturais e de lazer bem como as respectivas envolventes; criação de sinalização turística que se destine a sinalizar os valores e recursos turísticos), dinamizando as aldeias e vilas do concelho e aumentando a procura turística através da criação de uma rede de centros num território predominantemente rústico e de baixa densidade (acções: arranjo urbano e paisagístico do núcleo antigo e da área envolvente; intervenção ao nível do pavimento, dos arruamentos e demais mobiliário urbano (iluminação, sinalética, deposição de RSU, bancos, etc.); museu do azeite; polidesportivo; parque infantil; jardim-de-infância, ringue polidesportivo; centro de dia / lar de idosos).
- **A qualificação dos aglomerados urbanos em espaço rural e a recuperação de aldeias de Santiago do Cacém**, contribuem decisivamente para a dinamização de actividades económicas, nomeadamente ao nível da criação de oferta turística secundária. Para isso, este projecto pretende, simultaneamente, intervir na melhoria das infraestruturas existentes e no espaço público, bem como dinamizar os particulares para a recuperação do edificado. Este projecto prevê a recuperação das sedes de freguesia do concelho, através do apoio em projecto, incentivos fiscais, oferta de materiais de construção, por um lado, e, por outro, dinamização os artesãos locais, produção, promoção e venda de produtos agrícolas locais, bem como apoio a iniciativas de oferta turística secundária em espaço rural.
- **Projecto de qualificação urbanística da baía e porto de pesca de Porto Covo em Sines** com inclusão de um estudo de viabilidade técnica para a criação de um pequeno porto de recreio e protecção para movimentação de pequenas embarcações, a criação de espaços de apoio às actividades da náutica de recreio, restauração e lazer, qualificação paisagística da baía, melhoria da acessibilidade e segurança, instalação de apoios de praia, intervenções de valorização da baía no sentido de a tornar um recurso com produtos turísticos.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental, Património Cultural, Equipamentos para a coeso local e Promoção e capacitação institucional.

EIXO IV Território de Coesão Económica e Social

Tornar o Litoral Alentejano um território mais coeso do ponto de vista económico e social, reconhecido pela sua atractividade global enquanto espaço com qualidade de vida (pelo descongestionamento, pela segurança e pela integração numa natureza conservada), potenciando a rendibilização dos equipamentos e a qualificação dos serviços às famílias, devidamente suportado pela viabilização de vias e serviços de mobilidade interna.

Objectivo Específico

9. Promoção da qualidade de vida e coesão social

Acções Integradas





















- a) Acesso a equipamentos e serviços de saúde
- b) Acesso a um ensino de excelência
- c) Acesso à cultura, desporto e lazer
- d) Acesso a equipamentos e serviços de proximidade e protecção civil
- e) Ciclo urbano da água

Objectivo Específico

10. Melhoria das Acessibilidades e da Mobilidade

Acções Integradas

- a) Eixos regionais estruturantes (rodo e ferroviários) e acessibilidades internacionais
- b) Rede de estradas regionais (mobilidade dentro da região)
- c) Mobilidade e rede de transportes

EIXO IV		Obj. 9 – Promoção da qualidade de vida e coesão social	
Acção Integrada	a. Acesso a equipamentos e serviços de saúde		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
D2.09.01	Extensão e beneficiação da rede de cuidados primários de saúde	D2	
E.09.01	Estudo sobre a rede de equipamentos de saúde da região e valorização das valências hospitalares do Hospital do Litoral Alentejano	E	
Actores Envolvidos:	Municípios do Litoral Alentejano, Entidades da Administração Central, Empresas, Associações de Desenvolvimento Local		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano  Factores de Competitividade  Valorização Territorial  Cooperação Territorial 		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego  E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior  E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental 	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E1  E2  E3  E4 		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O1  O2  O3  O4  O5  O6 	
 Relação forte  Relação relevante  Relação fraca			

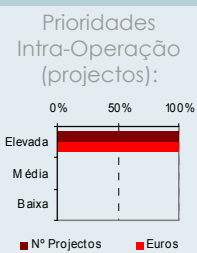
Esta operação engloba iniciativas que se integram na competência da Administração Central ao nível do acesso da população aos cuidados primários de saúde. Pretende-se dar resposta ao aumento da procura verificada em localidades que beneficiaram recentemente de crescimento demográfico e outras em que se prevê vir a existir uma forte pressão sobre a procura, fruto dos investimentos na área do turismo.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2009-2011

Custo Estimado:
10.625.000€



As unidades de saúde deverão operar em rede, de modo estruturado, com vista a **reforçar o nível de atractividade da região**, atenuando os efeitos perversos associados a fenómenos demográficos diversos: desertificação populacional, envelhecimento populacional e sazonalidade dos fluxos turísticos.

Os principais objectivos desta intervenção são:

- Melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde das populações abrangidas;
- Melhorar a qualidade na prestação de cuidados de saúde;
- Melhorar as condições de trabalho dos profissionais e criar condições de atracção / fixação desses profissionais;

Referem-se alguns dos projectos a desenvolver nesta área:

- Melhoramento da Extensão de Saúde de Luzianes-Gare;
- Construção da Extensão de Saúde de S. Teotónio;
- Construção da Extensão de Saúde da Boavista dos Pinheiros;
- Ampliação do Centro de Saúde de Odemira-Internamento;
- Construção do Centro de Saúde Sines.

Promotor/Parcerias: Administração Central e Municípios do Litoral Alentejano em parceria com a Administração Regional de Saúde

O estudo sobre a rede de equipamentos de saúde da região visa diagnosticar as necessidades da região ao nível de dotações de equipamentos e serviços de saúde e identificar actuações-chave prioritárias para o desenvolvimento de uma rede de saúde de excelência, de forma a:

- dar resposta às necessidades dos actuais residentes;
- dar resposta à crescente população flutuante que procura a região enquanto destino turístico ou nela detém segunda residência.

Importa analisar a região na **óptica da oferta de serviços de saúde**, quer de carácter generalista, quer no que toca a especialidades médicas, enquadrando-a na oferta nacional, na lógica da complementaridade, em conformidade com as orientações de política nacional na área da saúde.

Note-se que, a atracção de um território (captação de novos residentes ou turistas) depende em grande parte da assistência prestada ao nível dos cuidados de saúde, pelo que o Litoral Alentejano deve apostar nesse domínio, o que passa também pela valorização das valências hospitalares do Hospital do Litoral Alentejano.

Em síntese, esta operação integra as seguintes intervenções:

- **Estudo sobre a rede de equipamentos de saúde:** desenvolvimento de um estudo das características da população residente e do turista tipo e potencial, procurando respostas adequadas à combinação procura/oferta num contexto de escassez de recursos humanos para o sector; análise do posicionamento do Hospital do Litoral Alentejano face à rede nacional de hospitais e às necessidades da região; análise da adequação da rede de equipamentos de saúde e concepção de soluções para a adequação da rede de equipamentos de saúde (telemedicina);
- **Reforço e melhoria das valências do Hospital do Litoral Alentejano**, nomeadamente ao nível da requalificação da urgência hospitalar e criação de uma unidade de cuidados paliativos.

Promotor/Parcerias: Administração Central com a colaboração dos Municípios do Litoral Alentejano

Prioridade da Operação:

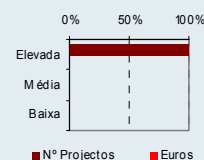


Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



EIXO IV **Obj. 9 – Promoção da qualidade de vida e coesão social**

Acção Integrada **b. Acesso a um Ensino de Excelência**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	Tipo	Âncora
D.09.02	Alargamento e melhoria das condições de funcionamento da rede de ensino básico e pré-escolar	D1	
D2.05.05	Rede de Equipamentos do 2º, 3º ciclos e Ensino Secundário	D2	

Actores Envolvidos: Municípios do Litoral Alentejano, Entidades da Administração Central, Empresas, Associações de Desenvolvimento Local e Regional, IPSFL, Particulares, outros Agentes

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano </p> <p>Factores de Competitividade </p> <p>Valorização Territorial </p> <p>Cooperação Territorial </p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego </p> <p>E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior </p> <p>E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental </p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 E2 E3 E4 </p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 O2 O3 O4 O5 O6 </p>

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

Alargamento e melhoria das condições de funcionamento da rede de ensino básico e pré-escolar

D.O9.02

D1

O Plano de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE) tem por objectivo a **consolidação de uma economia competitiva**, uma **sociedade coesa e inclusiva**, garantindo, em simultâneo, a **sustentabilidade e a qualidade do meio ambiente**. Neste contexto, a rede de ensino básico fundamentadora da qualificação das pessoas é um aspecto condicionador de todo o processo. Para isso, foram apresentados projectos que integram as seguintes tipologias:

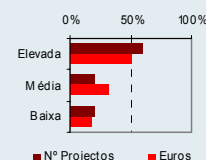
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
34.317.170€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **construção de centros escolares** integrando o pré-escolar e o 1º ciclo, dotando-os de infra-estruturas de apoio (como sejam salas de estudo, salas polivalentes, refeitório, espaços de recreio com equipamentos lúdicos, áreas desportivas cobertas), obedecendo às directivas de "concentração escolar" do Ministério da Educação;
- **construção/ampliação de Jardins de Infância e Escolas Pré-Primárias e,**
- **remodelação e ampliação do parque escolar** existente (requalificação dos edifícios, espaços de apoio e de recreio).

Promotor/Parcerias: Administração Central e Municípios do Litoral Alentejano

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Rede de Equipamentos do 2º, 3º ciclos e Ensino Secundário

D2.09.03

D2

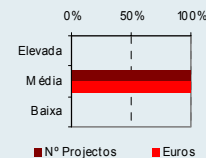
Esta operação compreende acções que envolvem estabelecimentos dos 2º e 3º ciclo do ensino básico, actualmente sob a tutela do Ministério da Educação, visando dar resposta a necessidades, devidamente enquadradas nas cartas educativas. Estão contempladas acções que promovam a **construção e a ampliação e/ou requalificação de escolas secundárias**, e **melhoria dos seus equipamentos**, de modo a aumentar a qualidade de oferta deste nível de ensino e, fundamentalmente, de promover a diminuição dos níveis de insucesso e de abandono do ensino secundário, actualmente muito elevados.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação:



Esta operação integra, nomeadamente, a construção da nova Escola Secundária de Alcácer do Sal com uma via profissionalizante na área da hotelaria e turismo.

A reorganização económica do concelho face à proximidade dos pólos turísticos do Litoral Alentejano reforça a necessidade de dotar os recursos humanos de formação profissionalizante, principalmente na área do turismo. No sentido de aliar essa necessidade à política educacional de rentabilização dos meios educacionais (quer de infra-estruturas, meios tecnológicos ou de recursos humanos) é defendida a ideia de integrar a via profissionalizante de Hotelaria e Turismo no ensino secundário em Alcácer do Sal.

Promotor/Parcerias: Direcção Regional de Educação e Municípios do Litoral Alentejano

EIXO IV

Obj. 9 – Promoção da qualidade de vida e coesão social

Acção Integrada

c. Acesso à cultura, desporto e lazer

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
B.09.01	Centro de Alta Competição - Desportos Náuticos de St.ª Clara-a-Velha		
B.09.02	Centro de Atletismo de Alta Competição de Grândola		
B.09.03	Pavilhão Multiusos de Grândola - suporte a espaço de feiras regionais		
B.09.04	Parque de Escultura Contemporânea de Grândola		
D.09.04	Alargamento e Beneficiação da rede de equipamentos e actividades culturais		
D.09.05	Rede de equipamentos e actividades desportivas e de lazer		

Actores

Envolvidos:

Municípios do Litoral Alentejano, Entidades da Administração Central, Federações Desportivas, Associações de Desenvolvimento Local, Empresas, IPSFL

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E1	E2	E3	E4

Objectivos Estratégicos do PNPOT
Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6



Relação forte



Relação relevante



Relação fraca

Centro de Alta Competição - Desportos Náuticos de St.ª Clara-a-Velha**B.09.01****B**

Enquadrado no Plano de Ordenamento da Albufeira de St.ª Clara-a-Velha este “Centro” surge como resultado de um processo de crescente procura por parte de selecções nacionais e clubes internacionais de canoagem pelo espaço Rio Mira. A incompleta oferta de condições físicas, do rio, para a prática desportiva determina um tempo de estada destas selecções e clubes reduzida a três a quatro semanas, atendendo às potencialidades decorrentes da implementação deste centro que permitiria um tempo de estada de seis meses.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Regional ou Superior

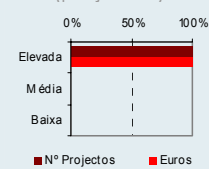
Horizonte Temporal:

2009-2011

Custo Estimado:

400.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



A implementação do Plano de Ordenamento da Albufeira abre um conjunto de ofertas de alojamento de elevada qualidade e com uma capacidade de resposta para este tipo de procura especializada que viabilizará um verdadeiro esforço conjunto de investimento público e privado na construção de um destino turístico com enorme potencial.

Para além dos parceiros privados donde se destaca o grupo Pestana, responsável pela gestão da “Pousada de St.ª Clara”, que serão responsáveis pela resposta maioritária de alojamento, uma parceria sólida entre o município e as federações portuguesas de canoagem e de remo concretizarão a componente do “centro” que será composto por uma pista internacional de canoagem e remo e por equipamentos complementares previstos no núcleo 1 do plano de Ordenamento da Albufeira de St.ª Clara, como sejam: Parque de campismo, restaurante com centro de congressos e centro náutico.



Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Odemira; Federação Portuguesa de Canoagem; Federação Portuguesa de Remo; ADL; ESDIME

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local

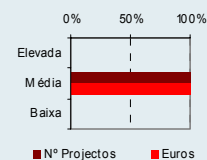
Centro de Atletismo de Alta Competição de Grândola**B.09.02****B**

A proximidade a Lisboa e por essa via a muitos países da Europa, o clima ameno e a capacidade hoteleira em breve disponível, aliado a paisagem e “campos” de grande beleza definem as condições para a implementação do equipamento referido com o objectivo de captar, sobretudo no período do Outono/Inverno atletas de toda a Europa para o treino. Para o efeito o projecto terá para além do Centro de Estágios um pavilhão para a prática do atletismo indoor. Pretende-se que Grândola possa vir a ser uma **referência no atletismo de pista coberta**. A localizar perto de Tróia.

Prioridade da Operação:

Área de Influência:
Regional ou SuperiorHorizonte Temporal:
2011Custo Estimado:
8.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Os dois equipamentos a construir são portanto, o Pavilhão com pista coberta e capacidade próxima dos 6000 lugares e um Centro de Estágio fundamentalmente dirigido para estes atletas.

Trata-se de uma oferta que não existe em Portugal e que ficará, também, ao serviço da população jovem do concelho e dos concelhos vizinhos, ao mesmo tempo que representa uma mais valia considerável para o pólo turístico e para o novo destino que se pretende criar.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Grândola e/ou Parceria Público/Privada**Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Equipamentos para a Coesão Local

Pavilhão Multiusos de Grândola - suporte a espaço de feiras regionais

B.09.03

B

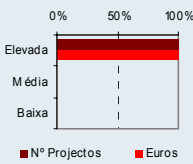
Pretende-se criar um **parque urbano de raiz mediterrânica** em cerca de 20 ha, no centro de Grândola, como resposta à ausência de equipamentos deste tipo e de apoio a uma procura gerada pelo previsível desenvolvimento do centro urbano de Grândola e das suas periferias como resultado do previsto desenvolvimento turístico.

Prioridade da Operação:



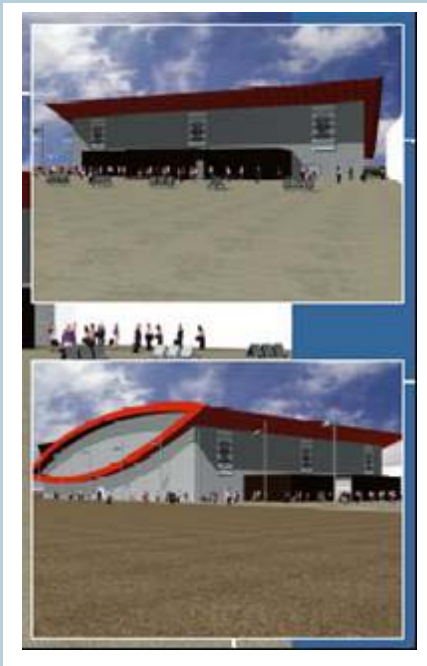
Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2009-2010

Custo Estimado:
2.500.000€



O pavilhão Multiusos fica inserido em todo o complexo da Feira de Grândola a qual nos últimos anos tem acolhido grandes investimentos de beneficiação e renovação, alguns aprovados pelo QCA III e que transformaram toda a área no grande centro de eventos do Litoral Alentejano e que acolhe entre numerosas iniciativas a Feira de Agosto, também conhecida pela Feira do Turismo, Ambiente e Desenvolvimento, feira franca com mais de 600 anos e que acolhe neste período a mostra de actividades económicas locais, regionais e até nacionais. Neste âmbito é até a 3ª maior feira do Sul do País, a seguir à Ovibeja e Fatacil.

O pavilhão multiusos a integrar neste complexo, vai por um lado substituir, pavilhões que foram construídos no período de pré-adesão e que estão hoje completamente degradados e desactualizados, e por outro completar a oferta de infra-estrutura para os eventos que aqui tem lugar e outros que se projectam.

O pavilhão está projectado para uma área útil de 2500 m², numa capacidade de 5000 pessoas em pé ou em opção de bancada telescópica com cerca de 2500 lugares. Vai permitir a organização de exposições e espectáculos musicais, além do já referido apoio à colocação de stands durante o período da feira.

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Grândola e outros parceiros

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local

O **Parque Internacional de Escultura Contemporânea**, sediado no concelho de Grândola, será um **Parque de Escultura ao ar livre** com funções museológicas numa perspectiva dinâmica e moderna, o que lhe vai conferir uma singularidade específica e o distinguir de outros congéneres.

Na medida em que o que o seu objectivo é o trabalhar fundamentalmente com artistas emergentes de esculturas contemporâneas (um nicho em crescendo rápido e por isso apetecível), o seu acervo museológico tenderá a ser renovado com alguma frequência. Teremos, assim um **Parque/Museu vivido e vivo**. Vivido porque o Parque será dotado de ateliers para os artistas e vivo exactamente por esta incorporação na sua conceptualização da dinâmica de renovação do acervo.

O Parque prevê, em complementaridade dos ateliers apetrechar-se ainda com residências para artistas, exactamente para criar as condições de atracção de artistas residentes por períodos relacionados com o tempo de realização das obras que nele venham a desenvolver.

Assim, é possível estabelecer uma relação pessoal entre os artistas e os visitantes do Parque, independentemente da finalidade em que o fazem (contactos com a arte, aprendizagem).

Em termos gerais, este é o figurino pensado para o Parque/Museu que se pretende instalar em Grândola. Um corpo inserido no meio sob todos os ângulos: **meio ambiental, meio humano, meio cultural, em rede com outras actividades culturais locais, regionais e nacionais**, cujos impactos pedagógicos serão importantes onde a **divulgação da arte** seja um objectivo presente e onde o despertar de vontades para esta arte possam ser as consequências principais, mas onde o **lazer/conhecimento** seja também uma componente sempre presente e a dispensar a quem assim o pretenda.

O Parque será dotado de várias infra-estruturas tendo em vista a **prestação de serviços diversos** aos seus visitantes e frequentadores, e estes serão edificados com a máxima preservação da paisagem da natureza onde é predominante o ambiente mediterrânico. Em termos de funcionalidades haverá instalações para: centros de exposições permanentes, ateliers de artistas, ateliers para actividades pedagógicas, salas multimédia, salas para encontros/debates e concertos, residências de artistas, etc.

Para apoio ao visitante terá cafés, restaurantes e um *club house* de cultura, recepção, serviços de documentação e biblioteca e área de *merchandising*.

A projecção é a de que o Parque em pleno funcionamento possa vir a ter cerca de 50 estátuas ao ar livre, cada uma com o seu devido enquadramento.

Trata-se de um **conceito novo e único em Portugal**, podemos estar perante a verdadeira democratização da arte contemporânea num ambiente em que alguns investimentos turísticos já em fase de execução ou de arranque, também tem evidentes ligações à arquitectura contemporânea.

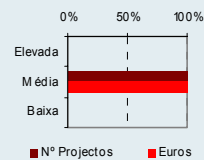
Destaca-se a grande proximidade geográfica ao projecto do artista Kiefer, este situado no concelho de Alcácer do Sal na Herdade da Comporta, também numa linha de contemporaneidade.

Estaremos aqui em presença de um verdadeiro cluster de cultura.

Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Horizonte
Temporal:
2009-2012

Custo
Estimado:
20.000.000€

Promotor/Parcerias: Câmara Municipal de Grândola e/ou Parceria Público/Privada

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património Cultural

Alargamento e Beneficiação da rede de equipamentos e actividades culturais

D.09.04

D1

O **alargamento e beneficiação da rede de equipamentos e actividades culturais** encontram um importante enquadramento estratégico na vertente da **coesão social** e da **competitividade**.

Esta operação visa contribuir para a **melhoria do acesso das populações à cultura**, às **actividades artísticas**, à **ciência** e às **artes visuais** e do **espectáculo**, contribuindo determinantemente para o aprofundamento da cidadania.

Simultaneamente, estes equipamentos e serviços deverão dar um forte impulso ao turismo e às actividades económicas, contribuindo decisivamente para a afirmação dos espaços urbanos no território regional.

O desenvolvimento desta rede implica a construção ou adaptação e desenvolvimento de espaços ou edifícios para os seguintes fins, entre outros:

- Bibliotecas e arquivos;
- Pavilhões e espaços multiusos;
- Teatros e cineteatros;
- Casas da cultura, espectáculos e juventude e centros culturais;
- Centros de ciência viva;
- Galerias e auditórios.

Esta operação inclui, nomeadamente os seguintes projectos:

- Centro de Artes de Odemira;
- Centro de Interpretação do Património Natural e Cultural; Ampliação / Remodelação da Biblioteca Municipal e Criação do Arquivo Municipal, Remodelação e ampliação do antigo edifício do PC/Jardim Dr. Jacinto Nunes, Reconstrução/Ampliação do Cineteatro Grandolense e Sede do Clube Recreativo "O Grandolense" em Grândola;
- Parque Urbano de Grândola, estrutura destinada a acolher feiras temáticas e acontecimentos culturais e desportivos. É um equipamento de apoio e complemento de 2ª. linha ao Centro de Congressos em construção em Tróia, cujo projecto é do Prof. Sidónio Pardal.;
- Rede de espaços culturais em Santiago do Cacém, projecto de articulação de espaços de interesse cultural dotando as diferentes freguesias de equipamentos culturais, factor de especial importância num contexto de áreas rurais ou promovendo o desenvolvimento de uma vasta rede de transportes que permitam o acesso livre e facilitado à cultura e Centro Cultural de Santo André;
- Pavilhão Multiusos para Porto Covo em Sines.

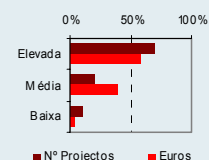
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
15.500.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Instituições particulares sem fins lucrativos

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local, Rede de Equipamentos Culturais, Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento, Património Cultural

Beneficiação da rede de equipamentos desportivos existentes e criação de novas infra-estruturas desportivas que permitam não só **promover o desporto** como também a **qualificação dos espaços públicos** fomentando a **fixação da população e a atractividade do território**. Entre estes equipamentos, destaque para:

- Requalificação do Parque Desportivo de Alcácer do Sal;
- Expansão do Complexo Desportivo José Afonso e reformulação do Parque Desportivo em Grândola;
- Expansão do Complexo Desportivo de Vila Nova de Milfontes;
- Qualificação do Parque do Rio da Figueira (Santiago do Cacém);
- Centro Internacional de Estágios de Santiago do Cacém (projecto privado em que a Câmara é facilitadora, cedendo um terreno ao Instituto Piaget para a prática de treinos desportivos, associada a um hotel e clínica de reabilitação e recuperação, num valore de investimento de cerca de 45% desta operação);
- Construção do complexo desportivo integrado no conceito de "Cidade desportiva" em rede (municipal e supramunicipal) na cidade de Sines.

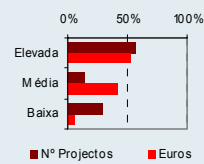
Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:

2008-2011

Custo Estimado:

35.787.290€

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Administração Central, Associações de Desenvolvimento Local e outras Instituições privadas isolados ou em parceria

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local, Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

EIXO IV **Obj. 9 – Promoção da qualidade de vida e coesão social**

Acção Integrada **d. Acesso a equipamentos e serviços de proximidade e protecção civil**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
D.09.06	Adequação da oferta de serviços públicos de segurança e protecção e outros serviços de proximidade	D1	
D.09.07	Rede de equipamentos sociais no domínio da protecção e inclusão social	D1	

Actores Envolvidos: Municípios do Litoral Alentejano, Entidades da Administração Central, Associações de Desenvolvimento Local, Empresas, IPSFL, IPSS

<p>Agendas do QREN: <i>Contributo para realização dos objectivos</i></p> <p>Potencial Humano <input type="radio"/></p> <p>Factores de Competitividade <input checked="" type="radio"/></p> <p>Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/></p> <p>Cooperação Territorial <input checked="" type="radio"/></p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Alentejo <i>Contributo para realização dos objectivos</i></p> <p>E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego <input type="radio"/></p> <p>E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior <input type="radio"/></p> <p>E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental <input checked="" type="radio"/></p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais <i>Contributo para realização dos objectivos</i></p> <p>E1 <input type="radio"/> E2 <input type="radio"/> E3 <input checked="" type="radio"/> E4 <input checked="" type="radio"/></p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPOT <i>Contributo para realização dos objectivos</i></p> <p>O1 <input type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input checked="" type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input checked="" type="radio"/></p>

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

Adequação da oferta de serviços públicos de segurança e protecção civil e outros serviços de proximidade

D.09.06

D1

A **eficiência e eficácia dos serviços públicos de segurança e protecção civil** e outros **serviços de proximidade** actuam em conformidade com princípios de **coesão, qualidade de vida, atractividade territorial** e confluem para questões de **máximo bem-estar social**.

Esta operação divide-se em duas tipologias de intervenções:

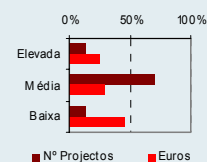
Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
7.940.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



1 - a melhoria dos sistemas de segurança e de protecção civil, designadamente através do reforço das infra-estruturas, equipamentos, meios e planos, com especial atenção para a prevenção de riscos.

Tipologias previstas:

- Construção / realocação de quartéis de bombeiros (Alcácer, Grândola e Sines);
- Realocação do posto da GNR em Grândola;
- Em Sines, é especialmente relevante a questão da prevenção de riscos devido à localização do PILS, tendo sido apresentado um projecto com prioridade elevada: construção de novas instalações para Bombeiros integrando Serviços de Protecção Civil, com meios técnicos e humanos adequados ao planeamento e gestão de operações de socorro, nomeadamente em caso de acidentes industriais ou tecnológicos graves que requeiram a intervenção de entidades a nível supra-municipal. Desactivação das actuais instalações dos bombeiros de Sines. A Câmara Municipal de Sines disponibiliza terreno com características adequadas a esta função. As grandes empresas com instalações no concelho deverão participar no financiamento das instalações (valor investimento: 2.100.000 euros).

2 - a melhoria de outros serviços de proximidade

Esta intervenção contempla nomeadamente, os seguintes projectos:

- a ampliação do cemitério municipal de Grândola dotando-o de melhores condições de funcionamento;
- a requalificação do canil municipal de Santiago do Cacém;
- a construção de um canil com capacidade de retenção de 50 animais e de um sistema de frio que permita a conservação de cadáveres até ao transporte para destino final. Aquisição de uma carrinha de frio para recolha e transporte de cadáveres e de uma carrinha para recolha de animais vivos (projecto que tem como promotor a Ambilital).

Promotor/Parcerias: Administração Central, Municípios do Litoral Alentejano, Instituições particulares sem fins lucrativos e Ambilital

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos e Equipamentos para a Coesão Local

As questões de **coesão social** são um dos **pilares de afirmação territorial e consolidação das bases indutoras de desenvolvimento económico-social**.

O constante envelhecimento da população portuguesa leva a que os equipamentos sociais situados nos diversos municípios não tenham capacidade de resposta a todas as solicitações que lhes são endereçadas.

Os indicadores nacionais revelam que esta tendência de envelhecimento da população irá continuar a aumentar durante a próxima década, e o Litoral Alentejano não será excepção. A falta de capacidade de resposta verifica-se também com os equipamentos sociais dirigidos a crianças que por vezes não possuem as características necessárias para as receber e/ou albergar.

A implementação de uma rede de equipamentos sociais de qualidade, próxima das populações alvo e dos beneficiários directos assume-se como um vector-chave para que a região possa melhorar os níveis de qualidade de vida da população.

A tipologia de intervenção proposta engloba, nomeadamente, os seguintes projectos;

- Extensão de Lar de Idosos com prestação de serviços variados com a assistência e apoio da Santa Casa da Misericórdia de Grândola construção de um equipamento para pessoas acamadas ou dependentes ou em estado terminal que irá colmatar uma importante lacuna existente no concelho, sendo uma necessidade sentida em face do elevado número de pessoas idosas nesta situação. Este equipamento irá integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados (Grândola);
- Estudo e construção do Lar Residência da APCO - Associação de Paralisia Cerebral de Odemira (Odemira);
- Construção de Centro de Dia de Porto Covo para substituir o existente, devido à extinção por operações urbanísticas, com valências múltiplas em termos sociais (Sines).

Prioridade da Operação: ★★☆☆☆	Área de Influência: Local	Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100%
Horizonte Temporal: 2007-2013	Custo Estimado: 5.700.000€	

Promotor/Parcerias: Administração Central, Municípios do Litoral Alentejano, Instituições Particulares de Solidariedade Social

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local

EIXO IV

Obj. 9 – Promoção da qualidade de vida e coesão social

Acção Integrada

e. Ciclo urbano da água

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.09.01	Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento do Litoral Alentejano – vertente em baixa, modelo verticalizado e vertente em alta	A	
D.09.08	Sistema de abastecimento de água e saneamento do Litoral Alentejano – restantes intervenções	D1	

Actores Envolvidos: Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios do Litoral Alentejano, Administração Central

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos				Prioridades Estratégicas da Região Alentejo <i>Contributo para realização dos objectivos</i>			
Potencial Humano	<input type="radio"/>			E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	<input type="radio"/>		
Factores de Competitividade	<input type="radio"/>			E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	<input type="radio"/>		
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>			E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	<input checked="" type="radio"/>		
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>						
Objectivos FEADER e Nacionais <i>Contributo para realização dos objectivos</i>				Objectivos Estratégicos do PNPOT <i>Contributo para realização dos objectivos</i>			
E1	<input type="radio"/>	E2	<input type="radio"/>	E3	<input checked="" type="radio"/>	E4	<input type="radio"/>
				O1	<input checked="" type="radio"/>	O2	<input type="radio"/>
				O3	<input checked="" type="radio"/>	O4	<input checked="" type="radio"/>
				O5	<input type="radio"/>	O6	<input checked="" type="radio"/>

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento do Litoral Alentejano – vertente em baixa, modelo verticalizado e vertente em alta

A.09.01

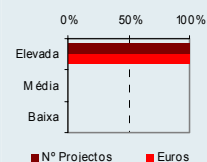
A

Os indicadores relativos ao abastecimento de água e saneamento do Alentejo Litoral fazem com que os Municípios desta sub-região estejam a estudar a melhor forma de se associarem na **construção de um Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento** (para a vertente em baixa – modelo verticalizado e para a vertente em alta) em que se preveja a constituição de uma estrutura para o efeito, com competência para a elaboração dos

Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Horizonte
Temporal:
2007-2013

Custo
Estimado:
25.698.112€

projectos necessários à melhoria dos níveis de cobertura/ eficiência do sistema. Assim, o presente projecto visa, simultaneamente, a elaboração dos projectos de intervenção, bem como a respectiva implementação. Este projecto foi orçamentado de forma global, no âmbito do processo em curso referido.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano e estrutura a determinar

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

Sistema de abastecimento de água e saneamento do Litoral Alentejano – restantes intervenções

D.O9.08

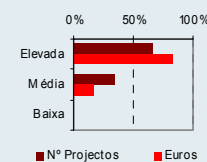
D1

A operação congrega iniciativas dos municípios do Alentejo Litoral não contempladas e orçamentadas na operação anterior (A.09.01) no domínio do aumento dos níveis de cobertura da rede de saneamento básico em baixa, da construção de reservatórios de abastecimento público de água, da melhoria da qualidade da água distribuída à população (substituição de condutas de abastecimento), da instalação de ETAR, da criação de redes pluviais e domésticas, e da instalação/remodelação de colectores domésticos. Incluem-se, também, algumas intervenções no âmbito dos sistemas de abastecimento e saneamento em alta.

Prioridade da
Operação:
★★★★☆

Área de
Influência:
Local

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Horizonte
Temporal:
2007-2012

Custo
Estimado:
40.331.257€

São exemplos:

- Protecção de Origens de Água para Consumo Humano;
- Remodelação dos sistemas de tratamento de águas residuais;
- Infra-estruturas de rede de drenagem de águas residuais e ETAR;
- Construção de Novos Sistemas de Pluviais;
- Intervenções integradas de construção e remodelação das infra-estruturas dos sistemas de águas em baixa;
- Redes Municipais de Rega.

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano e Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Ciclo Urbano da Água

EIXO IV

Obj. 10 – Melhoria das Acessibilidades e da Mobilidade

Acção Integrada

a. Eixos regionais estruturantes (rodo e ferroviários) e acessibilidades internacionais

Operações englobadas na Acção Integrada		Tipo	Âncora
E.10.01	Eixos rodoviários estruturantes de 1º nível		
E.10.02	Rede ferroviária		

Actores

Envolvidos:

Administração Central, REFER, Estradas de Portugal, SA

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano

Factores de Competitividade

Valorização Territorial

Cooperação Territorial

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego

E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior

E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental

Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos

E1 E2 E3 E4

Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos

O1 O2 O3 O4 O5 O6

Relação forte

Relação relevante

Relação fraca

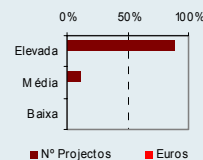
Foram seleccionadas como prioritários para o **desenvolvimento integrado e sustentável desta NUTS III**, tendo em conta os projectos em curso (ao nível turístico, de **reforço da competitividade do PILS e da actividade empresarial** em geral) e a exequibilidade do Eixo I da estratégia da Região: "Litoral Alentejano-Território de Internacionalização", os seguintes eixos rodoviários estruturantes de 1º nível:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Construção / beneficiação dos troços de estrada do IC33:** estabelecer ligação tipo via rápida Sines-Évora e, a partir desse ponto, através do IP7, ligação a Espanha-Europa Central. Este projecto é considerado essencial para a **competitividade do porto de Sines**, permitindo melhorar e alargar o seu hinterland e a competitividade da sua zona de actividades logísticas (Sines e Elvas), e das indústrias, assim como a atractividade de investimentos na área do turismo, reforçando ainda a coesão territorial da região Alentejo e sua articulação com Espanha (Estremadura e Madrid);
- **Construção com novo traçado do IP8:** melhorar a ligação Sines-Beja-Espanha/Sevilha, prioridade troço Sines - A2/IP1 (nó Grândola-Sul);
- **Via Vasco da Gama, Longitudinal turística do Litoral Alentejano.** Ligação Alcácer/Comporta/Melides/Relvas Verdes/Odemira/Lagos (inclui troços do IC4 e Estradas Nacional 261 e 120). Projecto **estruturante para a coesão territorial e mobilidade interna do Alentejo Litoral**, sendo ainda um projecto com características de "via turística", desenvolvendo-se ao longo da costa, estabelecendo ligações com os principais pontos de atractividade turística;
- Eixo Rodoviário Complementar - **Estrada da Muda** (ligação Carvalhal- Grândola, EN261-1) - essencial para a ligação A2/IC33 em Grândola, aos empreendimentos de Tróia, Pinheirinho e Costa Terra, diminuindo o tempo em termos de opção rodoviária;
- Eixo Rodoviário Complementar - **Ligação Odemira – Ourique** - determinante para **potenciar o acesso ao Aeroporto de Beja, factor crítico de sucesso para a actividade exportadora** de algumas empresas do concelho (horticultura, pecuária e floricultura) e aos empreendimentos turísticos previstos na costa daquele concelho.



Promotor/Parcerias: Administração Central, Estradas de Portugal, entre outros

A aposta no transporte ferroviário é fundamental para a Região, sendo esta uma prioridade definida em vários documentos estratégicos nacionais. Esta operação inclui as seguintes 2 componentes:

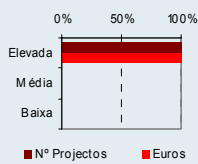
Rede ferroviária fundamental para o serviço de mercadorias: Intervenções ao nível da infraestrutura e condições de exploração da rede ferroviária transeuropeia na ligação de Sines à linha Lisboa-Elvas-Badajoz-Madrid-resto da Europa (permitindo serviço de transporte em bitola Europeia). Este projecto é considerado essencial para a **competitividade da Plataforma Intermodal e Logística de Sines (PILS)**, permitindo melhorar e alargar o seu hinterland e a competitividade da sua zona de actividades logísticas (Sines e Elvas), e do tecido empresarial, reforçando ainda a coesão territorial da região Alentejo e sua articulação com a Área Metropolitana de Lisboa e com Espanha. Este projecto permite ainda viabilizar as funções de complementaridade do sistema portuário de Lisboa-Setúbal-Sines, bem como a polarização com a Área Metropolitana de Lisboa. Adicionalmente, importa promover uma solução adequada para serviço de mercadorias na ligação da PILS a Beja (aeroporto) e Região do Algarve, consistindo este serviço num reforço de competitividade para as actividades económicas destas regiões, bem como para a própria PILS.

Rede ferroviária para serviço de passageiros: Necessidade de adequação da infraestrutura e nível de serviço do transporte ferroviário de passageiros à sua procura actual e prevista na linha Lisboa-Faro, em particular no troço que atravessa o Alentejo Litoral, eliminando os constrangimentos actuais da infraestrutura, de modo a potenciar uma maior utilização deste modo de transporte e a gerar sinergias de funcionamento com outros modos de transporte colectivo de passageiros de âmbito regional e local.

Prioridade da Operação:



Prioridades Intra-Operação (projectos):



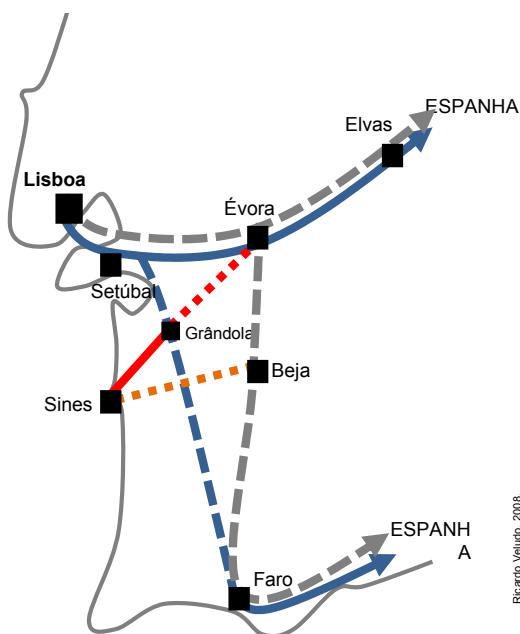
Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2007-2013

Rede ferroviária fundamental

Intervenção proposta:

- Rede Alta Velocidade (Orientações Estratégicas Sector Ferroviário (OESF), 2006, MOPTC).
- Necessidade de serviço em bitola Europeia nos troços nacionais das RTT (Redes Transeuropeias de Transporte). Melhorar gestão de serviço e articulação com Espanha.
- Linha Lisboa-Algarve: necessidade de melhoria nível serviço e capacidade para tráfego de passageiros e mercadorias. Serviço em bitola Europeia na ligação Sines-Setúbal-Lisboa-Évora-Elvas/Caia- Espanha.
- Opção (A, fase1), prevista nas OESF: Nova ligação Sines-Grândola com adequação de traçado e características da infraestrutura às solicitações de tráfego de mercadorias de/para a Plataforma Logística e portuária de SINES (PILS).
- Opção (A, fase 2), prevista nas OESF : Nova ligação Sines-Grândola a Évora e sua articulação com a linha Lisboa-Elvas/Caia-Espanha (serviço de mercadorias de/para PILS).
- Opção alternativa (B): Estudar e comparar vantagens/desvantagens ligação Sines (PILS) à Linha Lisboa-Faro (parcialmente em túnel) e posterior ligação a Beja..



Fonte do traçado esquemático da rede ferroviária: Orientações Estratégicas Sector Ferroviário (OESF), 2006, MOPTC; excepto Opção (B).

Ricardo Veludo, 2008.

Promotor/Parcerias: Administração Central, REFER, entre outros

EIXO IV

Obj. 10 – Melhoria das Acessibilidades e da Mobilidade

Acção Integrada

b. Rede de estradas regionais (mobilidade dentro da região)

	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
D.10.01	Beneficiação da rede de estradas e caminhos municipais/intermunicipais	D1	
D.10.02	Adequação da estrutura viária urbana das sedes de concelho	D1	
E.10.03	Eixos rodoviários regionais estruturantes de 2º nível	E	

Actores Envolvidos:

Municípios do Litoral Alentejano e Administração Central

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	<input type="radio"/>
Factores de Competitividade	<input checked="" type="radio"/>
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>
Cooperação Territorial	<input checked="" type="radio"/>

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	<input type="radio"/>
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	<input checked="" type="radio"/>
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	<input checked="" type="radio"/>

Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos

E1 <input type="radio"/>	E2 <input checked="" type="radio"/>	E3 <input checked="" type="radio"/>	E4 <input type="radio"/>
--------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos

O1 <input type="radio"/>	O2 <input checked="" type="radio"/>	O3 <input checked="" type="radio"/>	O4 <input checked="" type="radio"/>	O5 <input type="radio"/>	O6 <input checked="" type="radio"/>
--------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------	-------------------------------------

Relação forte

Relação relevante

Relação fraca

Beneficiação da rede de estradas e caminhos municipais/ intermunicipais

D.10.01

D1

A operação agrega um conjunto de intervenções de cariz municipal e intermunicipal em caminhos e estradas municipais, direccionadas para a **melhoria da circulação interna na região**. Os projectos visam atingir melhores condições de acessibilidade da rede viária concelhia, traduzidos na **melhoria da qualidade das vias de circulação** e no **reforço das ligações** entre aglomerados, por estas servidos. Pretende-se a este nível, incrementar alguma

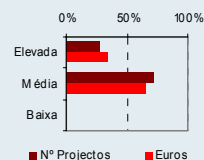
Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:

2008-2012

Custo Estimado:

16.858.225€

dinâmica sócio-económica e reforçar as relações de complementaridade entre aglomerados rurais e urbanos. Visa-se ainda uma maior homogeneidade das áreas, nos aspectos social e económico, contribuindo para a redução de assimetrias, no conjunto da rede.

Note-se que algumas intervenções contempladas nesta operação estão estrategicamente ligadas à necessidade de criar alternativas qualificadas de acesso às praias e aos novos empreendimentos turísticos em execução/ previstos.

A tipologia de intervenções mais frequente é a seguinte:

- Alargamento da faixa de rodagem, repavimentação e drenagem;
- Estabilização dos taludes, saneamento;
- Colocação de sinalização adequada.

Destacam-se do conjunto de projectos apresentados, alguns eixos rodoviários de cariz intermunicipal:

- Caminho Municipal 1117 – Estrada das Sobreiras Altas – Remodelação e Alargamento;
- Caminho Municipal 1145 – Bicas – Pinheiro da Cruz – Remodelação e Alargamento;
- Caminho Municipal 1162 – De Cortes Pereiras à E.N.503 (limite do Concelho de Ourique);
- Estrada Municipal 541 – Da E.N. 266 ao Limite do Concelho de Silves;
- Ligação EN120 - Porto Covo (Sines) - Ribeira da Azenha (Odemira).

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano e Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

Adequação da estrutura viária urbana das sedes de concelho

D.10.02

D1

Esta operação consiste na construção de vias de cintura interna e variantes com vista à melhoria da fluidez do trânsito e desvio de tráfego de atravessamento urbano por veículos pesados de mercadorias.

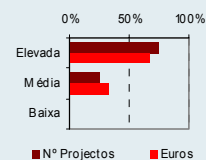
Prioridade da
Operação:



Área de
Influência:

Local

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
3.505.000€

Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

No âmbito da estratégia regional definida, foram identificadas como cruciais as seguintes intervenções, de responsabilidade da Administração Central, ao nível da malha de ligação regional estruturante, contemplando, nomeadamente, o alargamento/repavimentação de estradas nacionais que beneficiam a ligação (intra e extra regional) de sedes de concelho, a melhoria das ligações ao Hospital do Litoral Alentejano, uma melhor gestão do

tráfego de mercadorias (o que se traduz em desviar o tráfego dos centros urbanos (pesados de mercadorias com origem/destino a zonas industriais consolidadas e ao porto de Sines)) e a redefinição de funções/qualificação de eixos rodoviários estratégicos para o sector do turismo.

Esta operação integra, nomeadamente, as seguintes intervenções:

- **Melhoria das ligações ao Hospital do Litoral Alentejano:**

A garantia de cuidados de saúde constitui um factor crítico para a qualidade de vida dos residentes na região, a atracção de novos residentes, sendo também um factor ponderado pelos viajantes nas escolhas dos respectivos percursos de férias ou repouso. Os investimentos turísticos em curso na zona Norte do Alentejo Litoral reforçam a necessidade de existir uma ligação eficaz ao Hospital do Litoral Alentejano. Esta ligação pode ser garantida pela requalificação da ER 261, nomeadamente pelo respectivo alargamento, de modo a facilitar a mobilidade e melhorar a acessibilidade dos visitantes daquela zona aos cuidados de saúde de emergência;

- **Circular rodoviária de Santiago do Cacém – Santo André:**

A qualidade do centro urbano polinucleado Santiago do Cacém – Santo André – Sines e a segurança das populações que neles residem exigem a ausência do tráfego de pesados, nomeadamente dos que transportam matérias perigosas, fornecendo simultaneamente uma alternativa competitiva aos percursos deste tipo de transporte. Esta intervenção tem como âmbito a elaboração do projecto e a construção de uma rodovia que contorne os núcleos urbanos de Santiago do Cacém e Santo André, simultaneamente estabelecendo ligação entre eles e evitando a passagem do transporte de mercadorias pelas vias urbanas;

- **Via rodoviária entre S. Torpes e o porto (Terminal XXI):**

Visa duplicar a via rodoviária entre S. Torpes e o porto (Terminal XXI), bem como adequadas as características geométricas do nó de S. Torpes ao tráfego que aí converge. Os objectivos prendem-se com a melhoria do nível de serviço de transporte rodoviário de mercadorias para a zona de expansão Sul do porto de Sines e respectiva zona de actividades logísticas; a melhoria do nível de serviço da estrada "turística" que liga S. Torpes (tráfego proveniente da Costa Vicentina a Sul de S. Torpes) a Sines.

Prioridade da
Operação:



Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2007-2013

Promotor/Parcerias: Administração Central

EIXO IV

Obj. 10 – Melhoria das Acessibilidades e da Mobilidade

Acção Integrada

c. Mobilidade e rede de transportes

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.10.01	Estudo orientador do sistema de transportes, mobilidade e estacionamento		
A.10.02	Optimização do sistema de transporte colectivo de passageiros e mobilidade do Litoral Alentejano		
A.10.03	Eliminação de barreiras à mobilidade urbana		
A.10.04	Construção e beneficiação de aeródromos e heliportos		
D.10.03	Rede de terminais rodoviários		

Actores

Envolvidos:

Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios do Litoral Alentejano, Empresas, Associação dos Resorts do Litoral Alentejano

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos

E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	

Objectivos FEADER e Nacionais

Contributo para realização dos objectivos

E1	E2	E3	E4
----	----	----	----

Objectivos Estratégicos do PNPOP

Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
----	----	----	----	----	----



Relação forte



Relação relevante



Relação fraca

Esta operação corresponde à **elaboração de um estudo de procura e oferta de serviços de transporte colectivo de passageiros**, com propostas de optimização e melhoria de articulação intermodal face aos padrões de mobilidade da procura. O estudo deverá incluir os seguintes termos gerais de referência estratégica:

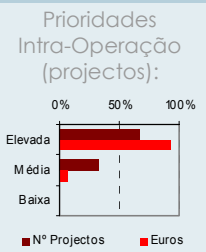
- Serviço de ligação entre os principais aglomerados urbanos da NUTS III a cidades de outras sub-regiões (Setúbal, Lisboa, Évora, Beja, Faro,...);
- serviço direccionado para a procura turística, ligando os principais aglomerados urbanos e locais de maior geração de procura da NUTS III (praias, resorts, locais de interesse turístico elevado);
- rotas inter-urbanas de serviço à população residente e trabalhadora: acesso a locais de trabalho, equipamentos e serviços públicos, articulação com outros modos de transporte, atendendo às fortes ligações funcionais existentes entre alguns centros urbanos (p.ex. Sines- V.N. Santo André-Santiago do Cacém);
- serviço adequado às zonas de menor densidade populacional;
- estudos de mobilidade urbana e estacionamento para os principais aglomerados urbanos (2 aglomerados por concelho), com indicação de propostas de ordenamento do espaço público e eliminação de barreiras físicas à mobilidade.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional

Horizonte Temporal:
2008-2009

Custo Estimado:
500.000€



Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, parceria público-privada, Associação dos Resorts do Litoral Alentejano

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial e Promoção e Capacitação Institucional

Optimização do sistema de transporte colectivo de passageiros e mobilidade do Litoral Alentejano		A.10.02	A
<p>Pretende-se através desta operação viabilizar a implementação de políticas e medidas de optimização do sistema de transporte colectivo de passageiros, para reforço da coesão e competitividade territorial, articulando a interoperabilidade de diferentes modos de transporte, bilhética e rotas de distintos âmbitos territoriais (nacional, regional e local). Definição de termos de referência e condições de exploração adequadas à procura tendo em vista a concessão deste serviço, captação de operadores privados ou exploração directa pelas autarquias, conforme vier a ser definido em estudo antecedente. Integra também a implementação de sistemas de informação de apoio aos utilizadores (combinação de rotas, horários, etc).</p> <p>Pretende-se por esta via, estabelecer um sistema de transporte colectivo de passageiros que reforce a coesão e competitividade territorial, bem como as complementaridades funcionais e urbanas entre Tróia-Alcácer-Grândola-Melides-V. N. Stº André-Santiago do Cacém-Sines-Porto Covo-Odemira, nomeadamente no que diz respeito à exploração do potencial turístico da região e acesso complementar às redes de serviços e equipamentos colectivos existentes.</p>			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Regional</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
<p>Horizonte Temporal: 2009-2010</p>	<p>Custo Estimado: 1.000.000€</p>		
<p>Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, parceria público-privada, Associação dos Resorts do Litoral Alentejano</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial e Promoção e Capacitação Institucional</p>			

Eliminação de barreiras à mobilidade urbana		A.10.03	A
<p>Com base no "Estudo orientador do sistema de transportes, mobilidade e estacionamento" proceder a intervenções que conduzam à eliminação de barreiras físicas à mobilidade urbana, com especial incidência na melhoria de condições de utilização do espaço público por pessoas com mobilidade reduzida e melhoria da segurança rodoviária para peões e velocípedes nos principais aglomerados urbanos (2 aglomerados urbanos por concelho).</p>			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Regional</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
<p>Horizonte Temporal: 2009-2010</p>	<p>Custo Estimado: 3.000.000€</p>		
<p>Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial</p>			

Construção e beneficiação de aeródromos e heliportos		A.10.04	A
<p>Esta operação consiste em dotar a região de infraestruturas aeroportuárias adequadas, cumprindo funções específicas ligadas ao apoio aos empreendimentos turísticos, ao transporte de doentes para os serviços de urgência dos hospitais mais próximos e à protecção civil (resposta rápida a incêndios florestais ou a acidentes que podem derivar do transporte ou manuseamento de matérias inflamáveis).</p>			
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional	Prioridades Intra-Operação (projectos): 	
Horizonte Temporal: 2008-2012	Custo Estimado: 3.975.000€		
<p>Estão incluídos nesta operação os seguintes projectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concepção e construção de um heliporto para apoio a unidades hoteleiras da região, criando igualmente a oportunidade e valência de aterragem para helicópteros – ambulância (Comporta). • Remodelação do actual aeródromo/pista de Melides, com dotação de infra-estruturas com capacidade de resposta superior à actual. Prevê-se uma pista com 1.600m que permita a aterragem e descolagem de aeronaves com maior autonomia, um heliporto, uma pequena aerogare com sala de primeiros socorros, sala de embarque, instalações sanitárias, serviço de cafetaria e esplanada. Prevê-se ainda um estacionamento exterior para visitas e um acesso facilitado para viaturas prioritárias. • Heliporto de Odemira: em fase de execução, em terreno da ARS do Alentejo, ficará preparado para funcionar de dia e de noite. 			
Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano, Herdade da Comporta, Herdade do Pinheirinho, ARS do Alentejo			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial			

Rede de terminais rodoviários		D.10.03	D1
<p>Construção e modernização de uma rede de terminais rodoviários de transporte colectivo de passageiros em alguns aglomerados urbanos, tendo em consideração as propostas de intervenção que resultarem do "estudo orientador do sistema de transportes, mobilidade e estacionamento". Reafirma-se a importância de promoção de mobilidade da população, especialmente relevante, num contexto de povoamento disperso de aglomerados rurais, traduzido em carências ao nível de mobilidade e acessibilidade.</p>			
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	Prioridades Intra-Operação (projectos): 	
Horizonte Temporal: 2007-2013	Custo Estimado: 7.225.000€		
Promotor/Parcerias: Municípios do Litoral Alentejano			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial			

EIXO V Território de Bom Governo

O Litoral Alentejano como território de “**bom governo**” suportado por um modelo de governança regional alicerçado na associação de municípios, no plano das decisões políticas com legitimidade democrática, e em de modelos de agência regional de desenvolvimento, no plano da operacionalização eficiente dos projectos, numa lógica mais próxima da racionalidade empresarial, articulando ambientes atractivos de decisão rápida para empresas e famílias.

Objectivo Específico

11. Desenvolvimento e consolidação do Sistema de Governança regional

Acções Integradas

- a) Sistema integrado de gestão do território
- b) Modernização das instalações e dos serviços públicos

EIXO V		Obj. 11 – Desenvolvimento e consolidação de Sistema de Governança regional															
Acção Integrada	a. Sistema integrado de gestão do território																
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora														
A.11.01	Sistema de Informação para planeamento, gestão e monitorização das transformações no território																
A.11.02	Estudos de inventariação do património natural e cultural com vista à promoção turística integrada da região																
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios do Litoral Alentejano, Entidades da Administração Central, REGI, Associações e Entidades ligadas ao Ambiente, ONGs																
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>Potencial Humano</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Factores de Competitividade</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valorização Territorial</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cooperação Territorial</td> <td></td> </tr> </table>		Potencial Humano		Factores de Competitividade		Valorização Territorial		Cooperação Territorial		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental</td> <td></td> </tr> </table>		E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego		E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior		E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental	
Potencial Humano																	
Factores de Competitividade																	
Valorização Territorial																	
Cooperação Territorial																	
E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego																	
E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior																	
E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental																	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E1 </td> <td>E2 </td> <td>E3 </td> <td>E4 </td> </tr> </table>		E1	E2	E3	E4	Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>O1 </td> <td>O2 </td> <td>O3 </td> <td>O4 </td> <td>O5 </td> <td>O6 </td> </tr> </table>		O1	O2	O3	O4	O5	O6				
E1	E2	E3	E4														
O1	O2	O3	O4	O5	O6												
Relação forte		Relação relevante															
Relação fraca																	

Sistema de Informação para planeamento, gestão e monitorização das transformações no território

A.11.01

A

Esta operação integra várias componentes que têm como objectivo comum a montagem de um sistema de informação para planeamento, gestão e monitorização das transformações no território.

Sistema de Informação Geográfico Regional - SIG Regional (2.150.000 €)

Tendo em consideração o conjunto de iniciativas prioritárias da política de ordenamento do território

em que se inclui a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), a importância das TIC no ordenamento do território e no desenvolvimento socio-económico das regiões, o papel das TIC enquanto instrumento facilitador de participação e comunicação e, finalmente, a sua reduzida consideração no planeamento territorial, justifica-se a continuação do desenvolvimento da plataforma Sistema de Informação Geográfico Regional implementada e desenvolvida no âmbito da Região Digital do Litoral Alentejano (RDLA), com vista a potenciar as novas plataformas tecnológicas necessárias aos PROT, nomeadamente:

- **Desenvolvimento de uma plataforma tecnológica regional**, inequívoca à necessidade de cada vez mais os Municípios se dotarem de soluções que permitam ao cidadão numa forma fácil e intuitiva consultar e aceder à informação que necessita sem necessidade de intervenção humana;
- **Sistema de Monitorização das Dinâmicas Territoriais;**
- **Sistema de inovação e conhecimento para a gestão estratégica.**

Pretende-se integrar de forma inter-operável a **gestão documental com sistema de informação geográfica de apoio às actividades** de: planeamento; monitorização das transformações do território; gestão estratégica; gestão urbanística; base para acesso a informação pública de planeamento e gestão urbanística.

Este projecto insere-se no esforço de melhoria da qualidade e eficiência dos serviços municipais, bem como no reforço da cooperação e coerência entre os sistemas de gestão territorial dos municípios do Alentejo Litoral. Pretende-se um sistema de informação distribuído em que as bases cartográficas e de informação para planeamento de escala supra-municipal são geridas pela AMLA e partilhadas entre todos os municípios; e um conjunto de sistemas de informação municipais (inter-operáveis) mas que são implementados e geridos pelas respectivas câmaras municipais. Este sistema de informação é imediatamente útil para o processo de revisão dos Planos Directores Municipais e sua articulação com outros PMOT e com o PROT do Alentejo.

Este sistema está, no entanto, dependente do desenvolvimento das seguintes componentes:

Cartografia Digital (13.635.000 €)

- **Actualização de Cartografia à escala 1:10.000 e 1:2.000** (realização de coberturas aerofotográficas e de ortofotocartografia);
- **Identificação e caracterização da rede viária** (uniformização gráfica da informação relativa à rede viária e às vias públicas, actualização da cartografia da rede viária e das vias públicas, caracterização e classificação da rede existente e prevista, sobreposição da informação da rede viária com outros temas e definição de mapas e documentos "normalizados");
- **Aquisição de informação cadastral vectorizada e uniformização da informação** relativa à componente alfanumérica do cadastro (aquisição das secções cadastrais, informatização da informação cadastral, implementação do "sinergic");
- **Levantamento e caracterização de infra-estruturas intermunicipais** (inventariar a rede de infra-estruturas básicas, fazer a localização geográfica da rede, gerir e actualizar a rede de infra-estruturas, constituir uma base de dados alfanumérica relativa à caracterização das infra-estruturas, produzir mapas de identificação de áreas já infra-estruturadas e a infra-estruturar, efectuar estudos de projecção de traçados de novas redes);
- **Rasterização, georeferenciação e vectorização dos PDM's** (dinamização de soluções inovadoras de

Prioridade da Operação:

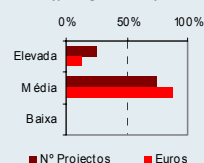


Área de Influência:
Regional ou Nacional

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
15.935.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



resposta às procuras e aos problemas urbanos, centradas na eficiência e reutilização das infra-estruturas e equipamentos existentes, na exploração das oportunidades que as novas tecnologias oferecem, na capacitação das comunidades locais e no desenvolvimento de novas formas de parcerias publico-privadas).

- **Monitorização das dinâmicas territoriais** (criação de um “observatório intermunicipal”, levantamento e caracterização dos equipamentos/serviços públicos e privados e análise de necessidades, levantamento dos pontos de interesse turístico da sub-região, elaboração de “mapas de zonas de risco da região”);

Carta de vegetação do Litoral Alentejano (150.000 €)

- Elaboração e disponibilização online (através de um servidor informático e da internet) de uma representação digital do mosaico dos principais tipos de revestimento vegetal de todo o Litoral Alentejano, diferenciados pela sua fisionomia, estrutura vertical e composição florística dominante;

A carta de vegetação e a informação a ela associada constituirão um instrumento técnico de apoio no âmbito do planeamento dos usos e organização dos solos, no planeamento das estratégias de recuperação, restauração e reconstituição ambiental, no conhecimento da evolução do território e na concretização de outros projectos com incidência territorial (educação e formação científica, turismo, identificação de itinerários, e zonas naturais com particular valor florestal).

Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano em parceria, REGI

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Modernização Administrativa, Capacitação Institucional e Economia Digital e do Conhecimento, Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Estudos de inventariação do património natural e cultural com vista à promoção turística integrada da região

A.11.02

A

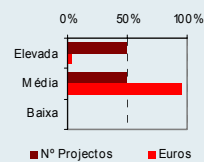
Os **bens patrimoniais** constituem um **precioso factor de modelação identitária**, referencial mesmo para o **desenvolvimento harmonioso e sustentado de qualquer espaço territorial**. O modelo de desenvolvimento proposto encontra aqui a sua referência: a natureza, a cultura, o modo de vida e tudo o que modelou o nosso território acaba por ser inspiração para projectar o mesmo. A sua **conservação, valorização e interpretação** são essenciais para, de forma sustentada, caminhar para o futuro que se deseja.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Nacional

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
625.000€

Pretende-se com este projecto:

- A inventariação dos recursos históricos, paisagísticos e patrimoniais, dos modos de vida, produtos locais, gastronomia, artesanato, feiras e festas do espaço geográfico do Litoral Alentejano;
- A promoção da Carta de Turismo do Litoral Alentejano através da publicação em formato de bolso e nos sites institucionais da região;
- A elaboração e edição de uma Carta de Património Sub-Regional (arquitectónico, arqueológico, artístico, imaterial, geológico, vegetal e paisagístico);
- A organização de uma Rede de Museus e Centros Interpretativos (criação de circuitos de interpretação);
- O aproveitamento turístico, cultural e pedagógico do património (valorização turística do património cultural e natural; valorização, intervenções e publicações relativas a monumentos e sítios arqueológicos; fomento do turismo de natureza, através da edição de Carta de Desporto e da realização de Circuitos de Interpretação).

Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano em parceria, Museus Distritais, Museus Locais, Jardim Botânico, CCDR do Alentejo, Investigadores, Associações de Turismo, IPPAR, Parques Naturais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, Património Cultural, Promoção e Capacitação Institucional

EIXO V		Obj. 11 – Desenvolvimento e consolidação do Sistema de Governança regional	
Acção Integrada	b. Modernização das instalações e dos serviços públicos		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.11.03	Acções integradas de modernização administrativa dos serviços da Administração Local	A	
D.11.01	Construção ou beneficiação de edifícios municipais	D1	
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Municípios do Litoral Alentejano, Entidades da Administração Central, REGI		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano  Factores de Competitividade  Valorização Territorial  Cooperação Territorial 		Prioridades Estratégicas da Região Alentejo Contributo para realização dos objectivos E1 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego  E2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior  E3- Melhoraria da qualidade urbana, rural e ambiental 	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E1  E2  E3  E4 		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O1  O2  O3  O4  O5  O6 	
 Relação forte  Relação relevante  Relação fraca			

Acções integradas de modernização administrativa dos serviços da Administração Local

A.11.03

A

Esta operação integra três componentes com vista a **promover a reorganização dos serviços internos da Administração local e dotar os municípios de capacidade humana e tecnológica** para a prestação de um serviço público mais eficiente.

Reengenharia de processos e modernização dos serviços municipais. (22.250.000 €)

O investimento realizado pela REGI no quadro da construção da RDLA permitiu iniciar o processo de reengenharia de processos nas Câmaras Municipais do Litoral Alentejano. Trata-se, agora, de alargar aquele processo ao conjunto dos serviços autárquicos, modernizando e simplificando os procedimentos com recursos às tecnologias de informação e comunicação de forma a aumentar a eficiência da prestação de serviços municipais. Pretende-se promover uma auditoria aos serviços municipais, com o intuito de prestar um serviço público mais rápido e económico, eventualmente extensível ao atendimento em locais diversos dos serviços municipais, ex: Juntas de Freguesia ou lojas do cidadão de 2.ª Geração.

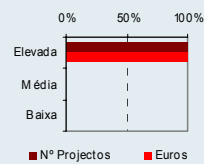
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
23.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Esta **reengenharia e modernização** deve apoiar-se na:

- Implementação de uma lógica de proximidade assente em critérios de racionalização da estrutura, na óptica do cidadão e novo paradigma de governança;
- gestão eficiente da Administração Pública; reengenharia e desmaterialização de processos e novos modelos de relação com o município – bidireccionalidade;
- utilização intensiva das novas tecnologias; racionalização de recursos e serviços digitais; qualificação de recursos e serviços e optimização e upgrading da infra-estrutura instalada;
- integração de projectos regionais; mashups e administração multinível e multicanal.

Modernização administrativa da AMLA. (150.000 €)

Visa-se melhorar a qualidade dos serviços prestados aos municípios associados e munícipes, sem esquecer a dignificação dos funcionários da associação, tendo em conta os seguintes objectivos: aumento da produtividade dos serviços; melhoria da qualidade dos serviços produzidos, simplificando procedimentos e eliminando formalidades inúteis; redução dos tempos de espera; melhoria das condições físicas e humanas de trabalho; transparência e responsabilização dos serviços e das pessoas; garantir a legalidade dos actos administrativos e remodelação da ligação em rede de computadores de todos os serviços da AMLA.

Para tal, pretende-se efectuar as seguintes acções:

- Aquisição de servidor interno para suporte dos sistemas informáticos de gestão e de comunicação electrónica;
- aquisição de hardware e software informáticos, para rentabilizar os serviços, e criação de valências de comunicação electrónica (videoconferência);
- aquisição de equipamento administrativo e mobiliário de escritório, face às exigências actuais do escritório moderno;
- participação em feiras e exposições, e aquisição de material para a frequência das mesmas, divulgando e afirmando as actividades da associação e promovendo o Litoral Alentejano;
- aquisição de assessoria para a certificação da qualidade dos serviços prestados pela AMLA e eventual reengenharia de processos de trabalho.

Formação dos funcionários das Autarquias Locais. (600.000 €)

Pretende-se definir planos de formação anuais de acordo com levantamentos de necessidades de formação realizados junto de cada Município; qualificar os recursos humanos dos Municípios associados, promovendo o desenvolvimento e eficácia dos serviços desempenhados.

Promotor/Parcerias: Todos os Municípios do Litoral Alentejano em parceria, Administração Central, REGI

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoios À Modernização Administrativa e Economia Digital e do Conhecimento

Construção ou beneficiação de edifícios municipais

D.11.01

D1

É uma operação com o objectivo de **beneficiar as estruturas municipais de apoio aos cidadãos**, nomeadamente através de novas estruturas, ampliação ou remodelação de edifícios.

Nas novas áreas poderão sediar-se estruturas de atendimento a munícipes, bibliotecas, arquivos ou oficinas, como é o caso dos seguintes projectos:

- Restruturação de edifícios dos Paços do Concelho;
- Restruturação e realocização de oficinas e armazéns;
- Criação de novas condições para os arquivos municipais e bibliotecas;
- Promoção de Lojas do Cidadão;
- Construção de Gabinetes Municipais fora das sedes de concelho.

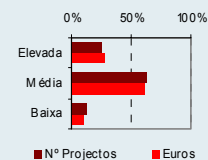
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
6.995.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Administração Central e Municípios do Litoral Alentejano

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local

PARTE IV – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO: ELEMENTOS DE BASE

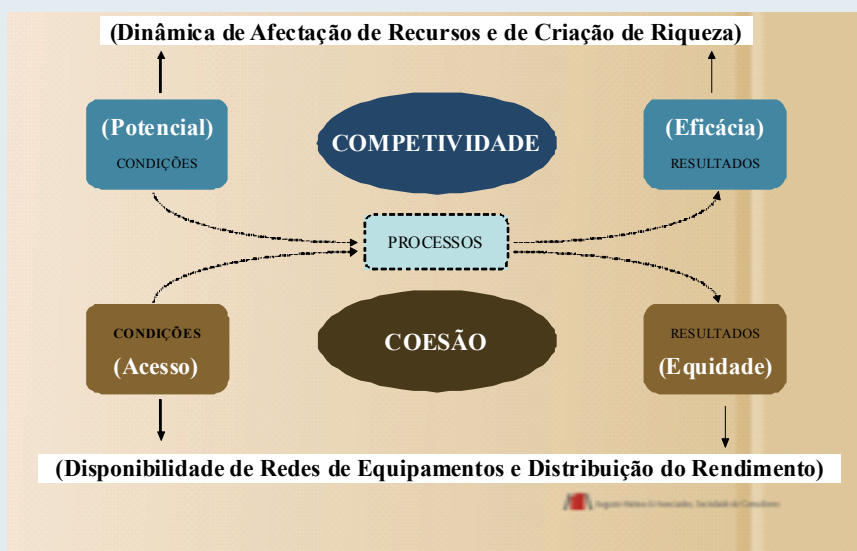
Parte IV – Diagnóstico Socioeconómico: Elementos de Base

Os elementos de base do diagnóstico socioeconómico da região, apresentados nesta Parte IV do Programa Territorial de Desenvolvimento, estão organizados de forma a articularem a dinâmica criação de riqueza e de eficiência na afectação de recursos, normalmente associada à competitividade territorial, com a equidade e acessibilidade na afectação dos resultados, associado à coesão territorial (ver caixa seguinte). Os elementos disponibilizados neste ponto servem de suporte e fundamentação das restantes partes do documento, nomeadamente, à análise do posicionamento da Região, à formulação das Opções Estratégicas e à elaboração e operacionalização do Plano de Acção.

Caixa 9 – Metodologia de Diagnóstico e Análise Territorial - Um duplo Referencial de Articulação: Competitividade Coesão; Condições Processos Resultados

O entendimento do território como espaço de integração das dimensões de coesão e competitividade conduz à noção de "**sustentabilidade territorial**" centrada em torno da identificação da maior ou menor capacidade de um território conseguir equilibrar o desenvolvimento dos processos de construção de uma economia competitiva e de uma sociedade coesa em que se verifique um acesso equilibrado da população aos frutos do progresso económico.

O diagnóstico estrutura-se numa óptica de articulação entre condições e resultados de competitividade e coesão subjacente ao modelo de avaliação regional da "Pirâmide de Competitividade Territorial"(1) em que se procura valorizar os processos e trajectórias de convergência num contexto regional, nacional ou supra nacional, pressupondo uma análise da transformação das condições e recursos existentes em resultados que se revelem duradouros e sustentados.



O diagnóstico adopta uma abordagem integrada do cruzamento entre, por um lado, os eixos da competitividade e da coesão e, por outro, as dimensões condições, processos e resultados.



Esta articulação materializa-se na selecção de um conjunto de indicadores estruturados em quatro grandes domínios de observação e análise que procuram posicionar o território em estudo no contexto de escalas territoriais mais abrangentes:

- **Óptica global:** inclui os principais indicadores de resultado que avaliam a competitividade e a coesão territorial, valorizando os ganhos em termos de melhoria do nível de vida dos habitantes;
- **Óptica do Território:** analisa indicadores que reflectem, no essencial, o nível da coesão territorial em termos das principais condições e processos que suportam e influenciam a competitividade territorial;
- **Óptica das Empresas:** engloba indicadores que quantificam a dinâmica empresarial, quer ao nível das condições e processos, quer ao nível dos resultados, centrando a análise em alguns factores de concentração e de especialização da actividade económica;
- **Óptica das Pessoas:** conjunto de indicadores que centram a sua análise essencialmente em torno de aspectos relacionados com as condições, os processos e alguns resultados inerentes à dinâmica demográfica, à qualificação dos recursos humanos e à actividade laboral.

(1) Veja-se, nomeadamente, Mateus, A. et al (2000), "Pirâmide de competitividade territorial das regiões portuguesas", Revista de Estudos Regionais, INE, pp. 47-73,

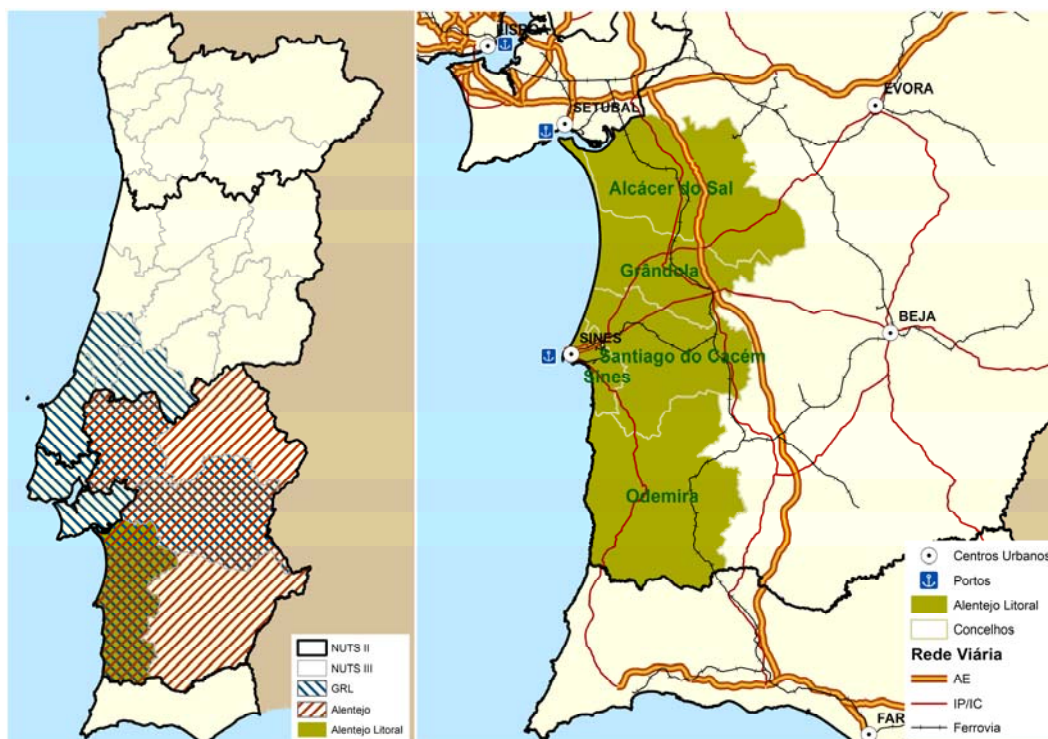
Fonte: AM&A (2007), Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial, v.2.0.

Óptica Global: O Litoral Alentejano no contexto regional e nacional

4.1. O território do Litoral Alentejano enquadra-se administrativamente no Alentejo, apresentando, no entanto, forte proximidade “funcional”, a vários níveis, com a Área Metropolitana de Lisboa e com o Algarve.

- O Litoral Alentejano, de ponto de vista estrito da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos pertence à NUTS II Alentejo. Não desvalorizando as raízes históricas e culturais da região, os fluxos de pessoas, bens e conhecimento integram-na, numa óptica prospectiva, na Região Alargada de Polarização de Lisboa (definida no mapa).
- A NUTS III Alentejo Litoral é contígua com o Algarve, o Baixo Alentejo, o Alentejo Central e a Península de Setúbal, apresentando uma faixa costeira extensa, desde Tróia a São Teotónio.
- O Litoral Alentejano ocupa cerca de 5.000 Km² de área o que representa 6 % do território nacional e 17% da área total da região NUTSII do Alentejo.
- Fazem parte da região do Litoral Alentejano os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira (o maior concelho do país em termos de área).
- O Litoral Alentejano apresenta um conjunto ainda insuficiente de infraestruturas de transportes, sendo atravessado pelos eixos rodoviário e ferroviário que fazem a ligação Norte-Sul (a A2 e a Linha do Sul respectivamente), e dotado de um dos principais portos marítimos do país, o porto de Sines.
- O Litoral Alentejano apresenta acessibilidades que o permitem ligar às principais áreas metropolitanas do Sul do País: Setúbal, Évora, Beja e Faro, embora carecendo de alguns eixos de comunicação intra-regional.

F. 1: O Alentejo Litoral no contexto da Região Alargada de Polarização de Lisboa (RP-LIS)



Fonte: AM&A

4.2. Uma menor ocupação populacional e um desempenho económico elevado não se reflectem de forma significativa no rendimento disponível dos residentes do litoral alentejano.

- Santiago do Cacém e Odemira constituem os concelhos mais populosos do Litoral Alentejano, embora Sines, pela sua reduzida dimensão territorial exiba a maior densidade populacional.
- Sines e Santiago de Cacém apresentam os valores mais elevados do rendimento colectável per capita, o que revela uma maior capacidade de retenção do valor gerado no Litoral Alentejano.
- Sines destaca-se com uma densidade empresarial superior à média nacional contribuindo fortemente para que o Litoral Alentejano exiba um nível de PIB per capita elevado face ao país.

Q. 1: Dimensão do Litoral Alentejano no contexto regional e nacional

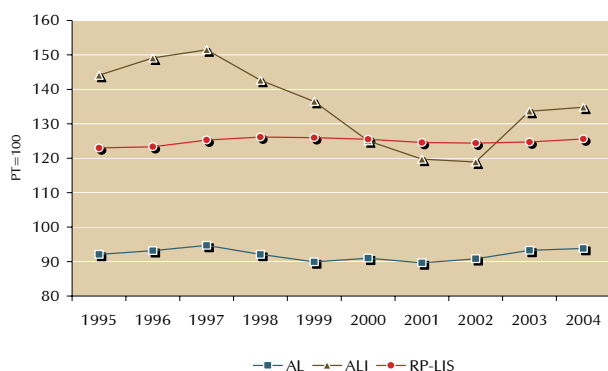
Âmbito Geográfico	Área	População		Unidades empresariais	Pessoal ao serviço	Densidade populac.	Unidades Empres. /10 mil hab.	PIB per capita	Rendim. colectável per capita
	(Km ²)	(Nº habit.)	Var.	(Nº estab.)	(Nº)	(Hab./ Km ²)	(Nº estab./ 10 mil hab.)	(1.000 euros/hab.)	(PT=100)
	2005	2005	2001-05	2004	2004	2005	2004	2004	2004
Alcácer	1.465,3	13.482	-5,6% ↓	455	2.552	9,2	334,0	n.d.	53,8
Grândola	807,5	14.328	-3,8% ↓	475	2.571	17,7	328,6	n.d.	59,8
Odemira	1.720,6	25.655	-1,7% ↓	732	4.049	14,9	284,4	n.d.	41,6
Santiago	1.059,8	30.069	-3,3% ↓	959	4.892	28,4	317,5	n.d.	91,7
Sines	202,6	13.645	0,5% ↑	551	5.283	67,4	404,8	n.d.	95,2
A. LITORAL	5.255,8	97.179	-2,8% ↓	3.172	19.347	18,5	324,9	18,4	69,0
ALENTEJO	31.550,9	765.971	-1,4% ↓	27.294	168.459	24,3	355,5	12,8	72,6
RP-LIS	25.964,4	4.146.098	3,9% ↑	149.577	1.244.806	159,7	362,9	17,2	137,4
País	92.117,4	10.569.592	2,1% ↑	362.898	2.898.671	114,8	344,7	13,7	100,0
A. LITORAL no Alentejo	16,7%	12,7%	-	11,6%	11,5%	76,2(*)	91,4(*)	143,7(*)	95,0(*)
A. LITORAL no País	5,7%	0,9%	-	0,9%	0,7%	16,1(*)	94,3(*)	134,8(*)	69,0(*)
Ranking: A. LITORAL nas 30 NUTS III do país	5/30	26/30	-	26/30	27/30	29/30	16/30	2/30	10/30

Nota: (*) valor em índice: 100= unidade territorial de referência.

Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005); INE, Contas Regionais (2004); DGEEP, Quadros de Pessoal(2004) e ANMP

4.3. O Litoral Alentejano posiciona-se como a única NUTS III do Alentejo com um nível de PIB per capita superior à média nacional, assumindo, apesar da pequena dimensão populacional, um papel importante no desempenho global da região.

G. 1: PIB per capita



- Apesar das fortes oscilações, o PIB per capita do Litoral Alentejano permanece como o 2º mais elevado do país ao longo dos últimos 10 anos.
- A tendência decrescente da produtividade entre 1995 e 2002, contribuiu para reduzir o diferencial positivo apresentado face à média nacional em termos de PIB per capita.
- A recuperação do PIB per capita nos últimos dois anos deve ser avaliada à luz dos novos investimentos no Porto de Sines e do dinamismo da actividade turística.

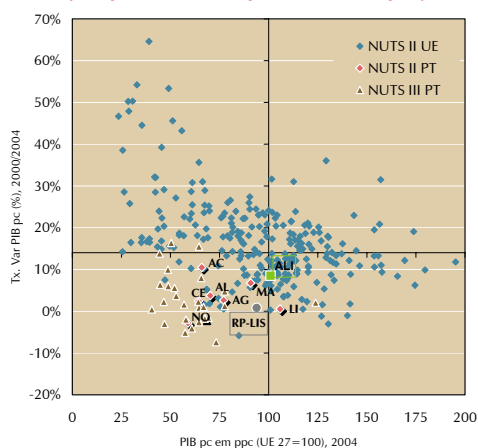
Nota: Retropolação da série base 2000 efectuada para os anos de 1995 a 1999, com base na série disponível para esses anos (base 1995).

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais.

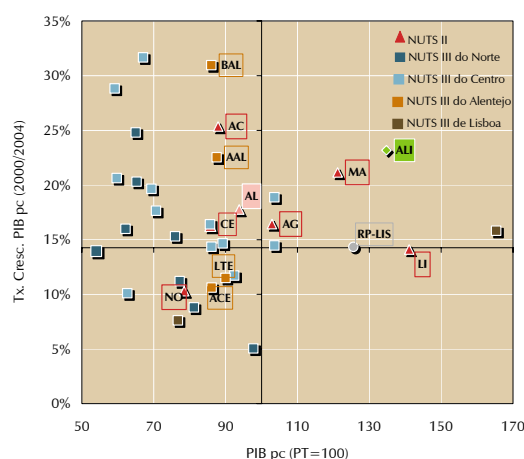
4.4. O Alentejo Litoral reforça nos últimos 4 anos o seu posicionamento no quadro regional e nacional, com uma das mais elevadas taxas de crescimento do PIB per capita do país, só comparável com a performance da Madeira.

- O crescimento do Alentejo Litoral, ainda que inferior à média dos parceiros europeus, garante um nível de vida alinhado com a média da EU 27.
- Para além do posicionamento único do Litoral Alentejano, verifica-se uma clivagem entre o Alentejo Central e a Lezíria do Tejo, que reforçam o afastamento face à média do Alentejo e do país, e o Baixo e Alto Alentejo que registam uma dinâmica assinalável.

G. 2: PIB per capita e Taxa de Crescimento do PIB per capita na Europa (em paridades de poder de compra)



G. 3: PIB per capita e Taxa de Crescimento do PIB per capita 2004

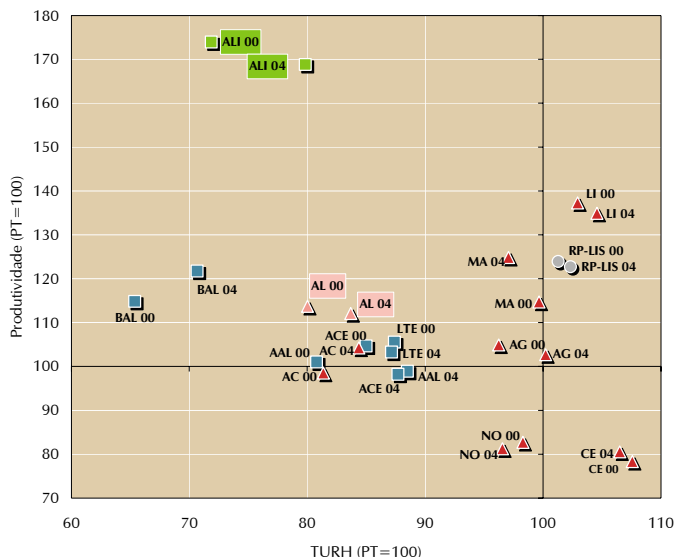


Nota: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais

Fonte: Eurostat e INE, Contas Regionais

- 4.5. O impacto positivo do nível de produtividade – o mais elevado do país em termos de NUTS III (associado, nomeadamente, a algumas unidades produtoras de grande dimensão, com forte relevância regional e nacional) – é travado pela reduzida taxa de utilização dos recursos humanos.

G. 4: Produtividade e taxa de utilização dos recursos humanos, 2000 e 2004

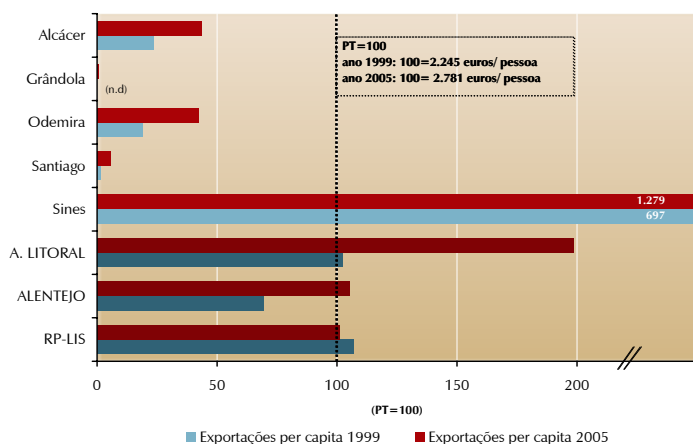


Fonte: AM&A com base em dados INE, Contas Regionais

- A taxa de utilização dos recursos humanos reflecte um peso da população em idade activa e uma taxa de actividade inferiores à média nacional, sendo no entanto de destacar o posicionamento privilegiado do concelho de Sines neste cenário, com uma população mais jovem e activa do que a média do país.
- Ainda assim, a taxa de utilização dos recursos humanos aproximou-se do registo nacional nos últimos anos, à semelhança da maioria das restantes regiões alentejanas.

- 4.6. O elevado nível de exportações per capita do Litoral Alentejano destaca-se no conjunto do país, assentando, essencialmente, na dinâmica interna do concelho de Sines, proporcionada, em grande parte, pelo complexo portuário.

G. 5: Exportações per capita



- Em 2005, o indicador exportações per capita assume no Alentejo Litoral um valor duas vezes superior ao da média nacional e regista uma forte dinâmica de crescimento 1999/2005, seguindo de perto a tendência de Sines.
- A performance deste indicador deve no entanto interpretar-se com algum cuidado dado que os resultados são muito influenciados pela baixa densidade populacional que caracteriza o Alentejo.

Nota1: A variável exportações refere-se ao valor declarado por concelho de sede dos operadores.

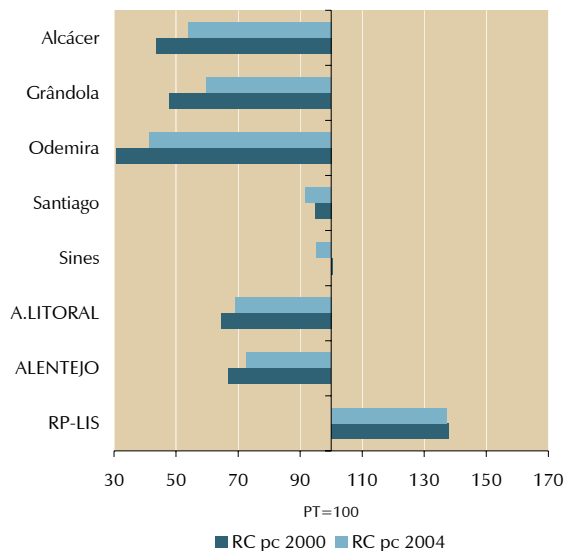
Nota2: A população de 1999 foi determinada com base na taxa de variação média anual da população intercensitária.

Nota3: Odemira e Santiago do Cacém: valores de 1999 referentes apenas a expedições (comércio intracomunitário).

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (1999 e 2005) e INE; Censos (1991 e 2001)

4.7. A comparação entre o nível de vida na perspectiva do produto e do rendimento é particularmente útil no Litoral Alentejano: a performance em termos de PIB per capita é mais favorável do que em termos de rendimento colectável per capita.

G. 6: Rendimento colectável per capita

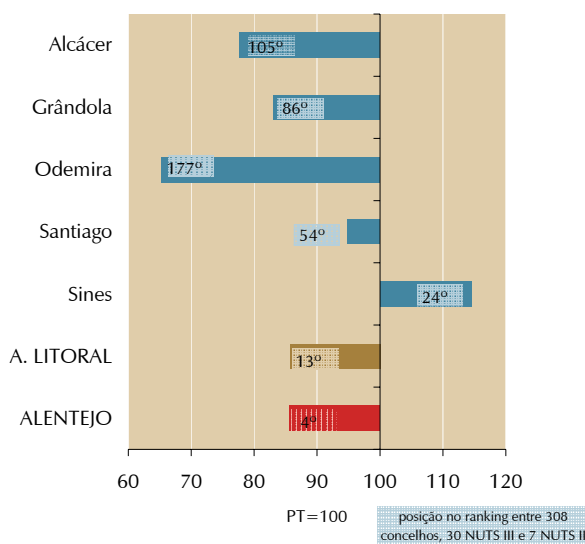


Nota: calculado com base no IRS pago.
Fonte: ANMP

- O rendimento colectável per capita do Litoral Alentejano apresenta um nível semelhante ao da região Alentejo, embora distante da média nacional e sobretudo da Região de Polarização de Lisboa.
- Neste cenário, assimetrias verificadas no Alentejo Litoral ao nível concelhio reflectem a concentração geográfica do valor económico gerado na região.

4.8. O Alentejo Litoral posiciona-se a meio do ranking de poder de compra por NUTS III, mas revela fortes disparidades internas.

G. 7: Índice de poder de compra, 2005

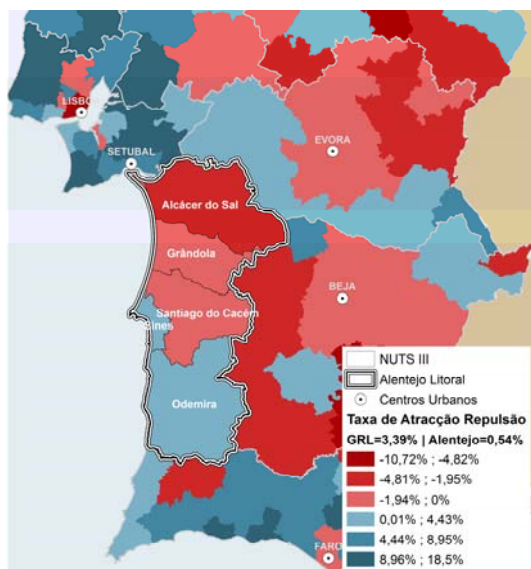


Fonte: INE, Índice de poder de compra concelhio

- Dado que o valor médio de poder de compra nacional é muito inflacionado pelos registos das duas principais zonas metropolitanas, o posicionamento do concelho de Sines acima da média nacional (24ª posição do ranking, entre 308 concelhos), é muito significativa.
- Por outro lado, os registos de Odemira e Alcácer do Sal não podem ser dissociados das características etárias e habilitacionais da população residente.

4.9. O Litoral Alentejano apresenta-se como um território repulsivo em termos populacionais, resultado da incapacidade de atrair e captar, através de oportunidades de emprego, a população polarizada pela Área Metropolitana de Lisboa.

F. 2: Taxa de atracção/ repulsão populacional, 2001-2005



Nota: Região atractiva: Tx. Atracção/Repulsão >0;
Região repulsiva: Tx. Atracção/Repulsão <0.

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Estatísticas Demográficas

- O Litoral Alentejano apresenta uma taxa de repulsão de -0,86%, o que contrasta com as taxas de atracção verificadas na maioria das outras NUTS III da Região de Polarização de Lisboa, situação em grande parte explicada por alguma dificuldade em conseguir reter a população jovem através de oportunidades de emprego.
- Sines e Odemira são os únicos concelhos com capacidade de atracção líquida positiva, enquanto os restantes acabam por deixar sair mais população em favor de outros territórios do que aquela que conseguem captar.
- Alcácer do Sal regista uma taxa de repulsão mais significativa, não tirando ainda partido da sua proximidade à Área Metropolitana de Lisboa.

ÓPTICA DO TERRITÓRIO

4.10. O Litoral Alentejano apresenta índices de urbanização muito diferenciados por concelho, sendo um território predominantemente rural em que uma parte significativa da população vive num número reduzido de freguesias urbanas, algumas das quais exercendo fortes efeitos de polarização.

- Existe alguma heterogeneidade inter-concelhia quando se procede à classificação do grau de urbanização das freguesias (note-se que este indicador depende muito da divisão administrativa dos concelhos), embora se observe uma predominância de concelhos com características vincadamente rurais (taxa de urbanização do Litoral Alentejano é de 46,7% o que corresponde a menos de 50% da população a residir em aglomerados com características urbanas).
- O concelho de Sines concentra 83,3% da população em aglomerações com características urbanas (com mais de 2.000 pessoas), apresentando uma dimensão urbana muito próxima de concelhos da Península de Setúbal, tal como Setúbal (87,1%) ou Alcochete (78,1%), assumindo-se como o principal pólo urbano do Litoral Alentejano.
- Os concelhos de Odemira (22,5% da população residente em freguesias urbanas) e Sines (91,8%) correspondem a situações extremas no contexto dos concelhos integrantes do Litoral Alentejano, apresentando o primeiro, características predominantemente rurais e o segundo, um pendor urbano mais marcado.

Q. 2: Níveis de urbanização: tipologia de freguesias e população residente Freguesias rurais e urbanas

	Nº Freguesias (2003)	Freguesias Rurais (APR)		Freguesias Urbanas (APU)		Taxa de Urbanização (2001)
		Nº freg. (1998)	%Pop Resid. (2001)	Nº freg. (1998)	% pop. Resid. (2001)	(%)
Alcácer	6	3	16,9%	2	63,8%	60,9%
Grândola	5	4	30,5%	1	69,5%	40,4%
Odemira	17	11	42,0%	2	22,5%	18,0%
Santiago	11	7	22,3%	2	57,8%	51,4%
Sines	2	1	8,2%	1	91,8%	83,3%
A. LITORAL	41	26	26,0%	8	55,8%	46,7%
Alentejo	392	273	33,3%	62	49,2%	51,3%
RP-LIS	723	279	8,7%	293	82,9%	70,7%
Portugal	4257	2102	13,6%	1025	69,6%	54,8%

Nota 1: APU: Áreas Predominantemente Urbanas, AMU: Áreas Medianamente Urbanas e APR: Áreas Predominantemente Rurais. As AMU não foram contabilizadas, obtendo-se por diferença.

Nota 2.: Taxa de Urbanização=Pop.Residente em lugares com 2000 habitantes ou mais/Pop.Residente Total.
Fonte: INE, Censos 2001 e INE, Tipologia de Áreas Urbanas aprovadas pelo CSE, 1998

4.11. O uso do solo no Litoral Alentejano revela algumas diferenças concelhias em que sobressaem a utilização industrial do pólo de Sines e a afectação turística do território.

- Destacam-se Alcácer do Sal e Grândola com a mais elevada proporção do solo urbano destinada a fins turísticos e Sines com cerca de 76% do solo urbano afecto à utilização industrial.
- A maior afectação relativa de território concelhio a solo urbano acontece em Sines (15%).

Q. 3: Ordenamento do território, 2005

	% de solo urbano(*) na área total	Usos do solo identificados no perímetro urbano por tipologia (% face ao Solo Urbano)				Serviços e restrições (% face à área total do concelho)	
		Espaços Urbanos e Urbanizáveis	Equipamentos e parques urbanos	Indústria	Turismo	% RAN	%REN
Alcácer	1%	57%	1%	8%	34%	-	33%
Grândola	3%	32%	20%	5%	43%	-	44%
Odemira	1%	86%	8%	1%	5%	-	37%
Santiago	2%	76%	4%	15%	5%	-	26%
Sines	15%	11%	-	76%	12%	7%	39%
A. LITORAL	2%	43%	7%	30%	20%	-	35%
ALENTEJO	2%	58%	5%	28%	9%	-	-
RP-LIS	8%	72%	8%	15%	5%	-	-
CONTINENTE (**)	7%	79%	6%	12%	3%	-	-

Nota: (*) aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreende os terrenos urbanizados ou cuja a urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano. É definido ao nível de PDM.

(**) Dados não disponíveis para alguns concelhos, implicando a sub-avaliação desta unidade territorial.

Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (segundo dados da DGOTDU)

4.12. Uma vasta área do território do Litoral Alentejano tem utilização condicionada pelos planos de ordenamento de Áreas Protegidas e pelo plano sectorial da Rede Natura 2000, reflectindo uma elevada biodiversidade e riqueza natural.

F. 3: Condicionantes territoriais – Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas



Nota: •REDE NATURA 2000: Zonas de Protecção Especial (Directiva Aves) e Sítios da Lista Nacional de Sítios e de Importância Comunitária – SIC (Directiva Habitats).

Fonte: ICN

- REDE NATURA 2000:
 - ZPE Lagoa de Sto. André;
 - ZPE Lagoa da Sancha;
 - ZPE Estuário do Sado;
 - ZPE Açude da Murta;
 - ZPE Costa Sudoeste;
 - Sítio Cabrela;
 - Sítio Estuário do Sado;
 - Sítio Comporta/Galé;
 - Sítio Costa do Sudoeste;
 - Sítio Monchique.
- ÁREAS PROTEGIDAS:
 - Reserva Natural do Estuário do Sado;
 - Reserva Natural das Lagoas de Sto. André e da Sancha;
 - Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

4.13. Os indicadores ambientais são favoráveis no Litoral Alentejano, com excepção da recolha selectiva de resíduos urbanos que apresenta ainda valores relativamente incipientes.

- Os concelhos do Litoral Alentejano apresentam globalmente valores satisfatórios no capítulo do saneamento básico, quando comparados com o referencial nacional.
- Apenas 2% dos resíduos urbanos são recolhidos selectivamente na região, enquanto que em Portugal esse valor atinge 6%. Odemira regista valores relativamente incipientes no capítulo do saneamento básico, contudo apresenta 100% das suas águas residuais tratadas.

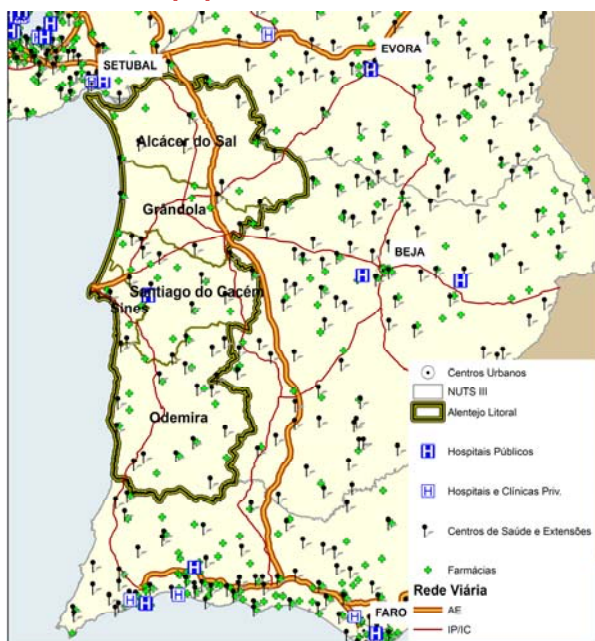
Q. 4: Indicadores de saneamento e ambiente, 2005

Localização geográfica	% de resíduos urbanos recolhidos selectivamente	% da população servida por:			% de águas residuais tratadas
		sistemas de abastecimento de água	sistemas de drenagem de águas residuais	estações de tratamento de águas residuais	
Alcácer	2%	98%	90%	50%	100%
Grândola	1%	96%	84%	84%	100%
Odemira	2%	60%	56%	56%	100%
Santiago	2%	97%	81%	81%	100%
Sines	3%	98%	95%	80%	98%
A. LITORAL	2%	87%	78%	70%	99%
Alentejo	4%	95%	84%	70%	86%
CONTINENTE	6%	92%	78%	65%	65%

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais; INE, Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico

4.14. A população residente na região é, em geral, bem servida por um conjunto de equipamentos de saúde, que conferem ao Litoral Alentejano boas condições de coesão territorial.

F. 4: Equipamentos de saúde, 2002



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

- Apesar do Litoral Alentejano não apresentar uma elevada densidade de equipamentos de saúde, apresenta-se bem equipado, registando-se a existência de um Hospital Público (em Santiago do Cacém – “Hospital do Litoral Alentejano”), 41 Centros de Saúde e respectivas extensões e 38 Farmácias.
- Por outro lado, a posição central do Litoral Alentejano e a dotação de boas redes viárias facilita à respectiva população a acessibilidade, quando necessária, a outros equipamentos de saúde localizados nas grandes aglomerações urbanas vizinhas, como Setúbal, Lisboa, Beja, Évora ou Faro.

4.15. Os indicadores no domínio da saúde são favoráveis ao nível do acesso a equipamentos, acusando, contudo, a carência de médicos e enfermeiros ao serviço na região.

- O peso da população residente em freguesias equipadas com centro de saúde e farmácias ou postos de medicamentos supera o nível de acesso do Alentejo e do País.
- A proporção de enfermeiros e médicos é de apenas 1,9 e 1,0 por mil habitantes, respectivamente, situando a região num patamar desfavorável face ao país e região Alentejo.
- Santiago do Cacém regista níveis de profissionais de saúde mais alinhados com o Alentejo.

Q. 5: Indicadores de saúde

Localização geográfica	População residente em freguesias com Centro de Saúde ou Extensão(%)	População residente em freguesias com farmácia ou posto de medicamentos	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Consultas por habitante
Ano	2002		2005		
Alcácer	100%	96%	0,9	0,4	2,6
Grândola	98%	92%	1,6	0,9	2,6
Odemira	89%	83%	0,9	0,5	2,3
Santiago	98%	93%	3,6	1,6	2,6
Sines	100%	100%	1,5	1,3	2,3
A. LITORAL	96%	92%	1,9	1,0	2,5
ALENTEJO	88%	84%	3,6	1,9	3,5
CONTINENTE	74%	80%	4,5	3,5	3,9

Fonte: INE, Carta de Equipamentos do Alentejo; INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde; INE, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde

4.16. A região acusa ainda a carência de alguns equipamentos colectivos, designadamente na área da acção social, necessários para garantir níveis de coesão social mais elevados.

- Os equipamentos de desporto, cultura e lazer disponíveis, com excepção de bibliotecas, garantem um nível de cobertura superior ao do Alentejo e do país.
- A população residente em freguesias equipadas com creche e lar de idosos cifra-se em cerca de 62% e 47% do total, respectivamente, enquanto que no país atinge já 67% e 58%.
- Odemira é o concelho com maiores debilidades ao nível das infra-estruturas de desporto, cultura, lazer e acção social.
- Diversos concelhos apresentam ainda carências de equipamentos específicos.

Q. 6: Indicadores de acessibilidade a equipamentos diversos, 2002

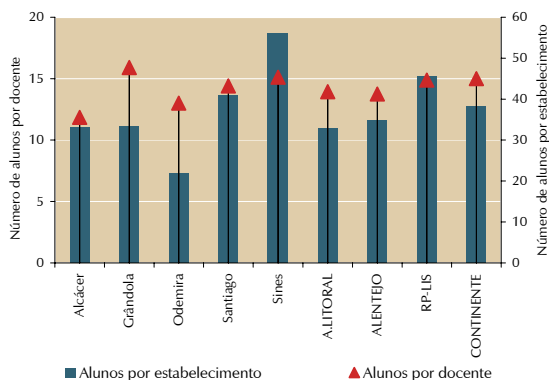
Localização geográfica	Percentagem da população residente em Freguesias servidas por equipamentos de:							
	Desporto			Cultura e Lazer		Acção social		
	Piscina	Campo de Jogos Descoberto	Pavilhão Desportivo ou Ginásio	Sala de Espectáculo/ Conferência/ Congressos	Biblioteca Aberta ao Público	Creche	Lar de Idosos	Centro de dia
Alcácer	49%	100%	83%	96%	30%	100%	53%	100%
Grândola	82%	98%	76%	98%	70%	76%	70%	100%
Odemira	19%	93%	38%	45%	14%	5%	35%	54%
Santiago	58%	99%	77%	61%	30%	72%	23%	99%
Sines	92%	100%	92%	100%	100%	92%	92%	92%
A. LITORAL	55%	98%	70%	73%	41%	62%	47%	86%
ALENTEJO	46%	95%	61%	61%	48%	61%	62%	77%
CONTINENTE	46%	93%	65%	58%	44%	67%	58%	71%

Fonte: INE, Carta de Equipamentos do Alentejo

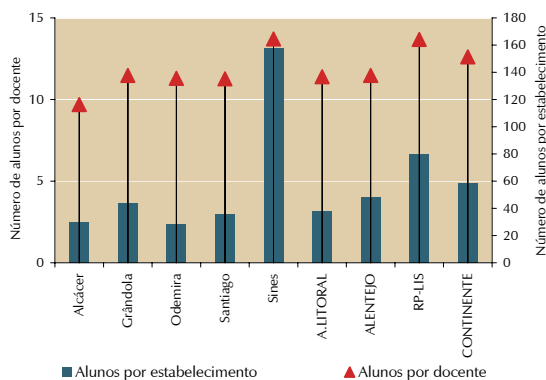
4.17. O Litoral Alentejano apresenta um número de alunos por estabelecimento e um rácio de alunos por docente inferior à média nacional.

- O número de alunos por estabelecimento no Litoral Alentejano é inferior a média da região Alentejo e do país em todos os níveis de ensino.
- O rácio alunos/docente do Litoral Alentejano é semelhante ao da região Alentejo, e inferior em todos os níveis ao rácio médio nacional.
- Sines apresenta uma dimensão média dos estabelecimentos e rácios alunos/docente superiores à média nacional para todos os níveis de ensino.

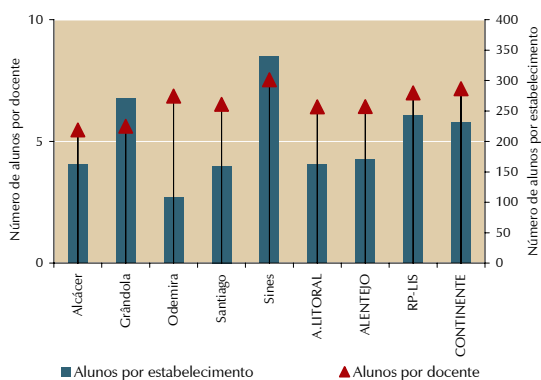
G. 8: Alunos por docente e por estabelecimentos (2004/05) – Pré-escolar



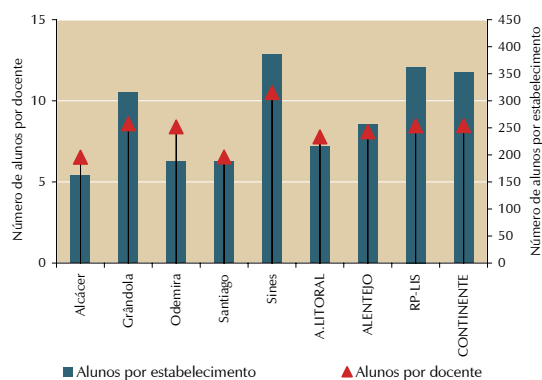
G. 9: Alunos por docente e por estabelecimentos (2004/05) – 1º ciclo



G. 10: Alunos por docente e por estabelecimentos (2004/05) – 2º ciclo



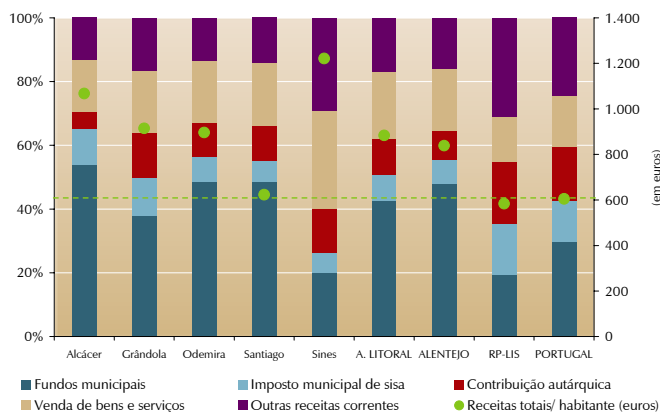
G. 11: Alunos por docente e por estabelecimentos (2004/05) – 3º ciclo e secundário



Fonte: Ministério da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Observatório da Ciência e do Ensino Superior

4.18. Existe uma maior dependência dos municípios do Litoral Alentejano relativamente às transferências do Estado quando comparada com a média nacional, com exceção de Sines que revela uma maior capacidade em gerar receitas próprias.

G. 12: Finanças municipais, 2004
Principais componentes das receitas correntes (%) e receitas totais per capita



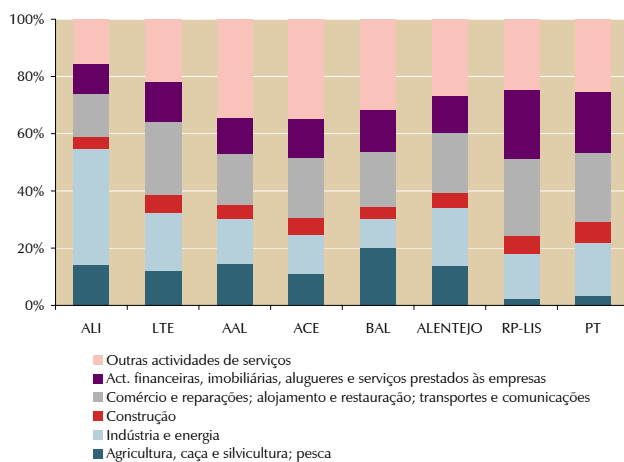
Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (segundo o Mapa de controlo orçamental das Câmaras Municipais)

- Embora os concelhos do Litoral Alentejano revelem (à exceção de Sines) uma maior dependência das transferências do Estado, a maior parte apresenta um nível de receitas totais per capita superior à média do país. Sines destaca-se com um valor de receitas per capita que duplica o valor médio do país.
- Grândola regista uma proporção do imposto municipal de sisa e da contribuição autárquica no total das receitas correntes superior à média nacional.

ÓPTICA DAS EMPRESAS

4.19. O Litoral Alentejano apresenta uma estrutura produtiva bastante diferenciada face ao Alentejo, Região de Polarização de Lisboa e Portugal, devido ao peso proeminente de sectores afectos à indústria e energia presentes no pólo industrial de Sines.

G. 13: Estrutura do VAB por sector de actividade, 2004



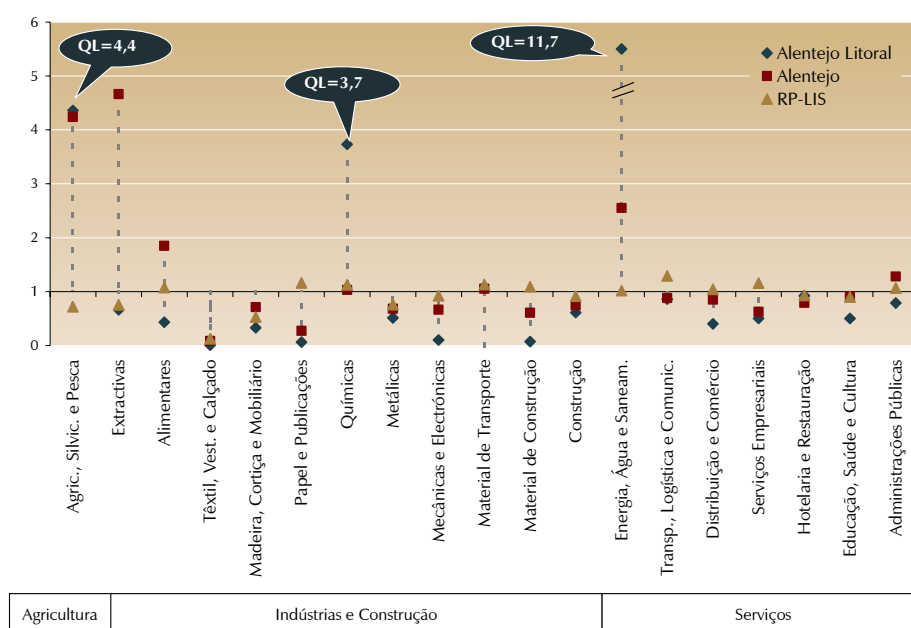
Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- O Litoral Alentejano apresenta uma estrutura produtiva muito incidente no sector da indústria e energia, nomeadamente nos sectores da produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente; fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear e fabricação de produtos químicos.
- Para além disso, o peso da agricultura e pesca também é substancialmente mais elevado (14%) face aos referenciais da Região de Polarização de Lisboa (2%) e do país (3%), embora seja idêntico ao peso evidenciado pela região Alentejo.

4.20. O pólo industrial de Sines tem um papel destacado na definição dos sectores de especialização do Litoral Alentejano, onde se inclui a energia, água e saneamento, as indústrias químicas e, também, a agricultura.

- No perfil de especialização produtiva do Litoral Alentejano face ao referencial nacional, evidenciam-se os sectores ligados à agricultura, às indústrias químicas e, de forma ainda mais destacada, a energia, água e saneamento.
- O papel do pólo industrial de Sines assume um efeito significativo na explicação do mais elevado contributo que estes sectores (excepto a agricultura) assumem na formação do VAB total da região, quando comparado com o evidenciado à escala nacional.
- Os sectores de especialização do Litoral Alentejano coincidem com os do Alentejo nos sectores ligados à agricultura e às utilities (energia, água e saneamento) e constituem uma especialização "divergente" face ao Alentejo no caso das indústrias químicas.

G. 14: Quociente de localização do VAB, 2003

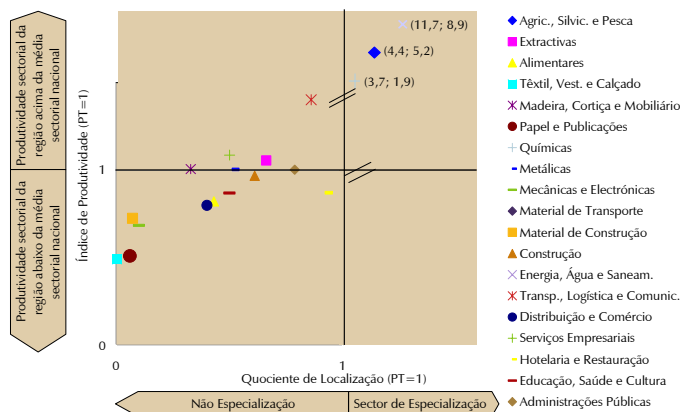


Nota: O Quociente de Localização (QL) pode ser utilizado como indicador do grau de especialização produtiva de uma determinada região face ao país. Assim: se $QL > 1$, o sector tem maior peso na região do que a nível nacional; se $QL < 1$, o sector tem menor peso nessa região do que a nível nacional.

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais 2003

4.21. A região apresenta maior eficiência produtiva nos sectores em que tem vindo a afirmar a sua especialização, como a energia, água e saneamento, seguido da agricultura, silvicultura e pesca e indústrias químicas. A grande maioria dos restantes sectores apresenta ambos os índices de especialização e produtividade abaixo da referência nacional.

G. 15: Produtividade dos sectores e respectivo grau de especialização, 2003



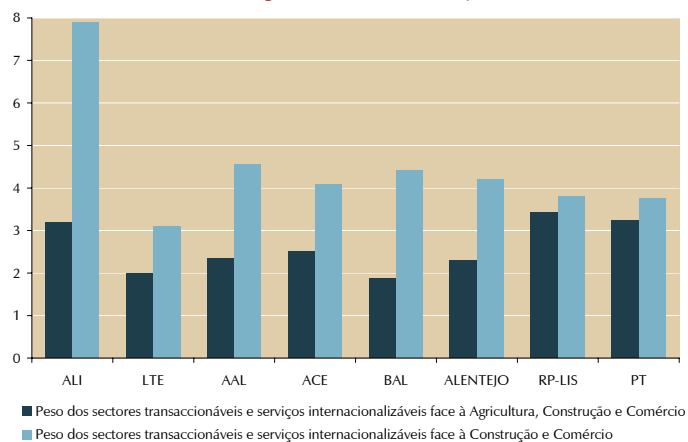
Nota: No 1º. Quadrante, estão indicados os sectores de especialização da região que apresentam índices de produtividade acima da média nacional; No 2º. Quadrante, estão indicados os sectores de não especialização da região que apresentam índices de produtividade acima da média nacional; No 3º. Quadrante, estão indicados os sectores de não especialização da região que apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional; No 4º. Quadrante, estão indicados os sectores de especialização da região que apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional.

Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- O cruzamento da informação sobre a produtividade de cada sector e o respectivo grau de especialização face ao país, permite verificar que estes índices estão positivamente relacionados.
- Os sectores da Energia, Água e Saneamento, Agricultura e Pesca e Indústrias Químicas destacam-se, ao apresentarem quocientes de localização elevados e índices de produtividade bem acima da média nacional.
- Note-se que o sector de Transportes, Logística e Comunicações apresenta um índice de produtividade substancialmente superior à média nacional, embora se posicione como sector de sub-especialização.

4.22. O peso do VAB associado a sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis é bastante superior ao peso dos sectores da construção e do comércio, sendo este um factor positivo para a sustentabilidade e desenvolvimento económico do Litoral Alentejano.

G. 16: Relação: sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis face à agricultura, construção e comércio, 2003

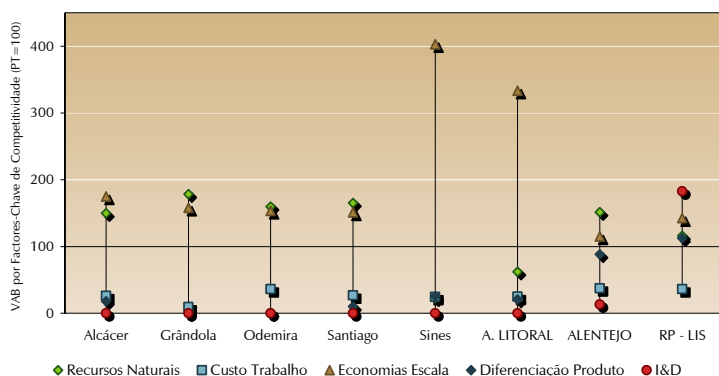


Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- A relação entre o valor criado pelos sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis (i.e., cuja actuação e capacidade de penetração no mercado não se confinam necessariamente à proximidade física e que podem competir à escala nacional e/ou internacional) face à relevância dos sectores com maior vínculo à localização física (construção, comércio e serviços de proximidade) permitem aferir do potencial de competitividade da região.
- Face à Região de Polarização de Lisboa, o Litoral Alentejano possui um tecido produtivo pouco dependente das actividades económicas mais tradicionais como a construção e o comércio, embora a agricultura seja ainda um sector muito relevante para esta região – o que não constitui um factor desfavorável dado o índice de produtividade a ele associado.

4.23. O perfil de especialização industrial do Litoral Alentejano evidencia algumas características de um modelo de industrialização competitivo mas onde ainda se destaca a pouca expressividade no contributo para a criação de valor de indústrias sustentadas pela diferenciação do produto e pelo esforço de investimento em I&D.

G. 17: Especialização da indústria por factores-chave de competitividade, 2003



Nota 1: o indicador representa o grau de especialização produtiva de uma dada região face ao País, com base no VAB industrial (PT=100). Se >100, o sector tem maior peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país. Se <100, o sector tem menor peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país.

Nota 2: **Factor-Chave de Competitividade - Rec. Naturais:** I. alimentares e bebidas, I. tabaco, Fab. pasta, papel e cartão, etc.. **Custo do Trabalho:** Fab. têxteis, I. Calçado, etc.. **Economias de Escala:** Fab. coque, Prod. Petrolíferos, Fab. Produtos Químicos, Fab. artigos borracha e matérias plásticas, Fab. veículos automóveis, etc..

Diferenciação do produto: Fab. máquinas e equipamentos, apar. eléctricos, apar. rádio, televisão e comunicação, etc.. **I&D:** Prod. Farmacêuticos, máq. escritório e equip. p/ tratamento automático da informação, etc..

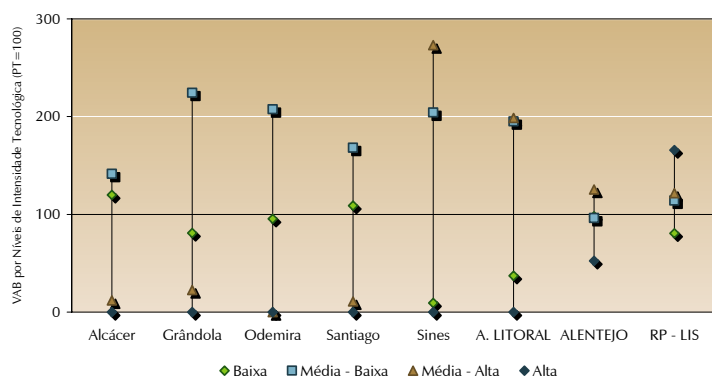
Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

- O Litoral Alentejano distingue-se face ao país pela maior intensidade do contributo para a formação do VAB de indústrias cujo principal factor de competitividade assenta na capacidade de maximizar a escala produtiva, o que não é alheio à tipologia de indústria preponderante no concelho de Sines.

- As economias de escala e a exploração de recursos naturais apresentam-se como factores-chave de competitividade complementares na especialização industrial da generalidade dos concelhos (ainda que, no conjunto da região, as indústrias orientadas para a exploração de recursos naturais representem um contributo para a formação do VAB industrial equiparado à média nacional), sendo em todos os concelhos patente a sub-especialização em indústrias que incorporam uma lógica de diferenciação do produto e de I&D, o que é revelador de um modelo competitivo com algumas debilidades na aplicação do progresso científico e na gestão da propriedade industrial (patentes).

4.24. No processo produtivo inerente ao perfil de especialização industrial do Litoral Alentejano prevalece uma incorporação tecnológica de nível médio-alto e médio-baixo.

G. 18: Especialização da indústria por graus de intensidade tecnológica, 2003



Nota 1: o indicador representa o grau de especial. produtiva de uma região face ao País, com base no VAB industrial (PT=100). Se >100, o sector tem maior peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país. Se <100, o sector tem menor peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país.

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

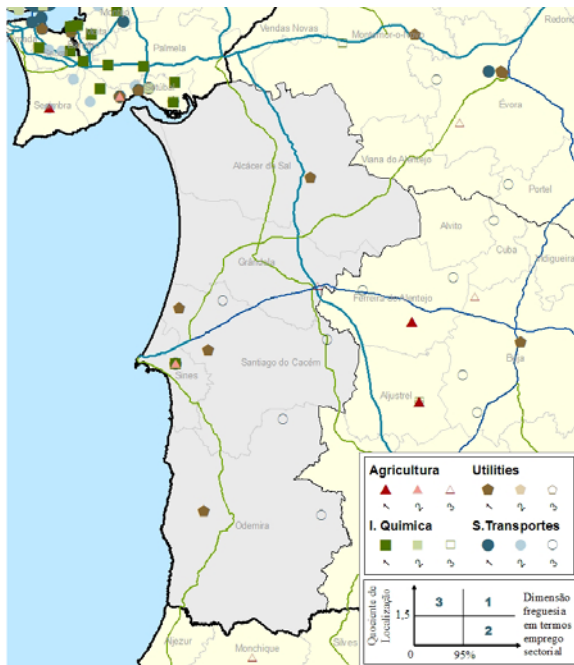
- A incorporação tecnológica de nível médio-baixo assume maior preponderância na formação do VAB industrial de todos os concelhos do Litoral Alentejano do que do resto do País.

- O complexo industrial de Sines, ao polarizar o perfil de especialização industrial do litoral alentejano em torno da indústria química, orienta-o, por consequência, em torno da exploração de recursos competitivos ligados à maximização de economias de escala e de uma correspondente incorporação tecnológica de nível médio-baixo.

Nota 2: **Níveis de intensidade tecnológica - Alta:** Aeronáutica, aeroespacial, P. farmacêuticos, comput. e equip.inform. e escritório, equip. telecomunicações, inst. médicos, ópticos e de precisão; **Média-Alta:** Máq. e apar. eléctricos, veíc. automóveis, ind. químicas, equip. ferroviário, máq. e equip.; **Média-Baixa:** Coque, prod. refinados petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, prod. minerais não metálicos, const. e rep. naval, metalurgias base, prod. Metálicos; **Baixa:** Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vest., couro e calçado, prod. aliment., bebidas e tabaco, madeira, mobil. e cortiça.

4.25. Sines concentra geograficamente a presença dos sectores económicos em que a região evidencia um nível de especialização face ao país (em termos do VAB): a agricultura, as *utilities* (energia, água e saneamento), a indústria química e os serviços de transporte.

F. 1: Localização dos principais sectores de especialização produtiva

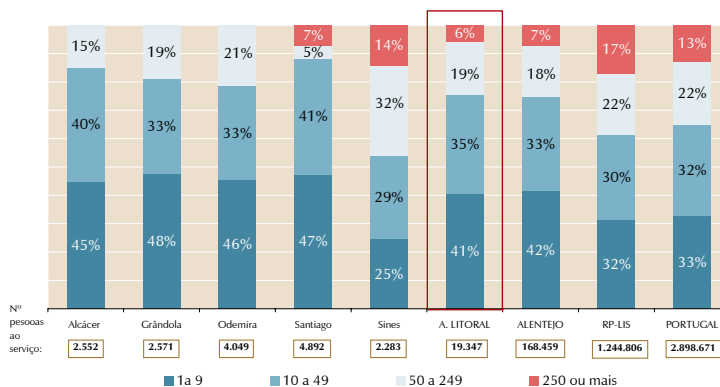


Fonte: AM&A com base nos dados do DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- Sines concentra a generalidade das actividades em que o Alentejo Litoral evidencia maiores níveis de especialização e de relevância nacional, com excepção para as *utilities* que se encontram distribuídas por Santiago do Cacém, Odemira, Sines, e Alcácer do Sal.
- No caso dos serviços de transporte, apesar de se concentrarem em Sines os maiores níveis de especialização e de relevância nacional, encontram-se igualmente em Odemira e em Santiago do Cacém alguns pólos onde este sector evidencia níveis de especialização elevados mas com uma dimensão sem relevância ao nível do emprego do sector.

4.26. O tecido empresarial do Litoral Alentejano apresenta-se mais atomizado do que a média nacional, sendo também mais reduzida a concentração do emprego em estabelecimentos de grande dimensão.

G. 19: Distribuição do emprego por dimensão do estabelecimento, 2004



Nota: não inclui Agricultura nem Administração Pública.
Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O Litoral Alentejano apresenta uma estrutura de emprego por escalão de dimensão dos estabelecimentos distinta da verificada ao nível do país, devido a uma maior concentração do emprego em micro e pequenas empresas e, em simultâneo, a uma menor capacidade de empregar recursos em empresas com dimensão superior a 250 pessoas ao serviço.
- A presença de empresas com um número de pessoas ao serviço superior a 250 apenas se faz notar nos concelhos de Santiago do Cacém e Sines.

4.27. O Litoral Alentejano beneficia da reduzida concentração do emprego, factor gerador de menor impacte no mercado laboral em caso de deslocalização de empresas para outros territórios.

Q. 7: Peso dos 5 maiores estabelecimentos por concelho no respectivo emprego total, 2004

Localização	Sectores de Actividade	Peso dos 5 maiores estab. no emprego do concelho
Alcácer do Sal	Educação, Saúde e Cultura, Alimentares, Hotelaria e Restauração	14,8%
Grândola	Hotelaria e Restauração, Educação, Saúde e Cultura, Construção	17,0%
Santiago do Cacém	Serv. Empresariais, Educação, Saúde e Cultura, Energia, Água e Saneamento, Comércio e Distribuição	12,7%
Sines	Químicas, Metálicas, Energia, Água e Saneamento, Serv. Empresariais, Metálicas	24,0%
Odemira	Agricultura, Serv. Empresariais, Educação, Saúde e Cultura	14,0%

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O concelho de Sines é o que apresenta maior nível de concentração empresarial, embora este não seja elevado (cerca de 24% do pessoal ao serviço está integrado nos 5 maiores estabelecimentos).
- As 20 maiores empresas do Litoral Alentejano concentram apenas 18,7% do emprego total, dedicando-se essencialmente à Indústria Química, Indústria Metálica, Energia, Agricultura e Serviços às Empresas.

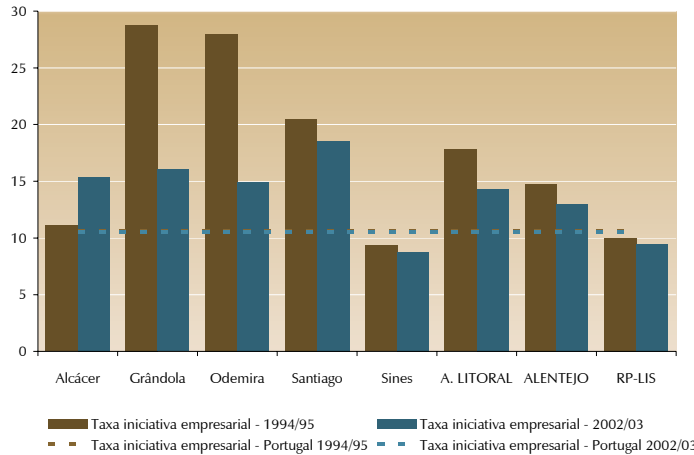
Q. 8: Top 20 maiores estabelecimentos do Litoral Alentejano, 2004

Ranking	Nome do Estabelecimento	Sector de Actividade	Dimensão (nº. de pessoas ao serviço)	Natureza Jurídica	Concelho
1	Borealis Polímeros Lda	Químicas	250 ou mais	Quotas	Sines
2	Sadocivil Emp. Trabalho Temporário Lda	Serv. Empresariais	250 ou mais	Quotas	Santiago
3	Semisul Lda	Metálicas	250 ou mais	Quotas	Sines
4	CPPE Comp. Portuguesa de Produção de Electricidade SA	Energia, Água e Saneamento	entre 50 a 250	Anónima	Sines
5	Iberian Salads Agricultura Lda	Agríc., Silvíc. e Pesca	entre 50 a 250	Quotas	Odemira
6	CBND Emp. de Trabalho Temporário Lda	Serv. Empresariais	entre 50 a 250	Quotas	Sines
7	Torralt Club Internacional de Férias SA	Hotelaria e Restauração	entre 50 a 250	Anónima	Grândola
8	Compelmada Internacional Comp. Int. Const. Manut. Industriais SA	Metálicas	entre 50 a 250	Anónima	Sines
9	Sta Casa da Misericórdia de Sines	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 a 250	Assoc. de Benefec. e Humanit.	Sines
10	Sta Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 a 250	Assoc. de Benefec. e Humanit.	Santiago
11	Rais Emp. de Trabalho Temporário Lda	Serv. Empresariais	entre 50 a 250	Quotas	Sines
12	Instituto Nossa Senhora de Fátima	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 a 250	Pessoa Colectiva Religiosa	Odemira
13	Vinsa Seguranca Lda	Serv. Empresariais	entre 50 a 250	Quotas	Sines
14	Frupor Soc. Agro Industrial SA	Agríc., Silvíc. e Pesca	entre 50 a 250	Anónima	Odemira
15	EMSUAS Emp. Municipal Serviços Urbanos Alcácer Sal EM	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 a 250	Empresa Pública	Alcácer
16	Sta Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 a 250	Assoc. de Benefec. e Humanit.	Alcácer
17	Madeimovel MI Fabricante de Portas e Perfis SA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 a 250	Anónima	Sines
18	Sta Casa da Misericórdia de Grândola	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 a 250	Assoc. de Benefec. e Humanit.	Grândola
19	Nett Nova Emp. Trabalho Temporário Unipessoal Lda	Serv. Empresariais	entre 50 a 250	Quotas	Sines
20	Sérgio Manuel Quintas Nicolau	Agríc., Silvíc. e Pesca	entre 50 a 250	Empresário em Nome Individual	Odemira

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

4.28. Forte heterogeneidade concelhia dos níveis de iniciativa empresarial, sendo mais frequente uma tendência de redução da iniciativa empresarial entre os dois períodos analisados, ao contrário do que acontece no espaço de referência da Região Alargada de Polarização de Lisboa.

G. 20: Taxa de iniciativa empresarial



Nota: Taxa iniciativa empresarial = nº empresas novas na região X / emprego total na região X (em per milagem).

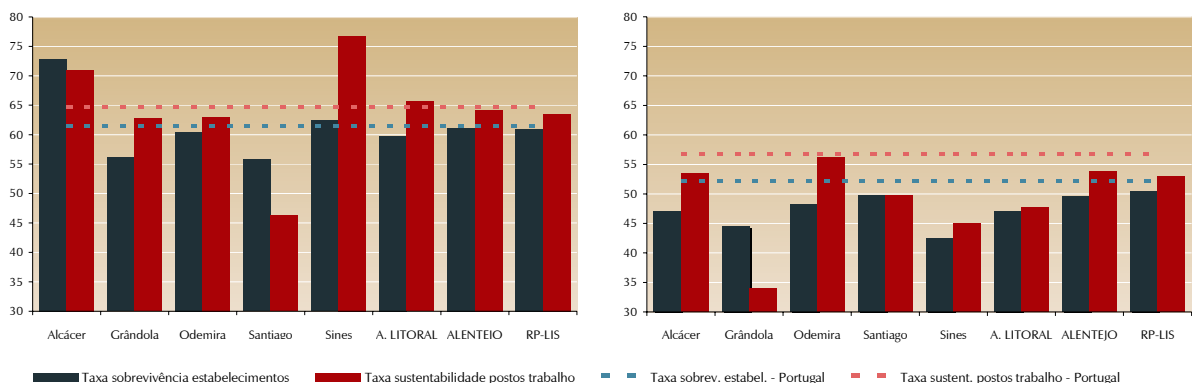
Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

- por cada 1000 pessoas empregadas, foram criadas 14 novas empresas, no Litoral Alentejano em 2002/03. Este valor cifra-se, a nível nacional, nas 11 empresas.
- Esta taxa de iniciativa empresarial de 14‰ no Litoral Alentejano supera em 2002/03 os níveis médios da Região de Polarização de Lisboa (próximo de 10‰), embora tenha sofrido uma quebra face a 1994/95 (de 17,8‰ para 14,4‰), contrária à estabilização iniciada por aquela grande região (de 10,0‰ para 9,5‰).
- Concelhos de Grândola e Odemira apresentam em 1994/95, taxas mais elevadas de iniciativa empresarial e coincidem com os que sofrem quebras mais significativas deste indicador em 2002/03.

4.29. Aumento dos níveis de insucesso empresarial e da consequente dificuldade de sustentação de postos de trabalho mais intenso no Litoral Alentejano do que no país.

- Decréscimo dos níveis de sucesso empresarial entre 1994/95 e 1999/00 foi mais acentuado nos concelhos do Litoral Alentejano do que no país.
- No Litoral Alentejano, 47% dos estabelecimentos criados em 1999/00 mantiveram-se em funcionamento durante, pelo menos, 3 anos, sustentando 48% dos postos de trabalho criados nesse período, resultados que se apresentam menos favoráveis do que a média nacional.

G. 21: Taxa de sobrevivência de estabelecimentos e sustentabilidade de postos de trabalho em 1997/98 dos estabelecimentos criados 3 anos antes em 2002/03 dos estabelecimentos criados 3 anos antes



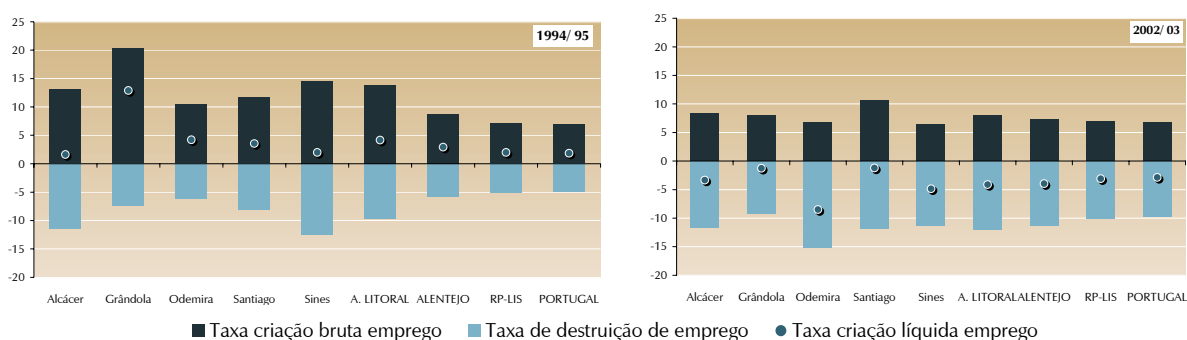
Nota: Taxa sobrevivência estab. a 3 anos = (nº estab. novos na região X que atingem o 3º ano de vida) / nº estab. novos na região X; Taxa sustent. dos postos trabalho a 3 anos = (emprego nos estab. novos na região X que atingem o 3º ano de vida) / emprego nos estab. novos na região X.

Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

4.30. Inversão da capacidade líquida de criação de postos de trabalho, sugerindo níveis significativos de insucesso empresarial, associados à degradação significativa da situação conjuntural de um período (de retoma) face a outro período (epicentro da crise actual).

- No Litoral Alentejano, a destruição de emprego associada ao encerramento de estabelecimentos superou, em 2002/03, a criação de emprego induzida pelos novos estabelecimentos, cifrando-se a taxa de criação líquida de emprego nos - 4,1%.
- O aumento da taxa de destruição de emprego concelhia entre os dois períodos em análise foi mais acentuado em Odemira.

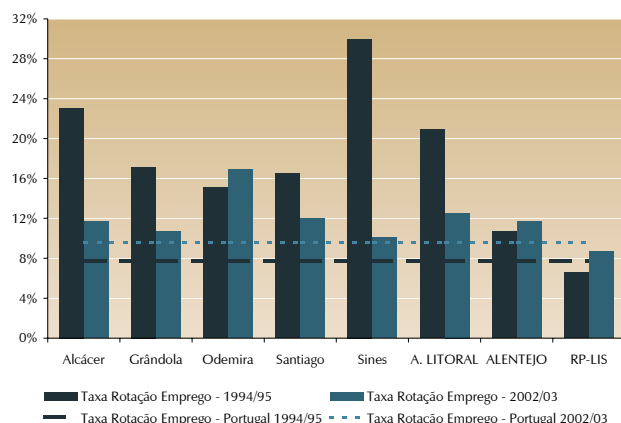
G. 22: Taxa de criação/ destruição de emprego



Nota: Taxa criação bruta de emprego = emprego nos estabelecimentos novos na região X/ emprego total na região X; Taxa de destruição de emprego = emprego nos estabelecimentos encerrados na região X/ emprego total na região X; Taxa de criação líquida de emprego = (emprego nos estabelecimentos novos na região X – emprego nos estabelecimentos encerrados na região X)/ emprego total na região X.
 Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

4.31. Estabilidade do emprego colocada em causa de forma mais notória nos concelhos do Litoral Alentejano do que a nível nacional, embora convergindo para o padrão nacional.

G. 23: Taxa de rotação do emprego em empresas



- Postos de trabalho envolvidos em processos de turbulência (encerramento e criação de empresas) representavam 12,5% do total de postos de trabalho do Litoral Alentejano em 2002-03.
- Concelhos integrantes do Litoral Alentejano apresentam em geral uma tendência de redução dos níveis de turbulência no emprego claramente contrária à tendência de subida verificada no País.
- Sines apresenta a maior quebra na taxa de rotação do emprego entre os dois períodos em análise.

Nota: Taxa de rotação do emprego = (emprego nas empresas novas na região X + emprego nas empresas encerradas na região X) / emprego total na região X.

Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

4.32. Os rácios de produtividade e rendibilidade das empresas do Litoral Alentejano apresentam valores superiores aos dos rácios das empresas do país.

- Com excepção dos rácios de financiamento, os rácios determinados para as empresas da região exibem valores em linha ou superiores aos apresentados pelas empresas do Alentejo.
- Destacam-se as empresas de Grândola, Santiago do Cacém e Sines, com produtividades superiores à produtividade média da região.
- No que diz respeito à rendibilidade (a capacidade da empresa produzir a baixo custo e/ou de vender a preços elevados), salienta-se o desempenho das empresas de Alcácer do Sal.

Q. 9: Rácios financeiros do tecido empresarial do Litoral Alentejano, 2004

	Alcácer	Grândola	Odemira	Santiago	Sines	A. LITORAL	Alentejo	RP-LIS	Portugal
Produtividade Global	2,009	2,405	2,286	2,441	2,373	2,311	2,298	2,105	2,243
Rotação do Activo	0,610	0,752	0,860	0,873	0,956	0,830	0,797	0,951	0,925
Autonomia Financeira	0,275	0,211	0,182	0,234	0,209	0,212	0,233	0,213	0,216
Liquidez Geral	1,256	1,032	1,003	1,030	1,013	1,042	1,112	1,176	1,184
Rendibilidade Líquida dos Capitais Próprios	10,0%	9,2%	8,9%	7,6%	8,0%	8,9%	8,3%	8,6%	8,4%
Rendibilidade Líquida das Vendas	2,8%	1,3%	1,3%	1,4%	1,6%	1,5%	1,5%	1,3%	1,2%

Nota: Os valores apresentados referem-se à mediana.

Fonte: DGITA, 2004


4.33. Com excepção da Agricultura, do Têxtil, da Madeira, das Químicas e do Material de Transporte, todos os sectores de actividade no Alentejo Litoral apresentam uma Produtividade Global cujo diferencial em relação ao padrão nacional é favorável ou neutro.


- As Extractivas e a Distribuição e Comércio são os únicos sectores de actividade cujos rácios financeiros nunca apresentam diferenças desfavoráveis face à referência nacional. Destaque-se, ainda, que as Extractivas registam rendibilidades líquidas de dois dígitos.
- As empresas do sector químico apresentam rácios financeiros cujo diferencial face ao padrão nacional é desfavorável apesar de este ser um sector de especialização do Litoral Alentejano.


Qdr. 1: Rácios Financeiros por Sector de Actividade (2004)

	Produtividade e Global		Rotação do Activo		Autonomia Financeira		Liquidez Geral		Rendibilidade e Líquida dos Capitais Próprios		Rendibilidade e Líquida das Vendas	
	Alentejo Litoral	PT	Alentejo Litoral	PT	Alentejo Litoral	PT	Alentejo Litoral	PT	Alentejo Litoral	PT	Alentejo Litoral	PT
Agric., Silvíc. e Pesca	1,475	1,669	0,360	0,313	0,215	0,184	0,937	0,951	8,7%	6,0%	3,3%	1,8%
Extractivas	2,197	2,097	0,574	0,498	0,296	0,283	1,098	1,144	14,7%	3,6%	22,1%	1,9%
Alimentares	2,684	2,872	1,165	1,161	0,268	0,268	1,195	1,084	5,4%	6,4%	1,4%	1,2%
Têxtil, Vest. e Calçado	0,000	3,561	0,000	1,160	0,367	0,189	1,581	1,127	0,0%	7,9%	.	0,8%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	2,835	3,338	0,622	0,815	0,094	0,186	0,921	1,175	5,2%	5,8%	0,9%	1,0%
Papel e Publicações	2,800	2,290	0,779	0,901	0,344	0,213	0,914	1,127	5,2%	7,0%	2,1%	1,0%
Químicas	2,383	2,649	0,499	0,934	0,059	0,279	0,802	1,294	-1,0%	5,6%	0,4%	1,4%
Metálicas	3,196	3,128	1,252	0,997	0,186	0,208	1,062	1,179	15,9%	8,9%	1,6%	1,5%
Mecânicas e Electrónicas	2,483	2,758	1,060	0,988	0,099	0,252	1,044	1,259	16,7%	7,8%	2,7%	1,5%
Material de Transporte	1,917	2,944	0,654	0,964	0,190	0,223	0,859	1,205	0,6%	7,1%	0,2%	1,0%
Material de Construção	3,483	2,856	0,672	0,706	0,222	0,243	0,736	1,159	0,0%	3,8%	0,1%	1,1%
Construção	2,609	2,304	0,865	0,801	0,186	0,175	1,132	1,260	9,3%	9,3%	2,1%	1,9%
Energia, Água e Saneam.	2,874	1,779	0,243	0,136	0,015	0,206	2,259	1,074	6,0%	3,6%	0,6%	5,0%
Transp., Logística e Comunic.	1,881	1,890	0,762	1,027	0,545	0,470	1,551	1,585	7,8%	6,0%	3,0%	1,9%
Distribuição e Comércio	2,721	2,371	1,302	1,146	0,178	0,180	1,073	1,183	8,6%	8,4%	1,0%	0,7%
Serviços Empresariais	2,041	1,750	0,598	0,505	0,223	0,251	1,029	1,191	6,9%	7,7%	2,7%	2,6%
Hotelaria e Restauração	2,555	2,406	0,932	1,418	0,212	0,184	0,627	0,890	9,4%	8,9%	1,4%	0,7%
Educação, Saúde e Cultura	1,778	1,948	0,837	0,912	0,308	0,292	1,217	1,110	17,3%	16,3%	1,7%	2,7%
Administrações Públicas	.	1,661	.	0,637	.	0,402	.	1,248	.	7,6%	.	2,7%

Legenda:

 **Diferencial positivo** do indicador no A. Litoral em relação ao padrão nacional do sector

 **Diferencial neutro** do indicador no A. Litoral em relação ao padrão nacional do sector

 **Diferencial negativo** do indicador no A. Litoral em relação ao padrão nacional do sector

*Nota: Os valores apresentados referem-se à mediana.
Fonte: AM&A com base em dados da DGITA, 2004*

4.34. O Litoral Alentejano ocupa uma posição mediana (14^a/30) ao nível nacional no que se refere à quota de exportações, melhorando o seu desempenho recente.

Q. 10: Quotas de exportação

	Quotas de exportação 1999	Quotas de exportação 2005
	Face ao A. Litoral	
Alcácer	3,3%	3,0%
Grândola	n.d.	0,1%
Odemira	4,9%	5,6%
Santiago	0,4%	0,9%
Sines	91,3%	90,4%
Face ao país		
A. LITORAL	1,0%	1,8%
ALENTEJO	5,3%	7,6%
RP-LIS	41,1%	39,6%

Nota1: A variável exportações refere-se ao valor declarado por concelho de sede dos operadores.

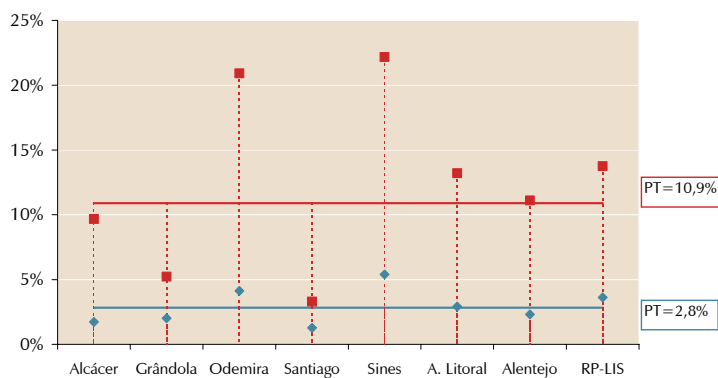
Nota2: Odemira e Santiago do Cacém: valores referentes apenas a expedições (comércio intracomunitário), devido a segredo estatístico das exportações (comércio extra comunitário).

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (1999 e 2005)

- Embora o Litoral Alentejano represente apenas 1,8% das exportações totais do país em 2005, assinala-se o reforço da quota entre 1999 e 2005, associada essencialmente à dinâmica de crescimento da actividade exportadora de Sines (que no período em análise mais que duplica).
- A quota de exportações do concelho de Sines (no Litoral Alentejano) mantém-se esmagadora, seguindo-se a uma distância considerável, o concelho de Odemira que revela uma dinâmica de crescimento positiva no período, associada a algumas empresas competitivas internacionalmente ao nível do sector primário.

4.35. A elevada presença de capital estrangeiro nos estabelecimentos localizados em Sines e Odemira indicia um nível de internacionalização do tecido empresarial do Litoral Alentejano relativamente próximo do da Região Alargada de Polarização de Lisboa e superior à referência nacional.

G. 24: Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial, 2004



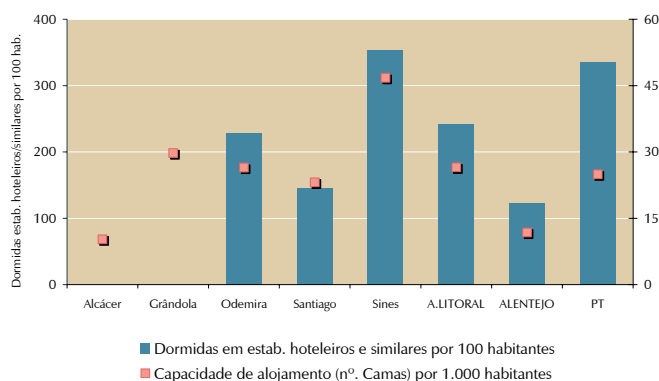
- ◆ % Estabelecimentos de empresas com capital social estrangeiro > 25%
- % Emprego nos estabelecimentos de empresas com capital social estrangeiro > 25%

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O Litoral Alentejano regista um peso dos estabelecimentos de empresas com mais de 25% de capital social estrangeiro superior à média nacional.
- As empresas internacionais tendem a operar em estabelecimentos de maior dimensão, acentuando o respectivo peso relativo avaliado em termos de emprego.
- Dos concelhos do Litoral Alentejano, Odemira e Sines destacam-se favoravelmente por registarem um peso dos estabelecimentos de empresas com mais de 25% do capital social estrangeiro superior à média nacional e ao Alentejo.

4.36. O Litoral Alentejano apresenta um índice de dormidas ponderado pelo número de habitantes nitidamente baixo face ao referencial nacional, embora em termos de capacidade de alojamento se encontre equiparado ao referencial em causa, perspectivando-se fortes desenvolvimentos neste domínio nos próximos tempos.

G. 25: Capacidade de alojamento e dormidas, 2005



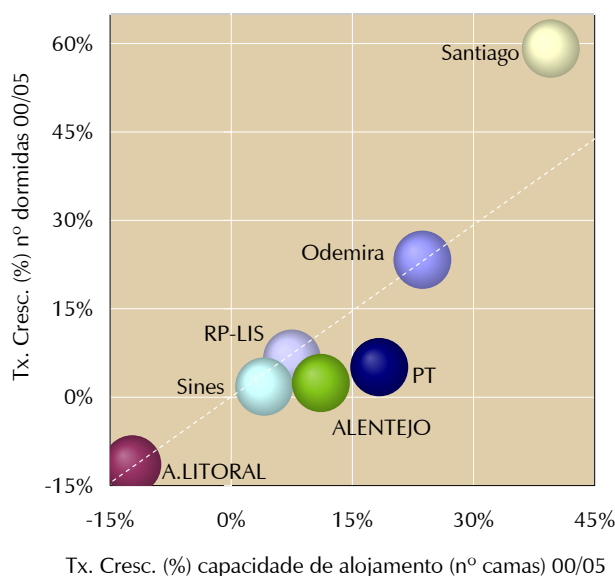
Nota: A informação sobre dormidas em Alcácer do Sal e Grândola está sujeita a segredo estatístico.

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- Litoral Alentejano revela, para os dois indicadores em análise, um comportamento mais favorável do que a região alentejana como um todo, embora, face à média do país, apresente um índice de dormidas claramente inferior.
- Constatam-se ainda algumas disparidades a nível concelhio: os concelhos que apresentam maiores extensões de faixa litoral (Grândola, Odemira e Sines) são os que apresentam maiores índices de capacidade de alojamento, fruto da primazia de turismo "sol e mar" nesta região. Já Alcácer do Sal e Santiago do Cacém registam índices mais baixos ao nível de dormidas e capacidade de alojamento.

4.37. Em termos dinâmicos, o Litoral Alentejano evidencia neste campo, variações francamente negativas, devido, em particular, aos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola. Nos próximos tempos, a dinâmica de investimentos em curso e prevista deverá reverter a situação.

G. 26: Capacidade de alojamento e dormidas Taxa de variação 2000-2005



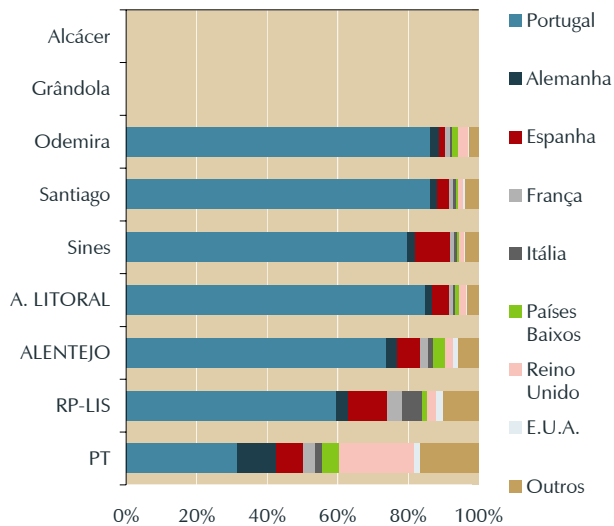
Nota: A informação sobre dormidas em Alcácer do Sal e Grândola está sujeita a segredo estatístico.

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O decréscimo na oferta (capacidade de alojamento) do Litoral Alentejano acompanha o decréscimo da procura (nº de dormidas): -12% e -11%, respectivamente, o que evidencia uma performance bastante negativa deste sector nos últimos anos, principalmente devido a quedas muito fortes nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, consequência de um fraco dinamismo empresarial no passado recente.
- Por seu turno, Santiago do Cacém e Odemira indiciam que o crescimento da oferta tem vindo a crescer em resposta a um crescimento ainda mais acentuado da procura e que, desta forma, ainda existe potencial para crescimento da capacidade hoteleira.

4.38. O Litoral Alentejano apresenta uma enorme dependência do turismo nacional, o que revela uma fraca penetração deste destino nos mercados internacionais. Ao nível de mercados estrangeiros, Espanha, Reino Unido e Alemanha são os principais emissores de turistas para a região.

G. 27: Repartição das dormidas por origem, 2005

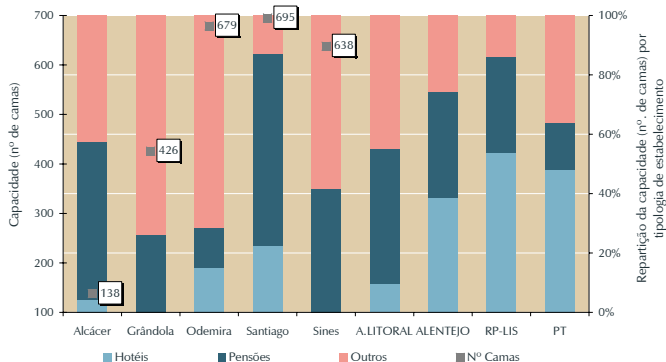


Nota: A informação sobre dormidas em Alcácer do Sal e Grândola está sujeita a segredo estatístico.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O Litoral Alentejano apresenta uma taxa de internacionalização das dormidas substancialmente inferior ao referencial nacional, já que a grande maioria dos turistas (cerca de 85%) são portugueses, enquanto que a nível nacional, estes representam apenas 31,5% do total.
- Entre os mercados externos, Espanha é o mercado emissor mais importante (5,1%), devido à proximidade geográfica e crescente importância do mercado short-breaks, seguido do Reino Unido (2,1%) e Alemanha (2,0%).
- Sines é o concelho menos dependente do turismo nacional, fruto do peso crescente do turismo espanhol que representa 10% neste concelho.

4.39. O Litoral Alentejano distingue-se nitidamente face à média da Região Alargada de Polarização de Lisboa pela predominância de tipologias de alojamento não convencionais (hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens).

G. 28: Repartição da capacidade por tipologia e nº. de estabelecimentos, 2005

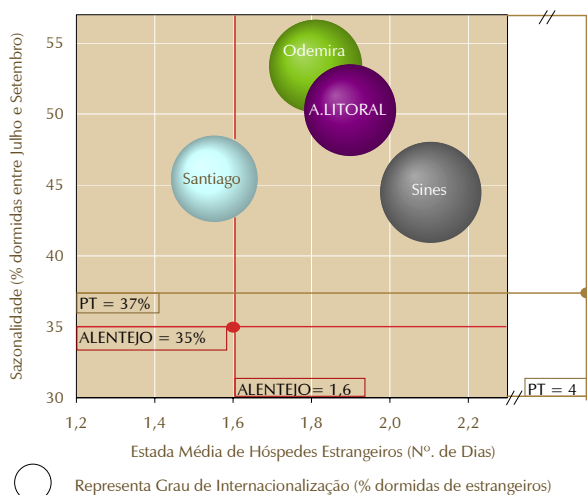


Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- Apenas 10% da capacidade de alojamento do Litoral Alentejano refere-se à tipologia de hotéis.
- O Litoral Alentejano ainda apresenta uma oferta diminuta (número de estabelecimentos e capacidade de alojamento), em comparação com a maioria das sub-regiões da Região Alargada de Polarização de Lisboa, representando cerca de 30% da oferta da região do Alentejo.
- O concelho de Alcácer do Sal apresenta o maior défice de capacidade de alojamento, seguido de Grândola.

4.40. O sector turístico do Litoral Alentejano apresenta características que indiciam algumas vulnerabilidades: uma estada média de hóspedes bastante reduzida e uma elevada sazonalidade das dormidas.

G. 29: Tempo médio de estada e sazonalidade, 2005



Nota: A informação relativa a Alcácer do Sal e Grândola está sujeita a segredo estatístico.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- Relativamente à estada média, verifica-se que o mercado procura do Litoral Alentejano privilegia as short-breaks, pois a estadia média por hóspede estrangeiro no Litoral Alentejano é de apenas 1,9 dias, enquanto que a média nacional é de 4 dias.
- Além disso, à dependência de um conjunto restrito de mercados emissores e ao nível reduzido da estada média, junta-se a vulnerabilidade associada à sazonalidade que também é substancialmente mais elevada no Litoral Alentejano (50,2%) face ao referencial nacional (36,8%) e ao referencial Alentejo (35,2%).
- Os elevados índices de sazonalidade registados são, mais uma vez, indicativos da forte dependência do turismo de sol e mar.

4.41. Não se observa no Litoral Alentejano a existência de centros tecnológicos e de transferência de tecnologia, laboratórios e unidades de investigação, pelo que a lacuna evidenciada pela oferta deste tipo de infra-estruturas de suporte é suplantada pelas regiões vizinhas.

F. 5: Infraestruturas de investigação e tecnologia



Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ens.Sup.

- No Litoral Alentejano não foram identificadas, com base em dados oficiais, infraestruturas de Investigação e Tecnologia, como por exemplo, laboratórios, centros tecnológicos, ou outro tipo de unidades de investigação e transferência de tecnologia.
- No entanto, encontram-se de forma acessível e relativamente próximas, com particular destaque para a Área Metropolitana de Lisboa, um conjunto alargado de centros tecnológicos, laboratórios (do Estado e associados) e um conjunto de unidades de investigação afectas a uma grande diversidade de áreas do conhecimento que garantem uma boa oferta deste tipo de serviços de suporte à actividade empresarial.

ÓPTICA DAS PESSOAS

4.42. O Litoral Alentejano revela uma significativa heterogeneidade na estrutura, distribuição e dinâmica populacionais, destacando-se os concelhos de Santiago do Cacém e Odemira como pólos populacionais e Sines enquanto o único concelho que revela uma evolução recente positiva.

- A tendência geral verificada no Litoral Alentejano é a de uma perda de população no período temporal 2001-2005, apenas contrariada Sines.
- O período mais alargado 1991-2001, embora revele uma evolução favorável para o Litoral Alentejano, incorpora apenas dois concelhos com elevados níveis de crescimento populacional, Grândola e Sines.
- O Litoral Alentejano é a segunda maior sub-região da RP-LIS em termos de área geográfica, o que justifica o nível reduzido alcançado em termos de densidade populacional (18,5 hab/Km²), especialmente quando comparado com a NUTS III vizinha, a Península de Setúbal (491,4 hab /Km²).
- Ao nível concelhio, a proximidade de Alcácer do Sal à área Metropolitana de Lisboa não se traduziu numa significativa concentração de população no concelho. Os principais pólos populacionais do Litoral Alentejano localizam-se em Santiago do Cacém e Odemira. Sines, o mais importante pólo empresarial e industrial da NUTS III, regista a mais elevada concentração de população por Km², assumindo-se como o principal pólo urbano.

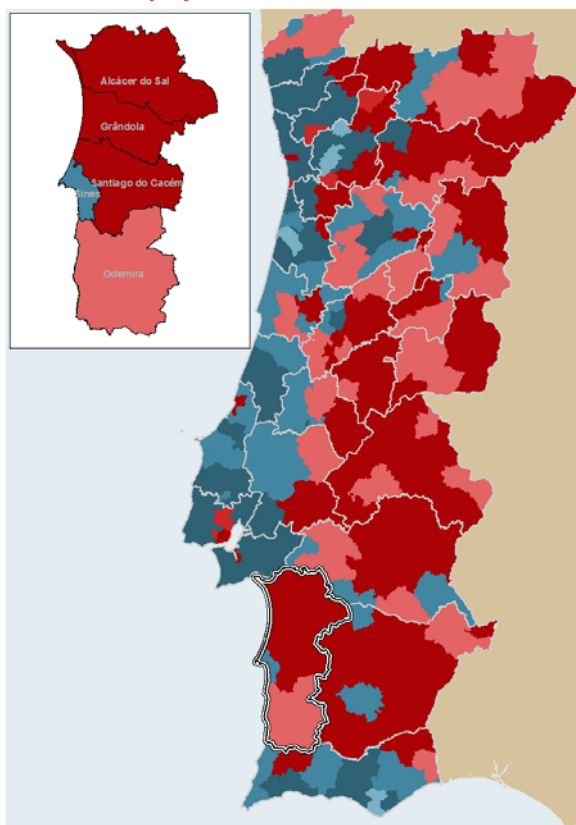
Q. 11: Densidade populacional e dinâmicas de crescimento da população residente

	População 1991 (Quota)	População 2005 (Quota)	População 1991/2001 (taxa Var.)	População 2001/2005 (taxa Var)		Densidade pop. 2005(hab/ Km ²)
Alcácer	14,7%	13,9%	-1,6%	-5,6%	▼	9,2
Grândola	14,0%	14,7%	8,2%	-3,8%	▼	17,7
Odemira	26,8%	26,4%	-1,2%	-1,7%	▼	14,9
Santiago	31,9%	30,9%	-1,2%	-3,3%	▼	28,4
Sines	12,5%	14,0%	10,0%	0,5%	▲	67,3
A. LITORAL	100,0%	100,0%	1,5%	-2,8%	▼	18,5
A. LITORAL	1,0%	0,9%	1,5%	-2,8%	▼	18,5
ALENTEJO	7,9%	7,2%	-0,7%	-1,4%	▼	24,3
RP-LIS	38,4%	39,2%	5,5%	3,9%	▲	159,7
PORTUGAL	100,0%	100,0%	5,0%	2,1%	▲	114,8

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 e INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

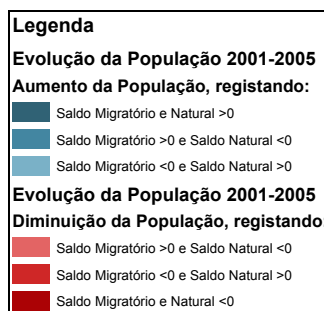
4.43. A perda de população ocorrida no Litoral Alentejano no período 2001-2005 decorreu de um contributo simultâneo da componente migratória e natural.

F. 6: Componentes da evolução populacional 2001-2005:



Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005)

- Sines é o único concelho do Litoral Alentejano que regista um aumento populacional influenciado pelo dinamismo da actividade empresarial/industrial. A dinâmica laboral influencia a captação de nova população residente (saldo migratório positivo) de forma suficiente para absorver a perda de população consequente do saldo natural negativo.
- Apesar de Odemira apresentar uma dinâmica migratória superior a Sines (292 pessoas contra 165 em Sines), esta não tem sido suficiente para diluir os efeitos negativos provocados por uma população envelhecida e que regista mais óbitos que nascimentos (saldo natural de -743).

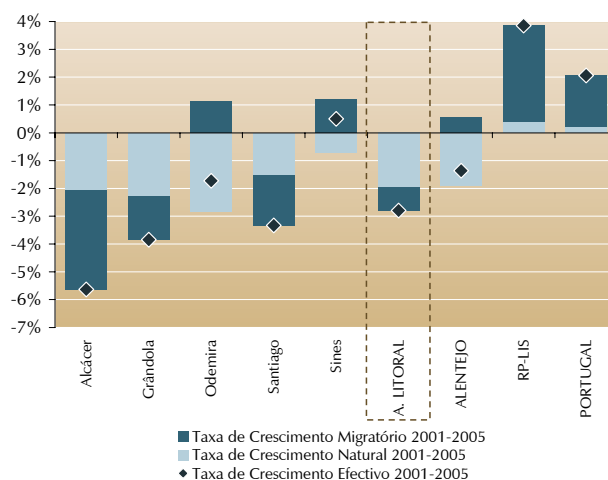


- A componente natural assume uma relevância nítida no decréscimo populacional do Litoral Alentejano, não sendo compensado via atracção líquida de população oriunda de outros territórios.
- Sines e Odemira posicionam-se como concelhos atractivos (taxas de crescimento migratório positivas).

A. LITORAL

Taxa de Crescimento Efectivo 2001-2005 = - 2,8%
 Taxa de Crescimento Migratório 2001-2005 = - 0,8%
 Taxa de Crescimento Natural 2001-2005 = -1,9%

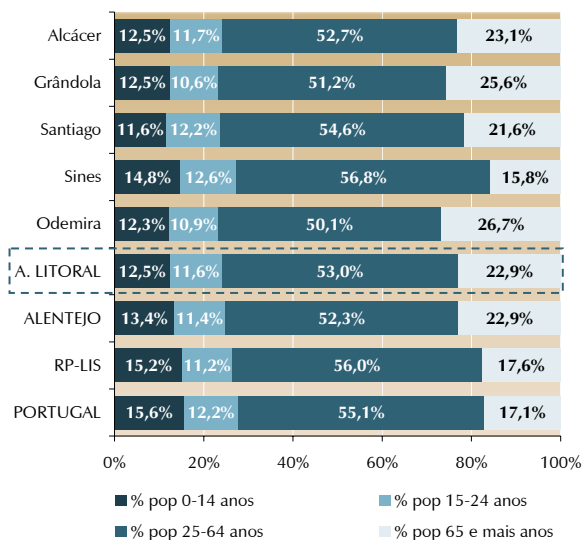
G. 30: Decomposição da taxa de crescimento populacional 2001-2005: componente natural e migratória



Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005)

4.44. A estrutura etária da população residente do Litoral Alentejano é mais envelhecida (em sentido duplo) do que a média nacional, sendo resultado de um défice de população jovem e de um peso acrescido de idosos, factor que se reflecte negativamente na população em idade activa.

G. 31: Estrutura etária da população residente, 2005

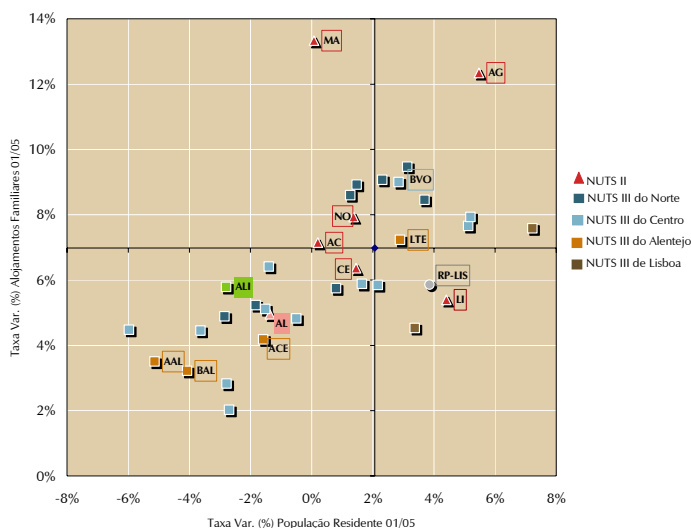


Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

- Os concelhos de Grândola e Odemira apresentam-se como os mais envelhecidos, resultado de uma dupla situação de elevada proporção de população com 65 e mais anos (25,6% e 26,7%, respectivamente) e de um reduzido peso da população com idade inferior a 25 anos (23,1% e 23,8%, respectivamente), que em conjunto tende para um processo acelerado de envelhecimento populacional.
- Sines beneficia de um maior peso de população jovem (população com idade inferior a 25 anos representa 27,4%), próximo da média nacional e, simultaneamente, de um significativo peso da população em idade activa e disponível para integrar o mercado de trabalho.

4.45. Num cenário de quebra populacional, o Litoral Alentejano apresentou um crescimento do número de alojamentos superior à média do Alentejo. Ainda assim o crescimento da construção no litoral e na maioria das regiões alentejanas fica aquém da dinâmica nacional.

G. 32: Alojamentos e população residente, Taxa de variação 2001-2005



Fonte: INE, Censos 2001; INE, Estimativas da População Residente 2005; INE, Estatísticas da Construção

- O Litoral Alentejano registou uma taxa de crescimento do número de alojamentos de 6%, contra 7% no país, contudo, a população residente diminuiu 3% contra o aumento de 2% em Portugal.
- Sines destaca-se com um crescimento de 11% do número de alojamentos, enquanto que os restantes concelhos da região variam entre os 5% e 6%.

4.46. Prevaecem no Litoral Alentejano dinâmicas inter-concelhias diferenciadas na capacidade de gerar os postos de trabalho necessários à absorção da população activa, gerando oscilações concelhias notórias na capacidade da população residir e trabalhar no mesmo concelho (localização do emprego).

- Concelhos de Sines e Grândola assumem posição de atractividade regional no preenchimento de postos de trabalho com população residente noutros concelhos, sendo a sua capacidade de criação de emprego superior à população residente empregada dos respectivos concelhos. Os restantes concelhos do Litoral Alentejano assumem-se como fornecedores líquidos de mão-de-obra, registando saldos negativos de emprego entre a população que entra e sai desses concelhos para trabalhar.
- O facto de no concelho de Santiago do Cacém se gerar um nº de postos de trabalho notoriamente inferior às necessidades de emprego da sua população residente, salienta-o enquanto o concelho do Litoral Alentejano onde é mais significativo o peso de população residente que sai do concelho para trabalhar (30,9%) e, simultaneamente, onde é menos significativo o peso de postos de trabalho preenchidos por população que reside noutros concelhos.

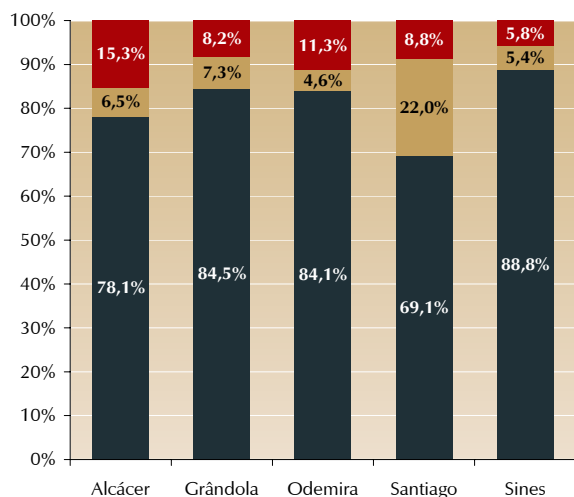
Q. 12: Movimentos pendulares e indicadores de mobilidade, 2001

Indicadores de Mobilidade		Alcácer	Grândola	Odemira	Santiago	Sines
Movimentos Pendulares de População (nº de pessoas)	População residente empregada (nº de pessoas residentes no concelho que têm emprego, dentro ou fora do concelho) (1)	6.206	5.696	9.751	13.229	6.078
	Entradas (nº de pessoas que trabalham no concelho mas que residem noutros concelhos) (2)	617	1.407	909	1.108	3.759
	Saídas (nº de pessoas que residem no concelho mas que trabalham noutros concelhos) (3)	1.357	885	1.550	4.083	682
	Saldo de Emprego (se negativo - concelho fornecedor líquido de mão-de-obra; se positivo - concelho importador líquido de mão-de-obra) (4) = (2) - (3)	-740	522	-641	-2.975	3.077
	Emprego (nº postos trabalho gerados no concelho) (5) = (1) + (4)	5.466	6.218	9.110	10.254	9.155
Indicadores de Mobilidade Pendular (em %)	Taxa mobilidade extra-regional (% da população residente empregada que sai do concelho para trabalhar) (6) = [(3)/(1)]*100	21,9%	15,5%	15,9%	30,9%	11,2%
	Taxa bruta de atracção (% dos postos de trabalho do concelho preenchidos por população não residente) (7) = [(2)/(5)]*100	11,3%	22,6%	10,0%	10,8%	41,1%
	Grau de atractividade / repulsão (taxa de repulsão, se inferior a 100%; taxa de atracção, se superior a 100%) (8) = [(5)/(1)]*100	88,1%	109,2%	93,4%	77,5%	150,6%
	Grau de localização do emprego (% da população que trabalha e simultaneamente reside no concelho) (9) = [(1)-(3)]/1]*100	78,1%	84,5%	84,1%	69,1%	88,8%

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

4.47. Importância da combinação de critérios de proximidade e de dinamismo das bacias de emprego, no grau de auto-suficiência do mercado de trabalho concelhio em relação à região Litoral Alentejano - concelhos fronteira (Alcácer do Sal e Odemira) com pesos mais significativos de população que sai do Litoral Alentejano para trabalhar.

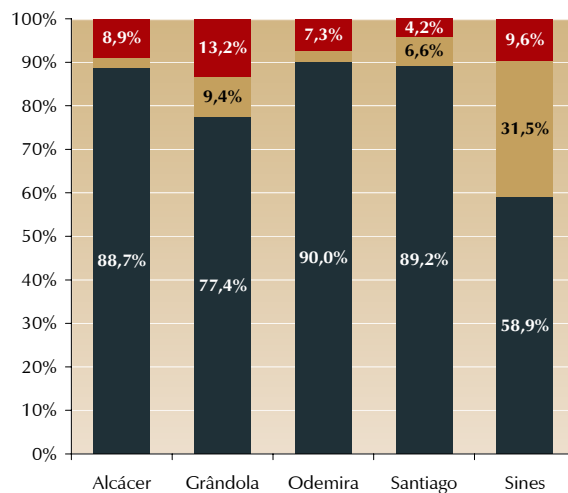
G. 33: Destino laboral da população residente nos concelhos do Litoral Alentejano, 2001



- pessoas que saem do concelho e do A. Litoral para trabalhar
- pessoas que trabalham fora do concelho mas dentro do A. Litoral
- pessoas que residem e trabalham no concelho

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

G. 34: Origem residencial das pessoas ao serviço nos concelhos do Litoral Alentejano, 2001



- pessoas oriundas de fora do concelho e do A. Litoral
- pessoas oriundas de fora do concelho mas de dentro do A. Litoral
- pessoas que trabalham e residem no concelho

4.48. Os fluxos de mobilidade de pessoas são influenciados pela necessidade de ajustamento entre procura e oferta de mão-de-obra e postos de trabalho e pela necessidade de suprir localmente o perfil de competências exigido por determinadas profissões.

- As NUTS III da Grande Lisboa e Península de Setúbal estabelecem importantes ligações laborais com o Litoral Alentejano.
- Os postos de trabalho ligados à educação, administração pública e construção são, em geral, preenchidos por mão-de-obra oriunda de outros concelhos.
- Os principais sectores empregadores da população que migra para outros concelhos com fins laborais são a construção, administração pública e o comércio.

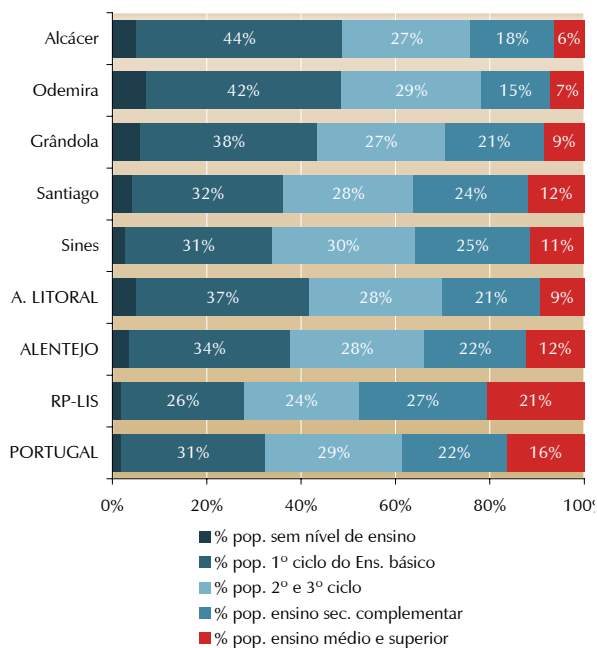
Q. 13: Entradas e saídas de mão-de-obra, por concelho e sector de actividade, 2001

	“Saídas de Mão-de-Obra” [Saídas do concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de saída]		“Entradas de Mão-de-Obra” [Entradas no concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de entrada]	
	Principais concelhos de destino	Principais sectores de destino	Principais concelhos de origem	Principais sectores de entrada
Alcácer	Grândola, Setúbal, Palmela, Lisboa, Évora, Montemor-o-Novo	Construção; Administração Pública; Agric.; Comércio grosso e retalho; Transportes, armazen. e comunic.; Educação; Alojamento e restaur.	Grândola, Setúbal, Lisboa, Montemor-o-Novo, Palmela, Évora, Santiago Cacém, Seixal, V. Novas	Educação; Agric.; Administração Pública; Construção
Grândola	Sines, Santiago Cacém, Lisboa, Alcácer Sal, Setúbal, Palmela, Almada, Ferreira Alentejo, Beja	Construção, Administração Pública, Comércio grosso e retalho; Educação	Alcácer do Sal, Santiago Cacém, Setúbal, Ferreira do Alentejo, Sintra, Lisboa, Sines, Palmela, Seixal	Construção, Administração Pública, Alojamento e restaur.; Educação; Com. grosso e retalho; Agric.; Transp., armazen. e comunic.
Odemira	Santiago Cacém, Sines, Ourique, Lisboa, Portimão, Lagos, Aljezur, Albufeira, Silves, Beja	Construção; Agric.; Administração Pública; Comércio grosso e retalho; Alojamento e restaur.; Transportes, armazen. e comunic.	Santiago do Cacém, Aljezur, Lisboa, Ourique, Sines, Almada, Alcobaça	Educação; Agric.; Administração Pública; Construção; Comércio grosso e retalho
Santiago	Sines, Lisboa, Grândola, Odemira, Setúbal, Beja, Aljustrel	Fabric. coque e prod. petrolíferos; Construção; Administração Pública; Ind. Metalúrgica; Comércio grosso/retalho; Imobiliário; Fabric. prod. químicos	Sines, Odemira, Grândola, Lisboa, Setúbal, Alcácer do Sal	Construção; Educação; Administração Pública; Comércio grosso e retalho; Agric.; Saúde e acção social; Alojamento e restaur.
Sines	Santiago Cacém, Lisboa, Odemira, Setúbal, Grândola	Administração Pública; Construção; Educação; Comércio grosso e retalho	Santiago Cacém, Odemira, Grândola, Setúbal, Seixal, Lisboa, Barreiro, Alcácer do Sal	Fabric. coque e prod. petrolíferos; Construção; Ind. Metalúrgica; Fab. Prod. químicos; Administração Pública; Imobiliário; Comércio grosso e retalho; Electric.

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

4.49. A estrutura habilitacional da população activa residente no Litoral Alentejano é dominada por uma população com um nível de escolaridade até ao 1º ciclo do ensino básico, sendo reduzido o peso da faixa da população com licenciatura. É uma estrutura de habilitações desfavorável relativamente à do país e à da Região Alargada de Polarização de Lisboa.

G. 35: Habilitações da população activa residente, 2001

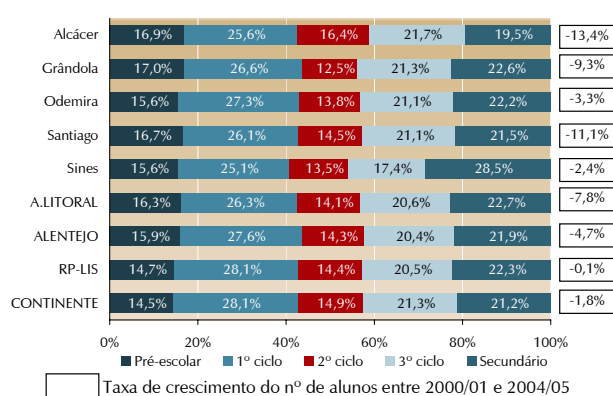


Fonte: INE, Censos 2001

- 37% da população activa residente no Litoral Alentejano detém apenas qualificações até ao 1º ciclo do ensino básico (contra 31% no país).
- Os bacharéis e licenciados representam apenas 9% da população activa contra a média nacional de 16%.
- Sines e Santiago do Cacém destacam-se, no contexto do Litoral Alentejano, apresentando estruturas de habilitações da população activa mais favoráveis enquanto que Alcácer do Sal e Odemira reportam a situação inversa.

4.50. A tendência de crescimento negativo do número de alunos matriculados verificada no país e na região Alentejo é sentida de forma particularmente gravosa no Litoral Alentejano.

Q. 14: Taxa de crescimento do nº de alunos e estrutura dos alunos matriculados por nível de ensino, ano lectivo 2004/2005

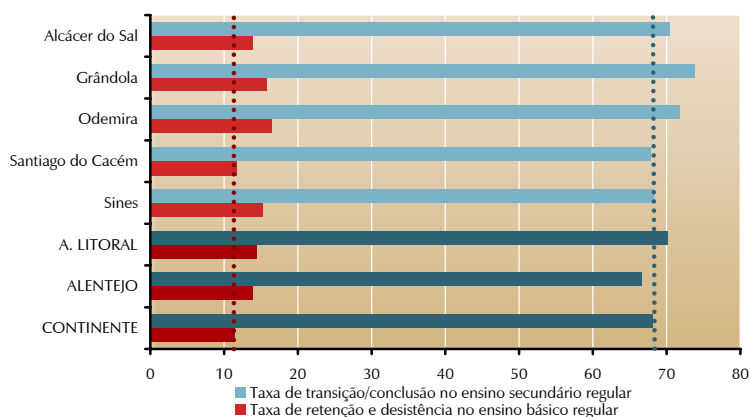


Fonte: Min. da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo

- O número de alunos matriculados diminuiu 7,8% no Litoral Alentejano, contracção mais forte do que a sentida no Continente (-1,8%) e no próprio Alentejo (-4,7%).
- Alcácer do Sal e Santiago do Cacém sentiram com particular intensidade a diminuição do número de alunos (-13,4% e -11,1%, respectivamente).
- A estrutura por nível de ensino dos alunos no Litoral Alentejano aproxima-se da existente no Continente e na região Centro.
- Ao nível concelhio é possível destacar a sub representação do 2º ciclo em Grândola e o maior peso do secundário em Sines, compensado pela menor expressão do 2º e 3º ciclos.

4.51. O Litoral Alentejano apresenta globalmente uma taxa de retenção e desistência no ensino básico superior à média do Continente, contrabalançando este *handicap* com uma taxa de sucesso no ensino secundário mais favorável.

G. 36: Indicadores de sucesso / insucesso da educação, ano lectivo 2004/2005.



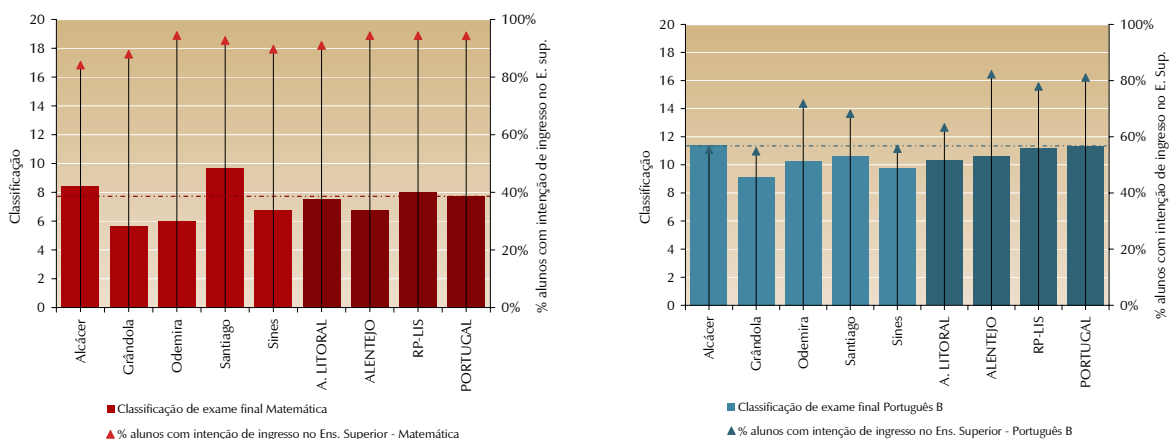
Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (com base em dados do Min. Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo)

- Apenas o concelho de Santiago de Cacém apresenta uma taxa de insucesso no ensino básico nivelada com a média nacional, contrastando com resultados mais desfavoráveis dos restantes concelhos.
- Grândola apresenta no ensino secundário a taxa de sucesso mais elevada, em comparação com os restantes concelhos.

4.52. Os alunos que frequentam o ensino secundário no Litoral Alentejano apresentam classificações de exames finais do 12º ano globalmente inferiores à média nacional.

- Alcácer do Sal e Santiago do Cacém destacam-se pelo facto dos seus alunos apresentarem melhores classificações médias dos que os restantes concelhos do Litoral Alentejano.
- Embora não ultrapassem os 10 valores de classificação média, os concelhos de Alcácer do Sal e Santiago do Cacém apresentam resultados mais satisfatórios do que a média nacional na disciplina de Matemática.
- Na disciplina de Português B, todos os concelhos com excepção de Alcácer do Sal, apresentam classificações médias inferiores à média do país.
- Os alunos do Litoral Alentejano que realizam o exame de Português B apresentam menos frequentemente intenções de ingresso no Ensino Superior, em comparação com a média da região alentejana e do país.

G. 37: Médias das classificações de exames finais do 12º ano, 2005



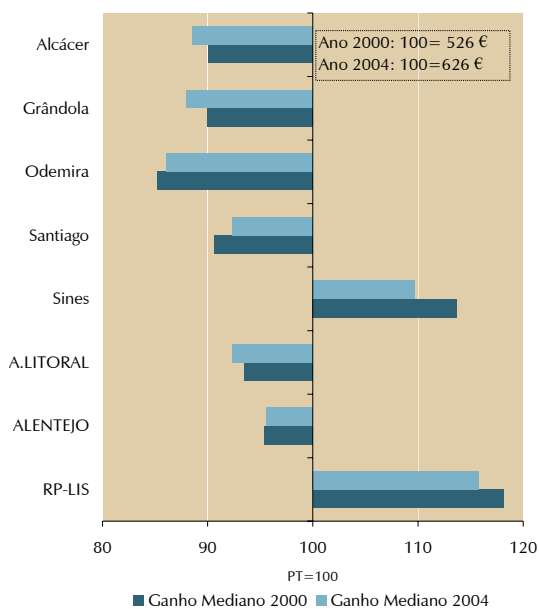
Nota: Apenas inclui as classificações dos alunos internos do ano lectivo 2004/2005.

Fonte: Ministério da Educação, Júri Nacional de Exames, Relatório Final – Exames Nacionais dos Ensinos Básico e Secundário 2005

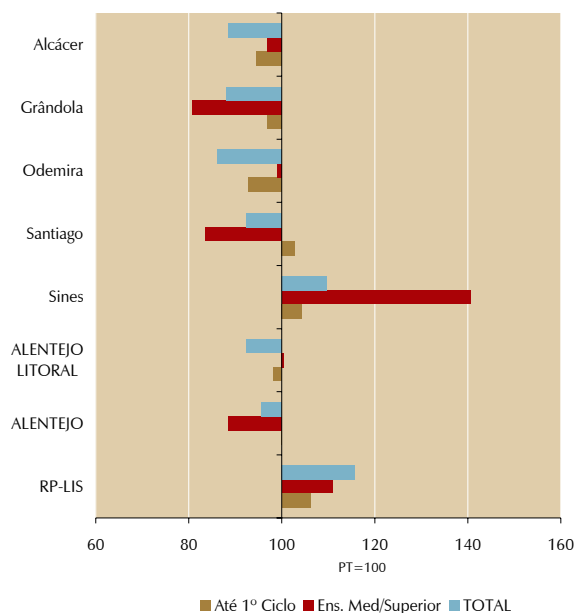
4.53. O ganho mediano no Litoral Alentejano é inferior à média nacional, o que se justifica, em grande medida, pelo baixo nível de qualificações registado na região.

- Ainda que, em termos absolutos, o ganho mediano no Litoral Alentejano tenha aumentado nos últimos 4 anos (+17%), o ritmo de crescimento foi inferior ao da região alentejana e ao do país verificando-se, portanto, um aumento do diferencial negativo face aos espaços padrão.
- Sines confirma o seu posicionamento único na região com um ganho superior à média do Alentejo e do país, reflectindo as suas especificidades em termos de estrutura produtiva e também o mais elevado nível habilitacional da sua população residente. O avanço face aos espaços de referência é visível em ambos os extremos do perfil habilitacional mas é particularmente expressiva entre os trabalhadores mais qualificados.
- Tal como em Sines, os trabalhadores com o ensino médio/superior nos concelhos de Alcácer e Odemira estão mais próximos da média dos trabalhadores qualificados do país.

G. 38: Ganho mediano total



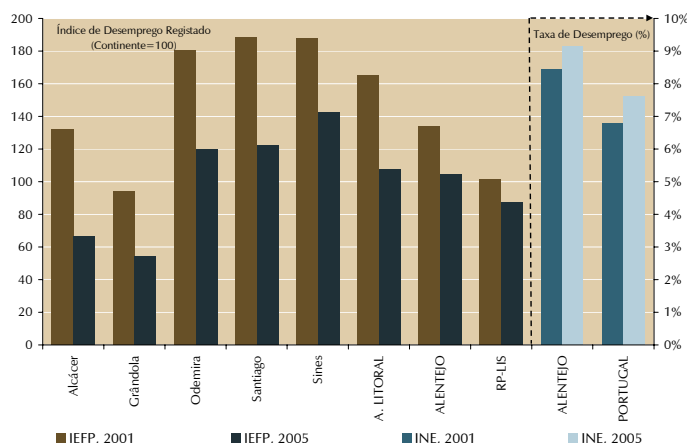
G. 39: Ganho mediano nos extremos do perfil habilitacional, 2004



*Nota: trabalhadores por conta de outrem, com horário completo.
Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004*

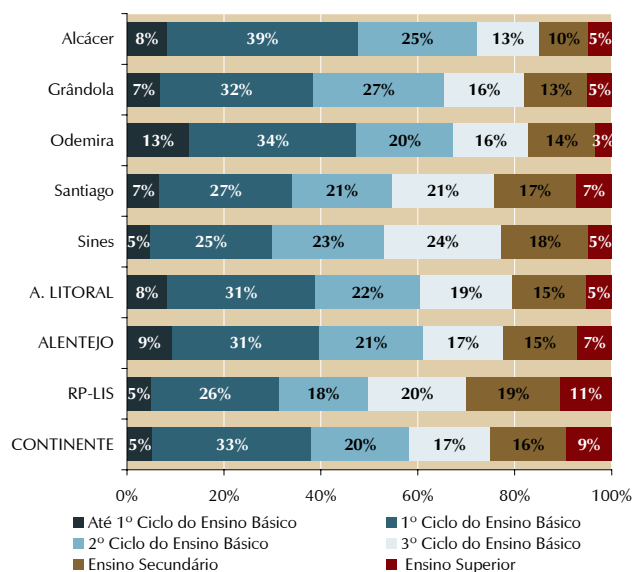
4.54. O índice de desemprego no Litoral Alentejano diminui nos últimos anos, convergindo para o valor registado na região Alentejo em 2005. A configuração da estrutura do desemprego por nível de habilitações espelha a da estrutura da população activa, revelando um menor número relativo de mão-de-obra qualificada disponível para integrar o mercado de trabalho.

G. 40: Índice de desemprego registado nos centros de emprego do IEFP e taxas de desemprego INE, 2001 e 2005



- Os concelhos de Odemira, Santiago do Cacém e Sines revelam índices de desemprego superiores à média do Litoral Alentejano nos anos 2001 e 2005 contudo, evidenciam decréscimos significativos entre os dois períodos temporais em análise.
- Os índices do desemprego registados nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola posicionam favoravelmente estes concelhos no conjunto do Alentejo Litoral, para 2005, com valores abaixo, inclusivamente da Região Alargada de Polarização de Lisboa.
- Segundo os dados do INE, a NUTS II Alentejo acompanha a tendência de crescimento da taxa de desemprego verificada a nível nacional embora em níveis mais elevados (em 2005: 9,1% contra 7,6%).

G. 41: Desemprego por nível de habilitações, 2006



- O peso dos desempregados com qualificações mais elevadas (ensino secundário e ensino superior) no total de desempregados é mais reduzido no Litoral Alentejano do que no Continente, traduzindo-se numa menor disponibilidade relativa da população mais qualificada para integrar o mercado de trabalho.
- Esta situação deriva da própria estrutura da população activa em termos de habilitações (notória ao nível concelhio).
- O peso de desempregados com nível de habilitações até ao 1º ciclo do ensino básico é particularmente mais significativo nos concelhos de Alcácer e Odemira.

Nota: calculado com base no nº de desempregados inscritos nos Centros de Desemprego e na população em idade activa do ano respectivo (comparação de cada âmbito geográfico com o Continente).

Fonte: AM&A com base em dados do IEFP, Estatísticas Mensais do Desemprego; INE, Inquérito ao Emprego e INE, Censos 2001

Programa Territorial de Desenvolvimento 2008-2013 Alentejo Litoral



Parceiro Co-Financiador



Associação de Municípios do Litoral Alentejano

Avenida Jorge Nunes, Lote 2, R/Chão, Apartado nº 72

T. 269 450 110 | F. 269 450 116 | E. geral@amla.pt

www.amla.pt